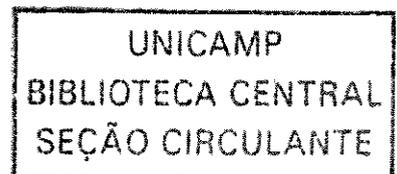


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**“PENDURARAM AS LETRAS NA PAREDE DA SALA:
ESCRITA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ALTO JURUÁ”**

811.4 + 01.606

Campinas, março de 2003



Augusto de Arruda Postigo

Penduraram as Letras na Parede da Sala:

Escrita e Organização Social no Alto Juruá

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão Julgadora em 09/04/2003.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (orientador)



Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godói



Prof. Dra. Neide Esterci

UNIDADE PC
Nº CHAMADA TI UNICAMP
P846 p
W _____ EX _____
COMBO: BCI/ 57972
PROC 6.117.04
C: 0 9
PREÇO: 14,00
DATA 26/05/04
Nº OPD _____

CMO0197671-9

BIB ID 316345

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Postigo, Augusto de Arruda
P 846 p **Penduraram as letras na parede da sala: escrita e organização social no Alto Juruá / Augusto de Arruda Postigo. - - Campinas, SP : [s.n.], 2003.**

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Seringueiros – Juruá, Rio. 2. Seringueiros – Condições sociais. 3. Escrita. 4. Borracha – Juruá, Rio. 5. Tradição oral. 6. Amazônia – História. 7. Amazônia na literatura. 8. Acre - Aspectos sociais. 9. Acre – Colonização. I. Almeida, Mauro William Barbosa de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedicado à memória de Teodoro de Arruda,
a Maria Regina Barbato de Arruda e a Márcio Nascimento.

Resumo

O trabalho trata dos usos e significados atribuídos à linguagem escrita na região do alto rio Juruá, oeste do Estado do Acre, na Amazônia brasileira. Pretende assim contribuir modestamente para o estudo da escrita entre grupos sociais que são marginalizados da escrita em sociedades letradas. Para isso procuramos traçar uma história da escrita na região, apoiada em material histórico e na pesquisa etnográfica, apoiando-se também em textos escritos por alguns moradores dessa região e que não frequentaram a escola.

O Alto Juruá e, mais especificamente, a Reserva Extrativista do Alto Juruá localiza-se em uma região de floresta, distante e relativamente isolada de centros urbanos. A população da região em sua maioria vive ao longo dos rios, em clareiras isoladas ou pequenas aglomerações. O analfabetismo é grande, a presença da escrita no cotidiano das pessoas é restrita. Até cerca de uma década, os seringueiros da área trabalhavam sob o sistema de barracões, no qual o monopólio da escrita pelos patrões tinha especial importância. Este estudo tem como contexto o período posterior ao do regime dos barracões.

Uma das conclusões do trabalho, resultante de adotarmos o ponto de vista local, é o fato de haver diferentes significados e diferentes usos para a escrita. Destacamos o papel da escrita como parte de sistemas de poder regionais e nacionais, mas também indicamos como a escrita tem sido utilizada por seringueiros para construir novas relações com o mundo letrado partindo de pontos de vista “locais”. Assim, concluímos que uma história dos usos e significados de práticas de escrita e da capacidade de escrita deve necessariamente tratar das relações entre as representações locais e a respeito dos sistemas de poder envolventes.

Na situação estudada, a prática da escrita não é parte da vida cotidiana, e a capacidade de escrita não é ortodoxa. Tratam-se de escritores adultos que aprenderam a escrever, mas de diferentes maneiras não-ortodoxas, os quais usam uma escrita não-domesticada, são o que se poderia chamar de escritores de pés descalços. Um dos dilemas desses escritores da floresta é procurar dominar um instrumento com o qual têm pouca familiaridade para expressar sua cidadania em um mundo externo, com pessoas que sabem escrever; ao tempo que esse mesmo esforço os classifica como pessoas que “escrevem errado”, reafirmando, na aparência, sua situação subalterna. Esta pesquisa fez parte de uma tentativa de intervir praticamente nessa situação.

Abstract

This work deals with the uses and meanings associated to the written language by the rubber tappers living in the upper Juruá river region, in the eastern State of Acre, in the Brazilian Amazonia. Its aim is to modestly contribute towards the study of the roles of literacy in social groups who are marginalized from literacy in literate societies. To this end, we delineate a history of writing in the region, supported by historical sources and ethnographic research, and by written texts produced by people living in the forest and who did not attend school.

The upper Juruá River region, and more specifically the Upper Juruá Extractive Reserve, is a remote forest territory, largely isolated from urban centers. The population is dispersed alongside the rivers, living in small groups of houses in the midst of the forest. Illiteracy is high, and the presence of writing in the everyday life of people is very restricted. Until one decade ago, most men in the region were rubber tappers who worked under the trade-post system, in which the monopoly of writing had an specially important role. The context of this research is the period which followed the end of the system of trade-posts.

One of our conclusions, deriving from our perspective from the local point of view, is that there are different meanings and different uses to literacy. We highlight the role of writing as part of the power structure; however, we also indicate how literacy has been used by rubber tappers to build up new relations with the literate world from a local point of view. Thus, we conclude that a history of the uses and meanings of writing practices and of literacy should necessarily deal with the relations between local representations and the external structures of power.

In the situation researched by us, the writing practices are not part of the everyday life, and the writing skills are not orthodox. We deal with adult writers who learned how to write in several non-orthodox ways. They are thus what one could call barefoot writers, or still grass-root writers. However, those forest writers face a dilemma, which is that of trying to control a new tool to reassert their citizenship, and yet at the same time apparently confirming their subaltern position in that they write “wrongly”. Our research was also part of an effort towards a practical intervention in this situation.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	IX
ACRÔNIMOS	XI
LISTA DE MAPAS	XIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
LISTA DE FOTOS	XIV
INTRODUÇÃO	3
PESQUISAS NO ALTO JURUÁ	3
AS PALAVRAS NAS PAREDES DA SALA	5
O TRABALHO COM OS MONITORES SÓCIO-AMBIENTAIS	8
QUESTÕES IMPOSTAS PELO TRABALHO COM OS MONITORES	16
ESCRITA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	17
ESTRUTURA DO TRABALHO	19
AGRADECIMENTOS	20
CAPÍTULO I - TEORIAS SOBRE A ESCRITA E HIPÓTESES SOBRE A LINGUAGEM GRÁFICA NO ALTO JURUÁ	23
INTRODUÇÃO	23
LÉVI-STRAUSS: PODER E POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	23
GOODY: PROCESSOS COGNITIVOS, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A INTERSECÇÃO ORALIDADE E ESCRITA	27
WEBER: A QUALIFICAÇÃO E A ESCRITA PARA O ESTADO MODERNO, NA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES BUROCRÁTICAS E DA RELIGIÃO, E NA CONSTITUIÇÃO DE CLASSES DE ESPECIALISTAS	33
A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DE LETRAMENTO	37
ESCRITA E PODER	40
ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE CONQUISTAS POLÍTICAS	41
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA AO ESTUDO DA ESCRITA	43
A ESCRITA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ	47

CAPÍTULO II. O RIO QUE LHE PASSA À PORTA É UMA ESTRADA PARA TODA A TERRA.....	63
INTRODUÇÃO.....	63
A RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ.....	63
OS RIOS.....	70
INSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE AVIAMENTO SOBRE OS RIOS E SUA SUBVERSÃO.....	87
CATEGORIAS CLASSIFICATÓRIAS DADAS SOBRE A HIDROGRAFIA.....	102
FRACTAIS, ÁRVORES E RIZOMAS.....	115
CONCLUSÕES.....	120
CAPÍTULO III. OS SERINGAIS O ESTADO E A ESCRITA	123
INTRODUÇÃO.....	123
A ESCRITA TAMBÉM TRAFEGA PELOS RIOS.....	123
ESCRITA, EST ADO, ESCOLAS E FRONTEIRAS.....	142
CONCLUSÕES.....	165
CAPÍTULO IV. AS RELAÇÕES LOCAIS E SUAS CIÊNCIAS	169
INTRODUÇÃO.....	169
A VIDA NAS COLOCAÇÕES.....	172
O CARÁTER SOCIAL E SIMBÓLICO DA ATIVIDADE DE CAÇA: CAIPORA, VIZINHANÇA, PANEMA E CIÊNCIA	198
CIÊNCIAS DA CAÇA E A CIÊNCIA DA ESCRITA.....	239
CONCLUSÕES.....	244
CAPÍTULO V. APARIÇÕES DA ESCRITA NO RIO TEJO	247
INTRODUÇÃO.....	247
HISTÓRIA DA ESCRITA DOS MORADORES DA REAJ.....	249
ESCRITORES DA FLORESTA.....	256
CONCLUSÕES.....	265
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
BIBLIOGRAFIA.....	275

ACRÔNIMOS

ASAREAJ – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

CERES – Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISA - Instituto Sócio Ambiental

REAJ – Reserva Extrativista do Alto Juruá

RESEX – Reserva(s) Extrativista(s)

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá	1
Mapa 2: Localização da REAJ no Estado do Acre e na região do Alto Juruá	67
Mapa 3: Sudoeste da Bacia Hidrográfica Amazônica , destacando os rios Purus, Juruá, seus afluentes e as principais concentrações urbanas do Acre.	75
Mapa 4: Estado do Acre - malha viária, rios mais importantes, municípios principais e suas sedes.	79
Mapa 5: O percurso da borracha e das mercadorias.	83
Mapa 6: Escolas inauguradas por Thaumaturgo de Azevedo.....	161
Mapa 7: Distribuição da População na Reserva Extrativista do Alto Juruá	175
Mapa 8: Grupos de vizinhança do rio Bagé segundo mapa de Antônio Grajaú.	219
Mapa 9: Detalhe de grupos de vizinhança baseado em informações e mapa de Antônio Grajaú. Notar a distância entre as casas do mesmo grupo de vizinhança: não necessariamente elas são as menores possíveis.....	221

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Página de um diário de Antônio Barbosa de Melo, o Roxo (Arquivo Ceres).....	9
Figura 2: Trecho do Juruá: voltas e sacados. Imagem do satélite Landsat de 1989. O rio Juruá com suas voltas e sacados (lagos em forma de ferradura).	72
Figura 3: Gravura, representando uma estrada de seringa, segundo Chaves, 1913: p.17.....	98
Figura 4: Mapa de Emanuel, monitor e morador do Rio Juruá, mostrando as proximidades de sua casa.	112
Figura 5: "Edifício das oficinas e redação da <i>Folha do Acre</i> , cidade do Rio Branco" (Chaves, 1913, p. 17).	165

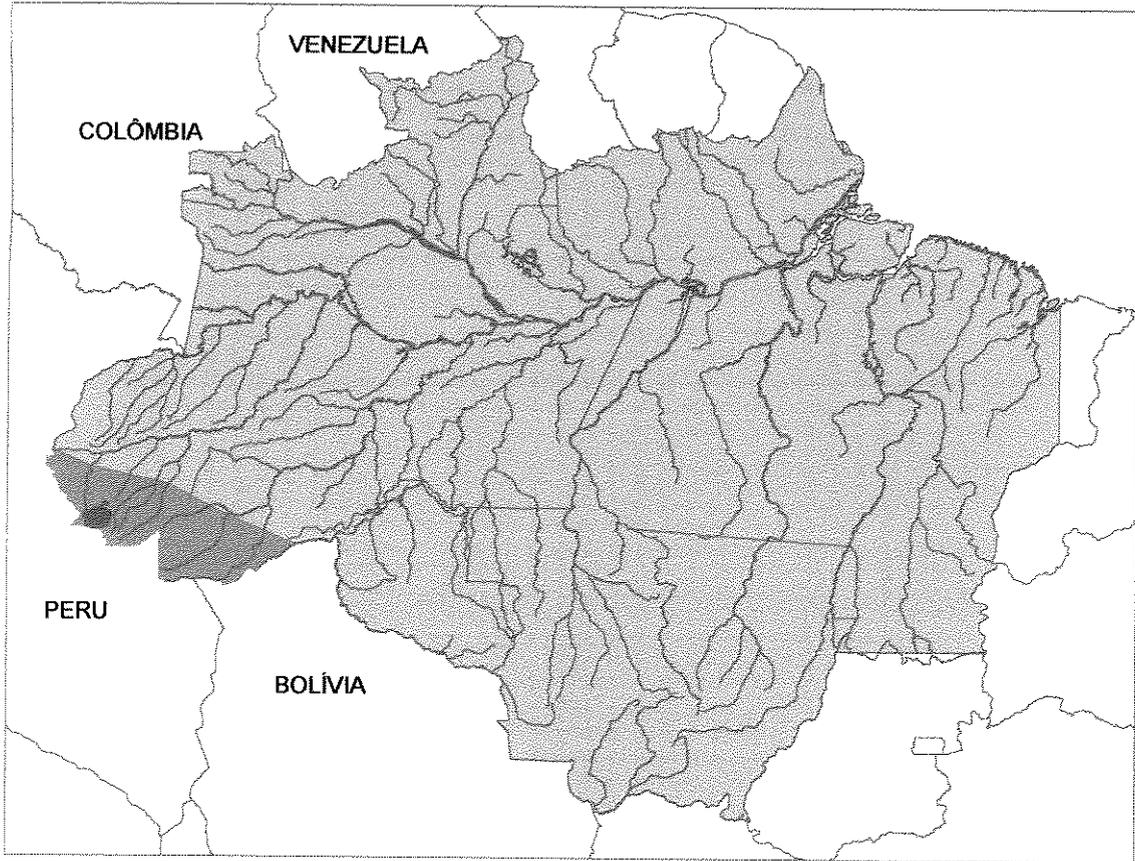
LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Município de Marechal Thaumaturgo – Áreas Protegidas e outras.....	69
Tabela 2: População e Alfabetização no Vale do Juruá	148
Tabela 3: Número de eventos de caça e período contemplado pelos dados de Raimundo Caboré.....	203
Tabela 4: Animais caçados em 1995:.....	206
Tabela 5: Totalizações de caças e embiarias para o ano de 1995.....	207
Tabela 6: Distribuição dos eventos de caça ao longo dos meses e das épocas do ano (1995)	208
Tabela 7: Totalizações para as épocas do ano:.....	209
Tabela 8 Distribuição de <i>caças e embiarias</i> pelas épocas do ano	211
Tabela 9: Total de carne vizinhada com cada vizinho no ano de 1995.....	215
Tabela 10: Total de carne vizinhada por animal em peso (kilogramas)	216
Tabela 11: Total em peso de carne vizinhada de cada animal por vizinho (Kilogramas).....	216
Tabela 12: Fluxo de carne da casa de seu Raimundo Caboré em 1995 segundo seu diário de caça.....	217
Tabela 13: Média de carne consumida por dia e por mês	217
Tabela 14: Vizinhanças do Bagé segundo Antônio Grajaú.....	222
Tabela 15: Distribuição dos eventos de caça por dias da semana	225

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Seu Antônio Batista na sala de sua casa no Rio Juruá.....	5
Foto 2: Palavras e figuras na parede da sala (Foto: Marisa Luna)	7
Foto 3 : Antônio Grajaú trabalhando em seus diários em sua casa no Rio Bagé.....	11
Foto 4: Cena de um treinamento de monitores (Foto: Eliza Costa).....	12
Foto 5: "Pesquisador" corrigindo cadernos de seu Antônio Grajaú em sua casa. Ao meu lado a esposa de seu Antônio (foto: Osmildo Lima).	14
Foto 6: Raimundo Adelino Farias, o Caboré, trabalhando com seus diários em sua casa no Rio Bagé.....	15
Foto 7: Siri e sua família na cozinha de casa	180
Foto 8. Seu Antônio Grajaú e família	182
Foto 9: Roxo, dessa vez sem seu paletó, escrevendo seus diários	258
Foto 10: Seu Raimundo Caboré, quando nos encontramos em Cruzeiro do Sul em minha última viagem.....	260
Foto 11: Toninho Grajaú estudando em sua casa.....	264

Mapa 1: Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá



200 0 200 400 Kilômetros



Legenda

-  Principais Rios da Bacia Amazônica brasileira
-  Reserva Extrativista do Alto Juruá
-  Estado do Acre
-  Amazônia Brasileira

Base de dados: ISA - Instituto Socioambiental
Biodiversidade Amazônia - consulta 99
Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação,
Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da
Biodiversidade da Amazônia Brasileira



INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho está relacionado às implicações da presença limitada da linguagem escrita na organização social e nas práticas sociais, em uma população da floresta amazônica. Para isso, o trabalho combina a etnografia com uma pequena história da escrita e de seus significados locais em uma área remota do território nacional cuja população começa a conquistar os direitos mais elementares da cidadania.

Nesta introdução procuramos tratar do tema geral do trabalho: abordar o problema, os caminhos que nos levaram até ele, resumir os procedimentos da pesquisa e apresentar algumas conclusões e reflexões que estão presentes durante o percurso da dissertação.

Pesquisas no Alto Juruá

Estive pela primeira vez na região do Alto Juruá, no extremo oeste do Estado do Acre, em 1998, realizando atividades de campo para minha iniciação científica e, ao mesmo tempo, como participante no desenvolvimento de um projeto de pesquisa¹ na Reserva Extrativista do Alto Juruá².

¹ A Reserva Extrativista do Alto Juruá foi a primeira área de conservação do gênero instituída por decreto presidencial em 1990. Nas Reservas Extrativistas busca-se um co-gestão administrativo entre Ibama e Associação local de moradores. Essas áreas estão definidas publicamente pelo Ibama em seu site como sendo: “Espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam”(Fonte: www.ibama.gov.br). O projeto “Economias de grupos domésticos e utilização da floresta: um estudo de caso na Reserva Extrativista do Alto Juruá.”, iniciado em 1995, foi financiado pelo CIFOR (Center for International Forestry Research) por meio de um convênio e o Departamento de Antropologia da UNICAMP. Minha iniciação científica foi financiada pela FAPESP e procurou examinar o processo de capacitação de muitos moradores associado à nova realidade institucional da área como Reserva Extrativista.

² Veremos mais detalhes sobre a área no Capítulo II e III.

Nessa região de difícil acesso vivem seringueiros e agricultores ocupando uma área de floresta Amazônica. A pesquisa de campo para a realização do trabalho agora apresentado também foi feita entre esses moradores, e esteve inserida no contexto de um outro projeto que tinha, entre seus objetivos, criar um método de monitoramento da qualidade de vida e do ambiente a ser desenvolvido e realizado pela população local. Uma de suas metas mais específicas era contribuir para capacitar cerca de cinquenta moradores na coleta, registro e análise de dados sobre a qualidade de vida, sobre o uso dos recursos ambientais e sobre o ecossistema³.

É na minha atividade, dentro desses projetos, que o tema de meu trabalho faz sentido. É também no contexto dessas atividades de capacitação que sou visto e reconhecido pelos moradores. É em minha atuação local, como “pesquisador e professor”⁴, que está situada a perspectiva de minhas observações e é também nesse contexto de atividades relacionadas a estes projetos que se dá a definição mais específica de um subgrupo de moradores com os quais convivi, me relacionei e trabalhei mais diretamente: o grupo dos moradores que estavam sendo capacitados para monitores sociais e ambientais, localmente designados somente “monitores”⁵.

³ Este projeto é intitulado “Pesquisa e Monitoramento Participativo em Áreas de Conservação Gerenciadas por Populações Tradicionais”. Ele foi iniciado em 2000, tendo como executor a ASAREAJ e como coordenador científico o professor Mauro Almeida, assim como o citado anteriormente. Foi financiado pela CEE, através da FINEP. Esse projeto faz parte do Plano Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (conhecido como PPG7). Outros objetivos do projeto são: 1-fortalecer mecanismos de autogestão; 2-contribuir para a administração dos recursos da REAJ pela própria população.

⁴ “Pesquisador” e “Professor” são as denominações usuais dadas pelos moradores aos membros da equipe de estudantes universitários e professores universitários que participam dessas pesquisas e projetos, e de outros anteriores a esses. Mais à frente haverá um histórico mais completo sobre as pesquisas desenvolvidas na região. São cerca de vinte anos de pesquisas científicas na região que garantiram uma certa familiaridade dos moradores com pesquisadores: biólogos, antropólogos, economistas, entre outros.

⁵ Como veremos, alguns monitores também se autodenominam e gostam de ser chamados de “pesquisador”, como exemplo, Antônio Barbosa de Melo, o Roxo e Irineu de Luna; principalmente nas ocasiões em que estão reunidos vários moradores, como um sinal de diferenciação entre eles, os monitores já formados, que conhecem melhor o trabalho e os demais monitores. Em geral a denominação mais comum é monitor. Algumas vezes também são tratados assim pelos “pesquisadores” de fora.

Estive na área por quatro vezes, duas durante a minha graduação, em 1998 e 1999, e as outras durante o mestrado, em 2000 e 2001. Os dados de campo mais diretamente relacionados ao tema deste trabalho são, em sua maioria, fruto das duas últimas viagens.

As palavras nas paredes da sala

Nas casas da floresta, uma das primeiras coisas que me chamaram a atenção foram as paredes das salas. Nelas, sempre encontrei coladas com a goma do amido de mandioca, de forma cuidadosa, páginas e páginas de cartilhas de alfabetização, fotos de modelos, catálogos de venda por correio, imagens de santos, páginas de livros didáticos em geral e folhetos de campanhas eleitorais. A impressão que tive é que todo papel que chega por lá, com algo escrito, fotografado ou desenhado, acaba colado nas paredes das salas.

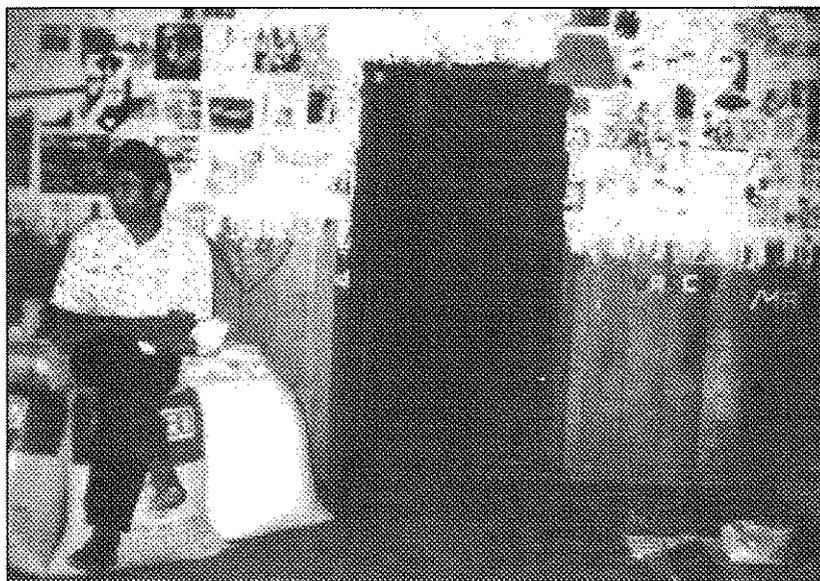


Foto 1: Seu Antônio Batista na sala de sua casa no Rio Juruá.

Pensei, inicialmente, em uma explicação pragmática para isso. As casas são feitas de pranchas de madeira serrada ou da casca grossa e batida da paxiúba, dispostas verticalmente, lado a

lado. Talvez as folhas pudessem ter a função de tapar as frestas entre elas, para evitar o vento e a friagem durante a noite, ou então para evitar algum olhar inoportuno, por entre as mesmas frestas, para dentro do quarto. No entanto, observei que as folhas não são coladas em toda a extensão vertical da parede, o que corresponderia à cobertura das frestas entre as tábuas. A disposição das folhas coladas não comprova a hipótese do vento, e tampouco a dos olhares inoportunos. As folhas nunca estão sobrepostas ou de ponta cabeça; parecem realmente estar ali para serem observadas. Outro detalhe que se destacava é que não estavam coladas somente gravuras. Ao contrário, existem paredes inteiras com páginas e páginas de cartilhas de alfabetização, com linhas e linhas em branco, com palavras a serem completadas, além de folhas e folhas de livros didáticos de matemática, com contas por fazer. Tudo isso indica que, se a intenção decorativa está presente, ela não é tudo, ou mesmo que os valores locais de decoração envolvem a própria palavra escrita. Finalmente, essas folhas escritas não têm como função a leitura propriamente dita. Em primeiro lugar, porque o fato de colar folhas na parede inviabiliza a leitura do verso das páginas. Em segundo lugar, porque as folhas de livros inteiros assim desmembrados e colados (por exemplo, um manual de mecânica de motores, na residência de um piloto da voadeira do serviço de saúde) não se encontram em seqüência.

Uma associação imediata que fiz foi a de lembrar das salas de nossas casas, onde muitas vezes penduramos flechas, arcos, colares e cestos. Uma primeira impressão irresistível é de que os seringueiros penduram cartilhas, pedaços de revistas, folhas de livros de matemática onde aparecem contas por fazer, palavras e números, como nós penduramos cocares e outros artefatos exóticos e decorativos em nossas salas. Talvez as palavras, o livro, as figuras impressas, a linguagem gráfica sejam exóticos e admirados (assim como os produtos

industrializados, tais como relógios, motores e rádios, sempre admirados por lá), afastando os seringueiros do cotidiano, e por isso merecendo seu lugar nas paredes das salas.



Foto 2: Palavras e figuras na parede da sala (Foto: Marisa Luna)

Assim, o que realmente as ‘letras penduradas na parede da sala’ mostravam era que havia significados ocultos na escrita; que a palavra escrita não servia apenas para ‘ler’, e que havia algo a pesquisar sobre os usos de textos.

O trabalho com os monitores sócio-ambientais

Se encontrar essas colagens em forma de mosaico nas paredes foi de certa forma um mote para esse trabalho, a motivação para questionamentos partiu do trabalho que eu realizava dentro do Projeto de Pesquisa⁶.

Uma atividade fundamental do monitoramento sócio-ambiental e da capacitação dos chamados monitores sócio-ambientais, atual sendo desenvolvido na REAJ, é o registro feito em cadernos pelos monitores com informações a respeito das condições de vida e do ambiente na Reserva; esses cadernos são chamados de diários de monitores ou somente diários. Assim, existem na área da Reserva Extrativista do Alto Juruá cerca de cinquenta moradores, registrando, muitas vezes diariamente, dados sobre seu cotidiano.

A natureza das anotações é variada. Alguns desses monitores fazem “diários de caça” registrando informações sobre suas caçadas: qual o horário de saída para a caçada, em que mata foi caçar, quais os animais vistos e abatidos, o horário do retorno, entre outras informações. Outros monitores fazem diários de pesca, com informações sobre suas pescarias; muitas das monitoras criam diários de alimentação, registrando os alimentos consumidos na casa. Existem “diários” e “monitores” de borboletas e sapos, que registram informações sobre a presença desses animais em diversos ambientes, fruto de um relacionamento com os biólogos, ao monitorar condições ambientais. Sapos e borboletas são considerados indicadores de qualidade ambiental (BROWN, 1997). Há ainda diários de caráter mais pessoal e subjetivo,

⁶ Assim como “pesquisador” tornou-se um termo genérico local para designar todas as pessoas, em geral ligadas à universidades e instituições de pesquisa (pesquisadores, professores, alunos e técnicos), que trabalham no âmbito de um dos vários projetos de pesquisa científica, realizados de forma subsequente na região; o termo “Projeto de Pesquisa”, ou só Pesquisa, passou a ser usado para tratar de qualquer dos projetos científicos em andamento na região. Ver mais sobre o

e os cadernos que contêm histórias imaginadas ou ouvidas, com um cunho mais literário⁷. Há ainda os diários relacionados a alguma atividade mais específica do monitor-morador: diários de atendimentos de agente de saúde ou diários de histórias de vida (autobiografias) e da região. Existem até mesmo monitores que registram sonhos, confidências e acontecimentos importantes de suas vidas e de sua localidade⁸.

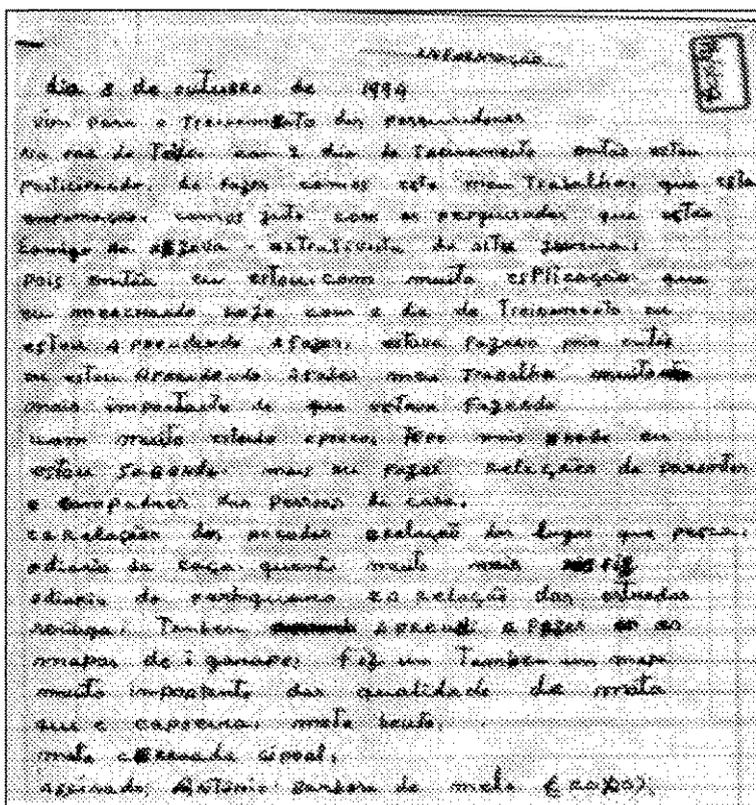


Figura 1: Página de um diário de Antônio Barbosa de Melo, o Roxo (Arquivo Ceres)

histórico da “Pesquisa” e sua relação com a população local mais adiante nesse texto e nos trabalhos de COSTA(1998), FRANCO(2001), WOLFF(1999), ARAÚJO(1998) e MARTINI(1998).

⁷ Detalharemos adiante um pouco mais sobre a forma de arremimentação dos monitores e sobre a escolha dos diários a serem feitos. Veremos fundamentalmente que isso está relacionado a contatos pessoais estabelecidos com um outro pesquisador e com interesses particulares, mas que também sofrem influência de objetivos do projeto e de outros fatores.

⁸ Um exemplo desses diários mais subjetivos de uma monitora, Ivanilde Gomes de Souza, é tratado no artigo de Mariana Pantoja Franco (1997). Neste artigo fica evidente também a forma como Ivanilde passou a ser monitora e como era a relação entre moradores e a chamada “Pesquisa”.

A grande maioria dos monitores já sabiam ler e escrever de alguma maneira, ao iniciar suas atividades de registro nos diários, associadas ao “projeto de pesquisa”. Tal maioria porém, quase a totalidade, não havia nunca estado “em um banco de escola”, para usar uma frase recorrente entre eles. Aprenderam “assim mesmo”, dizem eles; com parentes que vinham da cidade levando consigo um livro, davam uma aula ou outra; com algum familiar ou amigo que soubesse ler e escrever, juntando letras das embalagens de produtos industrializados, depois de receber uma “liçãozinha” aqui, outra ali. Das formas mais diversas, sempre longe da escola. Assim, em grande parte dos casos, essa capacitação de monitores sócio-ambientais convertia-se também na continuação da alfabetização dessas pessoas.

Os monitores são moradores das mais diversas localidades da Reserva Extrativista do Alto Juruá: jovens, adultos e idosos, homens e mulheres de uma faixa etária bem diversificada, que se envolveram no monitoramento, passando a fazer diários em períodos diversos, por motivações e de formas diferentes. Os monitores mais antigos envolveram-se com essa atividade a partir de 1993, durante os vários projetos de pesquisa já citados e antes mesmo, em projetos anteriores promovidos na REAJ, de forma voluntária, nas relações mais próximas que tinham com pesquisadores, motivados muitas vezes por esses e pela vontade de praticar a escrita ou até de se tornarem “pesquisadores”. Um outro grande conjunto desses moradores envolveu-se mais recentemente, pois era uma atividade que estreitava suas relações com os “pesquisadores”; porque queriam melhorar a escrita e também porque tinham alguma perspectiva de que esse trabalho passasse em algum momento a ser remunerado, o que de fato aconteceu no âmbito do último projeto desenvolvido, por meio de uma ajuda de custo.

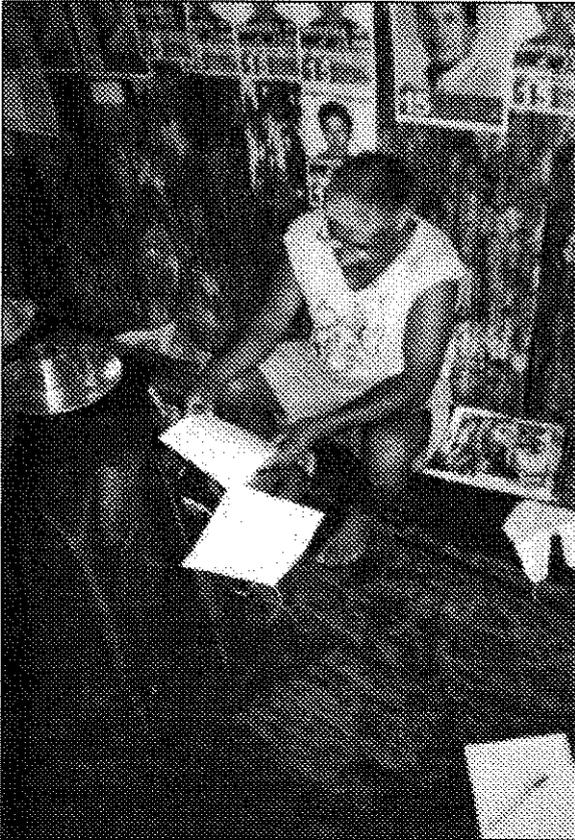


Foto 3 : Antônio Grajaú trabalhando em seus diários em sua casa no Rio Bagé.

A partir desse último projeto é que ocorreram ações mais diretas e objetivas de formação desses monitores. A capacitação dos monitores sócio-ambientais não era uma das atividades desenvolvidas, nem somente uma consequência da visita constante de pesquisadores e do estabelecimento de relações desses com os moradores, mas objetivos específicos do projeto. Nesses últimos anos é que se configurou de forma clara a execução do que estou chamando de capacitação dos monitores. Essa capacitação já acontecia fundamentalmente de três formas quando estive na Reserva em 1998, tornando-se mais intensiva nos últimos anos, exatamente pelo caráter do último projeto: os cursos ou treinamentos, visitas individuais aos monitores e trabalho solitário dos monitores em seus diários.

Treinamentos ou cursos ocorriam em algumas das visitas dos pesquisadores na Reserva: os monitores reuniam-se com a equipe de pesquisadores durante alguns dias, em alguma localidade da REAJ, para uma espécie de cursos intensivos. Nesses cursos, como eram chamados, fazíamos discussões sobre o trabalho de monitoramento, sobre a importância da coleta de informações e do monitoramento para a gestão da Reserva. Também eram tratados temas mais técnicos, que pudessem auxiliar no trabalho de monitoramento, como as unidades de medida, contas, uso de tabelas e mapas para o registro de informações, entre outros assuntos.



Foto 4: Cena de um treinamento de monitores (Foto: Eliza Costa)

Outra parte considerável dessa chamada capacitação era feita na visita aos monitores. Geralmente a equipe de pesquisadores se dividia para visitar individualmente cada monitor em sua casa, nas mais variadas localidades. Nessas visitas nós, “pesquisadores”, liamos os diários que vinham sendo feitos, conversávamos sobre as anotações, sobre o gosto pelo trabalho,

sobre as dificuldades que o monitor havia encontrado; tentávamos esboçar, junto com o monitor, interpretações e análises sobre as informações que ele havia registrado entre aquela visita e a última. O período entre as visitas dos pesquisadores aos monitores variava entre seis meses e um ano, aproximadamente. Fazíamos também orientações sobre os dados que deveriam ser anotados, sobre a qualidade das anotações que iam sendo feitas. Nessa atividade de visitas individuais foi surgindo a “correção do Português”, como parte da relação entre monitor e pesquisador. Muitas vezes solicitada pelo próprio monitor, outras, feita pelo pesquisador, a correção do português passou a fazer parte do que se esperava das visitas de pesquisadores.

Os pesquisadores, por sua vez, foram incorporando essa nova atividade às suas pesquisas. Isso significa que havia também poucos procedimentos prefixados, relacionados às atividades dessas visitas e muita variação do que ocorria na casa de cada monitor. Essa “metodologia” das visitas nas casas significa também que, se houve uma ‘pedagogia’ durante esse processo de capacitação, ela foi criada ao sabor do relacionamento entre ‘pesquisador de fora’ e ‘pesquisador local’, com uma certa liberdade, tanto no que era ensinado, quanto no que era trocado. Até porque, muitos dos monitores tinham uma escrita muito própria, reduzida ao que havia aprendido das formas mais variadas e inusitadas para aqueles que vem de uma realidade escolar. Muitos cadernos eram incompreensíveis a não ser para seu escritores que os traduziam, nessas oportunidades, para o pesquisador.



Foto 5: "Pesquisador" corrigindo cadernos de seu Antônio Grajaú em sua casa. Ao meu lado a esposa de seu Antônio (foto: Osmildo Lima).

Estou, logo de início, querendo chamar a atenção para o fato de que nenhum dos chamados projetos de pesquisa tinham metas pedagógicas diretamente relacionadas à escrita ou à leitura. De fato, a continuidade da alfabetização das pessoas nunca foi uma meta à parte, mas havia a necessidade de que leitores pudessem compreender o que estava escrito nos cadernos, e daí a necessidade de 'correções', sobretudo diante de casos em que a leitura se tornava muito difícil. Além disso, cada um dos pesquisadores se relacionava individualmente com monitores e, em alguns casos, atendia a demandas deles para 'corrigir' o caderno. Disso surgiu uma prática de ler o caderno, feito na solidão de semanas ou meses sem visita, e de dar um retorno na forma de comentários sobre o conteúdo e sobre a 'escrita', além de, mais tarde, converter seu conteúdo em produtos impressos e reorganizados.

A terceira situação de aprendizado dos monitores diz respeito exatamente à relação solitária do monitor com seu diário, com sua escrita. Como disse anteriormente, os monitores ficavam às vezes, durante meses, sem visitas dos pesquisadores para comentar, corrigir, e orientar. Nesses

meses, o monitor desenvolvia sua escrita, buscava em diversas fontes novas palavras, fazia suposições sobre a grafia de algumas outras, refletia sobre essa sua atividade, e, com base na reflexão, alterava e criava funções, conteúdos e formas de apresentação, fazia conjecturas, escrevia sobre outros assuntos, pensava e expunha seus próprios problemas e questionamentos. Enfim, os diários, nesses meses, tornavam-se uma forma de reflexão solitária, um espaço inventivo. Essa dimensão criativa fica clara na profusão de diários sobre assuntos que não tinham relação ou orientação direta dos pesquisadores e mesmo na forma da escrita.

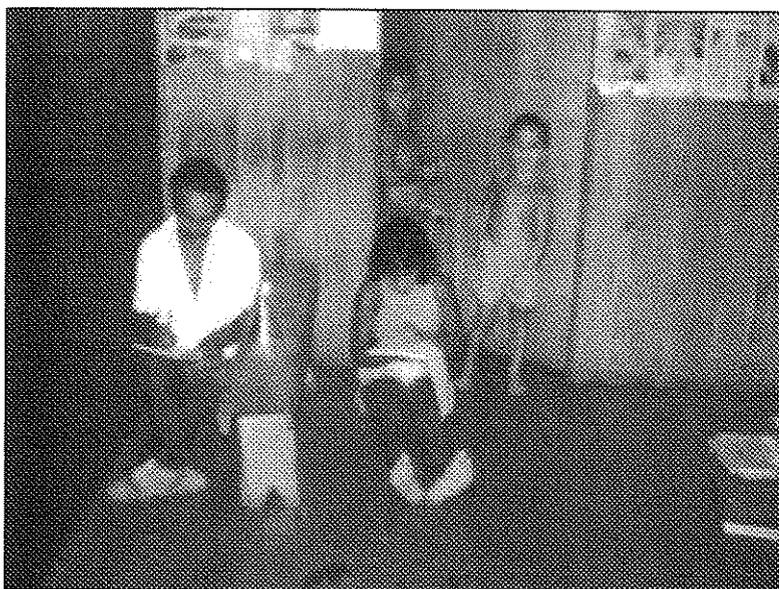


Foto 6: Raimundo Adelino Farias, o Caboré, trabalhando com seus diários em sua casa no Rio Bagé.

Assim, percorrendo os rios e caminhos da Reserva passei alguns dias na casa de muitos desses monitores nas quatro viagens que fiz. Nessas visitas individuais, estreitei relações com alguns desses moradores. Era bem recebido - os moradores da Reserva recebem com muita generosidade suas visitas --, e passava algumas horas desses dias, dependendo do monitor muitas horas, até mesmo mais de um dia, lendo os diários de meu anfitrião. Essa atividade de

visitas individuais, essa situação entre anfitrião e hóspede, entre escritor e leitor de diários; caracteriza bem a relação monitor-pesquisador.

Assim, minha perspectiva era a de alguém que sai de uma cidade como Campinas, onde ler é quase uma condição de existência, um ambiente onde a palavra escrita é onipresente e onde, mesmo quem não sabe ler, está familiarizado com ela, para “corrigir” cadernos de adultos que aprenderam a ler e escrever no meio da floresta, de maneiras diferentes, entre uma maioria de analfabetos que não podem ler o que eles escrevem e penduram nas paredes.

Questões impostas pelo trabalho com os monitores

Se existem idéias consensuais em nossa sociedade a ponto de serem naturalizadas, uma delas é sobre a importância da escrita, a importância de aprender a escrever, a tarefa do alfabetizador. Ao menos para mim, antes dessa experiência no Juruá, a importância e a necessidade do aprendizado da escrita jamais tinha sido um assunto de possível questionamento. Ler e escrever pareciam habilidades obviamente úteis e fundamentais para uma cidadania plena. Nessa medida, ensinar a escrever e ler, auxiliar no aprimoramento dessas técnicas, era uma tarefa inquestionável e de significado bem definido.

Diante da realidade do Juruá esse caráter indispensável da escrita e da leitura fica questionável. Durante as viagens, especialmente nas visitas aos monitores de toda a Reserva, questionei a importância de se aprender a ler em um local onde boa parte de qualquer texto vai ser recortado e colado na parede; onde poucos lêem e, principalmente, onde há muito mais técnicas e conhecimentos, intimamente relacionados ao modo de vida, que devem ser aprendidos e não são ensinados na escola, que independem da capacidade de ler e escrever. Caçar, pescar, cortar seringa, plantar, localizar-se, conhecimentos sobre a mata e uma

infinidade de outros conhecimentos dependem da experiência e dos ensinamentos dos pais, transmitidos oralmente. É complicado encontrar uma justificativa para o aprendizado da escrita, relacionado ao cotidiano da floresta. Os pais julgavam importante que os filhos estudem para que possam trabalhar na cidade, longe do serviço pesado da mata. Escrever serve para outro mundo, fora da floresta.

Essa impressão, essa desconfiança em relação à importância do meu trabalho quando estava no Alto Juruá e que, de uma forma ou de outra, incentivava o desenvolvimento da escrita, levaram-me a questionar a escrita na região e a pensar sobre alguns temas que já vinham sendo tratados em alguma medida, como veremos no próximo capítulo, por autores como Lévi-Strauss, Goody e Bourdieu, entre outros.

Escrita e Organização Social

Dessas perguntas surgiu a proposta mais geral deste trabalho: estudar as implicações da presença da linguagem escrita na organização social e nas práticas sociais. O ponto de partida para isso foi a investigação da presença e dos significados atribuídos à escrita numa área de tradição oral, em que a presença da escrita e da alfabetização se intensificou nos últimos dez anos sob diversas formas, no contexto formado pela criação das Reservas Extrativistas.

Essa formulação inicial do problema -- estudar as implicações da linguagem escrita nas práticas sociais -- poderia dar a entender que trataríamos a linguagem escrita como uma entidade autônoma, como se fosse uma tecnologia, um machado, por exemplo, que por si mesmo teria conseqüências sobre a sociedade. Adotar esse pressuposto significaria acreditar que a presença da escrita nos mais diversos grupos e sociedades teria invariavelmente as mesmas conseqüências. Ao localizar nosso estudo em um período histórico determinado e

entre “uma população amazônica”, afastamo-nos dessa interpretação que visa procurar conseqüências gerais resultantes da presença da linguagem escrita. Mas talvez isso ainda não seja suficiente para clarear nossa perspectiva nesse trabalho.

Para explicitar melhor nossa abordagem da questão, será conveniente reformular o problema nos seguintes termos: estudamos a vida social – incluindo aí a organização social e as representações – de moradores da floresta, tomando como foco aqueles moradores aos quais denominaremos escritores da floresta, para compreendermos os significados locais atribuídos à linguagem escrita e à oralidade, bem como os usos sociais que são feitos delas.

Embora afirmemos que nossa pesquisa não visa encontrar conseqüências gerais e homogêneas da escrita, não descartamos a existência de conseqüências locais: novas possibilidades, tanto de organização social, quanto de conhecimento, dadas pela linguagem escrita, não de forma descontextualizada, mas sempre paramentada num contexto social. Assim, há o impacto da introdução da escrita; ele não tem sempre as mesmas formas e dimensões, mas está ancorado em situações sociais. Se continuássemos com o exemplo acima, trataríamos do impacto do machado em um contexto de mudança social. O nosso ponto de vista é que a sociedade mudará, mas essas mudanças dependem de quem, como, e para quê traz o machado; de como a sociedade o utiliza em conseqüência de seus processos de ação sobre a natureza e de sua visão de mundo. Resumindo, buscamos na etnografia os sentidos e significados locais para a escrita e a oralidade, procurando situá-los em uma visão de mundo local.

Para isso, o trabalho procura também levantar uma pequena história da escrita e de seus significados locais em uma área remota do território nacional e com uma população que começa a conquistar os direitos mais elementares da cidadania.

Estrutura do trabalho

O texto está dividido em cinco capítulos:

O capítulo I é uma pequena revisão bibliográfica com abordagens diferenciadas do estudo da escrita e de suas implicações sociais. Há uma bibliografia muito extensa e de perspectivas diversas sobre o tema da escrita; procurei no entanto abordar alguns autores que de alguma forma perpassavam questões sugeridas pelo material de campo .

No capítulo II fazemos uma apresentação geral da região e da sociedade local, apresentando a constituição histórica de um estrutura de dominação e poder sobre a hidrografia em contraposição ao estabelecimento de relações igualitárias no âmbito mais local, no interior da floresta. Procuramos relacionar essa perspectiva espacial das relações ao usos históricos da escrita na região.

O capítulo III é dedicado a um histórico da escrita na região do Juruá dentro do estado do Acre. Utilizamos para isso, entre outras fontes, dois relatórios do primeiro administrador da Região, Coronel Thaumaturgo de Azevedo, e os relatos de outros personagens da época mais diretamente vinculados aos seringais implementados na região, a partir do início do século XX. Mostramos como a escrita estava inscrita nesse processo.

O objetivo específico do capítulo é contar a história da região, tendo como foco a presença da escrita, da instalação dos seringais há cerca de cem anos até a década de 1980, quando passamos a utilizar como fonte trabalhos de história e etnografia mais atuais. Nesse capítulo é enfatizada a utilização da escrita pelo sistema de aviamento e pelo Estado. Veremos que há uma sobreposição possível entre essas utilizações e significados e as representações e relações colocadas no espaço, dadas no capítulo anterior.

O Capítulo IV trata da vida social na floresta, focalizando agora as *colocações* e o papel da escrita no seu interior. Após uma descrição das colocações, inspirada na idéia de morfologia social já empregada no Capítulo I, passo a utilizar o material escrito de alguns moradores para descrever as relações locais, a vida nas colocações e as relações com a mata e seus seres. Utilizo também entrevistas com alguns autores da floresta como fonte de informação. Procuramos traçar um paralelo entre os saberes locais associados à caça e o aprendizado da escrita.

O Capítulo V vai retomar essa perspectiva e se concentrar nas trajetórias individuais para testar as hipóteses sugeridas no capítulo anterior, para, assim, encerrar a nossa história da escrita, mostrando os significados intra-mundos e de autonomia que a escrita assume hoje na região. Exemplifico, com as trajetórias de alguns autores da floresta, os processos informais de aprendizagem da escrita, os quais identifiquei entre os seringueiros. Alguns desses processos não foram tratados nas biografias, em parte porque não enfatizavam a escrita, e sim a leitura – tais como aqueles associados à religião do santo Daime (leitura de hinários), à igreja evangélica (leitura da Bíblia), ou à leitura de folhetos de cordel.

Agradecimentos

Agradeço à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - pelo financiamento do trabalho, e ao seu parecerista pelo apoio e importantes recomendações. Agradeço à Maria Regina Barbato de Arruda pelos outros financiamentos e apoios gerais de todas as ordens. Agradeço ao professor Mauro Almeida, além da orientação, pela generosidade e grandeza. Agradeço à Beatriz e nossas famílias. Agradeço aos amigos e colegas do AOMA e do CERES. Agradeço ao Edifício Antônio Robles e todas suas almas, aos

refúgios de Alécio e Jair, aos amigos e irmãos de São Carlos e Campinas. Agradeço aos funcionários e professores do IFCH. Finalmente, agradeço ao povo da Reserva Extrativista do Alto Juruá, aos meus amigos e compadres, em especial ao Roxo, ao seu Caboré, ao Irineu, Dona Mundoca, Toninho Grajaú, Mariazinha, Meruoca, Antônio do Milton, Nonato e suas famílias.

CAPÍTULO I - TEORIAS SOBRE A ESCRITA E HIPÓTESES SOBRE A LINGUAGEM GRÁFICA NO ALTO JURUÁ

Introdução

A bibliografia sobre a escrita e suas implicações nas mais diversas sociedades é extensa. O tema foi tratado de muitas formas e com base em várias perspectivas. Nesse capítulo procurei tratar de alguns autores e temas que julguei pertinentes para a discussão de minhas questões e de meu material de campo. O levantamento deste trabalho focaliza sobretudo alguns autores que de alguma forma trataram da associação da escrita ao poder de utilizá-la de formas diferentes, desde como instrumento de dominação até como instrumento dos “dominados”, para conquistar cidadania e “libertação”. Outras idéias, vistas como alvo de pesquisa bibliográfica, tratam das formas de classificação das sociedades, baseadas na sua relação com a escrita, o impacto recente da escrita em sociedades anteriormente ágrafas e as relações entre escrita e processos cognitivos. Nenhum desses temas foi pesquisado à exaustão, mas somente os que julguei suficientes para melhor formular as questões apresentadas pelo trabalho de campo. A parte final do Capítulo procura fazer uma apresentação geral da presença atual da escrita na região e algumas reflexões sobre seus possíveis significados locais.

Lévi-Strauss: poder e possibilidades de construção do conhecimento

Em *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss descreve o contato dos Nhambiquara com a linguagem escrita, e considerando essa descrição faz algumas conjecturas acerca da escrita e das implicações sociais de sua presença. No seguinte trecho, Lévi-Strauss descreve um momento particularmente interessante desse contato.

“Está claro que os Nhambiquara não sabem escrever; mas tampouco desenham, com exceção de alguns pontilhados ou zig-zags em suas cabaças. Como entre os Caduveo, distribuí, entretanto, folhas de papel e lápis, de que nada fizeram no início; depois, um dia, eu os vi ocupados em traçar no papel linhas horizontais onduladas. Que queriam fazer? Tive de me render à evidência: escreviam ou, mais exatamente, procuravam dar ao seu lápis o mesmo emprego que eu, o único que então podiam conceber, pois eu ainda não tentara distraí-los com meus desenhos. Os esforços da maioria se resumiam nisso; mas o chefe do bando via mais longe. Apenas ele, sem dúvida, compreendera a função da escrita. Assim reclamou-me um bloco e nos equipamos da mesma maneira quando trabalhamos juntos. Ele não me comunica verbalmente as informações que lhe peço, mas traça sobre o seu papel linhas sinuosas e mas apresenta, como se ali devesse ler sua resposta. Ele próprio como que se ilude com a sua comédia; cada vez que sua mão termina uma linha, examina-a ansiosamente, como se a significação devesse brotar, e a mesma desilusão se pinta no seu rosto. Mas não a admite; está tacitamente entendido entre nós que os seus riscos possuem um sentido que eu finjo decifrar; o comentário verbal segue-se quase imediatamente, e me dispensa de pedir os esclarecimentos necessários.

Ora, mal havia ele reunido todo o seu pessoal, tirou dum cesto um papel coberto de linhas tortas, que fingiu ler, e onde procurava, com uma hesitação afetada, a lista dos objetos que eu deveria dar em troca dos presentes oferecidos: a este, contra um arco e flechas, um facão de mato! a outro, contas! para os seus colares... Essa comédia se prolongou durante duas horas. Que esperava ele? Enganar-se a si mesmo, talvez; mas, antes, surpreender os companheiros, persuadi-los de que as mercadorias passavam por seu intermédio, que ele obtivera a aliança do branco e participava de seus segredos.”(Lévi-Strauss, 1957: 314)

Para Lévi-Strauss a escrita, onde quer que apareça *“parece favorecer a exploração dos homens antes de iluminá-los”* (LÉVI-STRAUSS,1957:p.318). Existem nessa afirmação de Lévi-Strauss alguns posicionamentos relacionados à escrita.

A primeira idéia diz respeito às possibilidades que seriam dadas pela escrita para o desenvolvimento técnico e científico. O autor argumenta contra aqueles que, inspirados no iluminismo, apontam a presença da escrita como a passagem da barbárie para a civilização, ou como técnica que possibilitaria a acumulação do conhecimento e, a partir disso, o desenvolvimento técnico e científico. Procura demonstrar, em vez disso, que a escrita não é uma condição necessária para o desenvolvimento técnico, lembrando que, em períodos nos quais a humanidade obteve alguns de seus maiores avanços técnicos, durante o neolítico, a escrita ainda encontrava-se ausente. Mesmo em sociedades contemporâneas sem escrita, o *“pensamento selvagem”* foi capaz de gerar e transmitir conhecimentos, viabilizando o

desenvolvimento técnico da mesma forma que em sociedades com escrita. Acentuando os avanços técnicos conquistados pela humanidade durante o período neolítico, Lévi-Strauss usa o termo “revolução do neolítico”. Nesse período de cerca de cinco mil anos de humanidade totalmente analfabeta, o homem passou a utilizar ferramentas de pedra polida, a domesticar plantas e animais, passou em muitos casos, a viver em aldeias, produziu os primeiros objetos cerâmicos e a aprendeu a tecer, entre “outros grandes avanços técnicos” (LÉVI-STRAUSS, 1970).

A outra idéia que Lévi-Strauss sustenta em “Tristes Trópicos” (LÉVI-STRAUSS, 1957), e que ilustra com o exemplo dos Nhambiquara, é a de que, se há uma consequência direta e inescapável da introdução da escrita em uma certa sociedade, essa consequência é o surgimento da dominação de uns sobre os outros. A escrita estaria vinculada ao surgimento das desigualdades sociais e da dominação, pois possibilitaria a administração e organização de grandes conglomerados humanos pelos governos centrais burocratizados. Para Lévi-Strauss, é nas sociedades mais numerosas, organizadas em cidades, ou em algum tipo de estado central, que aparecem as maiores desigualdades sociais e diferenças hierárquicas. Como o poder político centralizado depende, em grande, parte da escrita para se organizar, esta, de alguma forma, estaria vinculada ao surgimento das diferenças sociais e de sua perpetuação, forçando e legitimando o poder das classes situadas no topo das hierarquias sociais.

O caso do chefe nhambiquara, protótipo de uma situação de poder, apóia essa argumentação e suas conclusões. Para Lévi-Strauss, o chefe nhambiquara se apropriou da técnica para reforçar o domínio sobre os outros membros da sociedade. Entretanto, no caso narrado, a escrita não significou poder, por estar associada ao crescimento e hierarquização da sociedade. Lévi-Strauss apenas enxerga, na situação, o desenrolar do que ele pensa ser uma consequência

histórica da introdução da escrita. Ao mesmo tempo ele sugere que, naquele momento, a simples imitação do ato de escrever e não o domínio da técnica, ou da tradução dos símbolos gráficos da linguagem escrita, possibilitaram ao chefe nhambiquara um gesto de superioridade.

“Seu símbolo fora apropriado, enquanto sua realidade continuava estranha. E isso para um fim sociológico mais do que intelectual. Não se tratava de conhecer, de reter ou de compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – à custa de outrem.” (Lévi-Strauss, 1957: 316).

Outra sugestão do episódio narrado, e do último trecho em particular, é que para os nhambiquara a escrita e a leitura, os atos de ler e de escrever, em si mesmos, e o papel grafado, significavam, de algum modo, uma ponte para o “mundo dos brancos”. É considerando essa possibilidade que o chefe nhambiquara reforçaria seu poder sobre os outros. O ato de escrever e ler significava, mesmo que utilizado apenas o ritual e não a técnica, “surpreender os companheiros, persuadi-los de que as mercadorias passavam por seu intermédio, que ele obtivera a aliança do branco e participava de seus segredos”(LÉVI-STRAUSS, 1957: 314). Dessa forma, a posse do ritual da leitura e da escrita garantia ao chefe uma posição de intermediário entre o mundo dos nhambiquara e o mundo dos brancos. Pelo fato da escrita ser uma linguagem do mundo civilizado, aquele que sabe utilizá-la pode transitar entre os mundos letrados e não letrados e obter poder com esse privilégio.

Assim, resumindo as proposições de Lévi-Strauss e o que o exemplo citado por ele sugere, a escrita estaria associada ao poder de três formas distintas: A primeira diz respeito à possibilidade, dada pela escrita, de instauração de grandes estados socialmente hierarquizados. A segunda idéia é que, no caso dos nhambiquara, o conhecimento da escrita, da técnica, não foi fundamental para estabelecer uma relação de status e de poder; foi suficiente a posse

simbólica do ritual de ler e escrever. Uma terceira afirmação, associada à segunda, é que a escrita, de posse de alguns letrados, possibilitaria a estes o status de tradutor e de intermediário entre mundos.

Goody: processos cognitivos, organização social e a intersecção oralidade e escrita

Jack Goody propõe-se a estudar em várias obras o uso da escrita e suas implicações na sociedade. Suas abordagens privilegiam três aspectos:

O primeiro diz respeito às conseqüências da linguagem gráfica nos processos cognitivos. Goody (1986) parte da perspectiva de que o aprendizado da escrita corresponde à aquisição de novas “tecnologias de pensamento”⁹. Goody procura demonstrar que uma análise do desenvolvimento do pensamento humano deveria passar necessariamente por um estudo do desenvolvimento da linguagem. Nesse sentido, uma possível e tênue fronteira entre modos de pensamento distintos, e não mais ou menos evoluídos, estaria associada, e não determinada, pela presença da linguagem gráfica em suas mais diversas formas – tabelas, mapas e outros registros escritos.

Assim, Goody atribui à escrita um papel importante no que chamou, numa referência ao termo proposto por Lévi-Strauss, de “domesticação da mente selvagem”. Essa afirmação fundamenta-se em sua caracterização e compreensão do que seja o pensamento humano: sua perspectiva, ele afirma, se aproxima de uma concepção de Vygotsky segundo a qual o

⁹ Outra referência que ele faz sobre a associação entre pensamento e escrita: “Nos otros sugeríamos que a lógica, “nuestra lógica”, em el sentido restringido de um instrumento de los procedimientos analíticos parecía ser una función de la escritura (...)”(GOODY, 1986:21)

pensamento é dependente e indissociável de seu meio de comunicação, de sua forma de expressão: o pensamento seria uma espécie de “fala interior” (GOODY, 1986). Para Goody, seria então possível estabelecer uma relação entre o desenvolvimento do pensamento e o desenvolvimento da linguagem, e, nessa relação, estabelecer transições entre oposições outrora extremamente determinadas.

“Procurei recolher algumas das características que Lévi-Strauss e outros viram como marcando a distinção entre primitivo e avançado, entre pensamento selvagem e domesticado, e sugerir que muitos dos aspectos válidos destas dicotomias um tanto vagas podem ser remetidos a mudanças no modo de comunicação, especialmente a introdução das várias formas de escrituras” (GOODY, 1986,26)

Uma decorrência da instrumentalização do pensamento por meio do uso da linguagem escrita pode ser encontrada, segundo Goody (1986), por exemplo, em uma maior tendência e possibilidade de descontextualização do conhecimento. Para reforçar essa idéia, Goody cita o exemplo de um povo do norte de Gana, na África: os LoDagaa. Esse povo ágrafo; possui diferentes sistemas de contagem que variam conforme o que se quer contar. Contar estaria assim indissociável de alguma atividade prática. Já, em sociedades em que o sistema de contagem ou o sistema numérico está relacionado a sinais gráficos determinados, haveria uma possível e provável descontinuidade do sistema de contagem em relação à realidade concreta; até pelo fato do sistema de contagem existir independente do que seria contado.

Isso não significa, ainda segundo Goody, maior ou menor capacidade de abstração no pensamento de um letrado em relação ao não letrado, ou mesmo o reforço de uma posição entre ciência do concreto ou ciência do abstrato. Goody salienta que não é possível verificar um menor nível de abstração entre sistemas de contagem que não se utilizam da escrita como o LoDagaa e aqueles que possuem um sistema gráfico. Também não significa maior ou menor capacidade de contar entre os LoDagaa. Ao contrário, Goody diz que os LoDagaa são exímios

calculistas, eficientes e rápidos. No entanto, o método de contagem deles vincula-se ao que será contado, a uma situação apresentada, e não a um sistema gráfico ou numérico específico.

Partindo de argumentações desse tipo Goody procura se afastar da construção de dicotomias teóricas formuladas sobre o pensamento humano e presentes em outros autores, ele cita particularmente Lévi-Strauss. Para ele, esses autores, mesmo querendo afastar-se da construção de uma escala de valores entre culturas e modos de pensar, acabam por construir dicotomias que, na prática, estabelecem essa distinção, como entre sociedades frias e quentes, e, mais grave, deixam de explicar a existência dessas distinções. Para ele o deslocamento da questão para uma tecnologia (uma tecnologia do pensamento), um fator externo portanto, como modo de explicar parte das distinções entre os modos de pensamento, evitaria a possibilidade de encontrar a explicação em qualquer diferença cultural.

O segundo aspecto, trata da escrita e seus reflexos nas instituições sociais (GOODY,1986a).

Um exemplo desse tipo de análise é a “*dicotomia ou polaridade particularista-universalista*” (GOODY,1986a:11), dicotomia esta, ele diz, proposta por Max Weber. Goody aborda aqui instituições como a religião, a burocracia, a economia e o direito, como exemplos de instituições ‘universalistas’ em sociedades com escrita. Sua perspectiva considera que os estudos sobre a escrita e seus impactos na vida social muitas vezes “tendem a passar por alto seus efeitos facilitadores sobre, por exemplo, a organização de partidos, seitas e linhagens dispersas.”(GOODY, 1996:11). Na análise da religião, por exemplo, diz Goody:

“Com efeito, é possível sustentar que só depois de surgir a competição do Islão ou do Cristianismo é que a idéia de uma religião ashanti, distinta do conceito inclusivo de um modo de vida ashanti, começou a tomar forma, primeiro na mente do observador e depois na do ator.”(Goody, 1986a:20).

Sob esse ponto de vista, as religiões em sociedades sem escrita seriam necessariamente atreladas ao modo de vida. Já nas sociedades com a presença da escrita as religiões transformar-se-iam em instituições relativamente autônomas de outros aspectos da vida social, permitindo a emergência da conversão e da universalização. A escrita possibilitaria também o surgimento de um corpo de regras e doutrinas documentadas fisicamente, bem como de membros especializados, ao mesmo tempo guardiões e tradutores dos documentos, pois possuem a técnica e a linguagem que possibilitam o acesso e a divulgação da doutrina.

Desse modo, a escrita garantiria, ao mesmo tempo, a autonomia relativa da instituição religiosa, a possibilidade de sua expansão e universalização e o surgimento de uma classe de especialistas. Para pertencer a uma certa religião escrita bastaria conhecer seus dogmas, disponibilizados fisicamente e fisicamente localizados, e se converter. Ao contrário, em uma religião dissociada da escrita como a ashanti, e onde os costumes e modo de vida não podem ser separados da religião, seria necessário nascer ashanti e viver como ashanti para pertencer e “viver” a religião. A religião escrita - autônoma e portadora de regras independentes do modo de vida - poderia ser exportada, operando a conversão e a universalização. Cabe ressaltar que, para ele, a presença da escrita não se apresenta exatamente como condição para que uma religião opere a conversão e a universalização, mas a escrita, na religião como em outros aspectos da vida social, inauguraria e potencializaria essas possibilidades e características.

Outras idéias, associadas por Goody às religiões escritas e não escritas, dizem respeito às possibilidades de adaptação de seus dogmas. As religiões escritas seriam mais dogmáticas e menos sensíveis a mudanças sem grandes rupturas, enquanto que, aquelas religiões fundadas na oralidade seriam mais suscetíveis à assimilação de mudanças ao longo do tempo (GOODY, 1986a).

Goody aponta ainda, como já dissemos, a especialização das religiões como característica facilitada pelo uso da escrita. Não há também aqui uma idéia de condição, mas de uma tendência geral de se encontrar a escrita associada à existência de um corpo de sacerdotes. Como destaca Goody, há várias religiões que não estão paramentadas com textos sagrados, as quais constituíram uma categoria de sacerdotes, de especialistas de forma geral.

A presença da escrita facilitaria um tipo de relação mais específica e que se relaciona também à instauração de diferenças sociais e de diferenciação de poder e de *status* dentro da própria instituição religiosa: o conhecimento dos textos sagrados pressupõe a capacidade de leitura e passa a ser mais uma exigência para pertencer à classe sacerdotal. Além das iniciações rituais e dos preparos espirituais há uma barreira técnica que sugere um estreitamento das possibilidades, criando uma distinção clara das possibilidades, entre leitores e não leitores, de ocupar cargos sacerdotais. Esse último aspecto, tomado de forma mais geral, parece reforçar as suposições de Lévi-Strauss baseadas no exemplo dos nhambiquara sobre hierarquização das relações sociais a partir da introdução da escrita.

Finalmente, o terceiro tema de Goody (GOODY, 1968, 1987) trata da interseção entre escrita e oralidade, e dos processos de inserção da escrita e da linguagem gráfica de forma geral (e.g. tabelas e mapas), em sociedades de tradição oral¹⁰.

A questão mais importante, explorada por Goody aqui, é a diversidade de utilização, e de graus de utilização das potencialidades dadas pela absorção da tecnologia escrita pelas mais diversas sociedades.

¹⁰ Ver também sobre essa questão OLSON & TORRANCE (1995).

“O alfabeto semítico difundiu-se amplamente no mundo, por todo o continente eurasiático até as fronteiras da China, em Zonas do Pacífico, através da região do Sahara africano e ao largo da costa oriental até Madagascar. Mas em nenhum lugar teve uma repercussão decisiva como que teve na Grécia clássica. Com efeito, o tipo de situação que se criou amiúde em outros lugares parece assemelhar-se mais à “cultura escrita restringida” que caracterizou aos sistemas de escrita prealfabética”. (GOODY, 1996: p.14)

Podemos não concordar com esse julgamento de Goody sobre a influência mais ou menos decisiva da escrita, ou sobre o maior ou menor aproveitamento da linguagem escrita por esta ou aquela sociedade. No entanto, ele argumenta que as bases dessa diferenciação deve estar na cultura desses povos: a variedade de utilizações estaria diretamente associada à própria variedade cultural. Se, por um lado ele explica a diversidade de formas de pensar por meio da aquisição de novas tecnologias de pensar, por outro lado ele encontra na diversidade cultural uma explicação para as várias formas de utilizar a linguagem, tanto escrita quanto oral. A variabilidade dos usos dessas tecnologia de pensamento, notadamente da escrita, são encontradas no contexto histórico-cultural, utilizando-se por exemplo a etnografia de vários povos distintos, principalmente daqueles povos que não desenvolveram sua própria linguagem escrita, mas que passaram a utilizar a escrita criada por outras sociedades.

É importante destacar novamente que Goody procura distanciar explicitamente as pretensões de seu trabalho e as suas argumentações de perspectivas evolucionistas ou deterministas (GOODY, 1986a, p.12-18). Por seus trabalhos sobre a escrita terem uma perspectiva temática essas possibilidades são muitas vezes levantadas. Sobre isso e sobre as suas três diferentes formas de abordagem da questão da escrita ele afirma, utilizando-se de uma analogia entre o arado e a escrita:

“Tentei em várias alturas as três formas de investigação. Cada uma delas tem as suas vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens óbvias da investigação das possíveis implicações do arado é que alguns leitores encararão a abordagem como de um determinismo unifactorial. Por outro lado, uma investigação da rede factorial ou causal total, numa situação de campo, torna difícil ao autor evitar ser visto como um proponente

convicto de uma abordagem estrutural ou funcional. Um estudo histórico é encarado com frequência como parte de uma perspectiva mais vasta do desenvolvimento evolutivo, chegando mesmo por vezes a ser caracterizado como unilinear. Mas ainda que estas características sejam tentadoras, há que evitá-las.” (Goody, 1986:p.13)

Weber: a qualificação e a escrita para o estado moderno, na história das instituições burocráticas e da religião, e na constituição de classes de especialistas

Goody afirma ter recorrido a Weber para buscar características que ajudassem a caracterizar e diferenciar instituições, como o particularismo e o universalismo acima citados. Realmente alguns dos conceitos tratados por Goody são tratados por Weber, mais diretamente em alguns textos sobre religião¹¹. No entanto, Weber faz também em suas obras alusões, direta ou indiretamente, como as já citadas por Goody (GOODY,1986:25), à escrita e sua importância para a constituição de um estado moderno e racional, para o desenvolvimento da burocracia e para a expansão e desenvolvimento de algumas religiões.

Para Weber, o processo de burocratização nas mais diversas sociedades é resultado natural - “não pode ser evitado” - da expansão dos estados e das instituições. Ele diz, sobre o Egito antigo:

“No Egito, o mais antigo país de administração estatal burocrática, a regulamentação pública e coletiva das vias fluviais para todo o país, e determinada do alto, não pôde ser evitada devido aos fatores técnicos e econômicos. Essa regulamentação criou o mecanismo dos escribas e funcionários.” (WEBER, 1971: 246)¹²

Clássicos como *Os Nuer*, de Evans-Pritchard (1999), demonstraram que é possível haver sociedades geograficamente amplas e em expansão, organizadas territorial e politicamente. Essas sociedades, contudo, são desprovidas de Estado, isto é, sem uma organização separada

¹¹ Um texto onde se encontra essa discussão é “Las religiones universales y el “mundo”” (WEBER, 1964:475-492)

da sociedade e que detêm o monopólio da violência. Um dos aspectos distintivos de sociedades com Estado, em contraste com sociedades organizadas à maneira dos Nuer, é a presença daquilo que Weber chamou de burocracia moderna, e da escrita. Weber, ressalta, na história das instituições e dos estados organizados, a necessidade da burocracia para o funcionamento de grandes estados ou instituições que tenham poder centralizado, sejam elas econômicas ou religiosas. E, para Weber, uma parte constitutiva e característica de uma administração burocrática moderna e de grandes instituições de poder centralizado é precisamente a presença de documentos escritos e de cargos especializados de escreventes.¹³ O surgimento e aprimoramento de classes e categorias de especialistas são, portanto, um desdobramento do desenvolvimento da burocracia. Quanto maior e mais especializadas se tornam as sociedades e instituições modernas, mais necessários e maior o número e qualificação desses especialistas.

O raciocínio weberiano aplica-se não só ao estado moderno, mas também a uma diversidade de sociedades organizadas em larga escala, a exemplo da China imperial. Mas o estado moderno distingue-se, talvez pela formulação do ideal de burocracia baseado em racionalidade e impessoalidade na administração. Essas características conferem ao funcionário ideal dessas instituições burocráticas um perfil “despersonalizado e rigorosamente “objetivo”, em lugar do mestre das velhas estruturas sociais, que era movido pela simpatia e preferência pessoais, pela graça e gratidão.” (WEBER,1971:251). Em certa medida, de forma explícita ou não, essas características ideais podem ser vistas como aplicáveis à própria linguagem escrita.

¹² Veremos que é também nas rotas comerciais ao longo dos rios, para controlar impostos e o comércio, que inicialmente a escrita estará relacionada no Alto Juruá.

Goody chama a atenção também para as consequências dessa análise, destacando as relações possíveis entre escrita e impessoalidade. Para ele as proposições de Weber já indicavam claramente uma importante característica possibilitada pela escrita para as instituições sociais: “La relación entre ambos, gobernantes e gobernados, llega a ser más impersonal, conllevando una apelación más amplia a “reglas” abstractas listadas em um código escrito y encabezadas por uma claramente definida separación entre obligaciones oficiales e intereses personales.”(GOODY, 1986:25)

Na condição de controlador de fluxos comerciais no rio Nilo, de que fala Weber, o escriba, literalmente um escrevedor, é um mero funcionário que registra, mas que não tem posse nem das mercadorias que trafegam, nem dos homens que trafegam com as mercadorias ou mesmo dos impostos pagos pelo trânsito dessas mercadorias. O poder que cabe a este escriba é o de controlar as informações sobre os fluxos de mercadorias e de fiscalizar e registrar as informações que remete a seu superior, às mais altas hierarquias do estado ou da companhia comercial. Como ganho pessoal, a capacidade de escrever, permite ao letrado ocupar posições dentro de algumas instituições sociais que exigem esse conhecimento para a ocupação de um cargo. É possível, portanto, associar a escrita e proximidade do poder em sociedades onde há um poder centralizado. Weber parece indicar que se o detentor central de poder não precisa necessariamente saber ler, é fundamental que ele tenha poder sobre a burocracia letrada para administrar maiores extensões materiais, populacionais e territoriais. Diz Weber:

13 “A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos(‘os arquivos’), preservados em sua forma original ou em esboço. Há, porém, um quadro de funcionários e escreventes subalternos de todos os tipos.” (WEBER, 1971: 230)

“A estrutura burocrática vai de mãos dadas com a concentração dos meios materiais de administração nas mãos do senhor. Essa concentração ocorre, por exemplo, de modo bem conhecido e típico, no desenvolvimento das grandes empresas capitalistas, que encontram nesse processo suas características essenciais. Um processo correspondente ocorre nas organizações públicas.” (WEBER, 1971:257)

Pareceria que a análise de Weber caminha na direção das conclusões de Lévi-Strauss. Mas esse não é o caso. Isso porque para Weber, em contraste com Lévi-Strauss ao escrever sobre os Nambiquara, a escrita não significa “poder de uns sobre os outros”, mas sim a possibilidade, para pessoas qualificadas, de desempenhar certa atribuição e certo cargo público. Há um status adquirido com a capacidade de escrever. Em alguns casos históricos, mencionados por Weber, a qualificação como letrado significou diretamente uma posição social privilegiada, como na China e na Índia. Na China os letrados tiveram uma posição social destacada por cerca de doze séculos.

“A China fizera da educação literária a medida do prestígio social do modo o mais exclusivo, muito mais do que na Europa durante o período dos humanistas, ou na Alemanha. Mesmo durante o período dos Estados Belicosos, a camada de aspirantes a cargos que tinham educação literária — e originalmente isto significava apenas que tinham conhecimento da escrita — estendia-se por todos os estados individuais. Os letrados foram os portadores do progresso no sentido de uma administração racional e de toda “inteligência”.

Tal como ocorreu com o bramanismo na Índia, os letrados chineses foram os expoentes decisivos da unidade da cultura. Os territórios (bem como os enclaves) não-administrados por funcionários de educação literária, segundo o modelo da idéia ortodoxa do Estado, eram considerados heterodoxos e bárbaros, da mesma forma que os territórios tribais, dentro do território do hinduísmo mas não-regulamentados pelos brâmanes, ou como as arcas não organizadas como polis pelos gregos. A estrutura cada vez mais burocrática das organizações políticas dos estados chineses e de seus veículos deu à tradição literária da China a sua marca característica. Durante mais de dois mil anos, os letrados foram, claramente, a camada dominante na China, e ainda o são.” (WEBER, 1971:471)

Doze séculos é muito tempo. Nesses casos o poder dos letrados significou posições sociais fora de sua esfera de trabalho, um status social privilegiado em todos os âmbitos da sociedade. A escrita teria sido utilizada para a administração do poder, de forma hierárquica e organizada dentro da burocracia estatal, e, ao mesmo tempo teria significado para os letrados pertencer a um estamento social elevado.

O que cabe ressaltar nesse longo percurso é que a visão de Weber sobre escrita e Estado, ecoada com variantes na perspectiva de antropólogos como Lévi-Strauss e Jack Goody, estabelece um paradigma que associa escrita ao poder de Estado, e que confere prestígio e status a uma camada de especialistas a serviço do Estado. Essa visão poderia ser aplicada também a grandes empreendimentos como as companhias de comércio colonial e a companhias e “casas” que controlavam verdadeiros impérios de exploração de produtos florestais na Amazônia e em outras regiões, localizadas na periferia do mundo moderno.

A contribuição dos estudos de letramento

O estudo sobre o papel social da escrita tem sido abordado pela linguística aplicada. Nesse tipo de focalização a definição de um conceito parece central para as análises: o conceito de letramento. A definição é importante para delimitar o objeto desses estudos e para definir a forma de abordagem.

Segundo Kleiman,

“O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o “impacto social da escrita” dos estudos de alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita.”
(Kleiman 1995: 15)

Essa definição pode ser pensada também como um meio de distinguir de um lado a aquisição da *competência para a escrita e leitura* (“alfabetização”, um dos sentidos da palavra inglesa *literacy*), e as *práticas e usos da escrita*, ou seja, o relacionamento de pessoas com textos, seja como leitores, seja como escritores, ou de outras maneiras. É nesse segundo sentido, aparentemente, que a expressão *letramento* é usada (a palavra inglesa *literacy* também expressa esse segundo sentido, ao contrário de “alfabetização”).

Um marco importante no debate da linguística aplicada sobre o letramento é a sistematização proposta por Street (SIGNORINI,2001, KLEIMAN,1995 e MARCUSCHI,2001). Segundo essa proposta, existem fundamentalmente dois modelos de interpretação, formulados com pressupostos distintos e opostos: o modelo autônomo de letramento e o modelo ideológico de letramento.

O modelo autônomo de letramento teria como pressuposto a idéia segundo a qual o impacto da escrita é independente do contexto social. A escrita é pensada como um instrumento neutro, ou como uma constante que traria em toda parte as mesmas modificações, sociais e cognitivas, independentemente do tipo de sociedade em questão.

Em oposição a essa visão, o chamado modelo ideológico privilegiaria o contexto social ao tratar do impacto da escrita. Nessa perspectiva, os usos e significados da escrita estariam sempre associados a diversos aspectos da vida social.

O modelo autônomo, segundo essa dicotomia, teria imperado em várias disciplinas entre os anos de 1950 e 1980. As conseqüências dessa forma de entender o impacto da escrita, segundo esses autores, teriam marcado também a antropologia, teriam sido, entre outras, a divisão das sociedades em letradas e iletradas -- concebendo-se para as primeiras certas capacidades cognitivas e de organização social, as quais, por serem intrínsecas à escrita, tornariam essas sociedades de certa forma superiores às iletradas, criando-se assim uma espécie de grafocentrismo.

Jack Goody é visto como um dos representantes do “modelo autônomo”, com idéias que tiveram ampla repercussão fora da antropologia. Ainda, segundo os críticos filiados ao “modelo ideológico” do letramento, Goody vê, entre os impactos da aquisição da escrita a

alteração dos próprios processos cognitivos – o aparecimento de novas formas de solucionar problemas, de construir conhecimento, e de raciocinar. Os defensores do “modelo ideológico” argumentam contra essa idéia – retomando, talvez sem o perceber, as teses de Lévi-Strauss - que a escrita não é sinônimo de maiores possibilidades na construção do conhecimento científico, ou de maiores possibilidades cognitivas, uma vez que, para Lévi-Strauss o “pensamento selvagem” é tão capaz de gerar conhecimento empírico e de operar logicamente quanto o “pensamento domesticado”.

Contudo, convém lembrar que Goody procurou, ele mesmo, distanciar explicitamente suas proposições sobre os impactos da linguagem escrita de qualquer determinismo ou evolucionismo. Goody observa que a criação por Lévi-Strauss de dicotomias como, quente e frio, domesticado e selvagem, acaba por sugerir valores desiguais entre essas categorias, mesmo que a intenção seja oposta. Sendo assim, ao centrar seus estudos no desenvolvimento de novas tecnologias de pensamento, como a escrita, Goody tinha em mente reduzir o risco de cristalizar a crença entre duas formas dicotômicas de pensamento, uma moderna e outra primitiva (GOODY, 1977). Contudo, Goody aponta explicitamente a escrita como tecnologia de pensar diferente da fala, a qual possibilitaria certas formas de organização do pensamento não possibilitadas pela fala. Para ele, a distinção trazida pela escrita permite investigar um ponto obscuro em Lévi-Strauss: porque razão há sociedades e culturas onde domina o pensamento bricoleiro – aquele se utiliza de objetos e de signos concretos para construir estruturas e pensamentos -- , enquanto que em outras prevaleceria um pensamento de engenheiro, o qual partiria de esquemas e estruturas conceituais para construir objetos e utilizaria signos abstratos para formalizar o pensamento. Ora, não ficaria claro, em Lévi-

Strauss, a base para essa diferença. Goody acredita que a explicação está na tecnologia da escrita.

Escrita e poder

Para Clastres (1990), o chefe é aquele que fala, embora isso não signifique poder para ele, o chefe¹⁴. Para Lévi-Strauss, como vimos, o poder estaria com aquele que escreve. Para Bourdieu (1977), o poder da palavra é indissociável do poder do falante e, a escrita, por sua vez e da mesma forma, não atribui por si mesma poder a ninguém, senão o de legitimar o poder já constituído. A forma gramaticalmente aceita, a norma, é a forma de legitimar a variedade linguística daqueles que já detêm o poder. O poder da palavra não está na palavra em si, mas na capacidade do falante em mobilizar seu poder no ato lingüístico. Nessa perspectiva, não se pode pensar em uma escrita como instituição autônoma que por si só gera diferenças sociais. Assim, não existiriam conseqüências gerais resultantes de sua presença como técnica. A escrita, seria apropriada por grupos sociais já dominantes, os quais se utilizariam dela como um dos instrumentos de perpetuação de seu poder.

Seguindo essa perspectiva, o que interessa para Bourdieu são as apropriações que são feitas da escrita e o fato de ela não ser de domínio de amplos segmentos da sociedade confere a ela, de forma geral, uma associação possível com o poder. É na eleição e legitimação como norma de uma variedade da língua pertencente aos grupos dominantes, escrita ou não, que certos grupos usam-na como instrumento de consolidação de poder.

¹⁴ “O dever de palavra do chefe, esse fluxo constante de palavra vazia que ele deve à tribo, é sua dívida infinita, a garantia que proíbe que o homem de palavra se torne homem de poder.”(CLASTRES, 1990: 109)

Por meio da escrita, ficaria cristalizado o poder de um grupo dominante, pois a linguagem escrita, em uma sociedade, estaria mais próxima da variedade lingüística desse grupo, a chamada variedade culta, que por meios escritos legitimaria, propagaria e reforçaria não só sua variedade lingüística, mas sua cultura, sua ideologia.

Maurizio Gnerre, apoiado nessas proposições, afirma :

“O passo fundamental na afirmação de uma variedade lingüística sobre as outras é sua associação à escrita e, conseqüentemente, sua transformação em uma variedade usada na transmissão de informações de ordem política e “cultural”.” (Gnerre, 1994: 7).

Nessa perspectiva a escrita é sempre um instrumento de manutenção da concentração do poder. Assim, estamos ainda numa perspectiva que remonta em última análise à tese de Weber e à especulação de Lévi-Strauss com que iniciamos essas considerações.

Escrita como instrumento de conquistas políticas

Por outro lado, para Paulo Freire (Freire, 1969) a escrita é um meio que pode ser utilizado como instrumento para se criticar e enfrentar a dominação. Ela é vista como um instrumento poderoso – capaz sim de mudar o modo de pensar - um instrumento que pode ser adquirido para ser usado como arma contra a opressão.

Paulo Freire centra seu foco na educação de forma geral. Para ele, o próprio ambiente da educação, nos moldes mais tradicionalmente conhecidos, reafirma a proposição de que o ensino da escrita, e a educação formal de maneira geral, perpetuam, legitimam e espelham relações de dominação¹⁵. Uma ação transformadora na educação não passa, portanto,

¹⁵ Em sua obra sobre o “poder simbólico”, Bourdieu(1989) também analisa a perpetuação das relações de dominação no ambiente escolar.

simplesmente pela universalização da educação (e do conhecimento da linguagem escrita), mas pela universalização de uma nova forma de educação que começa pela posição do professor dentro da sala de aula, em sua relação com os alunos, com o ensino e com o conhecimento. Freire critica a educação tradicional, caracterizando-a como opressora, onde o professor é o dono inquestionável do conhecimento, a escola é o espaço físico privilegiado do conhecimento e onde o professor desenvolve uma relação de domínio sobre seus alunos que estão numa posição subordinada. Em suma, Paulo Freire deslocou, pioneiramente, o foco de atenção da escrita como técnica para as práticas sociais da escrita, e ressaltou o próprio processo de transferência da escrita, como prática política.

Nessa medida, afirma Freire, o ambiente escolar estaria reproduzindo e reificando¹⁶ uma situação de dominação dada na sociedade. Freire propõe uma transformação da educação, que passa, necessariamente, pelo estabelecimento de novas relações cotidianas entre professor e aluno, aluno e saber e professor e saber. Para propor isso ele parte de princípios segundo os quais a educação deve possibilitar ao homem interferir no processo histórico, “o homem pode ser eminentemente interferidor”(FREIRE, 1969:41). A educação deve, não só em seu conteúdo mas em sua forma, buscar acender no homem a “consciência de sua temporalidade, de sua historicidade” e, com base nisso, ele estaria apto a enfrentar a dominação. Para Freire o saber ler e escrever é essencial nesse processo de iluminação, para retomar as palavras de Lévi-Strauss. Nesse processo, por outro lado, o próprio uso dos signos da escrita é investido de conteúdos anti-opressivos, e dessa forma a técnica da leitura e da escrita torna-se inseparável

¹⁶ Uso essa palavra, “reificando”, para enfatizar que a dominação no processo de aprendizado escolar tradicional, fruto de um processo histórico, é naturalizada como realidade objetiva até pela própria organização cotidiana das aulas e da relação colocada entre professor e aluno.

do pensamento crítico. Assim é que as “palavras geradoras”, na prática de ensino, preconizada por Paulo Freire, são também conceitos-chave na reinterpretação crítica da sociedade, e a construção e reconstrução de palavras passa a ser também desconstrução das idéias dominantes.

Essa perspectiva combina-se bem com a posição de Bakhtin e Volóshinov (1978), segundo a qual os signos, a palavra falada – e por extensão também a palavra escrita – são uma arena onde classes sociais confrontariam significados. A dominação linguística não é um reflexo imediato de outras dominações, mas um campo determinado de disputa.

Algumas contribuições da antropologia ao estudo da escrita

O trabalho de Hoggart (1973) foi um dos primeiros que procurou desvendar etnograficamente as relações entre “mundos da escrita” (tradição escrita) e “mundos orais” (tradição oral). Estudando alguns bairros proletários da Inglaterra¹⁷ Hoggart procurou “compreender até que ponto a influência generalizada das publicações de massa está relacionada com atitudes normalmente aceitas, até que ponto vem alterar essas atitudes e quais as resistências com que depara” (p.22). Isso pode ser visto como uma argumentação implícita contra a tese geral de que a linguagem escrita necessariamente tornaria legítimos os discursos de classes sociais dominantes, de certa maneira impondo e reafirmando a dominação de uma classe sobre a outra (como em Bourdieu e Gnerre).

¹⁷ Hoggart trata de classes proletárias que viviam nos distritos de “Hunslet(Leeds), Ancoats (Manchester), Brightside e Attercliffe (Sheffield) e ao longo das estradas de Hessle e Hoderness (Hull)”. Ele escreveu seu estudo entre os anos de 1952 e 1956.

Em seu trabalho, Hogart caracteriza a presença de “atitudes antigas” e “atitudes novas” entre os operários ingleses que estudou. As “atitudes antigas” corresponderiam a um modo de vida rural, fundado na comunicação oral, enquanto as “atitudes novas” estariam relacionadas a um modo de vida urbano, construído com a crescente industrialização e urbanização da Inglaterra do começo do século XX. Hogart procura verificar nesse contexto a influência exercida pelas publicações de massa.

Essa influência é percebida em parte das pessoas, notadamente naquelas que transitam de uma “atitude antiga” para uma “atitude nova”. A família do próprio Hogart é tomada como exemplo de uma trajetória histórica de passagem, através das gerações, de um modo de ser “antigo” para um “novo”. Assim, ele parte da migração de seus avós para a cidade em meados de 1870 e analisa as mudanças nos costumes e as “tendências” até sua geração. O que mais se destaca em seu trabalho é a presença de uma resistência da cultura oral, na geração de seus avós, em face da influência de uma cultura escrita de massas colocada pela situação urbana desde a migração da família, contrariando, até certo ponto, a argumentação de que a cultura letrada se imporia simplesmente aos não letrados.

“Há já muita coisa escrita acerca dos efeitos dos “meios modernos de comunicação” sobre as classes proletárias. Mas quando ouvimos falar das classes proletárias, em casa como no trabalho, constatamos em primeiro lugar não os efeitos de cinquenta anos de cinema e de imprensa de grande difusão, mas antes a influência praticamente nula desses fenômenos sobre a linguagem do dia a dia, uma vez que os membros dessas classes continuam a inspirar-se, no que a fala e as crenças que implicitamente se exprimem por meio da fala se refere, numa tradição oral e local.” (HOGGART, 1973: p.33)

Mais à frente ele trata ainda do caráter dessa resistência. Mesmo que ela não signifique o tipo de consciência crítica que propõe Freire (1969) para o enfrentamento da dominação, por meio da consciência de suas possibilidades de atuação histórica num sentido revolucionário, a resistência da cultura oral e local a uma tendência de mudança histórica é também um

movimento contrário à dominação de uma variedade linguística e um modo de ser. Mais ainda:

“ Não se trata de uma força de resistência passiva, mas antes de algo que, se bem que inconsciente, pode ser considerado como positivo. As classes proletárias possuem em elevado grau a faculdade natural de resistirem à mudança, adaptando ou assimilando, nas novidades, aquilo que lhes interessa, e desprezando todo o resto.” (Hoggart, 1973:p.40)

Ele ressalta esse ponto de vista em seu trabalho pela análise das publicações de massa vendidas nesses bairros. Ele mostra a própria temática das revistas, a qual acompanha a divisão que ele faz entre valores e gostos “antigos” e “novos”; esse fato sustentaria a hipótese de que haveria uma resistência da cultura “antiga”, local e oral, perante a cultura “nova”. Se por um lado os temas urbanos e novos, em certas publicações conquistariam pessoas, os jovens com tendência à modernização, por outro a cultura local resistente e “antiga” imporia sua própria temática e valores em outras publicações (Hoggart,1973:p.158).

A perspectiva de Hoggart inseriu-se numa atitude em mudança, com referência às relações entre classes sociais exploradas ou dominadas e o Estado. Sob a influência do pensamento de Gramsci, alguns autores passaram a enfatizar a importância da cultura das chamadas classes subalternas como parte da resistência contra a hegemonia exercida pelo pensamento das classes dominantes. A tradição oral conteria um germe de bom-senso e expressaria uma latente resistência às formas de pensamento dominantes. Segundo essa linha de pensamento, também haveria usos “subalternos” da literatura e da escrita. Para concluir esse balanço, damos um exemplo recente dessa perspectiva, dirigida para o estudo da “escrita subalterna” (na falta de termo melhor para traduzir *grassroots writings*, literalmente “escrita enraizada”) como “meio para ... construir uma voz histórica” (BLOMMAERT 2001:133). Ainda, segundo esse jovem autor, justificando a tradução aqui empregada,

“Essa voz histórica seria qualificada por alguns como sendo uma voz ‘subalterna’: é a voz de um africano que não pertence à elite, que não tem controle sobre as técnicas de escrita (literacy) nem sobre as ferramentas narrativas, e que é muitas vezes desconsiderado como fonte de informação sobre a história ou sobre a estrutura social” (BLOMMAERT 201:135).

Essa desconsideração em relação a essa “escrita subalterna” é legitimada, precisamente por conta do controle limitado sobre as técnicas da escrita, uma vez que a “escrita de base” em questão é descrita como *“modos de escrever caracterizados pelo manejo problemático de diferentes tipos de convenções da escrita, que vão desde dificuldades com a organização material de signos gráficos em um dado espaço (a folha de papel), problemas com a coerência na ortografia e na soletração, dificuldades gramaticais que às vezes brotam da ausência de um padrão de linguagem hegemônica ... e problemas com convenções de gênero literário para escrever tipos determinados de texto”*. A consequência é que para o professor ou observador de fora, a *escrita subalterna* aparece simplesmente como “escrever errado” (BLOMMAERT 2001:135).

Convém ainda mencionar algumas conclusões do artigo de Blommaert, do qual só tivemos conhecimento recentemente, mas que convergem para os temas discutidos acima. Em sua conclusão, Blommaert evoca a tese de Lévi-Strauss segundo a qual a escrita favoreceria a exploração e não o esclarecimento intelectual da humanidade, bem como a tese segundo a qual os sistemas educacionais modernos produzem “letramentos” (*literacies*) estratificados: as elites que interpretam textos, e os que não pertencem à elite e são socializados na relação submissiva a textos (lembramos que Bourdieu confirmaria essa posição, para qual Paulo Freire forneceu uma alternativa). Blommaert deparou-se com o problema de avaliar essas proposições no contexto dos “escritores de base” com que trabalhou, concluindo que havia dois lados na questão. De um lado, o significado da escrita para os escritores fora da elite: para eles, o texto é um “esforço de expressão”, e não um ato submisso; mas por outro lado é o

“nosso próprio olhar”, e é nele que estaria a opressão. Em outras palavras, embora os autores populares procurem se afirmar como indivíduos e como parte de um grupo marginalizado, o próprio meio de expressão que buscam utilizar, a escrita popular, os marginaliza em uma sociedade com um firme código de escrita *correta*.

Um balanço geral desses autores não esgota o tema, mas fornece referências importantes e que podem ser confrontadas e relacionadas com aspectos mais específicos, os quais procuramos tratar em nosso trabalho. Vemos frequentemente, e de diversas formas, a escrita associada ao poder, mas não necessariamente como parte da dominação, “dominação de uns sobre os outros”, e sim, pelo menos para alguns, como instrumento empregado para superar a dominação – essa última conclusão daria razão à visão “ideológica” da escrita. Vemos também, em contrapartida, a importância que vários autores conferem ao impacto da escrita sobre a cultura e a organização social, como componente de organizações e de sistemas burocratizados. Por fim notamos, nos últimos autores mencionados, o interesse nas relações não passivas entre pessoas com pouco controle sobre a escrita e a esfera letrada, e os problemas associados à prática da escrita por escritores fora da elite.

A escrita na Reserva extrativista do Alto Juruá

A presença da linguagem escrita na Reserva Extrativista do Alto Juruá

Na Reserva a comunicação é predominantemente oral, mesmo a comunicação oficial, institucional de eventos é feita via rádio ou aparelhos de fonia. Um ambiente em que não existem cartazes, outdoors, placas, preços, televisão, correio, etc. Sem contar as cartilhas do MEC, restritas às escolas, a presença da escrita está na lata de leite em pó, no pacote de café,

nas quatro únicas placas existentes na Reserva para demarcar seus limites, nas bulas e caixas de remédio e nas paredes das salas.

Não se vêem anúncios ou placas publicitárias, nem placas indicando ou assinalando os armazéns ou postos de saúde. Somente as baleeiras das comunidades costumam estar identificadas com o nome da comunidade, mesmo porque costumam ser fabricadas fora da Reserva.

A presença dos signos da escrita, das letras, é mínima quando se anda pela Reserva e a mesma não parece necessária para a vida cotidiana. Já a importância da oralidade, principalmente no que diz respeito à comunicação pode ser entendida, considerando o seguinte texto de Eliza Costa:

“(...)Essa sociedade é interligada pela chamada rádio-cipó: qualquer novidade que aconteça, por exemplo, na foz de um igarapé, chega rapidamente até às cabeceiras mais distantes. Não é de estranhar essa curiosa rapidez da comunicação oral, já que esses caminhos dos rios e das florestas são constantemente trilhados por viajantes que passam de casa em casa, dormindo com um parente, almoçando num compadre, dizendo as horas a um conhecido, e levando, trazendo e discutindo as últimas novidades que se ouvem aqui e ali.

Essas redes de comunicação são atualmente aceleradas pelos postos de radiofonia instalados pela Associação, que também tem um programa semanal de rádio. E há décadas que o rádio é o meio mais rápido de comunicação entre os seringueiros em viagem na cidade e os seus familiares que ficaram na colocação: a partir da cidade de Cruzeiro do Sul, ao preço de um real, pode-se enviar um recado pelo tradicional e ouvidíssimo Programa de Mensagens, que todos as noites transmite recados sobre os preços dos produtos na cidade, o nascimento de crianças no hospital, as saudades expressas à mulher por “seu querido esposo” como manda a fórmula, os pedidos de bênção de um estudante para seus pais, além de queixas, reclamações e fofocas. Até o início dos anos 80, essas mensagens eram ainda censuradas e os preços dos produtos eram alvos de cortes; hoje são usadas pelos sindicatos e pelas associações. E já nessa época o rádio com pilhas era um item freqüente nas casas de seringueiros; como as mensagens eram repetidas, os vizinhos sem rádio também podiam ser avisados. Além das mensagens, um dos programas de maior audiência é o Clube do Ouvinte, que lê as cartas que são depositadas gratuitamente no guichê da rádio, nas quais se oferecem músicas e notícias para os moradores dos mais diferentes locais e se ouvem as canções que animam as noites iluminadas por lamparinas das casas.” (COSTA, 2002:136-137).

Observamos também que, ao mesmo tempo sem haver uma grande presença da escrita no cotidiano das pessoas, há uma presença histórica importante e evidente. Isso pode ser notado principalmente, e especialmente, ao conversar com os escritores locais com quem trabalhamos e com os moradores mais velhos que não freqüentaram a escola. Observamos historicamente, nos discursos dessas pessoas, a linguagem escrita associada ao controle e ao poder, tanto devido à sua utilização no “tempo dos patrões”¹⁸ como veremos adiante, remontando à história da região, quanto em relação aos novos agentes externos que se apresentam no local, utilizando-se sempre dela.

No “tempo dos patrões”, no chamado sistema de aviamento, o controle das contas, dívidas e saldos dos seringueiros era feito pelo guarda-livros ou pelo gerente, em livros, e anotado na caderneta do seringueiro ou em recibos, muitas vezes simples folhas soltas de caderno. A escrita apresentava-se então como uma forma de controle sobre os seringueiros. Esse controle vinha junto com o mistério associado aos livros de contabilidade, às contas, e às dívidas.

Ao mesmo tempo a escrita era também a garantia do seringueiro. Poucos eram os seringueiros alfabetizados. A caderneta do seringueiro e os livros de contabilidade documentavam, registravam, e, de alguma forma contribuía para legitimar acordos e obrigações quantificados entre seringueiros e patrões, em um código que, muitas vezes era mediado por uma espécie de escriba (o chamado gerente e o guarda-livros). Como para o caso dos nhambiquara, o símbolo, apesar de desconhecido, era importante para a manutenção das relações.

¹⁸ Trataremos com mais detalhe do “tempo dos patrões” ao longo da dissertação. De forma geral esse termo refere-se ao período anterior à criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá (1991). Pode também, dependendo da situação de uso, estar

As cadernetas dos seringueiros, aos quais nos referimos acima, parecem ter sido utilizadas durante um curto período, segundo observações e trabalhos de Mauro Almeida, que realizou pesquisas de campo principalmente nos anos oitenta na região (ALMEIDA,1993). Quando ele esteve lá elas não eram mais utilizadas; sua utilização parece ter se restringido ao período da Segunda Guerra Mundial, quando trabalhadores eram recrutados no nordeste para trabalhar nos seringais amazônicos. Nesse período, com o envolvimento do governo no encaminhamento dos trabalhadores para os seringais houve uma tentativa de regulamentação e regulação do trabalho. As cadernetas faziam parte dessa proposta.

O que realmente existia no tempo dos patrões como garantia para o seringueiro de suas transações com o patrão, até os anos oitenta, quando Mauro Almeida realizou suas pesquisas, eram os “documentos do seringueiro”. Mauro Almeida conta que os recibos (balanço anual, ou mesmo comprovantes de compra de mercadorias ou de venda de borracha) ficavam em poder dos seringueiros e eram chamados às vezes de “documentos de seringueiro”; constituam a única prova de que eles haviam trabalhado para tal ou qual patrão, de que tinham suas contas quitadas, ou mesmo de que eram seringueiros. Mauro Almeida conta ainda que Zé do Lopes, um seringueiro que mora atualmente no Rio Tejo, entregou-lhe com relutância um punhado desses velhos recibos, em geral folhas soltas de caderno, contendo anotações de compras e venda de borracha com diferentes patrões, sobre a promessa de que seriam devolvidos a ele. Evidentemente, para Zé do Lopes esses papéis, que ele não conseguia ler, tinham valor muito grande.

se referindo ao tempo em que os patrões eram mais poderosos, quando a borracha tinha preços elevados.

A mediação das transações comerciais entre as pessoas era, e é ainda, muitas vezes feita por meio de operações contábeis; o dinheiro, o papel moeda era muito pouco usado. Ainda hoje muitas pessoas têm pouco contato com o papel moeda, o que não parece restringir o número de transações realizadas: de dívidas, de trabalho, de produtos com outras pessoas. Essas transações são muitas vezes registradas em pequenos papéis, em bilhetes, mas também muitas vezes somente firmadas na palavra e na confiança. Em setembro de 2000 estive na região no período das eleições. Muitas pessoas me mostravam pequenos pedaços de papel, pedaços de folha de caderno, onde os candidatos a prefeito e vereador escreviam um compromisso qualquer com aquela pessoa caso fosse eleito. Assim, por exemplo, “ se fulano de tal votar em mim e eu vencer as eleições prometo uma casa para fulano”, tudo devidamente assinado pelo candidato.

Mauro Almeida fez um comentário sobre essa permuta contábil, mostrando o quanto ela era generalizada, não se restringindo à relação entre patrão e seringueiro. Diz ele sobre a contabilidade e as transações observadas no início dos anos oitenta:

“Na sede da Restauração, em 1982, o que havia eram livros de contabilidade em que todos os seringueiros ‘titulares de estrada de seringa’ tinham seus créditos e débitos de compra anotados, bem como outro livro em que estavam listados os pagamentos de ‘renda de estradas de seringa’”. Havia também papéis que documentavam transações de seringueiro para seringueiro (venda de uma vaca, de um cachorro e assim por diante). Às vezes, o acerto de contas de um seringueiro incluía, a seu favor, créditos que ele tinha com outro seringueiro, que eram registrados então no livro de contabilidade do barracão. O mesmo procedimento podia ocorrer com marreteiros com quem um seringueiro estava endividado: o patrão podia comprar essa dívida. Essas transações todas eram procedimentos contábeis, e a escrita podia assim dispensar a circulação da moeda, que era muito rara na época no interior da floresta. Havia seringueiros antigos, como o Zeca Feitosa, marido de Magá, que “não conheciam dinheiro”. Quando visitei quase todas as casas de seringueiros do Riozinho, em 1982 e em 1983, um ritual que se tornou inevitável era o de ‘conferir as contas’: isso consistia em ler e somar todas as notas de débito em poder dos seringueiros, para chegar ao débito total. Esse débito era então comparado ao débito que o barracão dizia existir. O procedimento era complicado, porque havia ‘comissões’ (nas encomendas), “juros” (nos empréstimos de dinheiro), e “borracha de dois ou três preços” (dependendo do momento do ano em que a produção havia sido entregue), além das transações de seringueiro para seringueiro que iam parar na contabilidade central

do barracão. Sempre havia discordância.” (*comunicação pessoal*)

No período anterior à Reserva Extrativista, a oralidade parece ter tido uma importância que não diminui hoje. A presença do rádio e do boca-boca como disseminadores de informações locais tem hoje importância igual à do tempo dos patrões. Talvez, hoje em dia, o aparato de comunicação da Reserva, as *fonias* e o programa radiofônico de mensagens voltadas para a população da floresta, e mesmo reuniões e assembléias, espaços onde ocorrem discussões públicas, tenham até intensificado o papel e a presença da comunicação oral.

Por outro lado, com a instituição da Reserva o processo de escolarização e a instituição do ensino formal foi acelerado. Multiplicaram-se o número de leitores e de escritores. Contudo, esse processo guarda algumas peculiaridades.

Aumentou sensivelmente o número de escolas, porém as razões do funcionamento das escolas e a forma desse funcionamento parecem estar muito ligadas à política local de distribuição de bens e promessas políticas.

Na Reserva o aumento no número de escolas é ainda mais intenso do que nas localidades próximas, pois além de contar com o dinheiro dos governos do estado e do município, são utilizadas ainda verbas de projetos federais ligados exclusivamente às Reservas Extrativistas (o chamado “Projeto Resex” por exemplo¹⁹), que, somados aos investimentos de estado e município, acabaram por financiar uma rede relativamente grande de escolas na década de 1990: mais de 80 escolas para cerca de 800 famílias.

¹⁹ Trata-se do “Plano Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras – Subprojeto Reservas Extrativistas”, administrado pelo CNPT (Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentado), vinculado ao IBAMA.

No entanto, a distribuição dessas escolas corresponde não tanto à demanda de crianças em idade escolar, que certamente existe, mas em primeiro lugar às demandas de emprego por parte das pessoas (filhas e esposas de moradores) que lecionam de forma voluntária em várias localidades e reivindicam escolas e salários para que continuem seu trabalho. Normalmente essas professoras correspondem às pessoas mais alfabetizadas da localidade. A maior parte não tem formação escolar e, quando possuem alguma, a formação é primária. A consequência são muitas escolas com muitos professores leigos, de uma única série, funcionando às vezes em salas rústicas – enquanto a professora espera o reconhecimento da escola pelo poder público. Em muitos casos as mães elegem uma professora com quem seus filhos “podem estudar”, muito mais pela afinidade pessoal do que pelo domínio de algum conteúdo. São destas escolas, do material destinado a elas pelo governo, que saem as folhas das cartilhas, encontradas coladas nas paredes das salas.

O exemplo das escolas financiadas pelo chamado projeto Resex, somado a outros projetos²⁰ na Reserva, geraram uma crescente demanda pela organização burocrática de instituições locais. Uma demanda natural, diria Weber, conforme vimos acima, referente ao surgimento de instituições centralizadas de gestão: para a gestão coletiva da Reserva Extrativista e para a organização dos moradores há a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, a ASAREAJ, que politicamente representa os moradores e

²⁰ “Projetos” são documentos, em nome de associações locais, com uma finalidade em geral associada ou ao ‘desenvolvimento sustentável’, ou à melhoria da saúde, ou outra, e que dão acesso a recursos financeiros. Às vezes esses recursos são obtidos a fundo perdido; às vezes para pagamento em condições especiais. Na década de 1990, houve ‘projetos’ diversos na área: o ‘projeto da cooperativa’ (BNDES), o ‘projeto de saúde’ (Saúde sem Limites), o ‘projeto de pesquisa’ (convênios com UNICAMP e USP), o ‘projeto couro vegetal’ (com uma empresa verde), e o ‘projeto Resex’, ao qual está vinculada atualmente a maior parte da compra e venda de borracha, bem como o comércio das cantinas, o funcionamento das fônias, e a atuação dos fiscais colaboradores. Todos esses projetos exigiram da Associação o uso de contas bancárias, prestações de contas, relatórios.

juridicamente é responsável pela gestão de diversos projetos na área. Os membros da diretoria da Associação devem ser moradores, que tiveram de aprender a lidar com elaboração de projetos, com gestão e prestação de contas de recursos, com vários trâmites administrativos e legais.

A ASAREAJ também é responsável por grande parte da organização econômica da área. Hoje há uma rede de cantinas espalhada por toda a Reserva, no lugar dos barracões dos patrões, as quais são controladas pela Associação por meio da figura do cantineiro. Essas cantinas são utilizadas na distribuição de mercadorias para os diversos rios e igarapés, cumprindo uma função que anteriormente era do patrão e do marreteiro. Assim, o controle das contas que no tempo dos patrões era feito no barracão, agora está descentralizado em todas as cantinas, nas mãos dos cantineiros que devem prestar contas, por sua vez, à Associação, que também centraliza essa administração e a contabilidade.

Outra forma de inserção da escrita está relacionada com a religião. Tanto a igreja católica, com um histórico mais longo mas não tão contundente no que diz respeito à introdução da escrita, quanto às igrejas pentecostais, que têm como valor fundamental a crença no Espírito Santo e na palavra do senhor, expressa especialmente no *Novo Testamento*. Há também, de forma menos difundida e em menor número de fiéis, a doutrina do Santo Daime. Trata-se de uma religião criada no Estado do Acre, com sua doutrina registrada em hinários, que são evocados e cantados nos cultos religiosos²¹.

²¹ Trataremos mais detidamente desse assunto nos capítulos seguintes.

Finalmente, no caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá, ocorreu a entrada de pesquisadores e estudantes por meio de vários projetos de pesquisa presentes, de forma mais intensa na década de 1990 e especialmente a partir de 1993. Esse contato se deu, principalmente, pela capacitação com os monitores sócio-ambientais, o qual já descrevi rapidamente. Tal trabalho que passou a incluir um processo de continuidade da alfabetização de alguns moradores, mas de maneira informal e também acima referido, cujos pesquisadores, vindos de outras regiões do país, em sua relação com os moradores, acabam contribuindo para o desenvolvimento da escrita entre os mesmos. Nessa situação a escrita tem se apresentado de outra maneira, desvinculada da escola e, de certa forma, trazendo novos significados para a escrita e alfabetização. Significados, muitas vezes não tão claros para os próprios monitores que realizam o trabalho.

Considerações e hipóteses sobre a escrita na situação da floresta

Um aspecto considerável na questão da escrita na Reserva é o fato de muitas pessoas aprenderem a escrever em um meio não letrado, não letrado como o meio urbano. Além disso, muitos moradores desenvolvem sua capacidade de leitor e de escritor fora da instituição escolar. Tentei acima caracterizar brevemente esse ambiente onde a escrita é pouco presente, justamente para ressaltar esses aspectos da capacitação de muitos moradores como leitores e escritores.

As pessoas não precisam ir à escola para aprender a falar. Adquirem capacidade da comunicação oral. São falantes sem ter nascido falantes, sem objetivar conscientemente tornarem-se falantes e ouvintes. As crianças pequenas simplesmente começam a falar. O fato de estarem em um meio social por si só lhes garante essa capacidade. Do mesmo modo

algumas crianças em sociedades letradas “começam a escrever”, embora não seja regra. Alguns métodos e propostas de alfabetização apostam na inserção em um meio escrito para que o aprendizado da linguagem escrita aconteça também fora da escola, potencializando esse aprendizado. Esse tipo de proposta parte do princípio de que o meio em que essa criança está inserida, durante seu crescimento, oferece um contato cotidiano e intenso com a escrita, que possibilitaria o mesmo tipo de aprendizado, porém não na mesma intensidade que ocorre com a linguagem oral. Nesse tipo de proposta a capacidade de ler e escrever é adquirida, ou construída pela própria criança, pelas conjecturas que ela elabora e testa sobre a linguagem escrita²², estimulada por pais e professores e, que ela realiza em sua escrita por meio do contato constante com a linguagem.

Ora, conforme tentamos apontar, na situação da Reserva esse pressuposto de imersão na linguagem não se realiza da mesma maneira que no meio urbano. A própria utilidade cotidiana da linguagem escrita pode ser questionada. Nesse sentido, esse tipo de perspectiva não se aplicaria para explicar o desenvolvimento da escrita por alguns moradores que, como explicamos, já tiveram “primeiras lições” aulas com um conhecido, amigo ou parente.

Ao mesmo tempo, a presença mais intensa da escola e a possibilidade das crianças aprenderem a escrever com a educação escolar também são realidades relativamente recentes na região²³. Assim, muitos dos letrados, principalmente adultos, não frequentaram escolas. Isso significa que aprenderam a escrever de formas particulares, sem estar submetidos a um método de ensino externo, a uma normatização federal de alfabetização, por exemplo, a qual pressupõe

²² Ver, por exemplo, várias obras de Emília Ferreiro (2001)(1986) e suas proposições sobre o aprendizado da escrita.

²³ Mais à frente serão apresentados números sobre a progressão do número de escolas na região.

certas posturas e princípios pedagógicos, um material didático, o estabelecimento de uma relação professor aluno, o espaço da sala da escola, um espaço vinculado estritamente ao aprendizado. Esses leitores e escritores da floresta também não foram submetidos à disciplina do aprendizado nem às relações de aprendizado, as quais, como apontamos, critica Paulo Freire, muito embora tenham na escola, muitas vezes inacessível, o parâmetro de local privilegiado para se aprender a escrita.

Outra característica importante a ser ressaltada refere-se às fronteiras entre a linguagem oral e a escrita, que também não correspondem àquelas encontradas usualmente em sociedades letradas. Em nossa comunicação escrita, além das letras, das palavras e da sintaxe há uma série de símbolos, estruturas e organizações que são próprios dessa linguagem. Do mesmo modo a linguagem oral é acompanhada de sinais gestuais, de contextos e de uma organização própria. No contexto da floresta, com menor presença cotidiana da linguagem escrita, essas fronteiras não são tão delimitadas, ou não estão delimitadas da mesma forma, e os sinais e a organização gráfica característica da linguagem escrita, por exemplo, não estão tão presentes como em um ambiente de placas, cartazes, etc.

Essas características particulares ficaram ressaltadas na experiência de campo, nas visitas aos monitores, as quais descrevi acima. Tive contato com escritores adultos que eram, em grande medida, auto-didatas e desenvolvendo modos de escrita muito peculiares, idiossincráticos. Esses modos, em alguns casos, tornavam difícil a leitura: era preciso imaginar a fala e seu ritmo para restituir a pontuação a um texto formado, aparentemente de palavras justapostas; era preciso também pensar na pronúncia local para dar sentido à grafia de palavras. Vários outros aspectos tornavam essa escrita um desafio, revelando também a multiplicidade de possíveis formas de considerar a escrita. Voltando a uma questão já abordada, sobre a

descontinuidade em relação ao concreto e à impessoalidade do texto escrito, os textos desses escritores estavam, na medida em que não seguiam padrões normativos da linguagem escrita, indissociáveis de seus escritores, aproximando-se nesse sentido de características associadas ao discurso oral.

Essas diferenças geraram alguns conflitos em minhas atividades de campo, os quais podem ser expressos nos seguintes termos: Ao ‘corrigirmos’ cadernos – e, de maneira mais geral, ao subordinarmos o domínio da escrita ao código homogêneo da ortografia e da sintaxe escrita – não corremos o risco de estar bloqueando essa criatividade linguística que encontramos em nossos escritores da floresta, bloqueando rotas seguidas pelos autodidatas em seu processo de aprendizado autônomo? Nos termos de Goody, corrigindo diários de monitores eu estaria contribuindo para “domesticar mentes”? A educação formal teria esse papel de “domesticação” das mentes, enquanto a escrita, criada individualmente pelos “escritores da floresta”, não significaria necessariamente essa domesticação? Aceitar a inevitabilidade desse procedimento de homogeneização não significa reconhecer como inevitável o papel de ‘domesticação’ atribuído à técnica da escrita pelos autores comentados acima?

Quando vou para a Reserva “corrigir” a escrita de alguns desses escritores, imponho uma norma. Fico pensando que seria o mesmo que submeter a uma escola de futebol um desses grandes jogadores, idolatrados por sua capacidade criativa, por realizar jogadas surpreendentes e imprevisíveis. Esses jogadores que obedecem às regras do futebol, sem o que seriam expulsos de campo, mas que exploram criativamente essas regras com base em suas experiências de “peladeiros”. Jogadores que aprenderam a jogar nos chamados campos de várzea, de regras discutíveis e de condições de jogo variáveis, sem a correção e controle de um professor, e devem sua criatividade justamente a esse tipo de aprendizado. São das

particularidades de cada campo, da necessidade de adaptação às variações das normas e da ausência do controle, da disciplina e do “modo certo de jogar” que surgem os craques, e é mais fértil a variação de jogadas dentro da mesma regra.

O que buscamos aqui é entender, considerando experiências criativas de diversos jogadores, como eram as regras do jogo local da escrita, entender melhor também em que campo jogavam, e avaliar as conseqüências da entrada de um ou de vários professores. Se não podemos responder em caráter definitivo à pergunta que colocamos -- Ensinar a escrever ‘certo’ é cancelar a criatividade do escritor --, essa etnografia da escrita procurou também contribuir minimamente para compreender melhor o que a pergunta envolve.

O foco do estudo: o papel da escrita e os escritores da floresta

Para tratar desses temas e problemas, havia três possibilidades: primeiro, estudar os processos e instituições nos quais a escrita se tornou importante nos anos recentes; a Associação e sua função burocrática e administrativa, as escolas primárias, as carreiras políticas, e finalmente o próprio Projeto de Pesquisa. Esse foco associava-se à hipótese de que o desejo de aprender a escrita relacionava-se à possibilidade de adquirir poder com a aquisição da escrita, em áreas ligadas às instituições externas à Reserva Extrativista. Como parte dessa linha de investigação situa-se o estudo das trajetórias individuais de capacitação, como exemplos de estratégias para obter empregos e, de modo geral, para obter os benefícios pragmáticos da escrita.

Essa hipótese pressupõe o valor pragmático da escrita como meio de acesso a poder. Embora permaneça como pano de fundo, esse tratamento foi insuficiente para dar conta de alguns processos de aquisição da escrita, principalmente por parte de seringueiros que residem em

áreas mais remotas, que são auto-didatas e parecem refratários às novas carreiras e modos de vida. Eles pareciam ilustrar uma atitude de desejo verdadeiramente desinteressado, de busca de saber, de fascínio pelo conhecimento. Essa pista levou-me também a focar uma certa atenção em um grupo de *escritores da floresta*, para o acompanhamento dessas personalidades e de sua produção escrita.

Tomando como foco do estudo a análise da vida e da escrita de alguns moradores e escritores da floresta, os quais aprenderam a ler de forma autodidata, fora da escola, buscamos então caracterizar as diferentes motivações e situações que os levaram à aquisição da escrita. Buscamos também demonstrar que essas situações e formas de aquisição, apesar de diferenciadas e individuais, guardam relações com uma realidade social e suas possibilidades dadas, bem como com as representações existentes acerca da escrita nesta sociedade. Procuramos escolher autores da floresta que guardassem diferenças, não somente em suas obras, - no gênero, no estilo, na forma - mas, sobretudo que tivessem diferenças assinaláveis nas motivações que os levaram a escrever e nas relações e significados que guardam para com a escrita e suas próprias obras.

Essas diferenças de caracterizações, a explicitação da criatividade individual dos autores e suas histórias de vida na relação com a escrita, repetimos, nos leva àquele tipo de análise a que se referia Norbert Elias quando fala de Mozart:

“O destino individual de Mozart, sua sina como ser humano único e portanto como artista único, foi muito influenciado por sua situação social, pela dependência do músico de sua época com relação à aristocracia da corte. Aqui podemos ver como, a não ser que se domine o ofício de sociólogo, é difícil elucidar os problemas que os indivíduos encontram em suas vidas, não importa quão incomparáveis sejam a personalidade ou realizações individuais, como os biógrafos, por exemplo, tentam fazer. É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa, neste

caso, um artista do século XVIII, formava em sua interdependência com outras figuras sociais da época.”(Elias, 1995)

Nesse sentido, mesmo aquilo que julgamos fora das normas gerais dos acontecimentos, o que muitas vezes é explicado por meio de uma qualidade individual especial, pode ser explicado por um contexto. As genialidades criativas dos escritores da floresta, não menos criativas, estão amparadas numa determinada vida social e numa determinada relação com a escrita inserida nessa sociedade. Pela análise das diferentes motivações e significados presentes na relação desses autores com sua escrita, na diferença em suas obras de seus temas, estilos, recursos e formas de narrar, encontramos indicações mais gerais do significado da escrita dentro desse contexto social. Esses escritores criaram sua escrita, não só de forma quase autodidata, mas inseridos em um contexto social diferenciado e não letrado, o qual procuramos esclarecer na junção da descrição de sua sociedade, de suas trajetórias individuais e de suas obras.

Apesar da escola estar presente na realidade da Reserva Extrativista, buscamos tratar desses autodidatas para explorar ao máximo a história de pessoas que não aprenderam a ler porque a escola estava ali, mas por que, para eles, a escola ainda não estava e eles nunca “sentaram em um banco de escola”. Havia outras motivações que determinaram essa decisão e nortearam seus projetos de lidar com essa linguagem.

CAPÍTULO II. O RIO QUE LHE PASSA À PORTA É UMA ESTRADA PARA TODA A TERRA²⁴

Introdução

Nesse capítulo apresento o espaço e as condições naturais sobre os quais instalou-se e constituiu-se a sociedade dos seringais e posteriormente a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Pretendo destacar em especial a superposição do sistema de aviamento e dos seringais sobre a hidrografia e propor que há uma correspondência material e simbólica entre os rios e os fluxos externos e hierarquizados de mercadorias com suas correspondentes relações de poder, bem como entre a floresta e as redes locais e relações igualitárias entre os moradores.

A Reserva Extrativista do Alto Juruá

As Reservas Extrativistas são áreas destinadas à conservação ambiental, gerenciadas em parceria, pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – e por Associações de seringueiros e produtores rurais dessas áreas. As Reservas Extrativistas são proposta e resultado da luta do movimento dos seringueiros, principalmente durante os anos 80, representados pelo CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros, pelo direito à terra, pelo fim do monopólio comercial dos patrões e como busca de uma alternativa ecologicamente sustentável e socialmente justa para o uso das terras na Amazônia.

²⁴ O título é retirado de *À Margem da História* (Cunha, 1967: 76)

Nessas áreas não há divisão de lotes; as terras são de propriedade da união e concedidas aos moradores para sua utilização segundo um *Plano de Utilização* (Anexo 2), discutido, constituído e aprovado pelos moradores em Assembléia da Associação dos moradores. Esse *Plano de Utilização*, uma espécie de constituição da Reserva, e que não se confunde com os Estatutos da Associação, determina os limites e formas de utilização dos recursos da área.

No caso específico da Reserva Extrativista do Alto Juruá é a ASAREAJ – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá – que representa os moradores e é responsável, juntamente com o IBAMA, por meio do CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais -- pela administração da unidade de conservação e desenvolvimento sustentável.

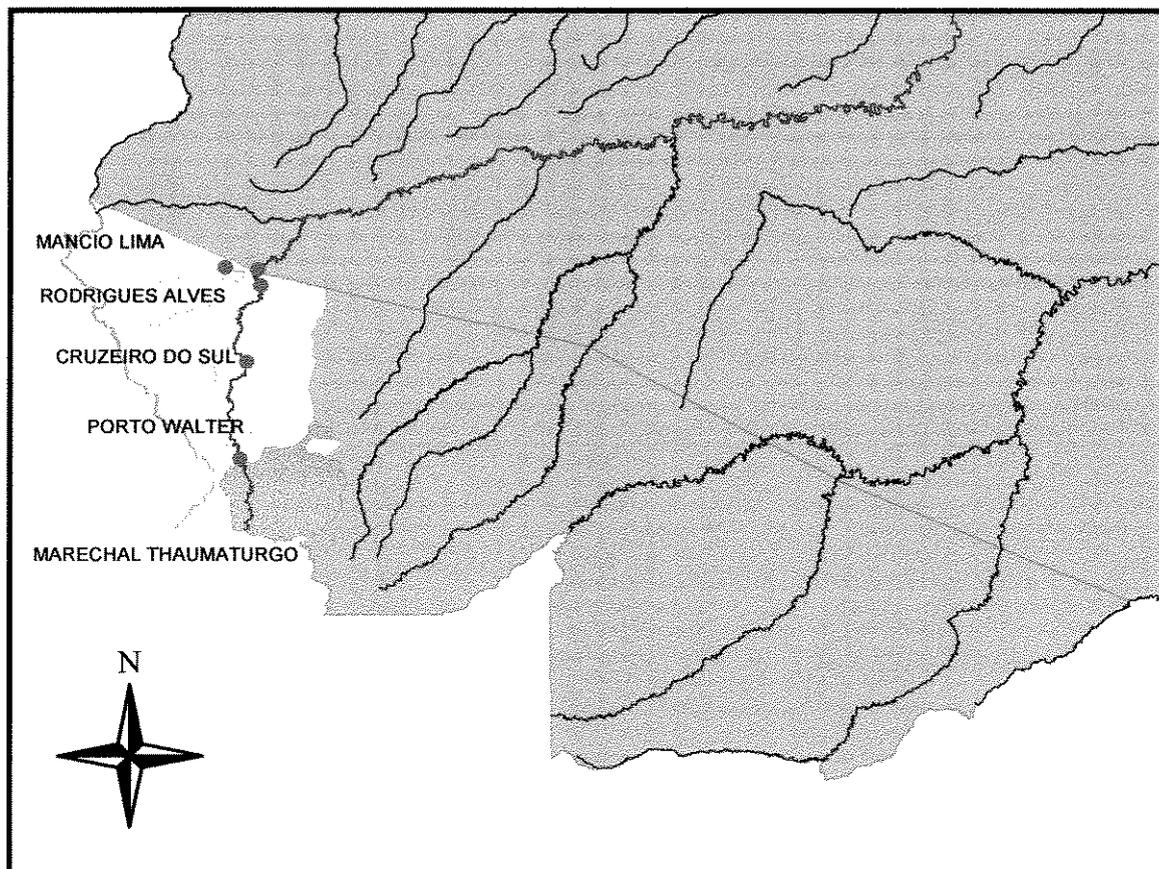
A Reserva Extrativista do Alto Juruá, criada pelo decreto-lei Nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990, localiza-se dentro dos limites do município de Marechal Thaumaturgo, na metade ocidental do Estado do Acre, banhada pela bacia do rio Juruá. O município foi criado em 1992, depois, portanto, da criação da reserva. Essa área de conservação ambiental corresponde a cerca de 66% de área do município, com cerca de 506.186 ha, ou 5.061,86 km², enquanto o Município de Marechal Thaumaturgo tem cerca de 7.668.90 km².

O território da REAJ faz parte de uma das regiões consideradas de mais alta biodiversidade do planeta. Essa condição foi inicialmente documentada em um levantamento realizado para subsidiar a argumentação em favor da transformação desse território, até aquele momento

dividido em seringais, em uma unidade de conservação destinada ao usufruto de seus moradores, a primeira Reserva Extrativista (BROWN e CARDOSO, 1989)²⁵.

²⁵ O tema do relatório foi avaliar a probabilidade de que esse território se constituísse em um 'refúgio pleistocênico' – o que significava também que seria um núcleo de alta biodiversidade e de endemismo (espécies únicas).

Mapa 2: Localização da REAJ no Estado do Acre e na região do Alto Juruá



- Sedes dos Municípios do Alto Juruá Acreano
- ∩ Rio Juruá
- ∩ Principais Rios da Bacia Amazônica brasileira
- ▨ Reserva Extrativista do Alto Juruá
- - - Municípios do Alto Juruá no Estado do Acre
- ▨ Estado do Acre

60 0 60 120 Kilômetros



Base de dados: ISA - Instituto Socioambiental
Biodiversidade Amazônia - consulta 99
Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação,
Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da
Biodiversidade da Amazônia Brasileira

A relevância ambiental da região estende-se também a vários territórios vizinhos, com diferentes condições institucionais e jurídicas: áreas indígenas e Parque Nacional, por exemplo.

A maioria da população do município de Marechal Thaumaturgo (cerca de 88%) reside na floresta, em áreas rurais na designação do IBGE. Segundo esses dados, os moradores de áreas rurais, em 2000, totalizavam 7312 habitantes, enquanto cerca de 12% (982 habitantes) residiam na sede do município, Marechal Thaumaturgo. Em relação ao restante do estado do Acre, se comparados os valores relativos, Marechal Thaumaturgo tem uma porcentagem de sua população vivendo no meio rural somente inferior ao do município de Porto Walter. Também, segundo esses dados do IBGE, a densidade demográfica do município de Marechal Thaumaturgo (1,08 habitantes por km²) só é menor do que a de outros três municípios acreanos.

A baixa densidade demográfica e a concentração relativa da população no meio rural podem ser compreendidas por meio de uma observação mais detalhada da forma de ocupação da área. A classificação dessas áreas pelo IBGE como rurais é pouco condizente com a diversidade de modos de vida e de usos da terra.

Entre os habitantes do município que residem nessa chamada 'área rural'- neste caso o termo área rural está designando a floresta salpicada de pequenas clareiras onde se localizam aldeias e roçados - estão grupos sociais com identidades distintas: os 'seringueiros e agricultores' da Reserva Extrativista do Alto Juruá; os Jaminawa-Arara das cabeceiras do Rio Bagé, os Kaxinawá do Rio Breu, os Ashaninka do rio Amônia e os Ashaninka do Rio Breu. Todas essas Terras Indígenas são oficialmente reconhecidas e delimitadas. Na parte do município que não

é ocupada nem pela Reserva Extrativista nem pelas Terras Indígenas, habitam pequenos agricultores e seringueiros, e há um assentamento do Incra na margem esquerda do Rio Amônia.

Tabela 1: Município de Marechal Thaumaturgo – Áreas Protegidas e outras

Áreas protegidas	Grupo	Pop.	% Pop.	Área ⁽⁷⁾	% Área
Terra Indígena Kampa do Rio Amônia (1990)	Ashaninka	226 ⁽¹⁾	2.7%	872,05	11.3%
Terra Indígena Jamináwa-Arara (Rio Bagé) (1993)	Jamináwa-Arara	118 ⁽²⁾	1.4%	286,5	3.7%
Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu (1994)	Kaxinawá/Ashaninka	350 ⁽³⁾	4.2%	238,4	3.1%
Reserva Extrativista do Alto Juruá (1991)	Seringueiros e agricultores ribeirinhos	5.309 ⁽⁴⁾	55.6%	5.061,86	65.8%
Sub-total Áreas Protegidas	Índios, seringueiros, ribeirinhos	6.115	64.0%	6.458,81	83,9%
Sub-total Área não-protegida no município	Cidade, agricultores e colonos	2986 ⁽⁵⁾	36.0%	1.235,09	16.1%
Município (área urbana 2000)		985 ⁽⁶⁾	11.9%		
Município (área rural 2000)		7310 ⁽⁶⁾	88.1%		
Município (área total 2000)		8.295 ⁽⁶⁾	100%	7.693,9	100%

(1) Mendes 1990.(2) FUNAI 1993. (3) CPI 1994. (4) CNPT 2000; 5.821 em 1991 (ASAREAJ 1991). Dados de (5) População de 2000, menos população da Reserva em 2000, menos áreas indígenas 1991-1994. Trata-se pois de sobre-estimativa. Não há dado do censo para a população de Marechal Thaumaturgo em 1990, já que o município não existia ainda. (6) IBGE 2000. (6) ISA 1999.

O maior referencial urbano da região do Alto Juruá é o município de Cruzeiro do Sul. Localizado na fronteira entre os Estados do Amazonas e do Acre, na beira do Rio Juruá, é passagem obrigatória para a produção dos municípios de Rodrigues Alves, Porto Valter, e Marechal Thaumaturgo; todos localizados rio acima em relação à capital municipal Cruzeiro do Sul, além de ser referência para outros municípios do oeste acreano. A cidade de Cruzeiro do Sul tem a segunda maior população do Estado, e é conhecida como a “capital do Juruá acreano”. A produção e as pessoas que chegam ali provenientes do Alto Juruá e desses outros municípios podem, descendo o rio Juruá e o Solimões, chegar até Manaus e o rio Amazonas,

ou, de avião, ir diretamente para a capital acreana, Rio Branco. Durante alguns períodos da estação seca também há a possibilidade de ir até Rio Branco pela rodovia, em condições precárias. Há, portanto, uma relação comercial mais intensa entre Cruzeiro do Sul e Manaus, na carga pesada, do que entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, na via fluvial. A tradição de relações comerciais com Manaus, ligada à precariedade das ligações terrestres entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, é parte da tradição mais geral de transporte fluvial em toda a região Amazônica e remonta às rotas comerciais construídas nos períodos áureos da exploração da borracha. Mapa dos caminhos fluviais, aéreos e terrestres ligam Thaumaturgo ao Mundo, destacando a localização estratégica de Cruzeiro do Sul na Região

Os Rios

A contribuição natural

“A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos sem "sacados", cujos istmos a reveses se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em "furos" que se anastomosam, reticulados e de todo incarácterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos.

Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo.”

(Euclides da Cunha, 1967:12)

Assim como o rio Purus, descrito por Euclides da Cunha, o rio Juruá pertence à bacia Amazônica, e é um dos afluentes do Rio Solimões. Ele atravessa o oeste do Estado do Acre passando pelos municípios de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul. É considerado um dos rios mais meândricos do mundo, sendo chamado pelos

Kaxinawá de *Tinton-René*, ou o rio de muitas voltas. Sua nascente localiza-se na fronteira com o Peru, e percorre cerca de 2700 km de muitas curvas até sua foz no Rio Solimões.

Como aponta Euclides da Cunha, a rede hidrográfica está sujeita a variações em seu trajeto, decorrentes da sazonalidade. A variação entre o período de chuvas e *alagações* e os períodos de seca, ano a ano, somados à maleabilidade do solo geologicamente recente que recebe o impacto das águas, faz com que, ao longo do tempo, a trajetória do rio e as fluviais paisagens sejam modificadas. O curso das águas transporta imensas quantidades de terra e dos variados detritos que se depositam nas margens, transferindo solos dos barrancos, na parte abaulada que recebe o impacto principal da correnteza, para as praias na parte convexa da curva dos rios. Ao longo desse processo, os barrancos e enormes porções da floresta se desfazem, se misturando a essa corrente de materiais que vai configurando um novo percurso do rio, entulhando o fundo de troncos, destruindo e construindo. A força das águas também abre *furos* em trechos onde as voltas, em forma de ferradura, vão unindo seus extremos. Esses furos se convertem em sacados, ali, onde a volta do rio se separou de seu curso principal e passou a constituir-se em um lago que, anos depois, pode transformar-se em igapó e lentamente em nova floresta. Aparecem novos *estirões* (partes retilíneas) e novas voltas, e assim indefinidamente. Um trecho do rio que num dia se percorria em uma hora ou duas de viagem de canoa, tempos depois, passa a ser feito em poucos minutos; uma casa que se situava na margem do rio torna-se uma casa à beira de um lago, e depois ao lado de um *igapó* – tudo isso no decurso de alguns poucos anos.

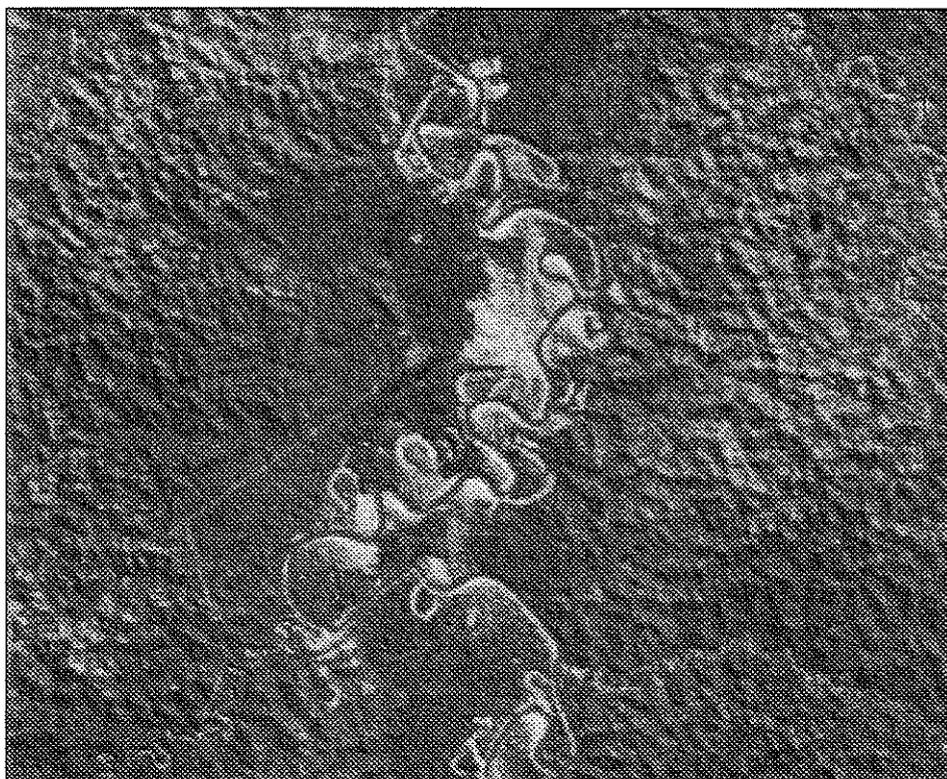


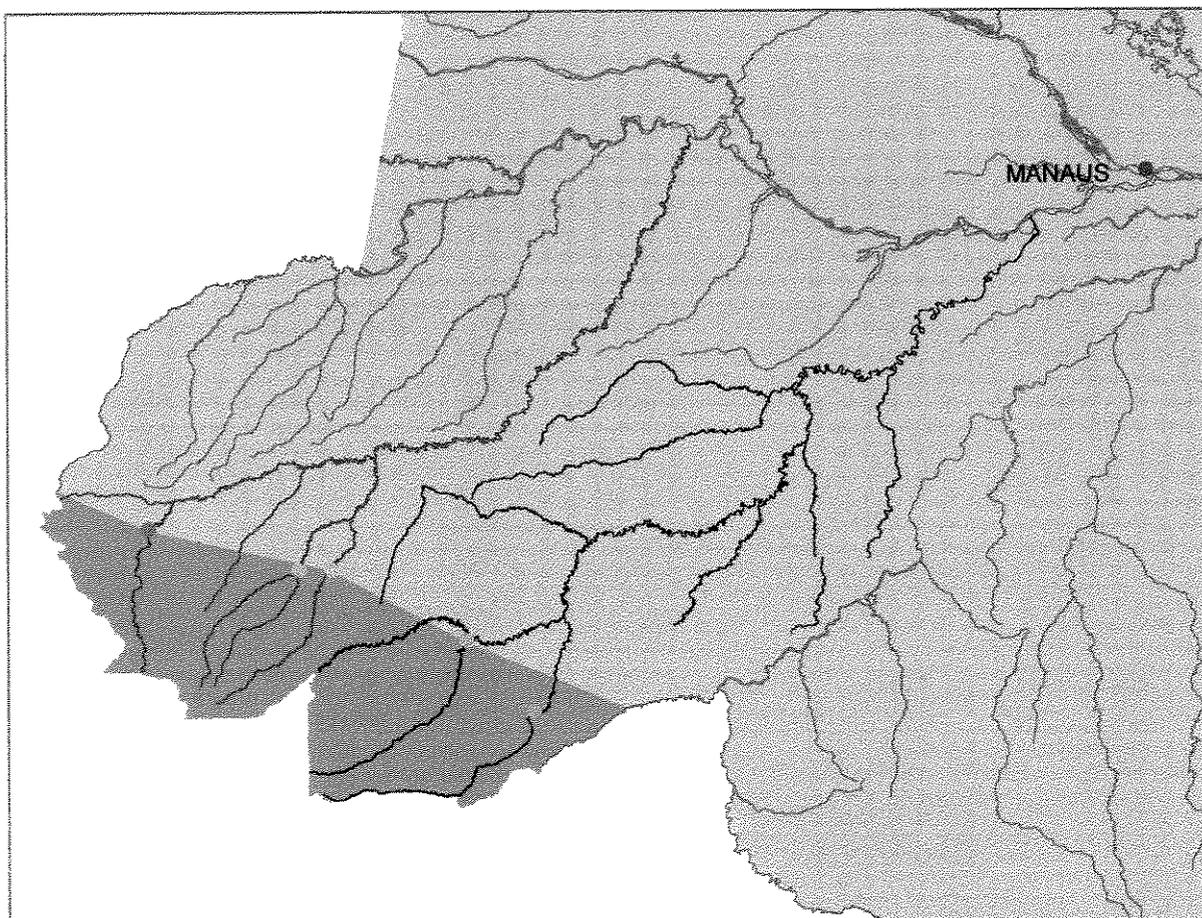
Figura 2: Trecho do Juruá: voltas e sacados. Imagem do satélite Landsat de 1989. O rio Juruá com suas voltas e sacados (lagos em forma de ferradura).

Além da bacia do Rio Juruá, o Acre é banhado pela bacia do rio Purus, também pertencente à bacia Amazônica. À bacia do Juruá pertencem os rios Tarauacá e Envira. À bacia do Purus pertencem o Purus, o Iaco e o Acre. As cabeceiras desses rios localizam-se próximas às fronteiras com o Peru, no Acre Ocidental, e com a Bolívia no Acre Oriental. As maiores e mais antigas sedes municipais localizam-se na fronteira com o Estado do Amazonas às margens dos rios já citados. Assim acontece com Cruzeiro do Sul (Rio Juruá), com Tarauacá (Rio Tarauacá), com Feijó (Rio Envira), com Sena Madureira (Rio Iaco) e Rio Branco (Rio Acre). Todos esses rios correm do norte para o sul, cortando o Estado do Acre, paralelos entre si, e sem confluência.

Como em toda a região Amazônica, no Alto Juruá os rios são as vias preferenciais de acesso e de transporte, uma vez que são poucas e precárias as estradas no Estado. É o avião ou a estrada, quando ela existe, quem conecta uma bacia a outra e um município a outro. O mesmo acontece no âmbito local, nas cabeceiras dos rios: as conexões entre rios e igarapés tributários de um mesmo rio são feitas por trilhas e *varadouros* que cortam as matas.

Há uma importante e cíclica variação nesse quadro de transportes e deslocamentos, que corresponde às estações de chuvas e de seca. O ano é dividido em duas estações: um período de chuvas, de outubro a maio, chamado inverno, e um período de seca que vai de junho a setembro, denominado verão. Durante o *inverno* as estradas e caminhos por terra ficam intransitáveis e os rios estão cheios, facilitando o transporte fluvial, que leva naturalmente do interior dos municípios às capitais municipais, e daí ao Estado do Amazonas. A BR-364, que interliga as duas maiores cidades do Estado, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, cortando os vários rios dispostos entre elas, não está inteiramente asfaltada; só é utilizável durante poucos meses do verão. No verão, o nível das águas baixa muito, dificultando ou inviabilizando o transporte fluvial entre o interior dos municípios e as capitais municipais -- principalmente nas cabeceiras dos rios e em toda região da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Mas é nesse período que as capitais municipais se comunicam entre si, pela rodovia BR-364. Há assim um descompasso entre os ritmos de transporte local e estadual.

Mapa 3: Sudoeste da Bacia Hidrográfica Amazônica, destacando os rios Purus, Juruá, seus afluentes e as principais concentrações urbanas do Acre.



- ∩ Rios da Bacia do Purus
- ∩ Rios da Bacia do Juruá
- Estado do Acre
- Amazônia Brasileira

Principais Centros Urbanos Regionais

- CRUZEIRO DO SUL
- FEIJO
- RIO BRANCO
- SENA MADUREIRA
- TARAUACA



Base de dados: ISA - Instituto Socioambiental
 Biodiversidade Amazônia - consulta 99
 Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação,
 Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da
 Biodiversidade da Amazônia Brasileira

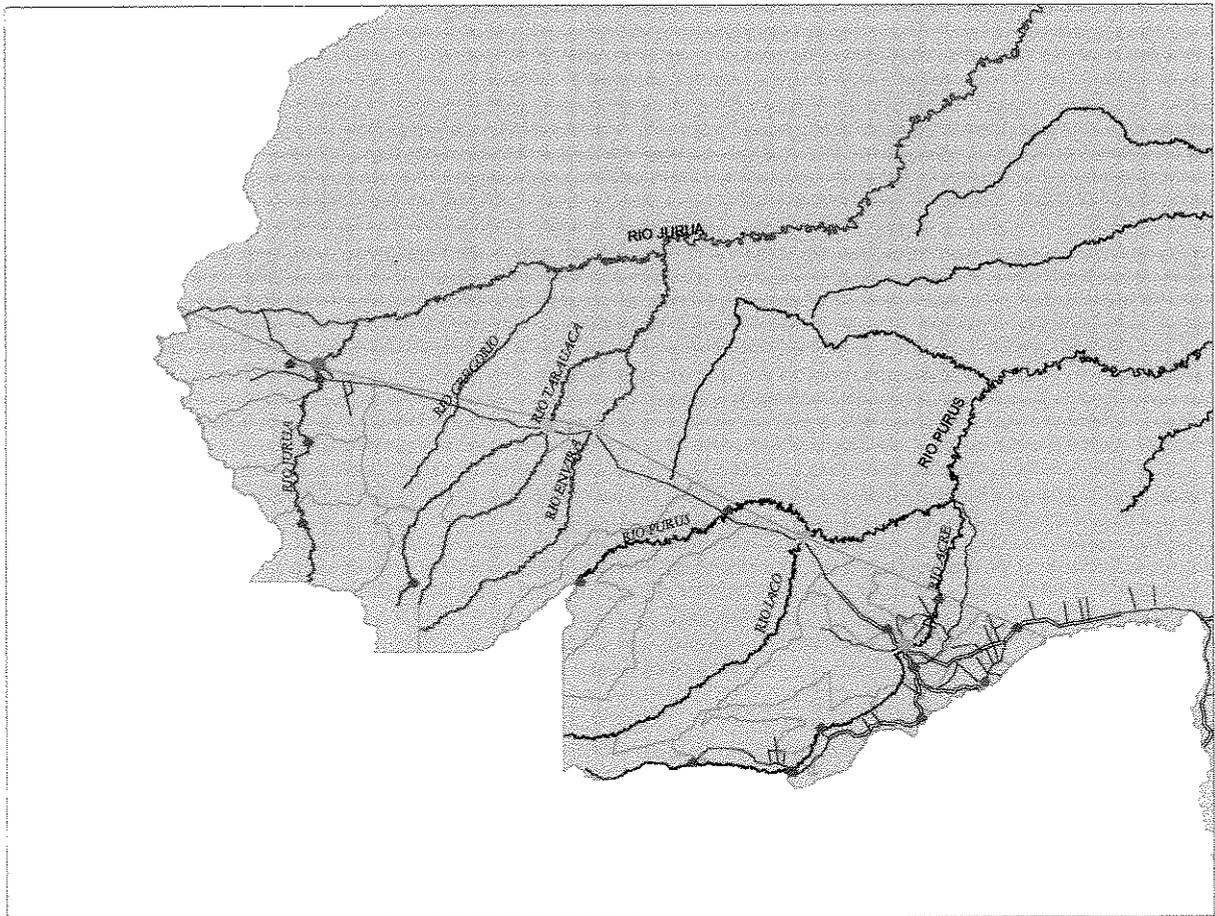
Na perspectiva de sua rede hidrográfica e de suas principais cidades, portanto, o Acre pode ser descrito como um território atravessado, no sentido noroeste-sudeste por algumas estruturas paralelas, semelhantes a árvores invertidas, com seus galhos e seus troncos . As cabeceiras dos rios principais, tocando as fronteiras, seriam galhos, e quando descemos seu curso, eles se engrossam, formando galhos mais largos, chegando aos troncos e, na fronteira com o Estado do Amazonas, às zonas urbanas acreanas mais populosas. Quando os moradores da Reserva desenham mapas, colocam sempre as cabeceiras do Juruá no alto da página, em contraste com os mapas letrados onde se convencionou utilizar a orientação norte-sul (em relação ao centro da página o norte estaria na metade de superior e o sul na metade inferior da página). O resultado é que há um contraste constante entre os mapas locais e os mapas oficiais: nos mapas dos moradores o Juruá corre *para baixo* da folha da mesma maneira que viajamos *rio abaixo*, enquanto nos mapas oficiais, o Juruá desce no mundo real, mas *sobe* em direção ao alto da página. A visão local trata como uma árvore a rede hidrográfica, com seu tronco embaixo de onde saem seus galhos no alto, além de preservar a orientação alto e baixo na vida real e na representação espacial.

De certa maneira, observamos a existência de uma sobreposição, ou isomorfismo, entre a disposição espacial da população humana e a rede fluvial no Estado do Acre. Se representarmos o Estado como árvores (de cabeça para baixo nos mapas oficiais), a fronteira com o Amazonas será a base dessas árvores. É nessas bases que estão localizadas as maiores aglomerações urbanas. Na medida em que subimos o tronco ou os rios, as cidades e vilas, em suas margens, vão também diminuindo de tamanho. Entrar nos galhos significa entrar em afluentes menores, em igarapés menores, e encontrar aglomerações cada vez menores. Essa

lógica prossegue até os últimos galhos, onde os moradores se dispersam pela mata em casas solitárias, na proximidade de pequenos igarapés que podem ser cruzados a pé.

Dentro da área da Reserva, essa lógica persiste e implica em diferentes modos de uso da terra. A ocupação é diferenciada entre as margens do Juruá e as dos rios mais estreitos e igarapés. Pequenos conjuntos de casas, organizados em comunidades, encontram-se ao longo de todo o Juruá, enquanto que nos seus afluentes, nos igarapés e paranãs as casas encontram-se mais dispersas e distantes umas das outras, e por sua vez retraem-se dos igarapés e paranãs para *grotas* mais afastadas. Historicamente as comunidades das margens do rio Juruá são caracterizadas pelo modo de vida voltado para a produção agrícola, enquanto os moradores dos afluentes e seus caudatários menores estariam vinculados à produção de borracha: os primeiros, agricultores e os últimos seringueiros.

Mapa 4: Estado do Acre - malha viária, rios mais importantes, municípios principais e suas sedes.



Principais Centros Urbanos Regionais

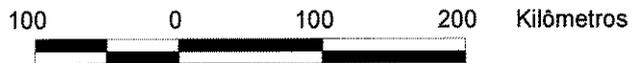
- CRUZEIRO DO SUL
- FEIJO
- RIO BRANCO
- SENA MADUREIRA
- TARAUAÇA

* Outras sedes municipais

- ▬ Rios da Bacia do Purus
- ▬ Rios da Bacia do Juruá

Malha Viária

- ▬ Pavimentadas
- ▬ Sem Pavimentação



Base de dados: ISA - Instituto Socioambiental
 Biodiversidade Amazônia - consulta 99
 Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação,
 Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da
 Biodiversidade da Amazônia Brasileira

Os fluxos históricos

Há pouco mais de um século iniciou-se a ocupação do Acre pela empresa da borracha. Empreendedores e aventureiros pioneiros subiam os rios alcançando suas cabeceiras em busca de regiões que tivessem seringueiras nas matas para serem exploradas. Abriram seringais, o que significava tomar posse de uma área de fronteiras determinadas, unicamente na beira dos rios. Não tinham limites para dentro das matas. Significava também colocar, sobre esse espaço de fronteiras não totalmente definidas, “colocações” de seringueiros. No início da ocupação uma colocação correspondia a um território em torno de uma barraca, ocupada por um ou mais trabalhadores nordestinos, em geral solteiros e trazidos para explorar um certo número de estradas de seringa²⁶ (Chaves, 1913).

Nessa época os trabalhadores seringueiros seguiam em suas estradas de seringa, muitas vezes pela madrugada, fazendo cortes cuidadosos em formato de uma meia espinha de peixe nas seringueiras. Dos cortes transversais no tronco, a seiva do látex escorria para um corte vertical e dele para a tigelinha, acoplada pelo seringueiro para o recolhimento do leite; este seria posteriormente utilizado para a fabricação, pelo processo de defumação da peça de borracha, a qual seria trocada por mercadoria no barracão do patrão, raramente com *saldo* para o seringueiro. Novamente se aplica a metáfora da árvore: a borracha escorria de galhos menores para um maior, dessa vez, de todos os caminhos que levavam das barracas dos seringueiros até o barracão, até a grande tigela da balança do patrão. Dali, novamente borracha fluía, ou

²⁶ Estrada de Seringa, ou simplesmente estrada, é um caminho aberto na mata, interligando várias seringueiras. Cada seringueiro trabalha em uma ou até duas estradas de seringa. São cerca de 120, às vezes um pouco mais.

escorria, pelos rios, cada vez para um rio maior (um corte maior) e para uma grande tigela, em Manaus, Belém e no exterior.

Assim, ampliando nossa área de visão e tomando uma colocação das cabeceiras do Juruá como ponto de partida, como se estivéssemos nos distanciando da superfície e olhando mais do alto, veríamos, depois da colocação do seringueiro, um seringal. Mais distantes ainda do solo, poderíamos observar toda a bacia do Rio Juruá, e finalmente a bacia amazônica. Ao longo das curvas dos rios e de seus afluentes, poderíamos ver um fluxo de embarcações, *subindo* os rios com mercadorias para serem negociadas nos seringais e “*baixando o rio*” com a borracha, em direção das grandes casas aviadoras. Embora extremamente simplificada, essa imagem apresenta uma boa imagem espacial e dinâmica do chamado sistema de aviamento.

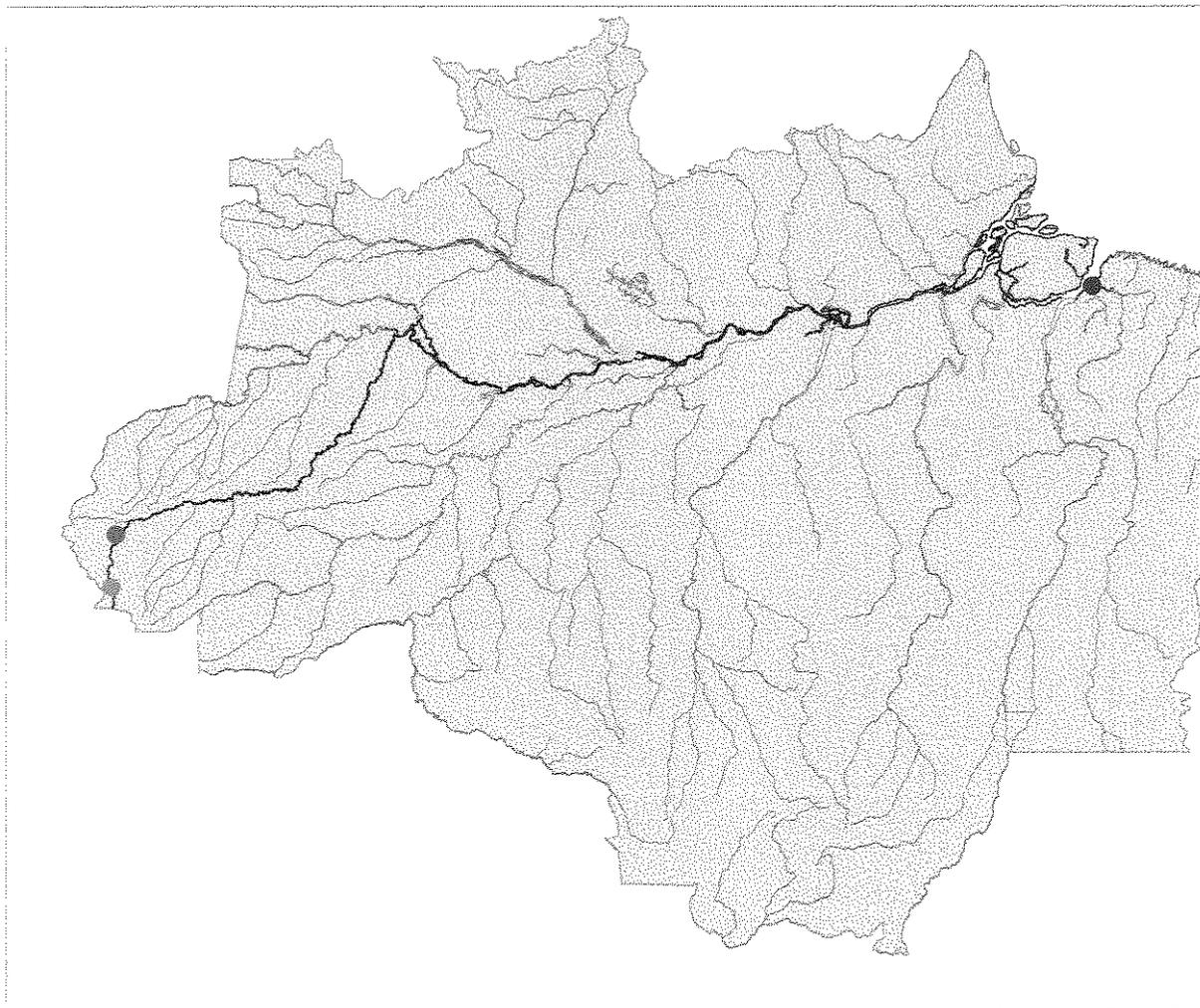
As relações no sistema de aviamento seguiam uma lógica hierárquica que se colocava sobreposta à hidrografia (Almeida, 1993). Pelos rios descia borracha e subia mercadoria, tudo registrado em um sistema contábil de dívidas e créditos, ao longo do trajeto. As relações entre rios e seus tributários correspondia espacialmente à relação entre credores e devedores.

Aproximando novamente a visão e focando o interior da mata, onde trabalhava o seringueiro, descrito por escritores, historiadores e viajantes do começo do século XX, encontramos, em um cenário inicial a chegada de grandes contingentes de migrantes nordestinos, um estranhamento da floresta originado do descompasso entre a vida no sertão nordestino seco e a dos seringais da floresta amazônica.

Os primeiros migrantes do Nordeste, em especial do Ceará, já na viagem até os sertões Amazônicos, para trabalhar nos seringais, estranhavam a nova paisagem. Tinham poucas e

esparsas referências do que encontrariam pela frente. O que se via, ao subir os rios amazônicos para chegar aos seringais, contrastava com o semi-árido nordestino: o contraste entre o alagamento e a seca; entre a vegetação de poucas folhas e muitos espinhos e a vegetação exuberante e cerrada; entre a terra rachada e o solo encharcado das florestas; O contraste ainda entre o sol e a sombra, entre os rios secos e os caudalosos.

Mapa 5: O percurso da borracha e das mercadorias.



- Belém
- Cruzeiro do Sul
- Manaus
- Marechal Thaumaturgo

- ∩ Rio Juruá - Rio Solimões - Rio Amazonas
(sentido Alto Juruá - Belém)
- ▨ Amazônia Brasileira

Base de dados: ISA - Instituto Socioambiental
Biodiversidade Amazônia - consulta 99
Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação,
Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da
Biodiversidade da Amazônia Brasileira



Adversidades decorrentes do clima árido do nordeste conferiram ao sertanejo nordestino, principalmente nos períodos das grandes secas, uma certa inquietação, uma busca por novas fronteiras e perspectivas (Benchimol, 1965: 31). O empurrão da seca, a sedução da possibilidade de trabalho, de riqueza e de fartura, levaram milhares de pessoas do sertão nordestino ao sertão amazônico, e lá, diz Benchimol (1965), o espírito do povo caboclo era outro, mais manso, mais resignado. Euclides da Cunha traçou uma imagem do seringueiro que é a matriz dessa maneira de ver o seringueiro.

“No sábado da Aleluia os seringueiros do Alto-Purus desforram-se de seus dias tristes. É um desafogo. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se-lhes, nesse dia, todas as maldades. Acreditam numa sanção litúrgica aos máximos deslizes (...).

Então pelas almas simples entra-lhes, obscurecendo as miragens mais deslumbrantes da fé, a sombra espessa de um conceito singularmente pessimista da vida: certo, o Redentor universal não os redimiui; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões.

Mas não se rebelam, ou blasfemam. O seringueiro rude (...) resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza. As preces ansiosas sobem por vezes ao céu, levando disfarçadamente o travo de um ressentimento contra a divindade; e ele não se queixa(...) Ali - é seguir, impassível e mudo, estoicamente, no grande isolamento da sua desventura.

Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, maniatado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem - e este pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência” (Cunha, 1967:73-74)

Euclides da Cunha esteve no Rio Purus em 1904 como enviado do Barão de Rio Branco que o nomeou chefe da Comissão Brasileira no Alto Purus. Ele descreve a vida do seringueiro do início do século como uma condenação, ou melhor, várias condenações. Condenados aos “dias tristes”, à “mesmice torturante”, aos “meios jejuns permanentes”, a girar “na via dolorosa inalterável sem princípio e sem fim, do círculo fechado das “estradas”. Esquecidos solitários nas matas, nas beiras dos rios. As condenações, na imagem de Euclides da Cunha têm ainda o

peso da fatalidade, de um destino inescapável. A terra, onde nem mesmo Deus pode descer, e seu isolamento, representam sua maior condenação.

Como se não bastassem as condenações da geografia, ainda há a sujeição “aos traficantes impunes que o iludem”: trabalhavam como a ponta final do sistema de aviamento, já que, acima deles, subindo os igarapés, não haveria mais rios tributários nem devedores. Estavam ao mesmo tempo ocupando as últimas vertentes da rede hidrográfica, os menores igarapés sem afluentes, e o último ponto do sistema de aviamento.

Como nos galhos das árvores ou nos afluentes dos rios cada seringueiro desaguava em único patrão. A relação entre patrão e seringueiro era marcada por duas circunstâncias fundamentais: o último pagava ao primeiro um valor em borracha referente ao arrendamento das estradas de seringa em que ele trabalhava, além disso, o patrão impunha ao seringueiro um monopólio comercial, o seringueiro só comprava mercadoria e vendia borracha ao patrão que lhe arrendasse as estradas de seringa.

Eram condenados, na visão de Euclides da Cunha, a manter, com o látex que escorria da seringueira - dos vários cortes fluindo para um único que chega à tigelinha encaixada na árvore - a sequência de dívidas e créditos rio abaixo

Já comentamos que é recorrente entre os moradores, a imagem hierárquica de rios como árvores. Antônio Barbosa de Melo, um morador do Alto Juruá, e seu pai, o velho Ginu, dizem que o próprio rio Juruá nasce e escorre do tronco de uma grande e velha árvore sem folhas no “alto de uma terra”, já em território peruano.

Contudo, o fato histórico é que, ao menos no Alto Juruá, o seringueiro no meio da mata não se restringiu a manter essas relações dadas pela empresa da borracha; não se restringiu a ser um operário do sistema: a peça que extraía o látex e produzia a borracha.²⁷ Mais do que trabalhar passou a viver na mata; ambientou-se. Casou, constituiu família, relações com os outros trabalhadores, laços de parentesco, caminhos na mata; desobrigou-se de comprar mercadoria e vender borracha só para o patrão do seringal e passou a usar o inicial isolamento da mata para fazer caminhos e atalhos que não estavam dados pelo percurso dos rios. Aprendeu a caçar nas matas fechadas, pesquisou as ciências de cada caça, da pesca e do plantio.

Ao redor da habitação as matas ganharam caminhos; outros que não só os da estrada de seringa, ligando casas e localidades, caminhos de caça e de igarapés. A mata ganhou especificidades; surgiram áreas de caça que, se não estão demarcadas fisicamente, estão nas cabeças e no andar dos moradores. Os roçados são diversificados e estão espalhados pela mata, muita vezes confundindo-se, para olhares desavisados, com ela própria; há casas de farinha e tipos de matas para cada tipo de animal, onde se encontram as plantas e madeiras para as mais diversas utilizações. As matas também têm seus seres, suas visagens com quem também os moradores se relacionam.

Assim, sobre um sistema de exploração e comercialização de borracha, colocou-se um modo de vida que subverteu e transpassou o espaço dos fluxos dos rios. Esse modo de vida trouxe uma enorme complexidade ao espaço. O estranhamento do migrante acabou; o brabo virou manso, na linguagem local, e os seringueiros saíram do círculo restrito das estradas de seringa.

²⁷ Ver algumas dessas perspectivas em Almeida (1993), Wolff(1999) e Pantoja Franco (2001).

Afastando novamente o olhar até podermos ver todo o curso do rio - as relações entre as cabeceiras dos rios, onde estabeleceram-se os seringais e o outro mundo, que fica na direção em que desce o rio, para onde fluía a borracha e de onde vinha a mercadoria -, percebemos que a imagem também se modificou. Estabeleceram-se novos fluxos, novos intermediários entre o mundo local e os outros mundos.

Antes de tratar da gênese desse modo de vida e dos novos fluxos sociais que o acompanharam, voltamos atrás no tempo, para descrever com mais detalhes a constituição do sistema de seringais e suas transformações.

Instituição do sistema de aviamento sobre os rios e sua subversão

A borracha no Vale do Juruá: os migrantes e o mercado da borracha

Apesar da antiga ocupação da Região do Vale do Rio Juruá por diversas etnias indígenas, para este trabalho, interessa-nos a história da região a partir da ida dos nordestinos para a abertura dos seringais e o trabalho na extração do látex. As populações nativas serão tratadas na sua relação com esses migrantes.

Segundo Mauro Almeida (1993) a exploração da borracha e a ocupação pelos migrantes nordestinos no Vale do Rio Juruá pode ser dividida em algumas fases: uma primeira que ocorreu até 1870, caracterizada pela exploração e extração da borracha pela população indígena. A segunda fase, entre 1870 e 1912, marcada pela explosão do mercado e dos preços da borracha e pela grande seca do Ceará de 1876. Nesse momento é que o Alto Juruá passou a ser ocupado por seringueiros, os migrantes nordestinos que, fugindo da seca e buscando novas oportunidades, espalharam-se por toda a Amazônia e dedicaram-se ao trabalho de extração de

borracha nos seringais. Na terceira fase, entre 1912 e 1943, houve um declínio dos preços da borracha e da migração, a população se estabilizou. Seringueiras passaram a ser cultivadas na Malásia em grandes plantações. A borracha da Amazônia, produzida no extrativismo dos seringais, não podia competir em preço e em volume com a produção das plantações asiáticas.

Durante a segunda Guerra Mundial os japoneses ocuparam as possessões coloniais asiáticas onde se localizavam as plantações produtoras de látex. Surgiu então uma nova demanda pela borracha amazônica, principalmente pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos. O contexto da segunda Guerra mundial fez com que houvesse nova elevação no preço e na procura pela borracha dos seringais. Com isso surgiu nova investida migratória nordestina para os seringais amazônicos, apoiada pelo governo federal em colaboração com os Estados Unidos. A migração e o aumento da produção da borracha amazônica fez parte de um esforço de Guerra dos Aliados, e os migrantes nordestinos desse período foram denominados soldados da borracha. Entre 1943 e 1985 os patrões dos seringais Amazônicos passaram a ser subsidiados pelo Estado.

A partir de 1986, os subsídios começaram a ser retirados, um processo que se acentuou na década de 1990. Os patrões deixaram os seringais, ao mesmo tempo em que os seringueiros passaram a lutar pelos seus direitos e pela terra.

A ocupação do território do Vale do Juruá ocorreu portanto em momentos diferentes, devido à crescente demanda por borracha e pela alta de seu preço. Esses fatores determinaram uma expansão do território de produção da borracha, a busca por novas fronteiras, seguindo no rumo das cabeceiras dos rios que já vinham sendo explorados. Almeida (1993) sugere, analisando o crescimento da produção de borracha, que algo entre 25.000 e 50.000

trabalhadores migraram para a Amazônia a cada década durante a explosão do mercado da borracha. Para se ter uma idéia do aumento desse movimento na região, em 1870 o primeiro barco a vapor havia subido o Juruá e já em 1876 o tráfego de barcos a vapor era intenso, com visitas regulares e mensais na região do Médio Juruá, levando gente e mercadoria para os seringais e descendo o rio, carregado de borracha .

Trabalhadores eram levados do nordeste para ocupar os novos seringais que iam sendo abertos, cada vez mais próximos das cabeceiras dos rios. As seringueiras das cabeceiras dos Rios Juruá, Purus e Madeira eram reconhecidas pela alta qualidade de sua borracha. A velocidade da ocupação nesse período e essa qualidade das seringueiras locais possibilitaram a ocupação de todo o Vale do Rio Juruá, em apenas dez anos.

A Bacia do rio Tejo, afluente do Rio Juruá, foi uma dessas regiões de cabeceira que tiveram um desenvolvimento acelerado nesse período (Almeida, 1993). Com a explosão do mercado da borracha, até a entrada da casa Melo & Cia., de Belém, desenvolveu-se na Região do Rio Tejo um centro expressivo de produção de borracha. Como parte da estrutura comercial, havia uma rede de trilhas na mata, interligando as colocações para transporte de borracha no lombo de animais. Especialmente nos períodos de alta da borracha, os caminhos entre os barracões e os centros produtores de borracha eram limpos, para facilitar o escoamento de borracha (no sentido barracas dos seringueiros – barracões dos patrões) e mercadoria (no sentido barracões dos patrões-barracas dos seringueiros). A conservação desses trajetos, ou *ramais*, compensava.

Para chegar a essa região das cabeceiras do rio Juruá os migrantes nordestinos eram financiados em suas viagens por grandes empresas com sede em Belém, as chamadas casas aviadoras. Esses trabalhadores subiam todo o rio Amazonas, depois entravam pelo Solimões e

dali seguiam pelo Juruá até suas cabeceiras. Os homens que chegavam para trabalhar nos seringais e se colocar no trabalho das estradas de seringa eram, em sua maioria, cearenses e iam solteiros. Grande parte acabou casando com índias pegadas em correrias.

Seu Antônio Grajaú, que nasceu e criou-se no Rio Bagé, afluente do rio Tejo, conta que seu pai casou-se com uma índia *comprada*. Aliás, em um pequeno trecho de uma conversa sobre a história de seu pai, ele faz um sucinto quadro da época, falando da decisão do nordestino de sair de sua terra natal e partir para o Acre, do tamanho da viagem e da mudança de padrões, ao longo do tempo.

“O nome do papai era Vicente Ferreira Lima. Ele veio do Rio Grande do Norte; viajou de navio de Fortaleza até a Boca do Igarapé Grajaú. Ele estava em Fortaleza, ia se alistar na marinha e aí encontrou um companheiro dele na fila que o convenceu a deixar aquela história de marinha para ir ao Acre, ganhar dinheiro. Diziam que em dois anos ele voltava rico. A viagem durou um mês.

Nasceu em 1888; em 1909 ele veio para o Acre. Não sabia escrever. Chegou e ficou trabalhando no seringal Grajaú. Passou para o seringal do Tejo com a vinda da companhia Melo. Depois passou a trabalhar para o senhor Sardinha. Comprou sua esposa por cinquenta quilos de borracha quando já tinha seus trinta e cinco anos.” (Antônio Grajaú, setembro de 2001)

Os seringais, principalmente nos altos dos rios, eram abertos por profissionais, cujo trabalho era pesado e especializado. Era necessário enfrentar os índios que ocupavam a região; localizar as seringueiras no meio da mata e tornar o local seguro para o “cearense brabo” que ia ser colocado para o trabalho com a seringa. O migrante, futuro seringueiro, recém chegado do nordeste, muitas vezes do sertão, acostumado com a seca, com o clima árido e que estranhava de imediato a fatura de mata e de água do novo ambiente amazônico era o brabo. Ali, no novo ambiente, tudo devia ser aprendido com os mais velhos, que já estavam trabalhando no seringal há mais tempo. Caminhar na mata, lidar com embarcações e com o rio, aproveitar da mata para construção de casas, para caçar, pescar em novas condições, de novas formas. No início, na época do preço bom da borracha, esses trabalhadores se

preocupavam sobretudo em aprender as várias técnicas e conhecimentos, associados ao trabalho da extração do látex e da defumação das pélas de borracha. Os mantimentos e a alimentação eram na medida do possível compradas, pois a borracha valia muito e devia-se gastar o tempo, *cortando*.

Como mostra Thaumaturgo de Azevedo (1905) – ao explicar a necessidade da implantação das escolas móveis na região -- o seringueiro, recém chegado do nordeste, mantinha uma grande dependência para sua sobrevivência em relação ao patrão e suas mercadorias. Ao mesmo tempo, a mata e a vida nova causavam um grande estranhamento, como aponta Guedes(1920).

“A vida acolá é a de plena mata, e, o que é mais, sem meios fáceis de comunicação. Para ter uma idéia relativa a propósito, imagine o leitor um rio que partisse desta cidade, Rio de Janeiro, até o Paraná. E mais: que esse rio até o Estado de São Paulo fosse navegável a vapor. Daí até a entrada do Estado do Paraná, fosse, apenas, navegável à lancha, por não ser possível a navegação de maior calado. E, daí por diante, só pudesse ser navegável em canoa, e, mesmo assim, com não pequenas dificuldades.

Eis - sem a menor hipérbole – a imagem, o que se verá melhor mais adiante quando tratar desse assunto no lugar próprio.

É de ver agora que influências não exercerão ali semelhantes condições, tão em diametral oposição às em que o indivíduo foi criado na terra natal, - sobre seu espírito, sobre suas idéias e, até certo ponto , sobre sua própria vida psicológica.

Assim, o homem acolá é de certa maneira, em quase tudo por tudo, um “descolado”, no tocante aos seus pontos de vista , aos seus costumes, às coisas da vida em cujo ambiente nasceu, desenvolveu-se, cresceu. E, sobretudo, ele tem de adaptar-se de chofre a tudo aquilo, sem escalas e nem gradação.

De tal sorte é que sua maneira de alimentação, de habitar, de viajar, de tudo enfim, é diferente. Porque o meio é inteiramente outro, já na sua flora, já na sua fauna, já no seu clima, já nas suas correntes fluviais que se modificam a cada passo, chegando até a transviarem de rumo.”(Guedes, 1920: 131-132)

O sistema de aviamento no Alto Juruá: fluxos entre o barracão e a casa aviadora

No Alto Juruá o negócio da borracha foi financiado pelas grandes empresas aviadoras, sobretudo Melo & Cia. e mais tarde Nicolau & Cia., de Belém. Até 1911 a região do Alto

Juruá e mais especificamente do rio Tejo era dividida entre vários seringais independentes. Em 1912 a empresa Melo & companhia de Belém passou a ser proprietária de toda a área do Rio Tejo (Almeida, 1993).

Essas empresas eram tidas como proprietárias de imensos seringais que incluíam quase todo o rio Tejo, até a última delas falir em 1936. As empresas aviadoras financiavam a ida dos trabalhadores e o envio de mercadorias. Quando chegavam, os trabalhadores passavam a ocupar uma colocação que possuía suas estradas de seringa, as quais deviam ser zeladas e trabalhadas. O Rio Tejo era subdividido em muitos seringais subordinados à sede da Foz do Tejo, por sua vez subordinada à empresa de Belém. Esses seringais menores e subordinados à Foz do Tejo correspondiam muitas vezes a rios menores, afluentes do Tejo, assim, o Bagé (que compreendia diferentes seringais) e Restauração (também subdividido em diferentes seringais). Em cada um desses níveis, havia barracões e patrões: em uma ponta do sistema estavam as casas aviadoras, donas dos recursos para financiar a empresa seringalista; no meio, havia vários níveis de patrões, uns subordinados aos outros; na outra ponta estavam os seringueiros. Manuela Carneiro da Cunha também descreve, assim, a rede de crédito e dívida, o aviamento, mostrando como, particularmente no caso do Rio Juruá,

“o sistema desposava a própria geografia: os negociantes ingleses adiantavam as mercadorias para os negociantes de Belém, que os repassavam para os de Manaus, que os forneciam aos “patrões” dos rios caucheiros, que abasteciam seus subpatrões que por sua vez as transferiam aos seus próprios subpatrões, concluindo-se o conjunto com adiantamentos em mercadorias feitos aos seringueiros. Esta cadeia toda estava fundada sobre o aviamento, o crédito e a dívida; salvo nas extremidades (isto é, os peixes pequenos das cabeceiras e os grandes de Belém e de Liverpool), cada qualera credor a montante e devedor a jusante. Nesse caso particular, a rede fractal recobria a fractalidade dos próprios rios, havendo um barracão permitia identificar, então, de uma só vez, devedores e credores, o pequeno patrão da boca do Machadinho pegando suas mercadorias à crédito junto à q'leue que controlava a boca do Riozinho, e que se abastecia na boca do Tejo(Almeida 1992). Assim, nessa rede só se percebia um fragmento, cada um tinha, em suma, uma apreensão legitimamente fundada sobre a idéia de que o todo era semelhante à parte, da qual se poderia ter a experiência local”(CARNEIRO DA CUNHA, 1998: 10).

E por falar em peixes e cartografia, a disposição da estrutura permite controlar até o fluxo da pesca entre os moradores das cabeceiras do Juruá. Os peixes que sobem o rio em grandes cardumes, vindos de grandes rios para desovar dentro dos pequenos igarapés das cabeceiras dos rios, na região onde está a Reserva Extrativista, são encurralados pelas malhas, grandes redes de pescas estendidas, atravessando toda ou a maior parte da largura dos rios. Os moradores das cabeceiras reclamam muito dessa prática que impossibilita o fluxo de alguns peixes de cardume. Os de baixo novamente controlam o que chega lá em cima. Os peixes das *piracemas* não conseguem chegar até os pequenos igarapés onde são em parte, pescados pelos moradores da região e em parte desovam nesses igarapés. Não procriam e o número de peixes e cardumes baixa, ano após ano, segundo o testemunho dos próprios moradores.

A análise do sistema de aviamento só reforça as observações acerca da importância que assumiu a disposição da rede hidrográfica para auxiliar o controle dos padrões sobre seus sub-padrões e estes sobre padrões menores, e explica porque essa mesma disposição hidrográfica, graficamente, corresponde ao próprio sistema de controle sobre pessoas. De qualquer local, nessa rede de rios, quem olhasse rio acima veria seus devedores, e quem olhasse rio abaixo veria seus credores. O domínio do patrão fundava-se, sobretudo, nesse seu monopólio, constituído de dívidas que subiam o rio. Os seringueiros tinham a obrigação de comprar mercadorias e vender borracha somente para o seu patrão – o seu aviador, e para o qual pagava também a renda das estradas de seringa, representando o proprietário do seringal. O monopólio comercial era justificado pelas dívidas contraídas durante a viagem e pelo arrendamento das estradas. Ao mesmo tempo havia a noção de que os seringueiros que não estivessem em dívida com o patrão, poderiam dispor de sua borracha, vendendo-a livremente – mas mesmo nesse caso, o patrão tinha preferência. Esperava-se que o patrão concedesse

crédito ao seringueiro, não apenas por meio do aviamento anual, mas também em períodos de doença ou dificuldades na família (Almeida, 1993).

Os seringais: fluxos entre o seringueiro e o barracão

O monopólio comercial era justificado pelos gastos que já haviam sido feitos com o seringueiro na sua viagem, paga pelo patrão ou pelas empresas aviadoras e transformada em dívida do seringueiro no barracão do patrão. Como afirmam Thaumaturgo de Azevedo (1905), Chaves (1913) e Guedes (1920), além de Plácido de Castro, o patrão tinha sua própria dívida com a casa aviadora. Era essa rede de créditos e dívidas quem mantinha o sistema de aviamento funcionando. A premissa era que, desde que o seringueiro estivesse em débito, o fruto do trabalho pertencia, de certo modo, ao credor, por antecipação. O papel do Estado, de certo modo, corroborou essa posição. A partir da Segunda Guerra, a borracha tornou-se monopólio do Estado. Isso significava que a borracha do patrão, financiado pelo Estado, pertencia antecipadamente ao Banco da Borracha; por sua vez, a borracha produzida pelo seringueiro, financiado pelo patrão, pertencia antecipadamente ao patrão – que a devia ao Estado. Essa argumentação foi utilizada por patrões, em luta contra a nascente cooperativa dos seringueiros do rio Tejo em 1989, para justificar o monopólio ameaçado.

Guedes defende a personificação do controle sobre os seringueiros na figura do patrão. Afirma que se o mesmo não fosse um homem destemido e objetivo, não poderia controlar o rendimento da produção, haja vista os trabalhadores seringueiro sempre armados, a distância de qualquer instituição do estado que garantisse o cumprimento das leis era grande e, por causa disso o patrão tornava-se o próprio estado local. Chaves, delegado dos Departamentos do Alto Acre e do Alto Purus em 1913, proprietário de seringal, defende em sua monografia

que, apesar das dificuldades pelas quais passava o trabalhador do seringal, ele estava longe de ser escravizado. Segundo Chaves, a dependência do seringueiro em relação ao patrão justificava-se pelas condições de vida na mata, principalmente no que diz respeito ao transporte de mercadorias para sua subsistência, pelo arrendamento das estradas de seringa que ocupava e pelos custos que o patrão teve para ali o instalar. Os lucros do negócio ficavam sempre com as casas de crédito, ou aviamento, as quais tinham financiado a montagem do seringal, aberto pelo patrão que, como diz Thaumaturgo de Azevedo, devia a ela, como o seringueiro ao patrão. Em suma, havia na época um debate em torno do sistema dos seringueiros, com denúncias como a que fez Euclides da Cunha e argumentos em defesa do sistema, como a de Chaves.

Os seringais eram definidos como faixas de terra, floresta a dentro, delimitadas por pontos ao longo do rio -- os limites no interior da mata não eram definidos. Os limites de seringais nos mapas, eram portanto, dados como linhas retas ideais, partindo ortogonalmente da margem dos rios em direção ao interior, e sem limites nos fundos. Como afirma Guedes, o seringal era determinado pelo número de seringueiras que possuía, não importando a definição de sua área. Era fundamental também a disposição do barracão na margem de um rio para que o patrão conseguisse escoar a produção de borracha e levar a mercadoria para seus fregueses trabalhadores.

O seringal era ainda, segundo Chaves e Guedes, dividido em margem e centro. Na margem do rio localizava-se a sede do seringal, onde se erguia a casa do patrão, que muitas vezes coincidia com o barracão de mercadorias.

“Acolá é que se efetuavam todos os negócios, todas as transações, desde as maiores às

menores. Tudo se resolve ali. Nada tem sanção ou efeito sem o consentimento da “casa”. Em suma, o que não levar o seu *placet* está fora de norma. É, por conseguinte, ilegal, conforme a regra estabelecida.” (Guedes, 1920: 94)

Na sede do barracão, na margem, moravam também o gerente, o guarda livros, caixeiros, comboieiros, mateiros, caçadores e seringueiros. Na sede do seringal havia campos, áreas abertas na mata, onde eram criados os animais, principalmente burros e bois, para a carga de mercadorias aos centros, através dos varadouros, nas matas. Os *centros* eram locais, dentro da mata, onde ficavam colocados os seringueiros nos períodos de seca para a produção da borracha. O mateiro era o encarregado de verificar se a exploração estava ocorrendo dentro das normas. Entre outras coisas, cabia a ele verificar se as seringueiras estavam sendo corretamente cortadas pelos trabalhadores para que não fossem ameaçadas por tentativas de exploração excessiva, havia certa técnica bem definida no corte da seringueira, para que a extração do látex nunca chegasse a prejudicar a árvore.

Os seringais constituíram um modo de povoamento disperso: conjunto de áreas de grande extensão dentro da mata, definidas por um certo número desses pontos na mata, as colocações, permitindo a exploração de um certo número de estradas de seringa.. Com capital próprio ou com crédito, conseguido nas casas aviadoras, o patrão ocupava um certo território e, com a ajuda de mateiros, definia caminhos na mata ligando as seringueiras. Esses caminhos ligavam, em média, cem ou cento e vinte seringueiras. Havia também caminhos na mata entre a sede do seringal e as colocações onde ficavam as estradas de seringa com seus trabalhadores e fregueses, para que pudessem movimentar a borracha e a mercadoria. Em geral a sede dos seringais ficava nas margens dos rios e as colocações nos centros, dentro da mata. Cada seringueiro encarregava-se de cerca de duas estradas de seringa e pagava ao patrão a renda, pelo arrendamento de suas estradas. Essa figura esquemática de Chaves apresenta a colocação

como um posto de trabalho em uma indústria da floresta: com uma barraca, o defumador e a estrada de seringa. Veremos que, com o passar dos anos, essa imagem se modificará tornando-se cada vez mais complexa.

Esses “caminhos” para transporte de mercadorias são chamados no vale do Purus de “ramais” (usados para transporte em lombo de bois). Eles existiram como tais no Juruá durante o primeiro ciclo econômico da borracha. O nome mais usado no Alto Juruá é “caminho”, ou “caminho real” para o caminho principal que saía do centro produtor de borracha, no Riozinho e ia até a Restauração, uma importante sede de seringal da época e que hoje é uma vila no rio Tejo. No Alto Juruá, usa-se o termo *varação*, no sentido de atalhos que levam de um trecho da estrada de seringa a outro. Com a crise dos “ramais”, o trajeto principal para transporte de borracha e de mercadorias passou a ser, no Juruá, o rio e os pequenos igarapés seus afluentes. Isso significava, na prática, que a borracha era acumulada durante o ano inteiro, para baixar toda de uma vez, em pélas, nos meses de janeiro, com as primeiras alagações. Era uma imensa tarefa descer a borracha por igarapés inundados subitamente, e as mercadorias subiam de barco e de canoa, arrastados de varejão, se preciso, ficando nos “*Depósitos*”. Assim, os *caminhos* e *varações* não eram o eixo de trânsito dos seringais no Tejo para o comércio oficial – e sim o rio (cf. Almeida, 1993).

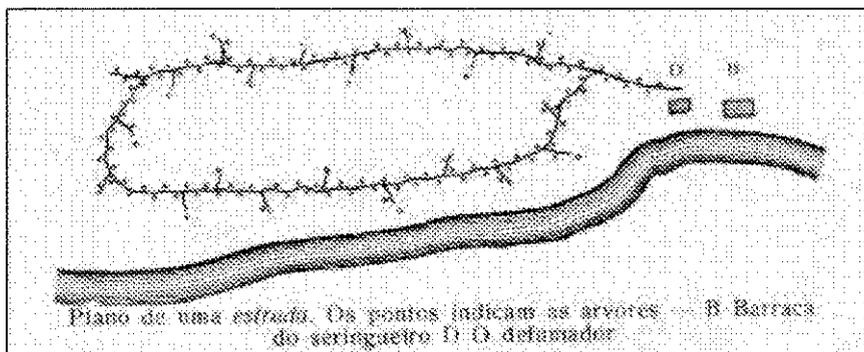


Figura 3: Gravura, representando uma estrada de seringa, segundo Chaves, 1913: p.17

Cada ponto dessa estrutura correspondia a algum tipo de escrituração, desde as casas comerciais de Belém e Manaus até o último depósito de mercadoria na floresta. É importante também lembrar que havia um registro de “rendas” das estradas de seringa, recolhidas pelos barracões mais baixos na hierarquia dos patrões e repassadas aos patrões proprietários. Havia ainda as despesas com frete de barcos e pessoal de transporte e finalmente, havia impostos a pagar e empréstimos a saldar com bancos. Em suma, ao contrário da produção para o comércio local, ou que fluía através de pequenas feiras ou mercados locais, a borracha era, por assim dizer, um comércio centralizado e de longa distância, com prazos de investimento no mínimo anuais, imobilizando dinheiro em pessoal de contabilidade, em armazenamento, em embarcações. Tudo isso significou um enorme aparato de contabilidade, que infelizmente foi pouco conservado.²⁸

Subversão do monopólio dos fluxos

Apesar dessa rede hidrográfica de controle sobre as dívidas, uma tese central de Mauro Almeida (1993) é a de que o monopólio comercial sobre o fluxo de mercadorias e borracha dos seringais não garantia ao patrão o controle sobre o processo produtivo da borracha. O próprio monopólio comercial era constantemente negociado e imposto por meio de uma estratégia de coerção e incentivos dos usada pelos patrões credores, que procuravam manter os seringueiros endividados, muitas vezes diminuindo seus lucros para tentar garantir essa produção. Outro aspecto sustentado no trabalho de Almeida (1993) é que os patrões não

dispunham de um aparato de fiscalização e de violência eficiente a ponto de permitir a imposição de um monopólio absoluto (por exemplo, havia ramais clandestinos, permitindo comércio nos fundos dos rios; os regatões entravam e saíam, embora perseguidos e às vezes processados). A repressão violenta era feita por grupos policiais que precisavam vir de longe, no mínimo de Cruzeiro do Sul, os quais dependiam de algum tipo de ordem judicial, fato que, mesmo levando em conta o atendimento dos juizes aos interesses dos patrões, mostra uma certa limitação na capacidade de fiscalizar e reprimir fluxos não autorizados.

Os moradores do que hoje é a Reserva Extrativista do Alto Juruá, que ainda viveram sob esse sistema, têm opiniões diversas sobre os patrões. Muitos são contra o tempo dos patrões, de forma taxativa, devido, justamente, à memória da obrigação de só vender borracha para ele e de comprar mercadorias apenas dele, e também devido à obrigatoriedade do pagamento da renda. Outro motivo constantemente lembrado é relacionado à violência praticada por alguns patrões contra os seringueiros. Outros seringueiros, em princípio, posicionam-se contra o “tempo dos patrões”, mas logo que passam a contar histórias desse tempo, e a falar especificamente de certos patrões, eles os distinguem sempre entre os *bons* e os *maus*.

Dentro da categoria dos *maus patrões* se enquadravam todos aqueles que não cumpriam suas obrigações de atender aos seringueiros quando a estes parecia justo o atendimento, que em geral consistia em crédito; os patrões que eram *brutos* ao tratar com os seringueiros; os que não os ajudavam nos momentos difíceis. O bom patrão era aquele que cumpria suas obrigações, que não era conhecido por enganar, ou tentar enganar os seringueiros na hora das contas, aquele a quem o seringueiro poderia recorrer em um momento de dificuldade, que

²⁸ Em Manaus há arquivos conservados da empresa J.G. Araújo, mas é uma exceção.

sempre tinha mercadoria para seus fregueses. Um mau patrão muitas vezes justificava uma atitude de desafio do seringueiro: ou através da quebra do monopólio junto aos regatões e marreteiros, ou até à mudança de patrão e de colocação. O próprio pai de Seu Antônio Grajaú mudou várias vezes de seringal e de colocação até encontrar um com quem ele conseguiu uma convivência melhor.

Tenho ouvido muitos seringueiros compararem a Associação com os patrões. Às vezes ela é comparada aos *bons patrões*, às vezes aos *maus patrões*. Às vezes se diz que “a situação está pior do que no tempo dos patrões”. Referem-se nesses casos, em geral, a falta de mercadoria nas cantinas, ou ao preço considerado como abusivo nas cantinas da Associação. O seringueiro entende que uma das funções de sua Associação é garantir a chegada de mercadoria em quantidade, variedade e com preços razoáveis, e espera também que a Associação compre sua borracha. Enfim, que sua Associação faça aquilo que ele esperava que os patrões fizessem, garantisse o fluxo de mercadorias e de borracha – só que sem cobrar renda e sem exigir monopólio comercial. A comparação com sua associação refere-se assim na maioria absoluta das vezes, nesses casos de comparação com o tempo dos patrões, à manutenção do fluxo de mercadoria e de borracha, dada a importância que esses fluxos têm para os seringueiros.

Uma condição importante para que o seringueiro pudesse obter certa autonomia produtiva e ter margem de negociações, obtendo por exemplo maior quantidade de “mercadorias” por uma quantidade maior de borracha – ou para que o patrão fosse forçado a utilizar de incentivos para levá-lo a aumentar a produtividade -- era o fato de que o seringueiro não dependia exclusivamente da produção de borracha para sua sobrevivência.

O fato de viver espalhado na mata, longe portanto do controle direto do patrão sobre o processo produtivo - que ocorreria nos seringais cultivados, como por exemplo nas plantações de Henry Ford ou nas plantações da Malásia – é uma condição necessária, mas não suficiente, para explicar a autonomia do seringueiro em relação ao patrão nesse período. Era importante também o fato dos seringueiros não dependerem somente da venda da borracha para sua sobrevivência: isto é, terem a escolha de manter o nível de produção em um mínimo, no qual dispunham ainda de tempo para dedicar-se a seus roçados, à caça, ao artesanato. Empregar trabalhadores assalariados em uma jornada de trabalho de dez horas por dia para trabalhar só garante a exploração máxima destes trabalhadores porque eles não têm outras fontes que lhes garantam a subsistência, precisando, portanto, aceitar as condições do mercado de trabalho para poderem ganhar os seus meios de vida.

Para usar a terminologia de Marx no *Capital*, a exploração máxima acontece com a subordinação formal dos trabalhadores (trabalham *para* o patrão durante um determinado número de horas em uma fábrica sob a supervisão e o mando direto de supervisores) e também com a subordinação real (trabalham numa fábrica com máquinas caras que lhes são inacessíveis, mesmo que quisessem trabalhar por conta própria). Não é o caso dos moradores do Alto Juruá, que trabalhavam e trabalham na floresta sem supervisão direta de capatazes e formalmente trabalham “por conta própria” (para depois vender o *seu produto* a comerciantes e “patrões”), e que, para trabalhar, precisam apenas de instrumentos e utensílios simples (esta argumentação é proposta por Almeida, 1993).

Por essa razão, enquanto o trabalho do operário fabril é alienado (o produto no qual ele materializa sua capacidade de trabalho é apropriado por outro e usado contra ele), no caso do seringueiro, apenas uma parte de seu trabalho era alienada: a produção da borracha, que é um

produto externo, apropriado pelo patrão, e que aparecia para o seringueiro como fruto de “trabalho obrigatório”. Mas o trabalho que ele colocava numa canoa e na roça, em suas caçadas e pescarias não é controlado e lhe pertence.

Os moradores do Alto Rio Juruá constituíram um modo de vida que lhes garantiu a sobrevivência e uma certa qualidade de vida só com a exploração e manejo de recursos variados da mata e da agroprodução local. Isso não explica somente a relatividade da dependência do seringueiro em relação ao patrão, mas também a sua permanência e sobrevivência nos períodos de crise do preço da borracha, inclusive o abandono deliberado da atividade extrativa quando o preço da borracha não está compensando. Sua relação com a floresta e seus recursos, a variabilidade de possibilidades produtivas e sólidas relações locais é que têm garantido a permanência dessas famílias e a existência de um modo de vida que vai muito além da produção da borracha.

Categorias classificatórias dadas sobre a hidrografia

A história de Crispim: brabo, manso e sabido ao longo do rio

Seu Antônio Grajaú conta a história do casamento de seu avô materno e de seu pai, explicando como eles conseguiram esposas para formar suas famílias. A história apresenta também um personagem interessante da região e seu papel nesses casamentos: Crispim, que Antônio Grajaú se refere como tio. Essa passagem ilustra um aspecto das relações entre índios e seringueiros, que não eram apenas de embates e confrontos.

Crispim, personalidade famosa no médio rio Tejo, nasceu caboclo Arara (Araújo, 1998), mas foi criado em Belém do Pará. Depois de servir o exército e se formar em Belém voltou para o

Acre. Tornou-se um líder de seu povo Arara e morava na região do Rio Bagé. Em uma de suas viagens pela região, visitou, em companhia de Sebastiana, também uma *cabocla*, a casa de Seu Manuel Estevão de Lima. Sebastiana disse que “queria morar” com o seu Manuel, e ficou com ele. Mas Sebastiana estava grávida de uma menina que, mesmo antes de nascer, foi vendida por seu Manuel ao filho Vicente Grajaú em troca de borracha. O negócio foi combinado e quando a *cabocla* completou doze anos, diz seu Grajaú, filho de Vicente, “papai já tomou conta da mamãe e aí já construiu família”.

Antônio Grajaú: Pois bem; aí o tempo foi passando. Aqui no Riozinho do Cruzeiro do Vale tinha uma aldeia de índio, uma maloca que existe ainda no Cruzeiro do Vale, mas aqui também tinha uma aldeia da mesma tribo que era aqui no Dourado. O Tio Crispim era dessa família, aí todos os anos eles faziam essa travessia, essa caminhada dele pela mata vindo aqui do riozinho do Cruzeiro do Vale e fazia essa travessia por Dourado, aqui pelas matas, aqui pela fronteira do rio. Com aquela patrulha dele, de índio, aquela turma dele indo passear na casa dos outros parentes.

Augusto: O Crispim?

Antônio Grajaú: Sim, o Crispim era um índio, caboclo velho...

Augusto: Arara?

Antônio Grajaú: Arara, era Tuxaua. Nós chamávamos ele de Tio, dá a benção, tinha aquele respeito à ele, porque a mamãe era da família dele. Pois bem, aí eles passavam todos os anos na época do verão; faziam aquela travessia. Eles eram índios, mas o Velho Crispim era índio manso. Ele tinha se criado no Belém do Pará, ele serviu o exército em Belém, formou-se em Belém...

Augusto: Mas ele era Arara?

Antônio Grajaú: Era Arara, mas aí a tradição dele era de índio, queria viver com os parentes né, aí ele usou tudo essas coisas: ele estudou, se formou, serviu o exército e quando teve chance voltou para a aldeia dele de novo, junto do povo dele.

Augusto: E virou Tuxaua?

Antônio Grajaú: Virou Tuxaua de novo, sabido não é? Pois bem, aí uma certa vez, ele veio com uma cabocla da companhia dele. Ela chegou na casa do vovô e não quis passar mais. Aí ficou na casa de vovô.

Augusto: Morando?

Antônio Grajaú: Ficou em casa, eles passaram e ela ficou. E quando ele [o avô] chegou da estrada estava aquela caboclona na casa dele dizendo que queria morar mais ele. Aí abraçou com os dois pés e as duas mãos não é? Aí pronto.

Augusto: Não tinha mulher, não é?

Antônio Grajaú: Aí não tinha mulher e pronto...

Augusto: Ele era novo?

Antônio Grajaú: Era novo , rapaz solteiro ainda. Pois bem, aí construíram e viveram juntos. Aí os índios também acharam que ele merecia , não ter nada mal contra ele, e ficou que já tinha aquele parente. Ficou a casa de um parente lá, para se arrancharem lá naquele lugar.

Augusto: E onde ele morava?

Antônio Grajaú: O Crispim?

Augusto: Não, teu avô.

Antônio Grajaú: Meu avô morava no Café da Paz. Pois bem, aí a vovó, que era finada Sebastiana, ele conheceu gestante. Aí eu não sei certo, porque isso é história que o povo conta, papai contava, meus irmãos mais velhos também contavam isso. Aí o papai falava para o vovô que se fosse uma menina fêmea ele comprava.

Augusto: Como que é?

Antônio Grajaú: Comprava.

Augusto: Seu pai comprava de seu avô?

Antônio Grajaú: Comprava.

Augusto: A filha do seu avô?

Antônio Grajaú: Sim, a primeira filha do vovô com a cabocla, se fosse uma menina ele comprava. Papai era cearense, a mamãe era filha do vovô. Pois bem essa era a primeira filha do vovô. Aí o papai disse que comprava e diz que ofereceu eu não sei se foi 100 ou 50 kg de borracha, ou foi 200 que ele deu para o velho pela mamãe. Até que quando a mulher [avó] ganhou a caboclinha ela era menina, aí já era dele, já tinha proposto negócio, era dele. Aí esperou que crescesse tal, e com a idade de doze anos, o papai já tomou conta da mamãe e aí já construiu família, e foi assim.

(Entrevista com Antônio Ferreira Lima, o AntônioGrajaú, em agosto de 2001)

Os índios também são classificados pelos seringueiros como sendo brabos ou mansos. Os mansos são os índios ou etnias que mantêm relações pacíficas, de convívio, com os seringueiros. Manso também designa o índio ou índia pego em correria e que foi amansado, aquele que passou a viver junto com os seringueiros ou que foi criado desde novo pelos seringueiros. Esse termo, quando associado ao índio, também pode designar aquele índio que adequou-se muito bem ao modo de vida dos seringueiros, desenvolvendo habilidades na fala, ligadas ao trabalho e ao dia-dia equiparam-se às habilidades dos seringueiros.

Lembro de Dona Mundoca, uma senhora moradora do Alto Tejo, falando sobre uma moça índia que, quando foi *pega*, no tempo das correrias, não havia chegado à puberdade. Dona

Mundoca dizia, admirada, de como ela havia ficado bem mansinha. Quando foi *pega*, mordida as pessoas e queria fugir: - “Não falava, só falava gíria”. Depois, depois de muitos anos de convívio, para surpresa de alguns, sabia costurar melhor que a maioria das mulheres, tratava todos muito bem, casou. Amansou.

A história de Crispim mostra um outro patamar classificatório que pode ser alcançado pelo índio. No caso, o próprio Crispim é o exemplo que temos. Esse patamar alcançado por Crispim aponta para as representações sobre o espaço, construídas pelos seringueiros. A história de Crispim nos mostra que há um distanciamento da situação de brabo na medida em que se afasta do interior da mata e se desce os rios em direção aos grandes rios e às grandes cidades: como se houvesse um escalonamento de civilidade, de poder, na medida em que há um certo deslocamento cartográfico, no espaço dos seringueiros. Um estágio mais ou menos manso, mais ou menos brabo depende de situações e de deslocamentos ao longo dos rios. De índio brabo pego em correria ele passa a sabido nas palavras de Seu Antônio Grajaú, destacando que ele havia viajado para Belém, e estudado por lá, antes de sentir o chamado de sua tradição indígena e voltar para seu povo para se tornar, com o conhecimento adquirido no *baixo*, Tuxaua poderoso.

Sua estadia no nordeste e em Belém é contada por seu Antônio Grajaú como uma epopéia em que ele, apesar de ir morar na cidade não pode escapar de sua raiz indígena. Ele vai ao Ceará, reencontra o confronto entre índios e cearenses e foge para Belém para estudar, aprender a ler e ficar sabido. Volta mais que *manso*: volta *sabido*, cheio de *ciência*, de cura e de escrita.

“Avó Sebastiana era cabocla e casou-se com Manuel Estevão de Lima. Ela era irmã de Crispim. Caboclo arara pego em correia quando era pequeno. Os pais caboclos dele foram mortos e ele foi criado por seu Absolom Moreira, fundador de Cruzeiro do Sul. Ele [Seu Absolom] levou Crispim para o Ceará com ele, colocou ele na escola. Coronel Absolom Moreira era um grande seringalista.

Crispim contou que lá no Ceará, em Fortaleza, tinha uma grande família que tinha um pessoal aqui no Acre que os índios tinham matado.

Ele estava um dia brincando à tardinha mais os companheiros dele e chegou um homem dessa família e perguntou a ele se ele era amoaca, caboclo, e ele respondeu que era sim. Aí ele mandou o Crispim cortar a gíria [falar na língua de seu povo], para ver se era mesmo. Ele falou e o homem disse : “Está bem, agora eu vou te matar. Você vai pagar o que fizeram com meus parentes lá no Acre”. O Crispim tinha onze anos. O Homem pegou ele pelo pescoço e já ia matando ele. Aí Crispim lembrou de um punhalzinho que tinha ganhado de seu pai e que carregava na cintura. Deu com o punhal na virilha do homem. O homem gritou: “- Matou-me caboclinho desgraçado” . Soltou Crispim e ele saiu correndo assustado. Perdeu-se na cidade. Um homem viu aquele menino andando perdido no centro da cidade, na boca da noite e reconheceu que ele era o filho de seu Absolom. O homem perguntou o que ele fazia ali àquela hora e ele disse que estava brincando e tinha se perdido. O homem disse que lembrava-se dele, que conhecia seu pai e que iria leva-lo para casa. Quando chegou lá no dia seguinte o velho [Absolom] já sabia de tudo e perguntou ao Crispim o que tinha acontecido, para confirmar. Ele confirmou tudo. O Coronel resolveu pegar todas as coisas e no mesmo dia mudou-se para Belém.” (*Relato de Antônio Grajaú, setembro de 2001*)

Assim, a trajetória de Crispim é a de um tuxaua e curador importante – um pagé – cujo percurso passou por um périplo na região *do baixo*. Esse trajeto é narrado por Gabriela Araújo (1998: 89); conta que Crispim é natural da região do rio Envira, e depois de ter estado em Belém, teria voltado para esse mesmo rio para morar com seu povo, onde fazia curas. Na década de cinquenta teria ido para o igarapé Dourado viver com os Jaminawá. Ele difundiu entre muitos seringueiros do Alto Juruá o costume de preparar a *ayahuasca*, e de utilizá-lo para, com ajuda da escrita que havia aprendido em Belém, diagnosticar e curar doenças.

“Conta a história oral que Crispim anotava em seus cadernos os poderes das plantas que utilizava como remédios. Porém , na ocasião de sua morte, conforme a tradição dos Jaminawá entre os quais vivia, todos os seus pertences foram queimados, inclusive os cadernos de anotação.”(Araújo, 1998: 90)

As correrias e os matadores de índios: ciências facilitando os fluxos entre mundos

Outro personagem constante das histórias dos moradores mais velhos da região é o encarregado de fazer correrias e de amansar índios. Nomes recorrentes nas histórias são os de Maximino, Raimundo Nonato, Pedro Biló, João Delmiro, Quitola, mateiros profissionais cujo

maior encargo era organizar expedições a pedido dos patrões para manter a segurança dos seringueiros, seus trabalhadores, e de seus seringais. Procuravam e dizimavam aldeias, muitas vezes traziam meninas e mulheres para amansar; serem criadas e também para casar com os seringueiros.

Esses homens, os fazedores de correrias ou “amansadores” de índios, são lembrados pelos seringueiros como homens destemidos e apoiados em segredos mágicos que os tornavam invisíveis: os índios brabos não os viam nem sentiam seu cheiro, eram capazes de entrar nas malocas sem que fossem percebidos. Os seringueiros contam com certa naturalidade atos de violência que eram praticados nessas ocasiões. Segundo Dona Mundoca que mora no Alto Tejo e que morou muito tempo dentro do paranã Machadinho:

“Foi Maximino que limpou todo esse rio dos índios brabos, isso aqui tinha muito índio, era uma coisa horrível.” (*Relato de Dona Mundoca, setembro de 2001*)

A violência com os índios é sempre justificada com ações violentas de índios bravos contra seringueiros: casos como o seringueiro voltar para sua casa da mata ou de uma viagem e encontrar sua família toda morta. Seu Antônio Grajaú conta ainda uma outra história, agora sobre Quitola, lendário matador de índios.

“O Quitola era Ashaninka, tomava ayahuasca para ver se poderia ir para a correria ou não. Pegava quatro ou cinco brasileiros, os Batistas e mais uns Campas. Eu lembro de uma história de minha infância: tinha uma maloca entre o Juruá e o Acuriá, eles passavam de um lado para o outro. Um dia iam fazer correria o Wilson Batista e o Quitola. Tomaram ayahuasca. O Wilson Batista disse que uma pessoa tinha armado um martelo na cabeça dele mas não bateu (uma imagem que ele viu durante o efeito do ayahuasca). O Quitola disse a ele que essa miração significava risco de vida. Mesmo assim foram. Andaram o dia todinho, toparam vestígio deles (os índios brabos). Só comiam à noite sem fazer fumaça. No outro dia cedo viajaram. Quando estavam pertinho da Maloca, o Quitola disse: “Vamos acampar aqui”. Os caminhos por ali estavam cheios de espinhos envenenados (armadilha dos índios). O Quitola dizia: “Vamos por dentro da mata” Chegaram bem pertinho da maloca e ficaram escondidos, vendo os índios voltarem da mata. O último índio chegou às duas da manhã. Aí o Quitola entrou na maloca, cortou a corda dos arcos dos índios e saiu. Quando foi duas horas da manhã tomaram as duas portas; a bala comeu, tinha um só no terçado, rolando os pescoços dos índios. Sobrou um último, um índio do pé grande, era o Tuxaua, deram nove tiros nesse índio, precisou dar

um último no rosto dele para ele morrer.” (*Relato de Antônio Grajaú, setembro de 2001*)

A *ayahuasca*, diz o narrador, fazia com que Quitola pudesse tomar atitudes mais claras quando invadia o universo dos índios brabos. Era parte da ciência das correrias.

Seu Antônio Grajaú diz ainda que, segundo seu pai, no começo dos seringais só havia homens e o jeito nas festas era dançar homem com homem. Saíam até brigas entre os próprios seringueiros para dançar com os melhores dançarinos. Segundo o Coronel Thaumaturgo de Azevedo, primeira autoridade brasileira na região, existiam 7.781 habitantes no município de Cruzeiro do Sul em 1904, dos quais 5.880 eram homens. Por causa dessa falta de mulheres nos seringais havia a demanda por índias pegadas em correrias. Assim, nem todos os índios eram massacrados: crianças pequenas e sobretudo moças novas eram levadas para serem criadas. Depois que se pegavam as índias brabas nas correrias havia o trabalho de amansá-las²⁹, acostamá-las com o modo de vida no seringal. Boa parte da geração do pai de seu Antônio Grajaú casou-se com índias amansadas

Com base nesse tipo de relatos, e no quê apresentamos até agora, podemos sustentar que há um trânsito entre mundos. O mundo dos brabos da mata, dos seringueiros dos seringais, dos cearenses e viajantes das cidades. As passagens de um mundo para outro são feitas e permeadas por saberes e ciências. Os cearenses, quando vêm de baixo, devem aprender a viver no seringal, ser amansados. O índio que sai da mata deve ser amansado. Na cidade, Crispim é

²⁹ Os mesmos termos, brabos e mansos, são utilizados para diferenciar aqueles brancos que acabavam de chegar do Ceará e não habituados a lidar com a seringa ou com a vida no seringal. Também é um fundamento da taxonomia seringueira. Todo bicho doméstico, manso, tem um equivalente brabo. É um princípio classificatório usado para várias coisas e situações: Há o índio brabo e o índio manso, o cearense brabo e o cearense manso, o bicho brabo e o bicho manso, até pesquisador brabo e pesquisador manso eles usam para diferenciar aquele que já conhece razoavelmente as “regras do jogo” daqueles que são novatos. Uma categoria que, de certa forma, define o local e o estrangeiro, aqueles que partilham de conhecimentos sobre o modo de agir local e aqueles que não.

amansado de outra forma e aprende outros segredos e ciências que expande suas capacidades de cura.

Cosmologia seringueira

A breve possibilidade de análise e descrição do relacionamento entre o espaço e a forma de ocupação da região do Alto Juruá, baseada na exploração da borracha, pode ser também relacionada à constituição de uma cosmologia local.

Na literatura antropológica, é comum encontrar descrições e análises de cosmologias, no sentido de descrições articuladas do mundo que compreendem a origem e localização dos seres existentes. Em geral essas cosmologias são apresentadas pelos mitos e narrativas similares, e são reencenadas em rituais. Contudo, é comum reservar essa expressão a sociedades indígenas, vistas então como entidades sociais relativamente fechadas em si mesmas, e que possuem uma representação do mundo também auto-suficiente. Essa maneira de pensar vem talvez da tradição de Durkheim: as “representações” e “classificações primitivas” dizem respeito às sociedades em questão como uma totalidade auto-suficiente e fechada em si mesma (Durkheim 1978). No presente, há uma literatura, em constante expansão, sobre cosmologias indígenas, ilustrada pela teoria do “perspectivismo ameríndio” (Viveiros de Castro, 1996). Quanto a camponeses, eles são considerados, na tradição de antropólogos rurais, a partir de Robert Redfield, como “sociedades parciais” e “culturas parciais”: eles não teriam propriamente uma “visão de mundo” (muito menos uma cosmologia), mas, em vez disso, utilizariam fragmentos da visão de mundo da sociedade urbana, chegando até eles em forma limitada e, em geral, empobrecida. Essa visão aplicou-se

mais fortemente ainda a seringueiros do que a outros grupos rurais arraigados na terra há mais tempo.

Aqui, estamos adotando a hipótese de que os seringueiros têm, em certo sentido, uma cosmologia, embora uma cosmologia “parcial”³⁰. Ela inclui uma visão de coisas e objetos, e da origem da sociedade, bem como uma visão do espaço e de suas relações. Há uma teoria local, portanto, sobre as relações entre o mundo local e os “outros mundos”. Podemos dar exemplos.

Numa estrutura simplificada, o espaço localmente representado pode ser dividido com base em algumas categorias classificatórias: o *alto* e o *baixo*, o *centro* e a *margem*. Relações podem ser estabelecidas entre essas e outras categorias locais³¹. Mapas dos moradores apresentam essa distinção principal entre *alto* e *baixo*, referindo-se à localização na rede hidrográfica: o *alto* refere-se à montante, e o *baixo* à jusante. É uma posição relativa; assim, tal pessoa, em relação a quem está dando sua localização espacial, pode estar no *alto* ou no *baixo*, pois a estrutura se repete. Em qualquer local da bacia hidrográfica que alguém se localize há um *alto* e um *baixo* em relação a essa localização, menos para quem está localizado nas nascentes dos pequenos igarapés que não têm afluentes. Assim, quando se pergunta por alguém, as indicações podem ser de trânsito sem determinação precisa: “desceu esse dia”, “está para o baixo”, “está para o alto”, ou, de forma mais precisa, “está morando para o alto, acima da casa de fulano de tal”, “baixou esses dias, deve estar para baixo de colocação tal” ou ainda, “deve

³⁰ Ver indicações dessa idéia em Galvão (1955)

³¹ Existem muitas outras categorias mais específicas, entre as quais aquelas que discriminam espaços segundo o tipo de mata (restinga, tabocal, campina); segundo o tipo de relevo (terras, grotas, lombos); segundo o tipo de fisionomia geológica (várzea, terra firme) e de solo (barro preto, areia e outras), e segundo o tipo de formação hidrográfica (rios, igarapés, paranãs, lagos, gapós). Ver mais detalhes em Carneiro da Cunha e Almeida (2002)

estar para baixo de Thaumaturgo” ou seja, desceu o rio em relação a um ponto mais acima da Vila de Marechal Thaumaturgo e agora já ultrapassou o ponto do rio, de baixada, onde se localiza essa vila. Essa polarização é cheia de conotações: o *alto* é de difícil acesso, rico em borracha e caça, mas pobre em mercadorias, evoca distanciamento da civilização. O *baixo* aponta para cidades, acesso fácil, mas também para aperto, estranheza, agricultura, dinheiro.

Como já dissemos, os mapas dos moradores seguem um certo padrão. São sempre desenhados, localizando as cabeceiras dos rios e os menores igarapés na parte de cima da folha de papel, a montante no alto da folha de papel e a jusante em direção à parte de baixo do desenho. Outra particularidade de mapas livres desenhados pelos moradores é uma distinção clara entre a escala desenhado por homens e mulheres. Nos mapas dos homens a folha representa grandes extensões da hidrografia. As casas ao longo dos rio são representadas então como pontos enquanto que as mulheres representam menores extensões e as casas são muitas vezes caprichosamente detalhadas. Escalas diferenciadas para perspectivas diferenciadas.

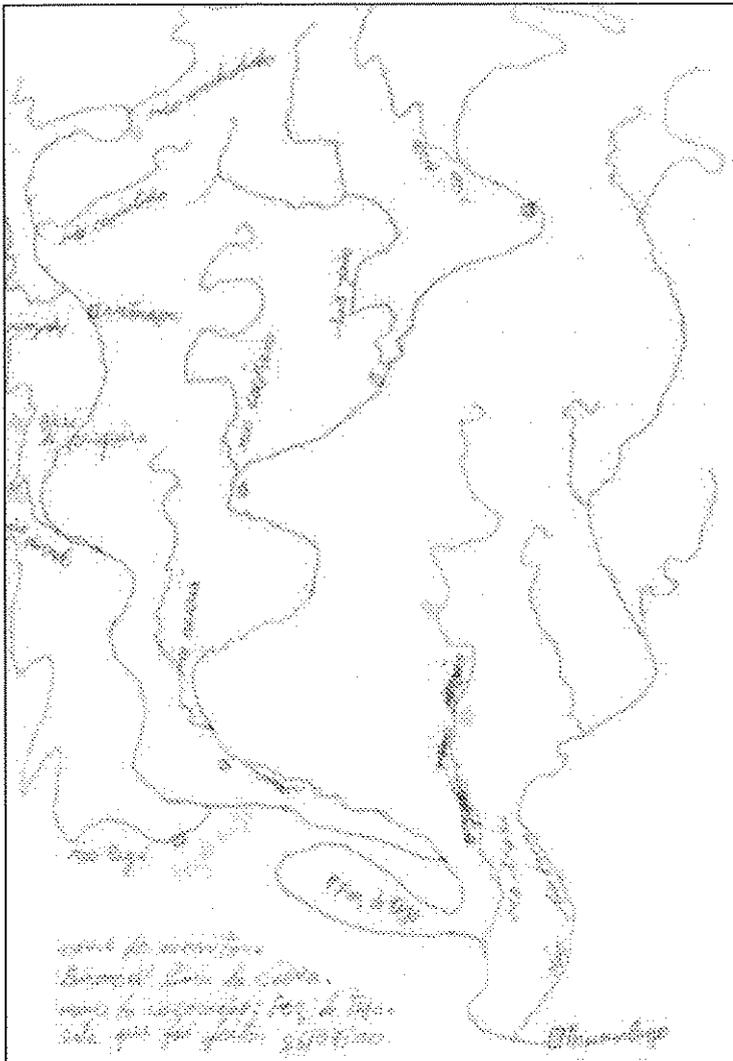


Figura 4: Mapa de Emanuel, monitor e morador do Rio Juruá, mostrando as proximidades de sua casa.

Além disso, *alto e baixo* também são utilizados para localizar os “mundos”, uns em relação aos outros. A disposição desses mundos é dada segundo uma lógica que os classifica como mais ou menos próximos da realidade local e os dispõe sobre a rede hidrográfica, seguindo essa mesma lógica. Entre esses mundos e o mundo local estabelecem-se fluxos, intermediados por sujeitos, humanos ou não, e conectados por ciências que favorecem e rompem essas relações. Há, por exemplo, relações com a mata no *alto*, intermediadas pela figura do (ou da) *caipora*, nesse caso relacionadas à caça; relações com o *baixo*, intermediadas até um certo

período pelo patrão e por viajantes; relações mais recentes com o *baixo*, estabelecidas por intemédio da Associação de Moradores e de novos “viajantes”.

Antônio Meruoca, morador da foz do Tejo, chegou a elaborar, em conversa comigo, quando tentava explicar a importância de aprender a escrever, uma teoria geral sobre as relações sociais entre mundos, sempre interligadas por fluxos que podem ser obstruídos ou intensificados, dependendo da ciência daquele com quem se quer estreitar relações. Nessa sua teoria, que ouvi também de outros seringueiros em versões não tão completas, ele tentava explicar a relação entre *caipora*, *panema* e *remédio*, baseando-se em uma comparação com o patrão, no tempo dos seringais. Ele dizia que “tudo depende da ciência da pessoa”, e completava o restante do raciocínio da seguinte maneira: o patrão é o dono da mercadoria, o seringueiro tem que se dar bem com o patrão, trabalhar direito, para poder ter a confiança do patrão e com isso obter mais crédito, conseguir mais mercadoria. Do mesmo modo que o patrão é responsável pela intermediação da mercadoria da cidade como seringueiro, o *caipora* é responsável por intermediar a caça das matas com o caçador, então, da mesma forma, é preciso se relacionar bem com o Caipora. Para caçar é preciso ter felicidade, boas relações com o Caipora, da mesma forma que a confiança do patrão no caso da mercadoria, e existe também uma ciência para isso: não se pode ofender o Caipora, como, no caso da mercadoria, não se pode ofender o patrão. Existem regras de comportamento para com a caça que devem ser respeitadas, ainda na mata, quando se mata o animal; formas corretas de matar e de tratar o corpo do animal. Da mesma forma que deve-se tomar certos cuidados com as seringueiras e com tudo que pertence ao patrão. Em casa, quando a caça chega para ser tratada e preparada, também existem normas rígidas, caso contrário se ofende o Caipora e o caçador fica enrascado, perde a felicidade para matar caça, fica *panema*. O Caipora é o responsável pela caça

e zela por ela, cabe a ele também decidir sobre a disposição dela para o caçador, em suma, pela felicidade deste em suas caçadas.

Meruoca continua seu raciocínio tratando das vizinhanças, dizendo que os vizinhos, por inveja ou alguma questão, podem ofender a relação do caçador com a caça, em última instância a relação do caçador com o Caipora. Assim, o seringueiro deve tomar cuidado para não arranjar *questão*, não deixar de *vizinhar* (ou doar) carne por exemplo, ou criar qualquer outro atrito com o vizinho, pois corre o risco, através da intervenção de seu vizinho em suas relações com o Caipora de perder sua felicidade na caçada, ficar *panema*. Isso pode ser feito pelo vizinho, que, por receber carne do caçador, tem a possibilidade de *ofender* deliberadamente a carbe dessa caça recebida em vizinhança, que estava, perante o Caipora, sob a responsabilidade do caçador que a vizinhou.

A *panema* é uma situação em que o caçador perde o acesso ao fluxo de caça controlado pelo Caipora. Ele deixa de ver e de matar a caça na mata. Os fluxos de carne podem ser interrompidos tanto quanto os fluxos de mercadoria se as relações com seu responsável forem por algum motivo abaladas. Em contrapartida, as relações com o Caipora também podem ser potencializadas ou reconstituídas com a utilização das *maçãs* e dos *remédios*, favorecendo a caça de um certo caçador, tornando-o mais feliz ao caçar. O remédio para caçar é feito em um dia de quinta feira, dia proibido para a caça pois o Caipora está andando na mata, mas dia ideal para refazer laços diplomáticos com ele. Existem várias formas de remédio e muitas delas referem-se a oferendas feitas nesses dias no meio da mata, em geral de fumo. Assim, reestabelecem-se os fluxos de caça para o seringueiro caçador.

Manuela Carneiro da Cunha (1998) constrói outra correspondência possível, entre a forma da rede hidrográfica e a cosmologia local, quando trata do prestígio dos pajés ou xamãs na Amazônia Ocidental. Contrapõe-se a autores que buscaram a explicação do poder xamânico na mestiçagem – quanto mais misturado maior seu poder – para colocá-la na disposição geográfica, ou melhor, na forma como essa metáfora está presente numa visão de mundo local. A autora mostra que ele, o poder dos xamãs, estaria associado à

“posição relativa na rede fluvial – metáfora de uma posição relativa quanto ao grau generalizador do ponto de vista particular. Em um código ao mesmo tempo genético e histórico, a mesma “mestiçagem” não seria, em suma, senão um avatar da mesma preocupação, a saber, a síntese da experiência local e do ponto de vista geral. Não se deve, com efeito, tomar o montante e o jusante ao pé da letra; trata-se apenas do código geográfico no qual se imprime um problema de ordem geral.” (CARNEIRO DA CUNHA, 1998:11).

Retomando a nossa impressão, segundo a qual Crispim havia se tornado mais cheio de ciência na medida em que viajou para o *baixo*, nos aproximamos da perspectiva de Manuela Carneiro da Cunha e, acrescentamos a idéia de uma lógica hidrográfica, que, embora não esteja colocada sobre os rios rebate sobre a floresta. Na relação com o Caipora, a árvore dos rios está invertida, acima dos seringueiro, no espaço *brabo*, não domesticado das matas, ocupado por índios *brabos*, Caipora, onças, *feras*, *caças* e *embiaras*. Duas árvores de relações tocando suas copas onde vivem os seringueiros, no espaço de suas colocações. As idéias de *brabo*, de *manso*, de responsável, de ciência, são análogas em qualquer dos sentidos em que descemos da copa para as raízes.

Fractais, Árvores e Rizomas

O espaço físico amazônico é caracterizado pela vasta rede hidrográfica e pela densa floresta. Uma característica geral de uma rede hidrográfica e complexa como a amazônica é sua semelhança com uma curva fractal. Esse termo, emprestado da linguagem matemática, pode

ser utilizado para designar figuras geométricas que apresentam em qualquer escala o mesmo padrão³². Assim, se olharmos para toda a Bacia Amazônica, retomando aqui os mapas que representam o ponto-de-vista da rede de comércio e do aviamento, reconheceremos uma estrutura de tronco com grandes galhos; se ampliarmos a escala, focalizando um desses galhos maiores, o rio Juruá, reconheceremos a mesma estrutura de árvore, com galhos menores que são rios como o Tejo; ao ampliarmos uma seção do Tejo, veremos de novo a mesma estrutura à medida que surgem à vista igarapés maiores que eram invisíveis na escala anterior, como o rio Bagé; ampliando o rio Bagé, vemos de novo um tronco com seus galhos, agora igarapés menores como o Braço Esquerdo. É o caminho que fazemos para chegar por água às casas de vários moradores. A sociedade pode ser mapeada ao longo do curso dos rios.

No caso dos rios e seus habitantes seringueiros, sempre de acordo com esse ponto de vista, quase calcado na estrutura do sistema de aviamento, cada galho menor só se relaciona diretamente a um único galho forte que é seu ‘galho-chefe’, como dizem os seringueiros, o rio ou igarapé no qual ele deságua podendo ter vários ‘galhos fracos’ a ele subordinados. Além disso, todo ‘galho’ está integrado a uma árvore: não há galhos soltos. Trata-se de um modelo de uma hierarquia, ou de uma classificação, disponível, por assim dizer, na forma dada pela hidrografia. Nesse sentido, o modelo dos rios-árvores é um esquema de pensamento. Mas os rios arborescentes são também esquemas práticos, ao longo dos quais se dão fluxos de coisas e de poder. Sobre essa hidrografia colocou-se o sistema de aviamento e colocaram-se os seringais.

³² Um estudo das estruturas “arborescentes” e mais geralmente das “fractais” pertence ao campo da matemática aplicada. Ver por exemplo Barabási e Stanley 1995, onde se expõem os conceitos “fractais” básicos (auto-similaridade, auto-afinidade e dimensão fracionária), e também interfaces com fenômenos da natureza (Parte I, pp. 1-37).

Longe de querer propor um determinismo geográfico, trata-se de mostrar, em vez disso, como essa sociedade construiu historicamente sistemas de controle sobre o fluxo de pessoas e de coisas que estão intimamente relacionados com essa estrutura da rede hidrográfica, sofrendo como ela variações no tempo. Como já defendia Mauss (1974) não podemos aceitar os argumentos de determinação geográfico-ambiental da organização social, ao mesmo tempo em que não podemos deixar de reconhecer que é sobre determinados e diferenciados meios que as sociedades erguem seu modo de vida e suas representações, sendo legítimo, assim, falar de uma morfologia social.

Nesse sentido, um exemplo pertinente é a analogia – ou tradução nos termos de Manuela Carneiro da Cunha (1998) – entre a organização social do sistema de aviamento e a rede hidrográfica:

“(...)o sistema desposava a própria geografia: os negociantes ingleses adiantavam as mercadorias para os negociantes de Belém, que os repassavam para os de Manaus, que os forneciam aos “patrões” dos rios caucheiros, que abasteciam seus subpatrões que por sua vez as transferiam aos seus próprios subpatrões, concluindo-se o conjunto com adiantamentos em mercadorias feitos aos seringueiros. Esta cadeia toda estava fundada sobre o aviamento, o crédito e a dívida; salvo nas extremidades (isto é, os peixes pequenos das cabeceiras e os grandes de Belém e de Liverpool), cada qual era credor a montante e devedor a jusante(...). Assim, nessa rede só se percebia um fragmento, cada um tinha, em suma, uma apreensão legitimamente fundada sobre a idéia de que o todo era semelhante à parte, da qual se poderia ter a experiência local.”(Carneiro da Cunha, 1998: 10).

A disposição da rede hidrográfica facilitou, por sua forma, a instituição de um sistema de controle por parte dos patrões sobre o fluxo de mercadoria e de pessoas nos seringais, terminando por servir como um organograma explicativo, e igualmente fractal, para a apresentação de todo o sistema de aviamento.

Ao mesmo tempo, dentro da floresta, entre cabeceiras de rios e igarapés os moradores, de certa forma, escapam desse controle, deslocando-se por trilhas e até pela própria mata entre as

diversas colocações, com quem desenvolvem relações de vizinhança, onde ganham espaço, relações de reciprocidade em fluxos de carne de caça, favores e retribuições de festas, futebol, trabalho e informação.

Posicionar-se na foz de um rio significa controle sobre todos os fluxos dentro daquele rio e de seus afluentes. Posicionando-se na boca do rio Tejo é possível controlar o fluxo de pessoas, mercadorias e informações que escoam dele para todos seus tributários. Esse controle se repete e torna-se maior o número de igarapés controlados, na medida em que descemos de uma boca de rio para outra mais abaixo, pois, na perspectiva da próxima boca, o número de afluentes será maior. Novamente, tudo que enfatizamos acerca da facilidade do controle dos fluxos formulada na distribuição dos seringueiros e dos barracões ao longo da rede fractal é contrabalanceada e subvertida pelo terreno nada controlado e não hierarquizado das matas e de suas trilhas.

Se por um lado, as relações hierárquicas e de poder dispostas historicamente na hidrografia têm uma associação possível com estruturas arbóreas, por outro lado, o estabelecimento de relações igualitárias, de vizinhança e de reciprocidade nos remete a estruturas de “rizoma”. A noção de rizoma, no sentido aqui visado, foi introduzida por Deleuze e Guattari (1997), no contexto da oposição entre estruturas hierárquicas centralizadas - arbóreas - e estruturas descentralizadas, igualitárias - rizomas. As propriedades de cada um desses tipos de estruturas, descritas por Guattari e Deleuze, são relevantes para o caso que temos em mente, merecendo um breve comentário.

As árvores fornecem em sua estrutura a própria relação de poder. A imagem construída é surpreendentemente clara e apropriada, quando pensamos na hierarquia do sistema de

aviamento – particularmente da maneira pela qual os seringueiros desenham os rios e seus afluentes, ou seja, como árvores com um tronco que se ramifica em galhos e sub-galhos. Essa imagem, de que já tratamos mais acima, corresponde a uma metáfora muito geral:

“Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significância e de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas. Acontece que os modelos correspondentes são tais que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior e uma atribuição subjetiva de ligações preestabelecidas.” (Deleuze e Guattari, 1997: 26-27)

Em contraste, o rizoma não contém uma origem; mas associa. Forma uma estrutura de possibilidades de relação e não relações limitadas e hierárquicamente relacionadas. Cada ponto de um rizoma pode se conectar por meio de um emaranhado de caminhos, de chegadas e saídas desse ponto, a qualquer outro ponto da estrutura. Um rizoma não tem começo, nem fim; não estabelece filiação: pode ser cortado em qualquer local, pois não descende e não depende de um único trecho, mas poderia ser de qualquer trecho. No nosso caso correspondem às redes sociais estabelecidas através de caminhos nas matas, interligando lugares e pessoas por debaixo da floresta, homogênea e impenetrável, vista de cima.

O rizoma não é só um modelo metafórico para compreensão de estruturas de pensamento, mas sobretudo uma proposta de enfrentamento de estruturas hierárquicas e de poder. Em certa medida subverte a ordem de uma estrutura de filiação, arbórea, impondo a falta de ordem e a falta de hierarquia, igualando os pontos e suas possibilidades de relação. Essa metáfora simboliza aqui a persistência de mapas locais, em boa parte invisíveis, que procuram, embora talvez sem sucesso, subverter ou contornar o poder (ver também De Certeau 1990, especialmente pp. 199-220).

Conclusões

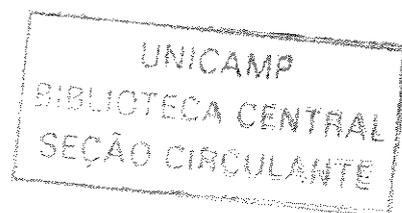
O primeiro comentário é que a sociedade local dos seringais pode ser descrita considerando-se uma distinção entre *os fluxos externos* e *as redes locais de relações* (VINCENT, 1987). Procuramos mostrar que essa distinção está presente historicamente e foi socialmente construída na representação local do espaço e das relações sociais. Sobre a estrutura arbórea dos rios implementou-se um sistema de controle e monopólio desses fluxos.

A segunda idéia é que as relações do local com o mundo urbano, e com aqueles que não compartilham do modo de vida local, ocorrem espacialmente, acompanhando o traçado dos rios, como sugere a passagem de Euclides da Cunha que dá título a esse capítulo. Historicamente, correspondem às relações hierarquizadas e de controle, enquanto as relações locais corresponderiam àquelas que se dão entre moradores, entre as colocações: tratam-se de relações de reciprocidade não-hierarquizadas, que são tratadas mais detidamente no Capítulo III. A noção de *morfologia social* (Mauss, 1974) serviu de inspiração para descrever as estreitas relações entre a organização social e a distribuição espacial e os ciclos ecológicos -- a estrutura de zonas de várzea e de terra firme e o ciclo de chuvas - por exemplo.

Apontamos ainda, para retomar nos próximos capítulos, que na dimensão espacial das relações e dos vínculos construídos entre os dois mundos, o local e o urbano, o alto e o baixo, perpassa um princípio explicativo local para várias ordens de relações entre seres e entre mundos. É possível, assim, afirmar que há uma cosmologia local. Para acessar os vários mundos externos deve-se necessariamente estabelecer relações com um intermediário ou aprender alguma “ciência” específica: a do Caipora, no caso da caça, como a do patrão no caso da mercadoria. O conhecimento dessas ciências contribui para a permanência dos fluxos entre essas

fronteiras. A ciência da mata associada à panema, aos remédios de caça; a boa relação com o patrão associada aos fluxos de mercadorias, a ciência da escrita relacionada sempre ao mundo do baixo, num certo momento com o patrão.

Finalmente, vimos que sob a estrutura arbórea de dominação foram sendo construídos, pela adaptação ao novo meio dos migrantes e pelo estabelecimento de redes de relações sociais locais rizomáticas, caminhos marginais e alternativos que enfraqueceram e contestaram o monopólio desses fluxos verticais. O aprendizado de novas ciências como a escrita, por parte dos moradores contribuíram para o estabelecimento desses caminhos.



CAPÍTULO III. OS SERINGAIS O ESTADO E A ESCRITA

Introdução

Neste capítulo trataremos de dois aspectos da história da inserção da escrita na região do Alto Juruá. Um primeiro, associado ao sistema de aviamento e o outro, enfatizando a presença do Estado e sua relação com a escrita na região baseada na visão e nas ações de um dos primeiros representantes do Governo Federal na região, Thaumaturgo de Azevedo.

A escrita também trafega pelos rios

O que os patrões detinham no sistema de aviamento e dos seringais era o arrendamento das estradas de seringa e o monopólio do fluxo de mercadorias na fronteira entre a sociedade local e a sociedade que vive abaixo no rio. Seu monopólio sobre o fluxo dos rios, as vias preferenciais de acesso, não se restringia às mercadorias e à borracha; procurava também controlar todos os outros fluxos possíveis nessa fronteira, entre a cidade e o seringal. Assim, os patrões detinham também o fluxo de informações, de viagens, da escrita, linguagem fundamental para acessar o mundo letrado das cidades. Em uma palavra, o patrão procurava monopolizar todos os fluxos dessa fronteira entre a sociedade local e aquela que ficava no

“rumo de baixo”³³, que comprava a borracha e produzia a mercadoria industrializada. Uma ferramenta essencial no monopólio desse fluxo foi a escrita.

O guarda-livros, o contador, tinha uma importância particular no sistema de controle do patrão. Se de um lado o mateiro fiscalizava o produto arrendado, a conservação das estradas de seringa, de outro, cabia ao guarda-livros controlar as dívidas dos seringueiros, inclusive manter as dívidas sempre em um nível que mantivesse o seringueiro dependente do patrão. Almeida afirma que

“... em 1982 a sede do seringal Restauração era composta por um grupo de edificações de madeira incluindo o barracão, a residência do pessoal administrativo (gerente, gerente auxiliar, e guarda-livros), e as casas dos outros moradores” (Almeida, 1993: 110)

A escrita estava em todas as etapas do controle. A renda paga por cada estrada de seringa era cobrada com uma lista que mostrava os seringueiros titulares da cada estrada de seringa em um seringal. A qualidade da borracha embarcada pelos seringueiros interferia em seu preço final – até a década de 1970-, pelo menos (Almeida, 1993). Assim, até um certo momento, toda borracha que saía do seringal tinha impresso o número do seringueiro e a sigla do seringal, para que o valor de venda, calculado de acordo com a quantidade da borracha e sua qualidade, pagos em Belém ou Manaus, retornasse como entrada nas contas daquele seringueiro (esse procedimento era próprio do sistema de borracha embarcada o qual veremos abaixo). Outra finalidade dessas marcas era identificar o produtor de borracha falsificada, ou seja, borracha que continha barro ou outros materiais para aumentar o peso.

³³ Como vimos no capítulo anterior, na geografia local, o “baixo” é polarizado ao “alto”; o “baixo” (rio abaixo, em direção ao norte) é o rumo das maiores cidades. O “alto” é o rumo dos afluentes, da periferia, das cabeceiras do rio (no mapa oficial, fica no sul). Nos mapas dos seringueiros, o baixo fica na parte de baixo dos mapas, e o alto fica na parte do alto dos mapas. Por isso, os mapas desenhados pelos seringueiros têm claro essa polarização: o rio sempre corre da parte de cima para a parte de baixo da folha de papel. Ou seja: o sul geográfico para cima, o norte geográfico para baixo. É claro que o posicionamento dos

Após o fim do controle dos seringais do Alto Juruá pelas casas importadoras-exportadoras e a implantação de usinas de beneficiamento de borracha em Cruzeiro do Sul, o mecanismo mudou, e progressivamente tornou-se menos importante o controle de qualidade e portanto a identificação do produtor. Na década de 1980, no rio Tejo, a borracha não costumava identificar o seringueiro produtor.

Os escritos do seringal, as contas e as marcas da borracha

“ Todo o papel que examinava, todo o livro que folheava, constituía, nesses primeiros dias de contacto, o papiro revelador dum mundo por historiar.

Estavam ali as facturas, vendendo a Juca Tristão, por cinco, o que ele entregava aos seringueiros por quinze e muitas vezes até por vinte. Estavam as notas da borracha que se comprava ali por dois e se vendia por cinco e seis na praça de Manaus.

Alberto sentiu uma curiosidade dolorosa ao ler toda essa papelada, confrontando algarismos e inventariando o tempo que cada um trabalhava a mais em proveito do amo. Depois, chamado pela disparidade das situações, quedava-se absorto sobre as cifras da mesada que Juca enviava à mulher – três contos de réis que significavam o preço dos muitos anos que um seringueiro necessitava para o seu resgate. Alberto juntava àquilo as viagens do patrão a Belém, sempre marcadas por grandes quantias recebidas da “casa aviadora”, as maiores que se viam em todos os lançamentos verificados – e ficava mais pensativo ainda.” (Castro, 1982 :p 194)

O guarda livros desempenhava um papel importante na relação entre patrão e trabalhador. Registrava a relação fundamental entre eles. Na perspectiva local, registravam o fundamento de todo sistema de aviação, os créditos e as dívidas, o fluxo de borracha e mercadorias.

“O guarda-livros e os caixeiros tomam conta do “barracão” ou da dependência do mesmo, onde armazenam a “mercadoria”.

Na maior parte dos seringais, a escrita é feita por partidas simples. O que não quer significar que não haja muitos outros que empreguem em suas escritas a partida dobrada. Mas estes são a exceção.

seringueiros é absolutamente equivalente ao posicionamento dos livros – trata-se de simples convenção o fato de que os mapas e globos não mostrem o hemisfério sul voltado para o alto, e o hemisfério norte voltado para baixo.

As “contas”, os “talões” de venda da freguesia são “tirados”, mensalmente, ou por trimestre. Depende de certas circunstâncias, como, por exemplo, da distância dos “centros”.

Depois são eles enviados aos seringueiros pelos “comboios”, que seguem para o “centro” de quinze em quinze dias, ou mensalmente. Vai da maior ou menor distância da “margem” para o “centro”.

Por eles, o freguês fica avisado do que deve no barracão; faz os seus cálculos. Vê o saldo que pode tirar ou não; os “bicos de conta” (pequenos débitos), como chamam, que ainda pode ficar restando no fim do fabrico.

Os caixeiros entregam a mercadoria que segue para o centro; pesam a borracha e contraferam.”(Guedes, 1920: 101)

Partidas simples e partidas dobradas são procedimentos contábeis. Nas partidas simples o crédito e o débito do seringueiro faziam parte de uma única lista. Assim o que Guedes chama de “contas” é simplesmente o resultado de uma somatória de créditos e débitos feito pelo guarda-livros e cujo valor de saldo ou dívida era enviado ao seringueiro. A partida dobrada, outro termo de contabilidade, é uma forma de registro contábil no qual os débitos e créditos são separados em duas colunas permitindo somatórias separadas do que foi produzido e entregue ao patrão e o que foi comprado a crédito no barracão. A maior elaboração no procedimento contábil, no caso da partida dobrada, permitiria uma melhor conferência do seringueiro, uma vez que separava totais de produção de borracha e de compras do barracão³⁴. Como diz Guedes, por meio das contas enviadas pelo contabilista o seringueiro “fica avisado do que deve no barracão”, ele tinha acesso ao resultado final do balanço. A partida dobrada não era utilizada na região do Juruá até os anos oitenta segundo Almeida (1993) e depoimentos dos moradores. Contraferar a borracha significa confirmar a marca de identificação do seringueiro que a produziu. Cheguei a ver o marcador que seu Antônio Grajaú

³⁴ Não apenas a escrita é um monopólio da administração, mas a contabilidade em si mesma possuía alguns “mistérios”.

utilizava para identificar sua borracha. A marca gráfica identificava o seringal e o seringueiro com uma letra e um número. Esse tipo de marcação era próprio do sistema de borracha embarcada, pois interessava marcar a origem exata da borracha, e não somente fazer um controle local como no caso da borracha a toco, liquidada no próprio barracão³⁵. A borracha descia, os rios, com sua marca de procedência, até o comprador, quase sempre em Belém ou Manaus, que iria classificá-la, e, de acordo com essa classificação, retornaria, como forma de crédito novo, em mercadoria para o patrão que a transferia ao seringueiro.

Chaves (1913) também descreve o “caminho” da borracha e de sua documentação contábil.

“O que o freguês vai produzindo no correr da safra, os comboios vão transportando para a margem. O chefe do comboio recebe a borracha e deixa em mão do produtor um vale de carga de borracha conduzida, (peso bruto).

Finda a safra, o freguez vem ou manda pessoa de sua confiança assistir, no barracão do proprietário, à pesagem total das peles, bolas ou pães fabricados. Então, os vales deixados pelo chefe do comboio são substituídos por um recibo geral, mais ou menos concebido nos seguintes termos:

“Recebi do Sr... tantas peles de borracha fina, pesando.... kilos, (peso bruto), a embarcar para Manaus por sua conta e risco”.

Cumpra elucidar que a fórmula por conta e risco, como está no recibo, refere-se apenas às despesas de transporte.

Entregue e vendida a borracha ao exportador, e entregue as faturas da venda líquida, o proprietário carrega sobre o mesmo produto líquido 12 a 15%, a título de arrendamento das estradas.

Há ainda outro sistema de contrato entre patrão e trabalhador. Este é do mesmo modo recrutado, aviado, não paga renda nem fretes, produz a gomme, entrega-a ao proprietário; esta é pesada e paga à boca do cofre. Para essa liquidação o proprietário do seringal toma por base as cotações trazidas pelo último vapor de Belém ou Manaus

De sorte que pelo segundo modo de negociar os lucros do proprietário e do comprador são contingentes.” (Chaves, 1913: 69-70)

³⁵ Logo abaixo os dois sistemas citados são explicados.

Seu Antônio de Paula, ex-presidente da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá e veterano trabalhador dos seringais da região, um pequeno período como seringueiro e depois como gerente de barracão, explicou-me que o primeiro tipo de contrato, descrito acima por Chaves, chamava-se borracha embarcada, e o segundo era conhecido como “do toco”, ou ainda “a toco”.

Vejamos as etapas do primeiro procedimento descrito sobre a borracha embarcada:

Durante os meses de produção da borracha há um trânsito constante de comboios entre os centros, onde trabalham os seringueiros, onde estão suas barracas e suas estradas de seringa, e a margem, onde está o barracão que pesa e armazena a borracha e o contador, contabilista, guarda-livros que faz todo o registro contábil. O chefe do comboio recebe a borracha produzida pelo seringueiro naquele período e emite um recibo para o seringueiro da quantidade de borracha entregue, “peso bruto”.

A pesagem total da borracha produzida pelo seringueiro é refeita no final do fabrico, ao final de toda a produção anual, no próprio barracão e “na presença do seringueiro ou de alguém de sua confiança”. Todos os vales, recibos, que o seringueiro havia acumulado são trocados por um recibo geral dado ao seringueiro., no qual consta um “por conta e risco” do seringueiro que produziu aquela borracha. Isso significa que a borracha será embarcada e as despesas com o transporte não serão liquidadas, debitadas, no barracão e sim quando sua borracha for vendida pela casa aviadora em Belém, Manaus e no caso do Juruá, em Cruzeiro do Sul³⁶. O preço pago pela borracha, a conversão do valor em kilos de borracha para um valor em moeda e o

³⁶ Essa informação sobre a particularidade dos seringais do Juruá é de Almeida (1993).

desconto das despesas de transporte serão feitos pela casa aviadora. O que retorna para cada seringueiro após a negociação do exportador é então outro documento contábil que informa o valor líquido, convertido em moeda e descontadas as despesas de transporte da borracha ao preço que foi vendida em Belém, Manaus ou, no caso do Juruá, em Cruzeiro do Sul. Esse é o valor que o seringueiro terá para pagar as despesas registradas, durante aquele ano, no barracão do patrão. Nota-se um sinuoso e demorado processo contábil efetivado, até que o seringueiro pudesse saber, exatamente, o rendimento, em valor monetário, de sua borracha. O fator de conversão, o preço da borracha, variava segundo o mercado internacional; estava distante dos seringueiros e fora de seu controle, nas grandes cidades. Desse preço dependia a possibilidade do seringueiro pagar suas contas no barracão, conseguir um saldo ou ficar endividado. Eram meses de espera para a viagem da borracha e o retorno dos papéis que registrassem sua venda. A confiabilidade desse complexo sistema de registro e conversão localizava-se, materialmente, em documentos escritos.

Quando retornava o valor líquido da venda de sua borracha para o seringueiro, ele fazia seu balanço no barracão local do patrão. Assim, o balanço anual do seringueiro: a diferença entre seus gastos, registrados em moeda e sua produção, registrada em quilos de borracha e convertida em registros contábeis monetários, depois de vendida a milhares de quilômetros de distância esse balanço, portanto, era feito no barracão. Antes disso porém, sobre o valor que chegava, já convertido, o patrão cobrava entre 12 e 15 por cento, referente ao arrendamento das estradas de seringa, a chamada renda. Feita a conversão ao preço de mercado e pago o transporte da borracha às casas aviadoras, retirado o valor do arrendamento das estradas pelo patrão, o seringueiro fazia seu balanço. Descontava o que consumiu do barracão no ano da produção e avaliava se teria saldo ou crédito com o patrão. Tudo sem tocar em dinheiro.

Nesse sistema há dois vínculos distintos que se unem somente no do balanço anual do seringueiro. Um estabelecido entre seringueiro e casa aviadora para o comércio da borracha e um outro estabelecido entre seringueiro e patrão para o arrendamento da estrada de seringa e compra de mercadoria. Na contabilidade do seringueiro uma partida dobrada: as saídas com o patrão e as entradas com a casa aviadora. Ou, em relação aos fluxos: o vínculo com o patrão subia o rio por meio das mercadorias e com a casa aviadora a borracha descia o rio. A contabilidade e os vínculos sobrepunham aos rios e navegavam por eles em fluxos contrários.

Vejam agora o sistema do “toco”.

A diferença fundamental é que o patrão passou a comprar a borracha diretamente do seringueiro pela última cotação conhecida de venda da borracha nos grandes centros de comercialização da borracha. O patrão entrava no negócio da borracha. Diferente da borracha embarcada, onde o patrão não negociava a borracha, não pagava o seu transporte; tratava exclusivamente da venda da mercadoria, com monopólio comercial, e do arrendamento das estradas. Nesse caso o patrão assumia os riscos da venda da borracha comprando-a do seringueiro pelo último preço conhecido, mas ao mesmo tempo garantia o monopólio dos dois fluxos, o que equivale dizer, dos dois vínculos possíveis com o seringueiro: de borracha e de mercadoria. Segundo Almeida (1993), era esse o sistema que vigorava em 1982, no Alto Juruá, quando ele fez sua pesquisa de campo.

Nos dois casos fica explicitado que, pelo sistema de fluxos de mercadoria e borracha, era fundamental um registro contábil um tanto quanto complexo, que explicava a presença do contador, até porque patrões e seringueiros, na maioria das vezes, não sabiam ler ou escrever.

Em *A Selva*, famoso romance baseado na experiência vivida por Ferreira de Castro nos seringais do Rio Madeira, é ressaltada a importância do contabilista, guarda-livros, contador. O personagem principal, Alberto, é um português com alguma formação que veio tentar a sorte no Brasil. Ele não consegue um bom emprego em Belém e, pressionado por sua condição econômica, parte para trabalhar nos seringais. Chega ao seringal para trabalhar na extração de seringa mas pela sua formação e, pouca disposição física para o trabalho pesado das estradas de seringa, acaba trabalhando como auxiliar do guarda-livros no barracão. Muito embora o cunho ficcional da obra, muitos dos comentários sobre o dia-a-dia do seringal são ricos de detalhes verossímeis. Quando trata do serviço do contador e de seu auxiliar, a obra mostra a importância do serviço de registro contábil para o funcionamento do sistema, a dificuldade de se encontrar algum letrado naquele ambiente e a utilização das contas para o exercício do controle e dominação do patrão.

Esse registro contábil não se referia simplesmente à entrada e saída de mercadorias de uma empresa, e sim ao estabelecimento, manutenção e legitimação de uma relação complicada e cheia de interesses, de ambas as partes, entre patrão e seringueiro, entre seringueiro e casa aviadora e entre casa aviadora e patrão local. A primeira dessas relações intermediadas pela escrita fica clara no depoimento de seu Antônio Grajaú quando ele expressa as suas motivações para aprender a escrever:

Augusto: Então Tonho: Quando você resolveu começar a escrever, ler e tal, quantos anos você tinha?

Antônio Grajaú: Augusto, eu me casei com 18 anos, eu tinha uns 20 anos quando eu resolvi me dedicar a aprender a ler. Aí eu tinha muita vontade de aprender a ler porque eu não ... A pessoa lendo pra mim, eu pensava assim: -- Ó meu Deus, a pessoa que não sabe ler é um cego, não vê nada! Aí tinha aquele sistema, ninguém conhecia empresa de balanço, ninguém conhecia o preço das mercadorias. Mesmo se tivesse preço não sabia, não conhecia, não sabia ler! Pois bem, ficava que a gente entregava a produção pro patrão; o patrão pesava a borracha da gente. Se ele quisesse dizer que deu tantos quilos, tivesse dado os quilos que ele quisesse dizer que tinha dado -- a gente confirmava que sim,

porque a gente não sabia se tinha dado aquele peso ou não, porque ninguém conhecia nada, não é?

Augusto: E o pessoal desconfiava?

Antônio Grajaú: Ah, desconfiava, tinha gente que desconfiava, não é? Que às vezes a gente achava pouco peso na borracha.

Augusto: Mas não tinha nenhum seringueiro que sabia?

Antônio Grajaú: Tinha alguns seringueiros que sabiam, mas eles o patrão não usava pra certa atividade não é? Ele usava mais aqueles que eram analfabetos de tudo, que nessa época não existia escola.

Augusto: Tinha muitos que sabiam ler?

Antônio Grajaú: Tinha pouca, pouca gente. Só tinha algumas pessoas que sabiam ler, aquelas pessoas mais velhas que tinham aprendido aí pra fora, Belém do Pará, pra esse mundo! Aí essas pessoas eram aquelas pessoas que ele tratava com mais respeito porque elas sabiam um pouco, entendia, ele tratava com mais respeito. Aí não existia escola, só quem estudava era o filho do rico – não é? – o filho do patrão. Porque o patrão tinha como botar ele pra Rio Branco ou pra Belém, pra esse mundo...

A pergunta sobre suas motivações para começar a escrever levou seu Antônio a enveredar por explicar a importância da escrita nos tempos dos seringais. Ele fala dos usos práticos que ele via na escrita e ao mesmo tempo considera que na relação com o patrão quem não dominava a escrita podia ser considerado cego. Os que dominavam a escrita eram mais considerados pelos patrões e era mais difícil enganá-los. Outra referência é sobre o lugar de onde vinham as pessoas que sabiam ler – uma qualidade quase urbana, mais especificamente das cidades que ele tem como referência pelo comércio da borracha, como Belém.

Seu Antônio Grajaú fala de “empresa de balanço” numa referência clara aos mistérios da contabilidade, ao balanço feito pelo contabilista. Diz também que ninguém conhecia os preços das mercadorias: aqui, ele se refere *ao preço das mercadorias na cidade*. A distância e a falta de acesso às informações que vinham do baixo não permitia ao trabalhador dos seringais saber a diferença entre os preços das mercadorias na cidade e o preço cobrado no barracão pelo patrão. Essa *cegueira* não permitia ao seringueiro saber exatamente quanto o patrão cobrava a

mais pela mercadoria.³⁷ Os seringueiros tinham até mesmo, segundo o relato de Grajaú, dificuldade para conferir o peso de sua borracha.

Em um outro trecho de nossa conversa quando ele estava contando sobre o seu processo de aprendizagem da escrita, ele falou mais do serviço do contador, o escriba do seringal, que também o ajudou a aprender a escrever. O nome desse contador era João Bengala:

Augusto: Guarda-livro?

Antônio Grajaú: Sim, ele era quem fazia todas as contas aqui pro patrão.

Augusto: Só ele que sabia?

Antônio Grajaú: Sim.

Augusto: Todo patrão sabia ler?

Antônio Grajaú: Sabiam, mas não eram que nem ele, ele era sabido mesmo. Ele era acostumado já. Não sei nem com quem tinha aprendido, não sei se era cearense; mas que fazia conta aqui pro finado João Praxedes daqui da Foz do Bagé. Fazia no Bagé lá em cima, na boca do ***, fazia na Restauração, pro patrão, e às vezes duas ou três vezes eu pedia lição à ele; ele ia dormir lá em casa e eu pedia lição. Aí ele me dava lição. Mas aí foi indo até que eu pedi que ele me desse uma lição de matemática, conta, não é? Aí ele não quis me ensinar. Aí eu, por aí, percebi que existia algum trambique na soma das contas.

Augusto: Não quis te ensinar?

Antônio Grajaú: Não quis, se negou a me ensinar, disse que era muito difícil, que eu ainda não tinha saber pra estudar matemática e aí não me deu a lição. Pois bem, aí eu estudei o segundo livro e a minha cunhada foi e conseguiu quatro livros pra mim, e eu estudei o quarto livro também. Mas eu não tinha explicação, porque não estudei em escola, eu não aprendi esses negócio de explicação, muitos pontos eu não sei. Porque como eu ia adivinhar como é que era? Só com professor, professora, que explica tudo direitinho, não é? Aí assim mesmo, essas poucas coisas que eu aprendi, me serviu muito, mas eu não sabia ler, era como se diz o jabuti : sabe ler mas não sabe escrever. Mas não tinha caderno para eu escrever; nesse tempo era difícil uma lapiseira, era só pena, não existia esse negócio de lapiseira, só existia pena. Só o patrão quem tinha, não é e era aquela que enfiava assim no vidro de tinta, não é, escrevia assim. Aí lápis só a professora conseguia porque ela ia pra Cruzeiro e comprava com o dinheirinho pouquinho dela. Mais assim mesmo....”

Como vimos, o sistema de aviamento foi fundamentado em uma rede de créditos e dívidas que eram pagas, ao longo da rede hidrográfica, em borracha no sentido da juzante e em

³⁷ Até 1988, as mensagens enviadas da cidade de Cruzeiro do Sul para os seringais pela emissora local não podiam transmitir

mercadoria no sentido da montante. Disposto nessa estrutura em árvore, estavam devedores e credores, de modo que sempre à montante estava um devedor e à jusante o credor.

A relação entre patrão e seringueiro também era marcada pelo estabelecimento desse monopólio comercial e apontamos acima a importância de controlar todas as etapas dos fluxos até o seringueiro. Era por meio desse monopólio, e da possibilidade de, por causa disso, cobrar caro pela mercadoria e também pela cobrança da renda que o patrão conseguia seu lucro. Justificado pela posse das estradas de seringa e pelo crédito inicial, concedido ao seringueiro ou repassado a este pelas empresas aviadoras, para que pudesse viajar para o seringal, apoiando-se na escrita e seus mistérios, o patrão administrava sua relação com os seringueiros

À jusante estava o único fornecedor legal de mercadoria, à montante seus fregueses nos galhos da rede fluvial. No início da ocupação dos seringais, com brabos solteiros, vindos do nordeste, colocados em barracas e isolados em uma mata ainda hostil, a dependência desse fornecedor único era ainda maior. Mas como conta Meruóca no trecho abaixo, corroborando o que Mauro Almeida afirma em seu trabalho de 1993, essa situação inicial de total dependência do patrão pode ter durado pouco tempo. Alguns seringueiros encontraram formas de escapar do monopólio comercial – quando praticamente todos já haviam constituído famílias, redes de relações com vizinhanças e compadres, com o acesso à mata que lhes garantia autonomia para a subsistência em relação ao patrão, e dificultando cada vez mais seu domínio e controle.

Mesmo com a criação de novas redes de relações e de caminhos alternativos para escapar do fluxo controlado dos rios, o isolamento geográfico ainda contribuía para garantir o monopólio

os preços vigentes na cidade.

comercial do patrão. Antônio Meruóca fala desse tempo e dessas dificuldades quando lhe pergunto sobre as formas da palavra escrita que estavam presentes no tempo dos patrões.

Augusto: Mas seu Antônio, na época que o senhor era pequeno, assim quando o senhor tinha dez anos, para que se usava a escrita dentro da ... As pessoas precisavam escrever, usavam a escrita?

Antônio Meruóca: Porque naquela época, era na época do patrão, não é? E aí tinha o contabilista. O patrão nem sabia.

Augusto: Era única coisa que usava a escrita era pra fazer as contas?

Antônio Meruóca: Era, a única coisa que usava era pra fazer as contas, né?

Augusto: Para mais nada?

Antônio Meruóca: Para mais nada, não é?

Augusto: E o folheto?

Antônio Meruóca: O folheto, porque aí o contabilista às vezes lia...

Augusto: Ele que lia?

Antônio Meruóca: Vinha de fora o folheto, não é? E aí o patrão comprava e trazia pra um ler, no barracão assim para o povo ver, não é? .

Augusto: E divertir...

Antônio Meruóca: Dizer uma diversão assim, uma televisão. Quem nunca tem visto passar um repórter, um assim, aí com televisão assistia. O mesmo jeito era um folheto, e aí ia ler, ninguém sabia mesmo de nada. E aí aquilo para a gente era uma coisa importante, que aquilo não era nem fundamento, que aquilo tudo é coisa de lenda mesmo, folheto é coisa de lenda. Aquilo tudo nunca existiu, nunca passou aquilo , aí ele servia aquilo pra....

Augusto: Mas o senhor, fora o folheto e a contabilidade do patrão, tinha mais alguma coisa escrita que andava por aqui?

Antônio Meruóca: Andava não, tinha não. Do meu conhecimento não tinha não.

Augusto: Nem placa de reserva não tinha?

Antônio Meruóca: Nem placa. Eu vim ver placa de Reserva, Augusto, depois que eu fui pra essa Reserva aqui. Porque aí eu não andava nas outras Reservas. No Tarauacá tinha as placas de reserva, dos índio não é?

Augusto: Mas tinha mais alguma coisa escrita assim: jornal, revista...

Antônio Meruóca: Não. Lá não tinha não. Revista tinha , né.

Augusto: De vez em quando?

Antônio Meruóca: Revista sempre às vezes aparecia. Algumas. Mas era difícil só por mão, intermédio mesmo do patrão. Porque só se entrosava com o patrão, o seringueiro não tinha como sair pra Cruzeiro, vamos dizer pra Cruzeiro do Sul. Era muito difícil. Na época tinha uma faixa de doze anos até a faixa de dezessete anos. Aqui dentro do Rio Tejo só tinha seis pessoas que andavam em Cruzeiro do Sul: Chic o Ginu, que mora aí; Francisquinho, que é um cunhado meu; o Zé Leôncio e... Deixa ver o outro, e outro, outro, meu Deus.

Augusto: O Zé Leôncio era o quê?

Antônio Meruóca: Ele é pai desse Zé Leôncio que mora aqui, conhece Seu Leôncio?

Augusto: Não, mas por que ele andava em Cruzeiro?

Antônio Meruóca: Porque ele tirava... era seringueiro, não era? Aí tirava um reconhecido, aí sei que ia. Aí pegava um saldo reconhecido, que saldo reconhecido a gente sempre recebia só em Cruzeiro, né? Vamos dizer, saldo reconhecido é saldo que você monta dois anos, sem precisar de estar mexendo nele, né? Vamos dizer que fosse como mais um dinheiro no banco a juro, né? Você coloca um dinheiro no banco a juro, não tem precisão de você estar mexendo nele, né? Você tem outro meio de viver sem mexer naquele dinheiro; do mesmo jeito era o saldo reconhecido na época do patrão. Aí você tirava um saldo esse ano, e ele ia produzir esse outro ano, mas você não mexia naquele saldo, né? Aí quando era no final do ano você tirava um outro saldo, aí jogava em cima daquele, né? Aí ele ficava reconhecido. Saldo reconhecido.

Augusto: Ah, tá...

Antônio Meruóca: Entendeu? Pois é. E era os que andava, era esses, seis pessoas. Aí, mas os outros não iam..

Augusto: Ficava por aqui mesmo?

Antônio Meruóca: Ficava por aqui mesmo no seringal, porque o que é que vai fazer na cidade, na mercadoria aqui do preço de custo? Se acha que um -- na época o pessoal era ... Na época, é quase que nem a palavra que o presidente soltou. Vocês estavam conversando, que chamaram o povo de...de burro, não é? Porque na época o pessoal era besta, não é? Não tinha um entendimento como nós temos hoje. E aí o patrão dizia -- vamos dizer que o patrão contava com trezentos seringueiros. Desses trezentos seringueiros, cinco, seis iam à cidade e os outros nem iam. E aí, dele (o seringueiro) trazer uma mercadoria, ele lá (o patrão) achava ruim. Porque aí não comprava dele, não é? Trazia (o seringueiro) mercadoria e pegava o saldo dele e comprava em mercadoria, aí ele (o patrão) achava ruim para trazer, porque aí ele não ia dar lucro para ele, não é? A mercadoria que ele (o seringueiro) trazia completa para tirar o ano da cidade; ele não comprava uma vez um centavo lá no barracão, não é? E aí não dava lucro para o patrão. O lucro que dava era a história da renda porque aí ele, a renda ele (o patrão) tomava do seringueiro, não é? Porque o seringueiro dava para ele sessenta e seis quilos de borracha, como eu dei muitas e muitas vezes para cortar a seringueira.

Augusto: Mas por que esse número sessenta e seis?

Antônio Meruóca: Porque aí eles... se cortasse duas estradas ele pagava trinta e três quilos de renda de cada uma estrada. Aí dizia que o seringal era deles, aí eles iam por naquela renda que se não pagasse não cortava. Ficava devendo a renda e não cortava. Só cortava se pagasse a renda. E aí eles arrecadavam aqui do rio Tejo, trinta toneladas de borracha de renda, tiravam do seringueiro. E aí ele se punha a crescer ligeiro, não é. Precisava nem de conta, pagava renda para ele e era dele.

Augusto: Então se tivesse cem seringueiros, tirava seis mil e seiscentos quilos?

Antônio Meruóca: Certo.

Augusto: Fora a mercadoria que ele vendia?

Antônio Meruóca: Fora a mercadoria que ele vendia, não é. Na época eles compravam uma arma na cidade, chegava e vendia no valor de cem quilos de borracha. Tenta imaginar a época que dava três cruzeiros.

Augusto: Cem quilos?

Antônio Meruóca: Cem quilos. Dava três cruzeiros, o preço era baixinho, não era? Quanto saía uma arma eles compravam na cidade e revendia para os seringueiros. Quando foi para...no começo da fundação dessa Reserva, o cara pedia trezentos quilos de borracha numa arma . Mas assim foi, que só um tinha uma arma na época que foi fundada a Reserva, ele era o patrão da Restauração, pedia trezentos quilos numa arma. Eu disse para ele : - se você me oferecer, eu não quero porque eu não tenho capacidade...vou comprar só uma arma. E as outras coisas, como é que eu vou comprar? E aí eu não posso comprar uma arma por trezentos quilos de borracha. E aí depois que a Reserva foi fundada e começou a comercializar, o Macedo trouxe umas armas e vendeu, foi vendido nas cantinas de setenta, sessenta, setenta quilos de borracha. Diminuiu muito, não foi?

Antônio Meruoca relaciona de imediato a escrita ao contato com o mundo urbano, a qual, como a televisão e o folheto, permite contactar a vida das cidades. O folheto de cordel foi descrito quase como uma concessão importante do patrão, e que também permitia uma janela para o mundo urbano. Meruoca assinala que o patrão conseguia o folheto, o contador lia em público e em voz alta. Isso tornava a narrativa escrita acessível oralmente; na visão de Meruóca cumprindo, o mesmo papel da televisão, ao trazer acontecimentos e imagens do mundo do *baixo*. Ele reforça a idéia de monopólio dessas janelas, ao falar das revistas que existiam, mas sempre por intermédio do patrão ou de algum outro personagem que conseguia, por bom relacionamento com o patrão e, por deter essa ciência com o patrão, pudesse conseguir um acesso ao mundo das cidades, ao mundo escrito.

No último trecho, ele trata do saldo reconhecido, que possibilitava ao seringueiro ir até à cidade. Significava que o seringueiro havia conseguido ter saldo em certo ano, e talvez, no ano seguinte, acumulando o saldo, sem necessitar mexer em seu saldo anterior para pagar as despesas do ano corrente. Assim, o saldo do primeiro ano tornava-se reconhecido. O gasto desse dinheiro estava livre das cobranças do patrão. Esse saldo, pelo que conta Meruóca, seria recebido na casa aviadora de Cruzeiro do Sul.

Pela narrativa de Meruóca, entende-se que não havia uma proibição absoluta de saída do seringal, e sequer haveria restrição física. Mas não havia meios financeiros para ir até a cidade.

Depois de feito o balanço, o seringueiro em geral não tinha saldo suficiente para gastar na cidade. Saldos pequenos e eventuais, pelo que se entende e segundo seu Meruóca, não bastavam para formar o *saldo reconhecido*. Meruóca também conta que alguns seringueiros iam até a cidade para comprar, mesmo sem ter *saldo reconhecido*, mas essa atitude representava o estremecimento de relações com patrão, pois ameaçava seu monopólio comercial. Meruóca parece apontar também, que foi ficando cada vez mais difícil para o patrão sustentar o monopólio comercial. O patrão, passou a contar, cada vez mais, com os valores conseguidos no arrendamento das estradas de seringa, como principal fonte de renda.

Chico Ginú foi um dos primeiros delegados sindicais da região e, por isso, também “andava na cidade”. Antônio Macedo foi um importante líder na região, na época das lutas dos seringueiros pelo fim da renda, por direitos trabalhistas e pela criação da Reserva Extrativista, ajudando os moradores a instituir uma cooperativa dos trabalhadores da região do Alto Juruá – uma contestação direta ao monopólio comercial dos barracões.

Meruóca cita também um dos atos heróicos dessa fase de lutas e lembrado por muitos moradores: a subida até a Reserva de vários batelões³⁸ da nova cooperativa trazendo toneladas de mercadoria para vender aos seringueiros. Lembram desse dia como um marco, na derrubada do poder dos patrões, justamente porque significava que o movimento coletivo dos seringueiros podia quebrar o monopólio comercial dos patrões. Era essencial a subida desses batelões antes do fim da estação das águas, e havia um interdito proibitório, por ordem do juiz, contra a entrada de Macedo e de Ginú nos seringais do rio Tejo (Almeida, 1993).

Chegando no rio Tejo, foram recebidas mensagens pedindo que os líderes seringueiros voltassem para Thaumaturgo para se encontrar com o delegado. Nas conversas, pediram que não subissem com as mercadorias. Os seringueiros, então, disseram que se eles não subissem, nenhuma outra mercadoria, nem de patrão, nem de regatão, subiria. Ameaçaram impedir o fluxo de mercadoria dos patrões. Resolveram então deixar as mercadorias passarem. Foi como ouvi a história.

Sobretudo, fica claro que o monopólio comercial foi sendo contestado, primeiro individualmente, por alguns seringueiros que conseguiam acumular saldos e por outros que se utilizavam dos inumeráveis caminhos da mata para comprar de marreteiros de outros rios; e pelo comércio de regatões que conseguiam furar o controle dos patrões. Finalmente, o monopólio foi desafiado pela criação da cooperativa. Hoje, a associação dos moradores localiza-se na Foz do Tejo, sede do antigo barracão principal dos patrões, local onde deságua a maior parte dos produtos e pessoas da Reserva, no caminho para a cidade, a grande entrada fluvial para toda a bacia do rio Tejo, Bajé, e para as cabeceiras do Juruá.

No funcionamento do sistema de aviamento, a linguagem escrita tinha uma função importante. Era instrumento fundamental, prático e simbólico, de controle das contas do seringueiro. Era sobre essa contabilidade, registrada na forma escrita, que se debruçavam ou se apoiavam patrões e seringueiros para “acertar suas contas”, “defender o que era seu”. Mesmo tendo em vista que, na maioria das vezes, ao menos um desses lados não sabia decodificar aquela linguagem, era sobre ela que se fazia o acordo ou a discordância entre as partes.

³⁸ Barco para transporte de mercadorias e pessoas, com capacidade que varia de cerca de três toneladas até cerca de 30 toneladas. Apesar de não ter um grande calado, como o de navios, só pode navegar no rio Juruá e no baixo Tejo (abaixo do

Se o fato de estar escrito era uma forma de documentar os débitos e saldos, na prática, a documentação da produção, dos saldos e das dívidas era nebuloso e motivo de muita discordância e desconfiança entre seringueiros e patrões. Primeiro, porque a documentação “oficial” estava na mão dos patrões e envolta nos mistérios da contabilidade, e, em segundo lugar, porque o domínio da própria linguagem escrita era, na maioria das vezes, privilégio de especialistas, os escribas dos seringais, os contabilistas, os guarda-livros.

A escrita, que idealmente garantiria documentação clara e objetiva de uma relação contábil entre patrão e seringueiro, constituía-se na prática em uma zona propícia para a exploração do patrão e para o surgimento de conflitos. Muitas vezes, como no caso de seu Antônio Grajaú, era no momento das contas da pesagem da borracha que o patrão explorava ou não o seringueiro. O seringueiro desconfiava, mas seus meios de verificar as contas eram restritos. Parte da segurança do seringueiro estava no registro escrito, assim como sua crônica suspeita de que todo patrão *roubava* dava-se pelo fato de que o patrão podia alterar as contas com o controle que tinha sobre a escrita.

Em consequência, ao contrário de outras situações onde a escrita historicamente teve uma presença restrita, na região do Alto Juruá, a linguagem escrita esteve desde o início associada ao sistema produtivo que foi estabelecido. A escrita fazia parte da vida no seringal, das relações entre patrão e seringueiro e, em um sentido mais amplo, fazia parte de todo sistema de aviamento. Esse fato por si só garante à escrita um significado local diferenciado como, entre outras coisas, tentamos demonstrar. Diferente de outras áreas rurais, no caso do seringueiro, por não haver lá circulação de moeda, o registro escrito acompanhava toda a

Bagé) nos meses de verão.

atividade produtiva e todas as visitas ao núcleo comercial – a contabilidade, por assim dizer, registrava toda a atividade produtiva comercializada e todas as compras. Para muitos seringueiros, o fato de diminuir o poder de controle e exploração do patrão, subverter o sistema, também passava pelo aprendizado da escrita, para que não mais fossem enganados nas contas.

Anos depois do fim do tempo dos patrões os seringueiros se deparam com cadernos que vêm fazer um novo controle “*do que entra e do que sai da mata, do giro da mata*” como diz o Roxo ao definir seu trabalho de monitoramento sócio ambiental. Cadernos, anotações estão novamente associadas a controle por meio do trabalho dos pesquisadores. Agora, no entanto, a escrita está em suas mãos.

Mudanças recentes

Atualmente os fluxos mudaram um pouco. Primeiro, não há mais monopólio personificado no patrão. O comércio foi, de certa forma, democratizado: não há a obrigatoriedade de comprar de ninguém. A economia tornou-se mais monetarizada, e transita dinheiro em toda parte. O que transita pela fronteira entre o alto e o baixo são empregos públicos, verbas de projetos, cargos temporários, aposentadorias, verbas municipais e federais, pesquisadores e projetos de pesquisa. O próprio transporte com barcos a motor, antes monopolizado pelos patrões e regatões, democratizou-se: antes, apenas uma minoria de seringueiros possuía um motor para acionar uma canoa ou batelão, embora o uso de motores de 5 hp em casas de farinha fosse bem difundido já no início da década de 1980 (Almeida, 1993). Há um trânsito permanente de canoas equipadas com motor de popa; quase toda família tem a sua. As viagens de avião entre Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo também tornaram-se corriqueiras. As fontes de

informação e comunicação também multiplicaram-se: além do rádio, em muitos locais agora há televisores com antenas parabólicas, a radiofonia está em várias localidades por toda a Reserva. A leitura e a escrita continuam fundamentais para agir nessas fronteiras, para acessar esse fluxo que vem de fora para dentro da Reserva. São necessárias, tanto para a produção dos diários de monitoramento sócio ambiental, os quais hoje são remunerados com uma ajuda de custo, quanto para a abertura de uma conta no banco para receber um benefício.

Escrita, estado, escolas e fronteiras

A presença do Estado na ocupação do Acre e do Alto Juruá

A povoação do que é hoje o Estado do Acre ocorreu pela combinação de dois processos: De um lado há a abertura ou reabertura dos seringais para a exploração da borracha no início do século XX, com a imigração de nordestinos que ocupariam as matas como operários dos seringais, sob o comando de empresários e patrões. De outro, há atos e políticas de Estado, personificado na área primeiro por uma administração militar, num contexto de conflito de fronteira, e depois pela Guerra Mundial. Esses movimentos e ações do Estado nacional ocorreram em dois períodos. O primeiro período vai da década de 1870 até a década de 1910. O segundo período corresponde à Segunda Guerra Mundial. Passamos a um relato referente ao primeiro período.

“A 3 de Abril de 1877, a bordo da lancha Anajaz, commandada pelo piloto Simplicio Gonçalves, chegaram a foz do rio Acre o capitão José de Mattos e seu tio João Gabriel, tendo por companheiros Chagas Souza e major Alexandre Oliveira Lima, que mais tarde recebia a consagração popular de Barão da Bocca do Acre. Foram esses impávidos conquistadores do ignoto que iniciaram a posse acreana, cujo senhorio então nos disputava a cobiça estrangeira. Dado o exemplo de arrojo, outros valentes vieram juntar-se-lhes, e pouco depois entravam no mesmo rio, chegando ao logar hoje denominado Santo Antonio, o coronel Girão, Henrique Leonidas, Vicente Nogueira, os irmãos Leite. (Fructuoso, Heráclito, José e Enéas), Xavier Barbosa, Joaquim de Aguiar, Jeronymo Corrêa Padre, Felismino dos

Santos, Escholastico de Carvalho e outros./ Tanto os do primeiro como os do segundo grupo eram todos cearenses. Normalizada a corrente, outros grupos e famílias ahi penetraram e se estabeleceram e, batendo a floresta virgem em busca da hevea e do caucho, quasi duas gerações depois surgiam em Puerto-Alonso, actualmente Porto-Acre. Entre o ponto de partida e Puerto-Alonso, uma população de 30 a 40 mil almas se disseminára numa extensão de cerca de seis mil leguas quadradas, arroteando, mondando e produzindo; germinara e crescera toda uma civilização. É quando o elemento boliviano irrompe pretendendo repellar a expansão brasileira e apoderar-se dos ricos seringaes consolidados a troco de incriveis obstáculos. (Chaves, 1913: p.7)

Antes do estado chegaram os desbravadores em busca do caucho e da seringa. A imagem descrita por Chaves, para o rio Acre, repete-se para todo o estado do Acre. O povoamento chega antecipando-se ao estado nacional.

“A Amazonia, como se sabe, é toda dividida em seringaes, já não se encontrando quase onde fazer novas “explorações”. Tanto assim que as cidades que por ultimo se fundaram alli, foram em lugares pertencentes a antigos seringaes. Visto o que, pode-se concluir em boa lógica que os seringaes têm precedido à civilização, que ora vae penetrando na região.” (Guedes, 1920:89)

No caso da fronteira no leste acreano, a onda de povoamento é seguida de um movimento armado cuja conclusão é o Tratado de Petrópolis, em 1903, por meio do qual a Bolívia cede ao Brasil o território acreano.

No caso do oeste acreano – onde se situa o vale do Juruá --, continuavam a haver depois de 1903 escaramuças entre caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros, uma vez que o Peru não reconhecia os direitos da Bolívia sobre o Acre, que reivindicava como seu. Quando o Estado chega, no caso do Juruá na pessoa de Thaumaturgo de Azevedo, em 1904, já há, portanto, uma ocupação.

No dia 28 de setembro de 1904, na recém fundada Cruzeiro do Sul, Thaumaturgo de Azevedo -- o administrador militar designado pelo governo federal depois que o Brasil e o Peru acertaram um *modus vivendi* sobre o território em litígio -- expediu o Decreto número 15 que institui a “Lei do Trabalho”, procurando intervir no sistema produtivo e nas relações de

trabalho. Ele justifica a necessidade desse decreto por sua compreensão do funcionamento desse sistema:

“Este decreto corresponde a uma das maiores necessidades da região. A escala do trabalho ali pôde classificar-se: o trabalhador explora a seringa, o patrão explora o trabalhador, e os comerciantes do Pará e Manáos exploram os patrões. O lucro positivo é organicamente dos aviadores, que teem no rio «Purús», incluindo o seu afluente Acre, e no Juruá, uma fonte inesgotável de riqueza, pois são os mais produtivos da Amazônia. O Madeira, o Solimões, o Javari, o Negro, o Jutahy, o Içá, o Japurá, etc., figuram muito abaixo deles, segundo as estatísticas.

A política é uma ciência de observação e aplicação, e a experiência dos fatos, por ouvir diariamente queixa dos trabalhadores contra os patrões e destes contra aqueles, levou-me a elaborar essa «Lei do Trabalho», de certo Incompleta, mas que por ora satisfaz plenamente as exigências de uns e de outros.” (Thaumaturgo de Azevedo, 1905:6)

Primeiro relatório de Thaumaturgo

O coronel do corpo de engenheiros e, na ocasião, Prefeito do Departamento do Alto Juruá, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em um relatório de 1905, enviado ao então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Sr. Dr. José Joaquim Seabra, trata, entre outras coisas, da situação da instrução da população no referido Departamento.

Primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá, o Coronel Thaumaturgo de Azevedo foi o fundador de sua sede, a nova cidade de Cruzeiro do Sul. Nessa época as fronteiras entre o Brasil e Peru estavam sendo definidas. O Acre, como foi dito acima, ainda estava em litígio com o Peru, foi dividido em dois departamentos, um dos quais o do Alto Juruá, onde se instituiu a administração pública local. Essas ações faziam parte de uma estratégia do estado nacional de afirmação e ocupação dessas fronteiras.

Em seu relatório de 1905 referente ao primeiro ano de sua administração do Departamento do Alto Juruá. Gregório Thaumaturgo de Azevedo adverte, entretanto, sobre a existência de

lacunas no relatório, principalmente “*por falta de comunicações fáceis com os pontos extremos do Departamento*” (Thaumaturgo de Azevedo, 1905:1).

Os mapas e narrativas de Thaumaturgo de Azevedo tratam de uma grande região, a Bacia do Rio Juruá. Em uma parte dessa região, no extremo sul, hoje está localizada a reserva Extrativista do Alto Juruá, ao sul da Foz do Rio Amônia. Essa região não aparece detalhada em seus mapas; é a própria fronteira que se está definindo. Contudo era uma região de alta produtividade de borracha, ao sul do rio Amônia; produzia-se metade de toda a borracha do Departamento do Alto Juruá, cerca de 600 toneladas anuais, provenientes principalmente da bacia do rio Tejo. Trata-se de uma região ainda em litígio com os peruanos em 1904 e que, só em 1909, seria reconhecida pelo Peru como pertencente ao território brasileiro. Uma região de conflitos, incertezas e de expansão econômica, e que, principalmente por causa desse último, tornou-se alvo da administração nacional. Essa situação fica explicitada no seguinte trecho, onde Thaumaturgo de Azevedo fala das primeiras medidas a serem tomadas, as quais tomou, para a melhor definição das fronteiras.

“Os acontecimentos do Amonea, largamente relatados a V. Ex. nos meus officios de 12 e 30 de novembro, terão de ser solvidos, em última analyse, pelo Exm. Sr. Ministro das Relações Exteriores, por contenderem com as nossas relações internacionaes. Em 5 de outubro dirigi a S.Ex. o meu officio n. 10; accusando o recebimento do Accordo realizado em 12 de julho, com o Plenipotenciario do Perú e em 28 de outubro participei-lhe o embarque de uma força de 50 praças, sob commando do capitão Francisco d’Avila e Silva, afim de dar posse ao Posto Fiscal do Amonea. Naquelle officio patenteei que no Rio de Janeiro, em Manáos, e no telegramma que se me communicou o modus vivendi e me foi ás mãos por intermédio do Exm. Sr. General Delegado Federal no Territorio do Acre, não me foram ministradas instrucções sobre a conducta a seguir perante um Posto militar estrangeiro aquartelado no territorio do Departamento.

Chegando alli e necessitando de afirmar a autoridade do Governo Federal, por mim representado, e de inaugurar o Posto Fiscal do Amonea, enviei um emissario á fôz deste rio, que entregou ao Major Commissario Manoel M. Ramíres Hurtado um officio meu e delle recebeu a resposta.

Os documentos relativos ao que se seguiu e que já foram transmittidos a V.Ex. figuram integralmente no Anexo n. 28.

Julgo que andei com acerto, aplanando o caminho para uma prompta e digna solução do nosso conflicto com o Perú.

As questões de limites nos paizes Sul-Americanos são de ordinario resolvidas pelo uti possidetis. Ora, este argumento, no caso em questão, a lançar-se mão delle, olvidando-se mesmo o caduco Tratado de 1777, poderia ser favoravel ao Perú, pois que, além de contar com caucheiros, seus. compatriotas, naquella zona, sustentava desde Novembro de 1902 e até depois das negociações, uma absorvente e exclusiva posse armada de todo o territorio ao sul do Amona, dictando leis, cobrando Impostos de Importação e exportação e fazendo-se obedecer em toda aquella extensão.

Afigura-se-me, por conseguinte, que a expulsão dos intrusos, cuja má fé, não cumprindo o estipulado em 12 de julho, salta aos olhos dos menos prevenidos, veio facilitar sensivelmente a conclusão do ajuste entabulado entre os Governos das duas Republicas.

Nesta empreza prestou relevantes serviços o Tenente do exercito Fernando Guapindaia de Souza Brejense, que está á disposição da Prefeitura, na qual exerce o cargo de Delegado: Auxiliar de Policia.” (Thaumaturgo de Azevedo, 1905: 44-45)

Trata-se do conflito ocorrido em 1904 entre um grupo armado de brasileiros (patrões e seringueiros) e uma guarnição peruana instalada na foz do rio Amônia, mais tarde Vila Thaumaturgo. Esse conflito resultou em morte de membros da guarnição peruana. A ocupação militar da zona por parte dos brasileiros, representada pela presença do coronel Thaumaturgo, cria uma situação de fato que, como lembra o militar, benéfica para o Brasil, nas negociações diplomáticas.

A instrução pública, a introdução da linguagem escrita na educação formal, teve importante participação nesse esforço pela definição das fronteiras do território nacional, ao menos para o primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá. Gregório Thaumaturgo de Azevedo foi a parte das ações do governo federal a partir de 1904 para a administração do Território do Acre. No que seria a sede do Departamento do Alto Juruá, onde hoje se localiza a cidade de Cruzeiro do Sul, ele desembarca em 12 de setembro de 1904, depois de 53 dias de viagem, partindo do Rio de Janeiro, passando por Manaus e chegando finalmente “nas construções do Cruzeiro do Sul”. Essa região fazia parte do “seringal ‘Invencível’, de propriedade do Sr. Zeferino da Silva Ramos”(Thaumaturgo de Azevedo, 1905:3). Ali ele instala o Departamento

e a sede da Prefeitura. Em 28 de setembro de 1904, dezesseis dias após seu desembarque, ele inaugura a Capital do Departamento e funda as primeiras escolas de Cruzeiro do Sul.

“Em igual data publiquei ainda os decretos: n. 9, criando uma medalha comemorativa deste acontecimento; n. 10, fundando a ‘Escola Visconde de Rio Branco’, para crianças de ambos os sexos, e n. 11, estabelecendo a ‘Escola Rodrigues Alves’, para adultos, ambas de ensino primário(...)”.(Thaumaturgo de Azevedo, 1905:6)

Ainda no mesmo relatório, Thaumaturgo de Azevedo informa que sob o decreto de n. 17, de 26 de dezembro do mesmo ano, ele regulamenta o ensino primário e com o de n. 18, do mesmo dia, ele funda a *Escola Cinco de Novembro*, na Foz do rio Amônia, onde hoje se localiza a sede do município de Marechal Thaumaturgo e também a entrada fluvial para a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Relata ainda que em 1 de outubro solicitou aos ministros e a diversos institutos a remessa de publicações para iniciar a Biblioteca Pública da Prefeitura.

Na seção do relatório que trata da instrução, Thaumaturgo de Azevedo reflete sobre a necessidade urgente da escolarização na região. Alarmado, afirma:

“Em todo o território do Departamento, como já tive ensejo de cientificar a V. Ex., nunca existiu a mais humilde aula de primeiras letras.” (Thaumaturgo de Azevedo, 1905:16).

No resultado do recenseamento de dezembro de 1904, “*em 112 seringas*” do Departamento, a apresentação dos dados de Gregório Thaumaturgo de Azevedo aponta que na região do Alto Juruá, uma das sete recenseadas, de um total de 2070 pessoas (1493 homens e 577 mulheres), 563 sabiam ler e escrever.

Tabela 2: População e Alfabetização no Vale do Juruá

	Total	Homens	Mulheres	Total 10 anos ou +	Alfabetizada 10 anos ou +	Taxa alfabetizado (10 anos ou +)
IBGE 2000	157 622	80 677	76 945	110 080	70 326	63.9%
Cruzeiro do Sul	67 441	33 919	33 522	48 675	35 882	73.7%
Mâncio Lima	11 095	5 753	5 342	7 863	5 521	70.2%
Tarauacá	26 037	13 432	12 605	17 857	10 993	61.6%
Marechal Thaumaturgo	8 295	4 376	3 919	5 245	2 772	52.9%
Rodrigues Alves	8 093	4 255	3 838	5 413	2 822	52.1%
Porto Walter	5 485	2 891	2 594	3 552	1 842	51.9%
Feijó	26 722	13 703	13 019	18 748	9 342	49.8%
Jordão	4 454	2 348	2 106	2 727	1 152	42.2%
Dados do Relatório de 1905 de Thaumaturgo de Azevedo	2070	1493	577		563	27.2%

Não sabemos os critérios que foram utilizados por Thaumaturgo para considerar alguém analfabeto ou não. O próprio Thaumaturgo admite, aliás, que esse seu primeiro levantamento enfrentou alguns problemas para o recolhimento das informações, principalmente em razão das dificuldades de transporte e comunicação entre todos os pontos do Departamento. Em todo caso, o coronel considera a porcentagem de analfabetos que ele levantada uma calamidade.

Algumas pistas do que é considerada por ele capacidade de ler e escrever podem ser encontradas nos anexos do relatório, onde está a regulamentação do ensino, instaurada no mesmo ano de 1904.

Da organização do Ensino

Art. 1. O ensino primario divide-se em publico e particular.

Art. 2. O ensino publico será dado em escolas creadas pela Prefeitura e o particular ministrado por iniciativa dos particulares ou associações.

Art. 3. A instrução publica primaria será gratuita, leiga, uniforme e obrigatoria.

Art. 4. Nas escolas particulares é ampla a liberdade de ensino, comtanto que não seja offensivo á moral, nem contrario às instituições.

Art. 5. O ensino primario, repartido pelos cursos médio e superior, ministrarse-ha em:

I, escolas elementares;

II, escolas complementares.

Ârt. 6. O ensino das escolas elementares será dado em um curso de dous annos, que comprehenderá:

a) leitura, escripta e recitação;

b) noções de cousas;

c) as quatro operações fundamentaes da arithmetica e systema metrico;

desenho linear e noções praticas de chorographia do Brazil; canto coral e gymnastica pedagógica.

(Thaumaturgo de Azevedo, 1905:197-198)

Thaumaturgo considera também que a instrução da população é um dos serviços essenciais que devem ser patrocinados por um Governo Democrático. Para ele o ensino público e as leis são condições fundamentais a serem estendidos a toda população para ajudar a garantir a unidade nacional e a civilidade. Ele sugere uma solução local para o problema da falta de instrução pública, dadas as condições de transporte e as grandes distâncias entre as localidades habitadas do Departamento. Sua sugestão leva em consideração principalmente o fato de que, na região, são poucas as terras firmes, terras que não são alagadas nas cheias dos rios, que tem o mínimo de movimento e estrutura necessárias para a construção das escolas. O coronel propõe, e justifica em seu relatório ao ministro, a implementação de um verdadeiro projeto de educação. Considero esse trecho do relatório de Thaumaturgo de Azevedo, citado logo abaixo, extremamente elucidativo para entendermos as motivações do primeiro representante administrativo do Estado na região, e as estratégias que eram colocadas por ele para resolver o problema da instrução pública. Deve-se considerar que Thaumaturgo fez todas essas sugestões, talvez, com base em sua formação de militar, a mesma que haviam tido os intelectuais do porte de Euclides da Cunha e líderes como Plácido de Castro. Os militares sofriam a influência do positivismo nessa época. Por sua formação, eram também patriotas.

Ainda para justificar seus projetos, ele descreve também a movimentação da população dentro dos seringais, por causa da variação climática anual, entre o período de seca e de chuvas. Nesse período da primeira expansão do mercado da borracha, segundo Guedes (1920), Chaves(1913) e Thaumaturgo de Azevedo(1905), os seringueiros passavam parte do ano nos chamados *centros* (i.e. na floresta, longe da margem dos rios, onde localizavam-se seus locais de trabalho, suas barracas e estradas de seringa) e parte na *margem* (isso era comum no Alto Juruá, cabeceira de rio). O trabalho de exploração concentrava-se período de junho (depois da limpeza das estradas em abril-maio) a dezembro”, interrompendo-se de janeiro a março, quando se dava o ápice das chuvas. Durante o período de trabalho os seringueiros ficavam dentro da mata, distante das margem dos rios, trabalhando nos chamados *centros*. No período de chuvas o trabalho de coleta do látex ficava impossibilitado e os seringueiros iam para a margem, a sede do seringal, deixando os centros vazios. A chuva, escorrendo pelo tronco, enchia as tigelas e expulsava o látex, durante o período que ia entre o sangramento das árvores e a colocação das tigelas e a coleta do látex ali depositava. Em algumas áreas, as águas inundavam as estradas de seringa.

Outro ponto importante é que uma das poucas escolas, fundadas em seu primeiro ano. estava localizada justamente numa das regiões mais distantes do Departamento, a região da fronteira com o Peru, a Foz do Amônia. Esse fato também aponta para a utilização da escola como importante marco de ocupação dos territórios em definição das fronteiras, ao menos nas ações de Thaumaturgo de Azevedo. Na primeira parte do trecho abaixo, ele aponta os fatos encontrados, os quais sugeriram suas ações a respeito da implementação do ensino, o pouco estudo dos migrantes que iam trabalhar nos seringais.

“Alheando-me de assumptos que cabem a outrem, mas que me foram suggeridos pelo triste espectáculo que me offerecem os trabalhadores que de outros Estados vão ao Amazonas dar largas ás suas aptidões, completamente desapparelhados das mais rudimentares luzes mentaes, passo a externar-me sobre a estrutura escolar compativel com as condições physicas do Departamento.

Fundei já, como atrás constatei, três escolas primarias, duas mistas e uma nocturna, para adultos. Poderei talvez, fundar mais sete, ou sejam dez escolas para uma grande população espalhada numa extensão. vastissima e actualmente de difficil communicação.

É pouquissimo, como V. Ex. notará. Mas é que as terras firmes, onde se acham installados os juizados, á beira-rio, não ultrapassam realmente esse numero. Outras ha terras firmes, mas afastadas do centro do movimento.

Que fazer em face desta irregularidade do sólo, tão para umas cousas como ingrato para outras?

Occorre-me transplantar uma instituição portugueza, que alli funciona com immensas vantagens, inclusivamente nos quarteis, e que convem sobremodo aos paizes de vasta immigração estrangeira como o nosso.

Refiro-me ás Escolas moveis. Nesta Prefeitura, como nas demais que formam o Território do Acre, os trabalhadores acossados nas suas barracas pela enchente que alaga as estradas de seringueiras, recolhem-se todos aos barracões dos proprietarios, ao redor dos quaes há inúmeras barracas, onde se albergam, tendo a comodidade de fazer as suas provisões sem os riscos que correriam si permanecessem nas suas moradias, algumas a distancia de legoas.

A invernada prolonga-se por seis a sete mezes.

Quando o logar do proprietario é tambem sujeito a inundações, essa gente arrasta-se na mais perfeita ociosidade, levantando-se da réde apenas para ir de canôa buscar alimentos ao barracão. Nas terras firmes, não em todas, por conta dos patrões ou dos proprios seringueiros, occupa-se em roças.

O essencial é que, neste lapso de tempo, feitas as duas ou tres arreações da seringueira, esses homens juntem-se nas cercanias da residencia do dono do seringal..

Ora, uma escola movel, pelo methodo “João de Deus”, prepararia os •discipulos aggregados em cada barracão em ler, escrever e contar, em tres a quatro mezes.

Com seis professores contractados em Portugal, que trabalhariam no verão nas escolas fixas e de Inverno nas «escolas moveis», sanar-se-hia esta dificuldade. Digo contractados em Portugal, porque o methodo de ensino é privilegio de uma associação alli vigorante, e no Brazil não ha professores habilitados nesta especie.

Estes, mesmos pioneiros da civilização encarregar-se-iam de dirigir uma blibliotheca ambulante, que os acompanharia por toda a parte e que, além de reforçar o ensino, despertaria o habito da ‘leitura nas classes baixas, arrancando-as á distração do alcool.

Os Estados Unidos da America do Norte devem ás suas bibliothecas ambulantes, que são em numero infinito e que se destinam aos bairros operarios das grandes cidades e ás mais reconditas aldeias, a maravilhosa assimilação dos colonos estrangeiros aos seus costumes.

É nessas bibliothecas portateis selectamente praticas e orientadoras, que a maioria desses proletarios faz a aprendizagem da lingua ingleza, irmanando-se promptamente com a sociedade norte-americana.

V. Ex. dará a este alvitre da fundação de escolas moveis e bibliothecas ambulantes no meu Departamento a consideração de que ele for merecedor, na certeza de que o único meio viável de instruir com largueza o povo Juruense, tanto os moradores de fora como os nascidos no Território.

(Thaumaturgo de Azevedo, 1905: 18-19)

Se tomarmos nos dois relatórios de Thaumaturgo de Azevedo a atenção que ele dedica “instrução pública”, fica claro que foi uma das preocupações principais de sua administração. Mesmo assim, como ele mesmo aponta no início do trecho, a constituição de um projeto de educação local não era sua incumbência, sugerindo que sua interferência na educação, suas propostas e dedicação, tinham muito mais um caráter pessoal do que uma instrução explícita do Estado que o enviou.

Os argumentos centrais de Thaumaturgo de Azevedo para tentar convencer o ministro da Justiça a respeito da importância da adoção do “método João de Deus” são: 1) Aproveitar o tempo “ocioso” das chuvas (“seis a sete meses”) em que os trabalhadores permaneciam reunidos, próximos ao barracão, pela ociosidade e pela oportunidade de reunião de todos em um mesmo local, pois no período da produção eles permaneciam espalhados na floresta, nos seus locais de trabalho; 2) Arrancaria os trabalhadores da “distração da bebida”; 3) Como no caso dos Estados Unidos, o aprendizado e a prática da leitura, com o funcionamento de bibliotecas móveis, traria de propagar uma identidade cultural nacional.

A instrução pública, para continuarmos com o termo de Thaumaturgo de Azevedo, era para ele, nos parece em seus argumentos, principalmente na comparação com os Estados Unidos, parte de um projeto de unificação da nação, de povoamento do território, de civilidade e de definição de fronteiras. Thaumaturgo denomina os professores “pioneiros da civilização”.

Para Thaumaturgo de Azevedo, de uma certa forma, o território nacional estende-se até os rios ocupados com postos fiscais e com escolas. Quando Thaumaturgo fundou Cruzeiro do Sul em setembro de 1904, os peruanos ainda ocupavam a Foz do Amônia. Segundo o mesmo relatório ele instala no dia 8 de novembro de 1904 um posto fiscal no Rio Amônia, “no dia seguinte ao da evacuação dos peruanos”. No dia 26 de dezembro de 1904, quarenta e nove dias depois da saída dos peruanos portanto, ele funda, no mesmo local, a escola “Cinco de Novembro”. É possível deduzir que a finalidade imediata de sua presença era a ocupação militar e administrativa da bacia do Juruá, inclusive de uma parte (acima do rio Amônia, mais ao sul portanto) com ocupação peruana já estabelecida, conforme passagem citada acima.

Segundo relatório de Thaumaturgo de Azevedo

Em seu segundo relatório, publicado em 1906, Thaumaturgo de Azevedo faz um balanço de suas atividades e do desenvolvimento de seus planos previstos no primeiro relatório. Na introdução do relatório, que se refere ao primeiro semestre de 1905, Thaumaturgo de Azevedo comemora:

“Sinto-me feliz, ao elaborar este Relatório dos acontecimentos da Prefeitura, no primeiro semestre de 1906 por poder congratular-me com V. Ex. pela regularidade com que marcham todos os serviços confiados á minha direção.

Os funcionarios trabalham com pontualidade e aprazimento, sendo as suas nomeações feitas por concurso; os juizes de paz familiarisaram-se com as suas atribuições; o número das escolas publicas duplicou e o das particulares, subsidiadas pela Prefeitura, quadruplicou; a Imprensa Official funciona a contento; a alimentação melhorou consideravelmente; o policiamento é uma realidade em todo o Departamento, ainda que executado com um esforço extraordinario, por falta de um corpo de segurança; o segundo recenseamento da população realizou-se com muito mais correção do que o primeiro; o serviço estatístico geral está organizado; a capital do Departamento vae num progresso desusado, borbulhando a vida por todos os recantos ; as communicações, tanto fluviaes como terrestres, facilitam-se de dia para dia; as construcções particulares do Cruzeiro do Sul assumiram proporções avantajadas; entrou em vigor o serviço postal; o trabalho regional - relações entre proprietários e trabalhadores — está sensivelmente aperfeiçoado; os negócios

commerciaes, que se effectuavam desordenadamente, legalisaram-se. Os indigenas, d'antes ferozmente perseguidos á bala, estão sob o patrocínio das autoridades e os menores sob tutela de pessoas qualificadas; à linha geodesica, através de mil e uma dificuldades e tendo-se percorrido os rios Jurupary, Massipira, Embira, Tarauacá, Acuráua e começado a percorrer outros, Gregorio, Liberdade, Campina, Lagoinha, Ipixuna e Juruá está determinada e locada nos seus logares principaes; as obras públicas, em que se salientam o assentamento das casas do Forum, da Bibliotheca e de escolas, a construção da Usina de Electricidade e da Imprensa Oficial (...)"(Thaumaturgo de Azevedo 1906, pp.5-6)

O interesse do Estado nacional em estabelecer-se definitivamente na região estava, sem dúvida, associado à expansão do mercado e ao aumento dos preços da borracha, no período. O estabelecimento do Estado dependia, como exalta Thaumaturgo de Azevedo, do controle sobre o território, sobre as informações, sobre os fluxos (o transporte), as relações de trabalho e sobre as normas de convivência. A escrita participava, como instrumento, da instauração da legitimidade desse controle por meio da Imprensa Oficial, das escolas e também dos postos fiscais, comemorados por Thaumaturgo.

Num dos pontos mais remotos do Departamento, a Foz do Rio Amônia, as fronteiras com o Peru ainda estavam sendo definidas; o rio Amônia é o único afluente importante da área cujas cabeceiras estão em território peruano. No seu curso brasileiro, é hoje ocupado na maior parte pela Terra Indígena Kampa do Amônia.

Como afirma Thaumaturgo de Azevedo em seu relatório anterior: os peruanos haviam se retirado um ano antes - a primeira ação, prática e simbólica, de afirmação da presença do Estado se dá, justamente com a fundação da escola *Cinco de Novembro* e do posto fiscal. No primeiro caso a escrita é fator de unificação cultural, no segundo de controle de fluxos por parte do estado nacional; em ambos a escrita é símbolo importante da presença do Estado. A escola foi fundada e não tinha professora, nesse seu segundo relatório de 1906, Thaumaturgo corrige a situação ao afirmar que, em seis de fevereiro, “realizou-se um concurso para o provimento do lugar de professora da Escola Cinco de Novembro, instalada na Vila

Thaumaturgo (foz do Amônia). Apresentou-se a Sra D. Alzira de Abreu Pimentel, que foi aprovada e nomeada, de acordo com o regulamento do ensino primário do Departamento.” (*Thaumaturgo de Azevedo, 1906:36-37*). Ele continua o relato, apontando o fato de que houve ainda mais um concurso para o preenchimento de duas vagas para professora, na Escola de Cruzeiro do Sul.

“Assoberbado pela estreiteza dos recursos financeiros da Prefeitura e desejando espalhar os beneficios da instrucção por todo o territorio departamental, soccorri-me de um meio economico e garantidor para alcançar este desiderato: inclui no regulamento do ensino primario do Departamento um artigo, o de n. 68, pelo qual a Prefeitura offerece 10\$ de subsidio mensal por cada alumno de escola particular diurna e 5\$ por cada um das escolas particulares nocturnas. No meu regresso, abroquelado por esta disposição, tratei de incentivar a fundação de varias escolas particulares nos centros mais populosos, escolhendo pessoas habilitadas para as dirigir. E é com prazer que registro um excellente exito nestas primeiras tentativas para a disseminação do ensino primario ou nacional neste Departamento.

Assim, afóra a Escola Visconde do Rio Branco, para ambos os sexos, regida pelas Sras. D. Antonia Torres e D. Odylla Silva, e a Escola Rodrigues Alves, nocturna, regida pelo Sr. Antonio Pereira da Silva, as quaes funcionam no Cruzeiro do Sul, estão creadas mais as seguintes escolas publicas: Escola Cinco de Novembro, na Villa Thaumaturgo, dirigida pela Sra. D. Alzira de Abreu Pimentel; Escola Juruáense, na villa Feijó (rio Embira), regida pelo Sr. José da Silva Lopes, e Escola Amazonia, na villa Andrada (rio Tarauacá), para a qual nomearei brevemente o respectivo professor.

Escolas particulares, subvencionadas pela Prefeitura, existem as que seguem: Escola Coronel Carvalho, no alto Liberdade, regida pela Sra. D. Francisca de Oliveira Cavalcanti; Escola Prudente de Moraes, no paraná dos Mouras, regida pela Sra. D. Luiza Teixeira; Escola Seabra, em Uruburetama, regida pelo Sr. Fernandes Araujo; Escola Coronel Barbosa, no Juruá-Mirim, regida pelo Sn. Arthur da Costa Tourinho; Escola Thaumaturgo, em Humaytá, regida pelo Sr. Francisco Dantas Pinheiro; Escola Moura Brasil, no rio Murú, regida pela Sra. D. Isabel Capitulina Telles. No seringal Veneza, do rio Tarauacá, deverá montar-se, no mez proximo, a Escola Afonso Penna; no seringal Santa Roza, do rio Embira, montar-se-ia a Escola Francisco Si e no rio Yboiassú estabelecer-se-ia a Escola Dezesete de Novembro. Funciona tambem, no seringal Treze de Maio, que é no rio Juruá, desde março, a Escola Vinte e Oito de Setembro.

Das estatísticas que tenho presentes conclue-se a seguinte frequencia: Escola Rodrigues Alves, março, 50 alumnos; abril, 58; maio, 54; junho, 57; Escola Visconde do Rio Branco: março, 42; abril, 42; maio, 47; junho, 48; Escola Prudente de Moraes: maio, 32; Escola Seabra: março, 10; abril, 12; maio, 13; Escola Cinco de Novembro: abril, 12; maio, 18; Escola Coronel Carvalho: março, 21; abril, 23 maio, 26; Escola Coronel Barbosa: março, 27; abril, 29; maio, 30; Escola Thaumaturgo: março, 48; abril, 48; maio, Escola Vinte e Oito de Setembro: março, 10; abril, 12; maio, 11; junho, 12. Faltam-me os quadros das escolas do Tarauacá e Embira. Mas, tirada a média das nove escolas citadas, somente em tres mezes

março, abril e maio - apuraremos a frequência mensal de 26 alumnos, o que demonstra sobejamente a oportunidade da fundação destes estabelecimentos.

É, pois, com desvanecimento que archivo neste Relatório a existência de cinco escolas publicas, o funcionamento de sete escolas particulares e a breve instalação de mais tres destas ultimas, ou seja um total de 15 escolas numa região em que, antes da separação do Territorio do Acre, nunca se abriu a mais rudimentar aula de primeiras letras. O Amazonas, que arrecadava os escorchadores impostos deste povo, jamais se lembrou de lhe conceder a menor das compensações.

A Prefeitura tem fornecido ás escolas os precisos artigos de expediente, provendo com mobiliario, quadros de ensinos apparatus gymnasticos e expediente ás escolas publicas. Espero, si a verba prefectural for augmentada, estender ás escolas particulares as concessões de que gozam as escolas officiaes.

Com o programma, que já mencionei no meu passado Relatório, enviei tambem a todas as escolas a seguinte nota dos livros escolares a adoptar no 1º anno: Taboada, Guia pratico e theoretico da Cartilha Maternal, compilada por Jogo de Deus Ramos, para uso dos professores; Cartilha maternal, por João de Deus; Os deveres dos filhos, por João de Deus; Arte de escripta, por João de Deus; Cadernos de escripta methodo Garnier, do 10 ao 10º caderno; O desenho na escola, por Fernando Dardignac, ns. 1 a 4; Coração, por Edmundo de Amicis; Elementos de instrução moral e civica, pelo Dr. João Diogo Esteves da Silva; Mario, livro de leitura encyclopedica, por Paulo Tavares; Pequena geographia da infancia, pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda; Grammatica portugueza, 1º anno, por João Ribeiro; Hymnos escolares, por Menezes Vieira.

O horario das aulas foi determinado assim: ás segundas e sextas-feiras, das 8 ás 8,40, canto coral e gymnastica; das 8,45 ás 9,40, leitura; das 9,45 ás 10,40, arithmetica; das 10,45 ás 11, canto coral. A's terças e quintas-feiras, ás horas acima indicadas, respectivamente, lecciona-se canto e gymnastica, escripta, portuguez e canto. A's quartas e sabbados, ás mesmas horas, respectivamente, lecciona-se canto e gymnastica, desenho, geographia e canto.

O methodo João de Deus, apezar da inexperiencia dos professores, tem produzido magnificos resultados. Pena é que não possa contractar desde já quatro professores, pelo menos, para pôrem em pratica neste Departamento as escolas moveis e as bibliothecas ambulantes. Só assim a instrução se diffundiria aqui com a generalidade requerida por todos os regimens do governo democratico.

A bibilotheca pública

São numerosos os volumes que conta a bibliotheca publica do Departamento. Em Manáos tive ensejo de adquirir, por uma quantia modestissima, varias obras raras sobre o Estado do Amazonas. E' meu empenho formar uma secção especial, consagrada aos livros exclusivamente concernentes ás regiões amazonicas. A legislação do Imperio e da Republica figuram já entre as pertenças da bibliotheca, para o enriquecimento da qual tenho pedido o auxilio das estações officiaes, que ma tem remettido as suas publicações.

Vou catalogar os volumes existentes, para depois completar a instalação da bibliotheca publica numa elegante casa de madeira e ferro, abrindo-a então ao publico." (Thaumaturgo de Azevedo 1906).

Observa-se ainda no trecho que o governo federal estava em conflito com o Estado do Amazonas pela posse do Território do Acre e que já em 1905, o que é hoje a sede do município de Marechal Thaumaturgo, já era conhecida como Vila Thaumaturgo, em homenagem ao seu primeiro prefeito.

Thaumaturgo de Azevedo criou duas escolas em Cruzeiro do Sul, uma na então denominada Vila Thaumaturgo, na foz do rio Amônia, uma na Vila Feijó, rio Embira, e uma na Vila Andrada, no Rio Tarauacá. Além dessas escolas públicas havia as escolas particulares subsidiadas pela prefeitura, totalizando, segundo as contas do próprio prefeito, cinco escolas públicas e sete particulares em 1905.

A criação de escolas particulares de que trata Thaumaturgo de Azevedo parece consistir na nomeação como professor local de algum morador alfabetizado de comunidades distantes. Essa prática parece ser corrente até hoje, de acordo com relatos de moradores mais velhos e de minha própria observação, independentemente de iniciativas do Estado. Nas entrevistas que realizei é muito comum os moradores citarem pessoas que voluntariamente passaram a ensinar a seus vizinhos um pouco de leitura e de contas. Esses moradores ao tratarem de ensinar seus vizinhos parecem ter sido, muitas vezes, reconhecidos e nomeados professores pelo Estado – como parece ter ocorrido já na administração de Thaumaturgo Azevedo-, a partir daí passaram a receber salários ou uma ajuda de custo por seus serviços. Em outros momentos, ou associado a esse reconhecimento e nomeação, foram erguidas salas de aula e fundadas escolas para que essa pessoa continuasse a lecionar. Um exemplo típico é o da escola da professora

Luzia, no Alegria, no rio Tejo, e que começou a dar aulas em sua própria casa, usando carteiras escolares construídas a facção por ela mesma.³⁹

Muitas dessas salas converteram-se nas atuais escolas, e professoras como Luzia passaram a receber material escolar do Estado, além de salários. Muitos dos leitores e escritores da floresta que conheci não freqüentaram a escola, mas tiveram, em algum momento, alguma aula ou iniciação na escrita com um parente ou conhecido que se aventurava em ensinar, por pedido ou por gosto.

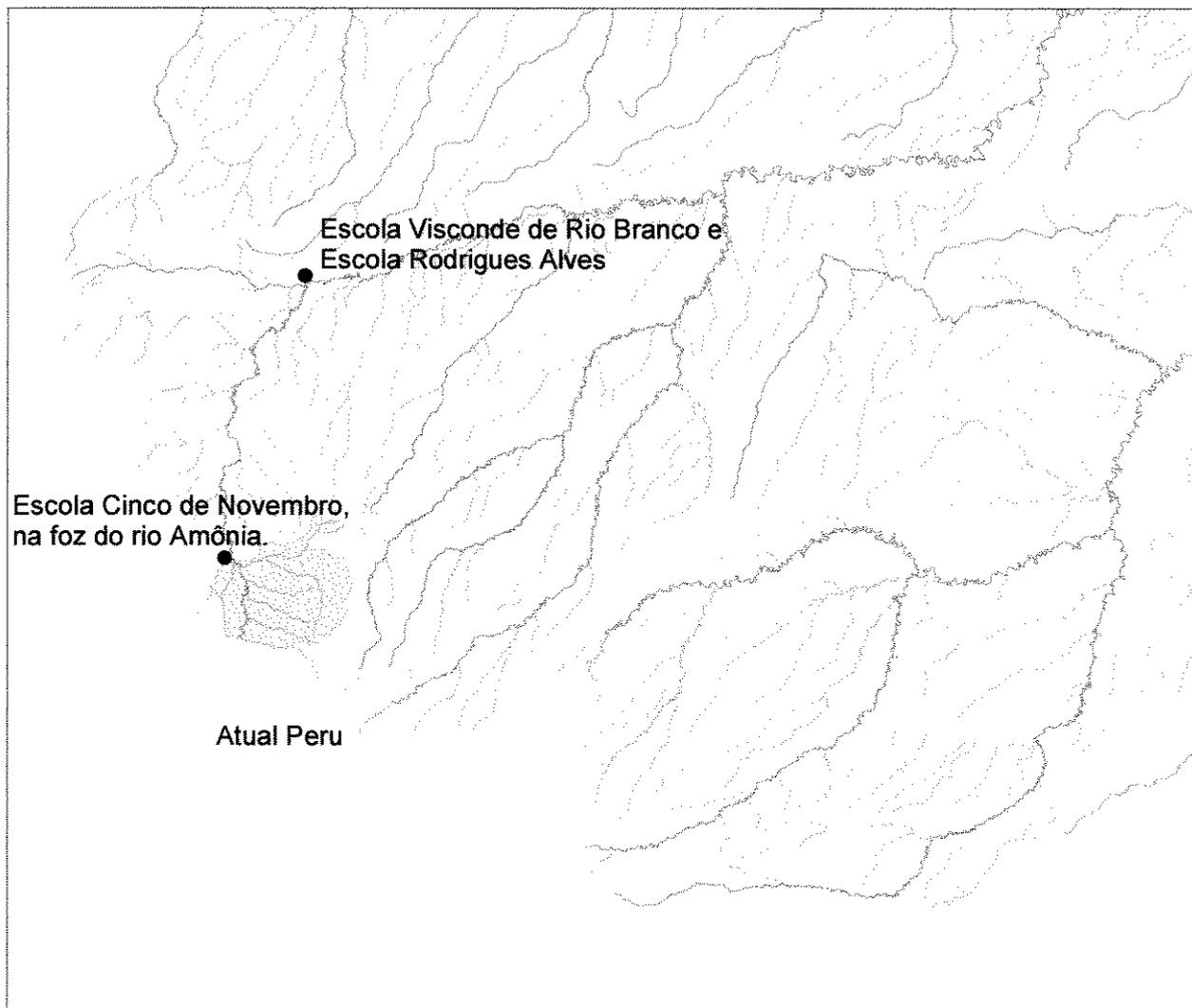
Voltando a 1906, Thaumaturgo de Azevedo trata, ainda nesse trecho, da instrução pública como um dever do Estado para com todos os cidadãos. O uso desse significado por Thaumaturgo fica explicitado quando ele procura ressaltar o progresso havido na região sob administração federal, em contraste com o tempo em que o território acreano, em princípio território litigioso entre Bolívia e Peru, estava de fato sob o controle fiscal e fundiário do governo do Amazonas, onde eram registradas pretensões de posse sobre seringais. A administração de Thaumaturgo diz respeito aos primeiros anos de incorporação do Acre ao território nacional, num período em que em várias áreas do território havia, como no Amônia, atritos entre brasileiros e peruanos. Thaumaturgo ressalta, respondendo às reivindicações do Estado do Amazonas sobre o território do Acre e levadas à justiça (com Rui Barbosa como representante do Estado do Amazonas contra a União), sobre o período em que o Acre não pertencia ao território brasileiro, mas tinha uma ligação comercial estreita com o Estado do Amazonas, tal região estava desamparada do Governo, esse só se preocupava em explorá-la. Para Thaumaturgo a prova da total ausência do Estado era a inexistência de escolas na região.

³⁹ Mauro Almeida, comunicação pessoal.

Sua preocupação em ocupar o Amônia, um rio ainda habitado por peruanos, era de marcar presença para possíveis definições futuras de fronteiras onde os peruanos poderiam alegar sua anterioridade de ocupação.

Em um mapa, localizando as escolas citadas por Thaumaturgo de Azevedo, podemos perceber a distância entre Cruzeiro do Sul e a posição da Foz do Amônia, onde se situava a Vila Thaumaturgo. Para se ter uma idéia, hoje, em canoa movida por um motor *de rabeta* de 18 hp, levamos cerca de três dias para subir o rio Juruá até a Foz do Rio Amônia, em viagem diurna. Naquela época, a viagem seria feita ou de canoa movida a remo e a varejão, ou em navios a vapor durante os períodos de mais chuvas – que não seriam mais rápidos do que as leves canoas de hoje-. O Estado esforçou-se em consolidar a soberania de fato sobre a região, utilizando a escola como um dos meios, ao lado dos postos fiscais que vêm em primeiro lugar. O governo brasileiro tinha, em 1906 razões para se preocupar com a ocupação definitiva do território, sobretudo em áreas ainda conflituosas como o Amônia, porque a solução definitiva do problema de fronteiras com o Peru só ocorreu em 1909.

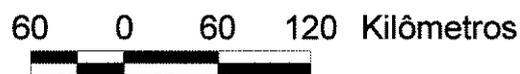
Mapa 6: Escolas inauguradas por Thaumaturgo de Azevedo



- Escolas fundadas por Thaumaturgo de Azevedo
- Rede hidrográfica principal
- - - Rede hidrográfica secundária
- ▨ Atual Reserva Extrativista do Alto Juruá



Base de dados: ISA - Instituto Socioambiental
Biodiversidade Amazônia - consulta 99
Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação,
Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da
Biodiversidade da Amazônia Brasileira



Escrita e civilidade

“Com efeito, mudanças e transformações que outrora levavam anos e anos, e até séculos, a se efetivarem, hoje se objetivam em espaço relativamente pequeno.

O fenômeno origina-se da rápida evolução dos elementos de progresso dos quais o homem dispõe presentemente.

Estes elementos poder-se-iam classificar em duas grandes ordens. Primeiro os elementos físicos, se se pode assim dizer, representados pelos fáceis meios de comunicação, como o vapor, a via-férrea, o automóvel, o telégrafo, a radiofonia. E, sobrepujando a todos, apresenta-se agora a navegação aérea, que vem operar uma verdadeira revolução na vida internacional.

Segundo, os elementos morais, representados pelo livro, pelo folheto, pelo jornal, pela revista, numa palavra, pela imprensa.

Dispondo-se, pois, de semelhantes elementos, não estará por certo tão longe o dia em que o homem imprima àqueles rincões a sua obra de alta civilização.” (Guedes, 1920)

Nesse trecho de Guedes novamente estão juntos, como fatores das mudanças rápidas na sociedade, os meios de transporte e “os elementos morais” ligados à imprensa, à palavra falada. De fato, não apenas os narradores contemporâneos enfatizam o papel da escrita nas transformações civilizatórias da região, mas também historiadores atuais, para ilustrar a velocidade das mudanças na região e a intensidade do investimento de ocupação e o florescimento de grandes centros urbanos, principalmente no período de expansão do mercado da borracha, utilizam-se de dados sobre a presença da escrita nesses confins da mata amazônica.

Cristina Wolff (1999), por exemplo, observa que em Cruzeiro do Sul, a maior cidade da região do Alto Juruá, fundada como vimos, em 1904, como capital do Departamento do Alto Juruá, em cujo Censo de 2000, a população urbana era de 38.971 habitantes, “chegou a ter vários jornais”(Wolff,1999:34) no período de que trata seu estudo, 1890-1945. Esses jornais foram utilizados como fontes da autora para sua pesquisa. Os primeiros são de 1906 e os

últimos utilizados são de 1939. Wolff lista quatro jornais e vários números que encontrou em acervos particulares e no Fórum Municipal de Cruzeiro do Sul.

Avelino de Medeiros Chaves, delegado dos Departamentos do Alto-Acre e Alto-Purus, em sua Monografia de 1913⁴⁰ quando apresenta a situação da Instrução Pública, trata também da instituição da comunicação e da imprensa no território acreano; acusa a presença de jornais e a ausência de bibliotecas:

Instrução pública

A instrução publica, descurada nos primeiros tempos, accusa nesta hora real progresso nos respectivos departamentos. As escolas primarias nas cidades e povoações são bem frequentadas, estando instituidos grupos escolares nas respectivas séries. O ensino secundario começa apenas a ser particularmente ensaiado.

Correios e telegraphos

O serviço postal está a cargo da Administração Geral dos Correios, serviço federal, com séde em Senna Madureira.

As comunicações radiotelegraphicas entre o Territorio do Acre e o resto do mundo civilisado foram recentemente inauguradas.

Repartições aduaneiras

Uma Mesa de Rendas federal estabelecida por departamento faz a cobrança dos impostos da União .A estas são subordinados vários1 postos fiscaes.

A Delegacia Fiscal funciona em Senna Madureira.

Jornaes e bibliothecas

Na cidade da Empreza, no Alto Acre, além do jornal official. orgão da

Prefeitura, distribue-se o Jornal do Acre; no Xapury. o Correio do Acre. Em Senna Madureira. no Alto Purus, são impressos o Diário Oficial o Brazil

Acreano. No Alto Juruá são publicados o Diário Oficial e Cruzeiro do Sul.

⁴⁰ Chaves, Avelino de Medeiros. Exploração da Havea no Território Federal do Acre: monographia apresentada à Exposição Nacional de Borracha Rio de Janeiro: 1913, p.23

Admira como em nenhum desses departamentos se cogitou ainda de instituir pequenas bibliothecas de leitura.”

Parece que Avelino Chavez, escrevendo em 1913, não conhecia as intenções de Thaumaturgo de Azevedo de instituir a biblioteca pública de Cruzeiro do Sul no Departamento do Alto Juruá, ou mesmo a proposta do mesmo de instituir bibliotecas móveis; de qualquer modo, suas palavras mostram que essas intenções não se concretizaram ou não tiveram efeito duradouro.

Tanto Avelino Chavez como Mário Guedes, mais acima citado, compreendem em seus textos a presença da escrita e da ‘instrução’ como indicadores de civilidade. Há um esforço em demonstrar que a região está fazendo todos os esforços possíveis para se aproximar do mundo civilizado. No meio de uma luta para vencer o ‘atraso’ da região a presença da escrita, de jornais, de correios, demonstrava a velocidade das mudanças, a velocidade do progresso civilizatório da região, impulsionado pela indústria da borracha.

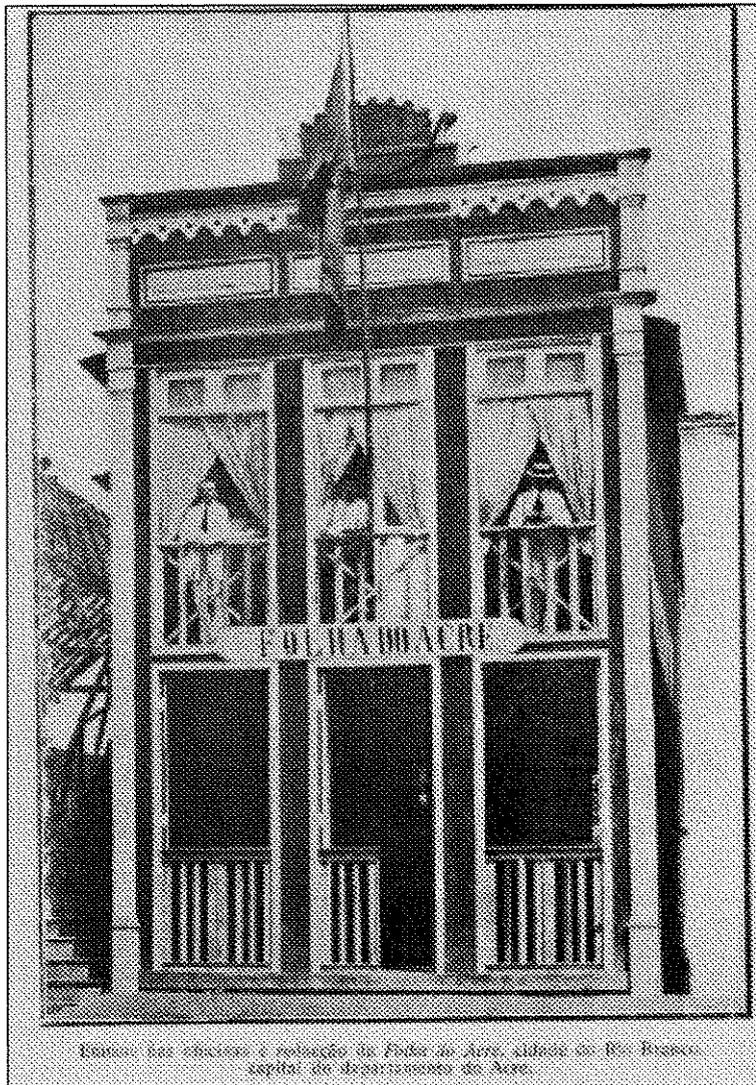


Figura 5: "Edifício das oficinas e redação da *Folha do Acre*, cidade do Rio Branco" (Chaves, 1913, p. 17).

Conclusões

Ao tratar dos contabilistas do seringal e dos sistemas de contabilidade também utilizados procuramos demonstrar que a escrita esteve historicamente associada ao sistema de produção e fazia parte, como a mercadoria e a borracha do que transitava sobre os rios. Num sistema de intenso fluxo comercial e de extração, de longas distâncias, o dinheiro, a moeda, praticamente não era utilizado. A incerteza de preços e as dívidas eram registradas por escribas, os

contabilistas que trabalhavam para os patrões. Dos registros desses escribas é que vinham uma vez por ano as esperanças e desilusões dos seringueiros. Vimos nos sistemas de contabilidade como isto funcionava, garantindo à escrita um significado especial e cotidiano para os trabalhadores dos seringais.

Ao mesmo tempo esse funcionamento contábil reforça a relação entre o alto e baixo na vida dos moradores dos seringais. Sua função de instrumento e de ciência intermediária entre mundos também é reforçada. A escrita acompanhava e amparava todos os fluxos de mercadoria e borracha que corriam pelos rios do Alto Juruá e, com seus mistérios e monopólio por parte do patrão e de seus especialistas, apoiava a dominação e o controle do acesso aos outros mundos do *baixo*.

A administração de Thaumaturgo, os textos de autores contemporâneos e a descrição dos conflitos para a definição de fronteiras na região dão outra face à presença da escrita: ela se apresenta como reforço de uma posição de ocupação ao ser colocada através de postos fiscais e escolas nos pontos em conflito. Por outro lado procura ser atrelada por Thaumaturgo de Azevedo à chegada da civilidade, do estado nacional e da cidadania, sendo utilizada para marcar presença com a população.

Na região que estudamos, a presença da escrita é constante, desde a constituição dos seringais. Esteve sempre presente, embora de uma forma extremamente particular, marcada principalmente por seu monopólio. Na medida em que era restrita e monopolizada – em que pesem as intenções de Thaumaturgo de Azevedo de democratizá-la -- , não podemos configurar a área como letrada, no sentido de que constitui um ambiente onde a escrita está presente no cotidiano e faz parte das principais referências necessárias para as atividades

diárias e corriqueiras. No entanto, não se trata de uma área ágrafa, trata-se de uma situação em que a escrita, onipresente, demarca claramente um grupo de proprietários, comerciantes e administradores, em contraste com uma maioria de trabalhadores destituídos de direitos.

CAPÍTULO IV. AS RELAÇÕES LOCAIS E SUAS CIÊNCIAS

Introdução

Muitas das conversas e entrevistas com moradores que tratavam do significado local da escrita convergiam, por parte de meu interlocutor e para minha surpresa e inicial incompreensão, para a atividade de caça e para as relações, associadas a essa atividade, entre moradores, dos moradores para com a atividade e dos moradores com os seres da mata. Quando estávamos conversando sobre a história da presença da escrita na região meu interlocutor passava a tratar da atividade de caça e de todas as relações que a envolvia. Ao retomar essas entrevistas e relacionar as idéias ali elaboradas por meus interlocutores sobre o universo local com outras reflexões sobre a cosmologia dos seringueiros pude formular as relações expostas nesse e no próximo capítulo. Consegui definir razoavelmente a compreensão que tenho da escrita como parte dessa cosmologia ao confrontá-la, enquanto um sistema de relações, com o conjunto de regras, hierarquias e relações que explicam, orientam e fazem parte das idéias associadas às atividades de caça e às relações de vizinhança e com os seres das florestas. O que está sob esses dois sistemas, orientando as próprias explicações dos moradores e as analogias que eles tecem entre ambos são as estruturas espaciais presentes nos mapas desenhados por eles para representar seu universo: as imagens de árvore da hidrografia e das relações entre mundos e a de um rizoma correspondendo às relações locais de vizinhança. Além dessas imagens encontramos nas narrativas e explicações aquilo que confere movimento e variação nessas relações: as ciências e os fluxos. Assim, esse capítulo trata das relações entre escrita e essa

cosmologia com destacado papel para as definições locais do termo “ciência” assim como do significado da localização espacial.

Este Capítulo retoma também o tema da construção de uma relativa autonomia em relação ao sistema de aviamento por parte dos seringueiros, mostrando que os seringueiros de uma situação inicial de isolamento em um ambiente hostil passaram a estabelecer relações locais entre eles próprios, com as matas e seus seres. Estas relações fundamentaram-se em conhecimentos e regras para essas relações. Veremos que, como no caso das entrevistas, a escrita fez parte desse movimento, ganhou significados locais indissociáveis das novas relações e fluxos estabelecidos.

O conjunto de entrevistas que recolhi, os textos dos seringueiros e minhas observações de campo serão invocados neste e no próximo capítulo, com o intuito de mostrar os usos e significados atuais, dados pela escrita, bem como suas formas de aparição nos últimos anos.

Esse capítulo, como um todo, procura apresentar de maneira integrada uma visão da vida cotidiana dos seringueiros, como um diálogo entre minha observação etnográfica e textos dos próprios seringueiros. Procuro mostrar que há paralelos entre o aprendizado das ciências da caça e da ciência da linguagem escrita. Ambos estão inseridos em uma mesma lógica cosmológica.

A primeira parte deste Capítulo tem como foco “A Vida nas Colocações”, procurando descrever alguns aspectos da vida dos moradores da Reserva extrativista do Alto Juruá. Muito embora existam variações no cotidiano dos moradores e em suas ocupações, procurei traçar um quadro que fosse razoavelmente generalizante, pois o foco não estava na minúcia da vida mas em aspectos das relações entre os moradores, desses com o meio e com o mundo ao redor.

Ela é apoiada, sempre que possível, nas falas ou escritos de seringueiros. Assim, esse retrato da vida nas colocações é também uma formulação da visão de alguns seringueiros sobre a vida na floresta. Procurei mostrar as formas de ocupação características dessa região; os componentes de uma colocação, do espaço de uso de um seringueiro e a diversidade de atividades relacionadas a esses componentes; o cotidiano de uma colocação, sumariamente as atividades desenvolvidas pelos membros de uma família ao longo do dia. Com esse breve relato procuro apresentar a diversidade de espaços e de relações socialmente construídas sobre o espaço inicialmente homogêneo das matas.

No item “As colocações segundo Caboré” os textos de Raimundo Adelino Farias, o Caboré, são citados extensamente na forma de artigo ou discurso para reforçar o que eu havia apresentado anteriormente e fazê-lo com as palavras de um seringueiro. Caboré, em seus textos, apresenta informações sobre a distribuição das atividades ao longo do ano através de um longo texto e de seus diários do dia-dia. Este último ressalta ainda a diversidade de atividades realizadas pelos seringueiros em seu cotidiano.

Ainda nessa seção, no item “Os Rios, os igarapés e os caminhos na mata”, continuamos a apresentar relatos de Caboré e outras dados coletados, procurando tratar dos fluxos de informação, pessoas e coisas que chegam até a casa do seringueiro. O trânsito entre a casa dos seringueiros e as cidades mais próximas, as relações estabelecidas aí; a importância dos caminhos e varadouros na mata para os fluxos locais; a variação da possibilidade de mobilidade e das distâncias conforme a época do ano e aspectos do fluxo local de informações.

Na segunda parte do Capítulo, “O Caráter social e simbólico da atividade de caça: Caipora, vizinhança, panema e ciência”, procuro apresentar uma interpretação sobre as relações dos seringueiros com seus vizinhos e com a mata e seus seres de forma a constituir parte de uma cosmologia mais geral. Essas relações são fundamentadas na análise da atividade de caça e outras instituições locais relacionadas.

Nessa parte apresento um conjunto de dados etnográficos e uma interpretação sobre as relações dos seringueiros para com a caça. Também aqui, contudo, o texto é apoiado em exemplos da escrita de seringueiros. Assim, recorro amplamente aos diários de caça de Raimundo Caboré para o ano de 1995. Trato também de parte de eventos registrados no diário de Caboré para uma apresentação de fatos sobre a “ciência da mata” e que preparam a discussão feita no item “Ciências da caça e ciências da escrita”, onde traço um paralelo entre o “saber” sobre a mata e a “ciência” da escrita.

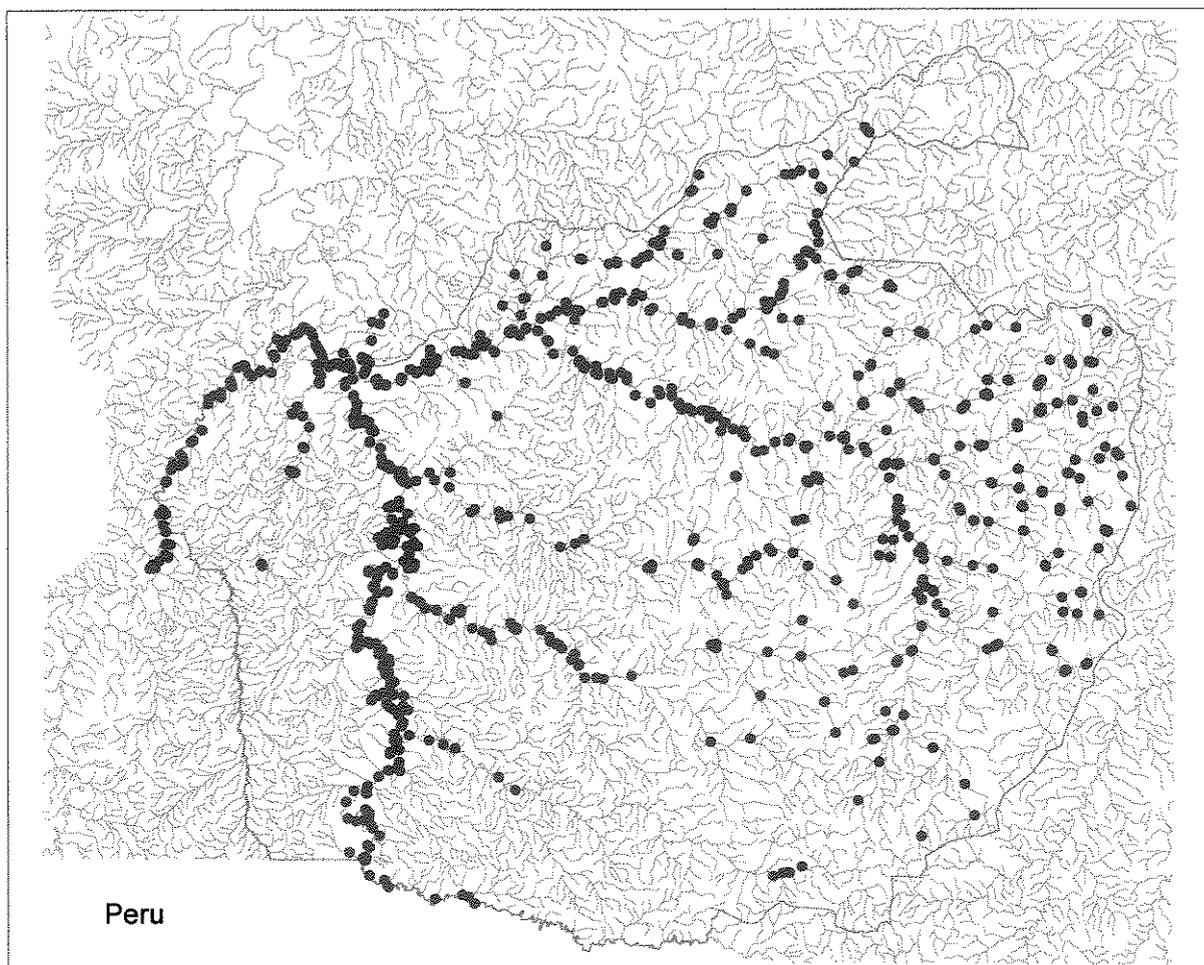
A vida nas colocações

Distribuição da população

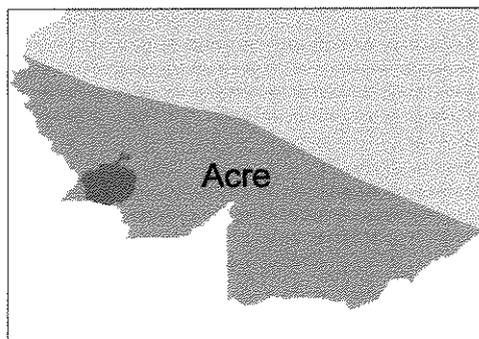
No Alto Juruá as pessoas dispõem suas casas ao longo da rede de rios e igarapés, algumas vezes mais distante da beira do rio, nos chamados centros, e outras vezes nas beiras. Na área da Reserva são dois os padrões de ocupação. Um mais intensivo, onde as famílias se organizam em comunidades de várias moradias, comum na beira do Rio Juruá, ocupado em geral por famílias que se dedicam, principalmente, à agricultura. O segundo padrão é mais comum nas cabeceiras dos rios e nos rios e igarapés menores: os rios São João, Breu, Caipora, Acuriá, Amônia, Arara, além de toda a Bacia do Rio Tejo inclusive o Bagé. Nesses locais é

mais comum a ocupação típica dos seringueiros, mais dispersa na floresta, acompanhando a multiplicação de ramos das cabeceiras dos rios.

Mapa 7: Distribuição da População na Reserva Extrativista do Alto Juruá



- Colocações
- Limites da Reserva Extrativista do Alto Juruá
- ∧ Rede Hidrográfica



Fonte: CEDI(ISA) 1991, Projeto de Pesquisa e Monitoramento Participativo em Áreas de Conservação Gerenciadas por Populações Tradicionais

O rio Juruá até o Rio Breu é navegável praticamente durante todo o ano, o que viabiliza o escoamento da produção de feijão, arroz, tabaco, milho, farinha de mandioca de uma população que se dedica à agricultura. Mesmo no verão, período sem chuvas em que os rios ficam secos, é possível transitar com canoas, e mesmo com pequenas baleeiras, até a foz do Rio Breu. Já os afluentes do Rio Juruá, acima da sede do município de Marechal Thaumaturgo, ficam muito secos. O trânsito de canoas fica extremamente limitado às proximidades das bocas dos rios. Quando estive lá em setembro de 2001, subir o Rio Tejo ou seus afluentes, de canoa, significava ficar o tempo todo dentro do rio “arrastando canoa”. A canoa a todo momento topa com o fundo e é preciso que os passageiros desembarquem e puxem a canoa, arrastando-a pelo leito seco do rio. Uma viagem entre a Foz do Rio Tejo e a Restauração que seria feita no inverno em menos de um dia de canoa, acaba levando, no verão, mais do que um dia. O esforço e tempo de transporte via fluvial aumentam, consideravelmente, no verão, e muitos deslocamentos que seriam feitos pelo rio passam a ser feitos por terra pelos caminhos na mata.

Algumas vezes, e parece cada vez com mais intensidade, os moradores constroem suas casas em um mesmo terreiro. De toda forma, o espaço ocupado em suas atividades dificilmente é o mesmo que o de seus vizinhos. Mesmo a casa, sendo no mesmo terreiro cada família faz sua roça em locais diferentes, tem suas próprias estradas de seringa⁴¹.

⁴¹ Pode acontecer de se utilizar um mesmo roçado, especialmente quando os vizinhos de colocação são parentes.

As colocações segundo Caboré

A colocação⁴² corresponde à área de ocupação do seringueiro e de sua família em suas atividades cotidianas. Assim, fazem parte de sua colocação sua casa, suas estradas de seringa, seus roçados, seu porto. Não há necessariamente uma continuidade territorial entre essas coisas. É muito diferente de pequenas propriedades rurais onde cada qual tem muito clara a fronteira de seu lote. A definição se dá pela utilização de espaços determinados, dispersos na mata.

Um desses espaços são as estradas de seringa. O número de árvores em uma estrada de seringa também é muito variável, mas as maiores estradas chegam a ter 200 árvores. Como já foi dito, as estradas de seringa são caminhos abertos na mata, interligando as seringueiras nativas, para facilitar o trabalho do corte da seringa e coleta do látex. Em geral elas formam um rodo, um círculo, começam e terminam num mesmo ponto, pois o trabalho de extração do látex tem várias etapas que exigem mais de uma volta na estrada de seringa.

Outra área de trabalho cotidiano são as matas de caça. São espaços razoavelmente delimitados na floresta onde o seringueiro costuma ir caçar. Cada mata de caça é identificada por um nome e suas delimitações, definidas com pontos de referência local, como uma certa árvore, um igarapé, estradas de seringa, caminhos, igapós⁴³. Geralmente ele caça em mais de uma mata e outros moradores compartilham destas matas. Nas cabeceiras dos rios, essas matas costumam ser próximas das casas e nos locais onde há grandes comunidades, ou onde existem

⁴² Almeida (1993) define as colocações como as unidades de trabalho e de manejo dos recursos naturais.

⁴³ Área determinada da floresta que fica alagada.

muitos moradores, em especial na beira do Rio Juruá, os caçadores andam mais longe para chegar aos seus locais preferidos.

Os roçados não estão necessariamente colados nas casas. Ao contrário, há sempre uma certa distância entre a casa e o roçado. Um roçado tem cerca de cem por cem metros ou até menos; os moradores dizem que plantam cerca de 10000 pés de roça com uma distância média de um metro entre cada pé de roça. Isso equivaleria a um hectare de roçado. Além da mandioca que todos plantam, ainda costuma-se plantar feijão, arroz, milho, cana e tabaco, variando de morador para morador. As épocas e formas de plantio, bem como as qualidades desses produtos, variam. A mandioca é usada para a farinha que não falta na mesa dos moradores; é usada também para alimentação de animais como porcos e gado.

Os seringueiros costumam criar alguns animais no terreiro de suas casas. Criam galinhas, porcos, cabras, ovelhas, e gado. As galinhas, encontramos em quase todas as casas; os porcos, algumas vezes criam alguns problemas com os vizinhos: questões, como eles dizem, pois espantam as caças, fuçam o roçado e o terreiro fica o tempo todo revirado. A criação de gado tem crescido na área da Reserva; funciona como uma espécie de poupança para os seringueiros, o qual eles vendem em períodos de necessidade. A criação de gado é limitada pela área possível de desmatamento em cada colocação, seguindo o Plano de Utilização da Reserva, votado e aprovado pelos moradores da Reserva em 1990, limitando a área de desmatamento e de certa forma a criação de gado, pois permite uma área determinada de pasto. A quantidade de cabeças de gado, criada por cada morador, é muito citada localmente para diferenciar a situação econômica de cada morador.

As casas têm um padrão geral; a entrada principal dá para a sala da casa, um corredor lateral passa ao lado do quarto, onde dormem o casal dono da casa e as crianças pequenas, e leva até a cozinha ao fundo. A sala, em geral não tem móveis; as pessoas costumam acomodar-se no chão, recostando-se nas paredes; algumas vezes tem um banco ou uma cadeira. É na sala que dormem os filhos mais velhos e as visitas. A sala é o espaço preferencial dos homens, ao mesmo tempo em que a cozinha é o domínio das mulheres. Na cozinha, há o tradicional fogão à lenha, o girau⁴⁴ e uma saída para o terreiro. O quarto, muitas vezes não tem janelas, e é um lugar quase inacessível aos visitantes. O piso e as paredes da casa são construídos de paxiúba, madeira cerrada ou uma combinação dos dois; é coberta de palha ou de alumínio. A casa é construída distante do solo, cerca de um metro, cuja estrutura também é toda de madeira, e muitas delas não têm portas ou janelas, somente os vãos. Elas são rapidamente construídas pelos seringueiros (com o material em mão, as madeiras já derrubadas e serradas, levam duas semanas para levantar a casa) e substituídas ou reformadas, na medida em que a família aumenta e/ou a condição econômica da família melhora e o chefe ou a chefe da casa resolve substituir a paxiúba por madeira cerrada, ou a cobertura de palha por alumínio. Muitas vezes utiliza-se da ajuda de vizinhos ou parentes, num mutirão, para a construção dessas casas.

Dentro das casas não faltam as espingardas, penduradas nos caibros da cobertura, facões e outras ferramentas pequenas. Nas paredes das salas ficam pregados os mais diferentes recortes, símbolos de times de futebol (muitos flamenguistas entre os seringueiros), páginas e páginas de cartilhas de escola de todas as matérias possíveis, sem muita ordem aparente. Pedacos de revistas, folhinhas e imagens de irmão José - um famoso profeta local - pedacos de

⁴⁴ O girau é uma pequena plataforma de madeira que costuma ficar do lado de fora de uma das janelas da cozinha. Ali a

manuais de motor e fotos. Em muitas das casas há feijão, milho ou outra produção num canto para secar; em outras, tabaco pendurado, um motor, uma prateleirazinha com uma santa e o rádio. Na cozinha, as panelas e tampas penduradas pelas paredes, rabos de quatipuru e penas para varrer a cinza do fogão e limpar o pó.

A casa do seringueiro é liderada por um chefe de família que pode ser homem ou mulher. Em geral é o pai de família. Vivem na mesma casa pais e filhos até que estes se casem; algumas vezes, com pais viúvos, filhos de criação e enteados ou enteadas. A distribuição de trabalho é razoavelmente pré-definida, mas é o chefe de família quem a determina. Há grande respeito pela figura do pai e da mãe, não me lembro de ter ouvido questionamentos de alguma determinação por parte dos filhos, quando os pais lhes solicitam alguma coisa. Os filhos menores cuidam de buscar água no rio e ajudar a mãe; os maiores ajudam o pai e as moças a mãe. Toda a família costuma trabalhar no roçado e na casa de farinha.



Foto 7: Siri e sua família na cozinha de casa

mulher lava os pratos e panelas, faz parte da limpeza das carnes e do preparo da comida.

Na casa de seu Antônio Grajaú, onde passei uma semana, em setembro de 2001, vivem com ele e sua nova esposa, pois sua primeira esposa morreu no ano passado, mais cinco filhos, todos homens, sendo o menor com doze anos. Moram também duas enteadas, uma de colo e a outra com seus sete anos. A mãe e a filha passam a maior parte do dia arrumando a casa, lavando roupa na beira do rio e cuidando da comida. As mulheres também trabalham no roçado e na feitura de farinha. Há uma certa variação na divisão de trabalho entre homens e mulheres que depende muito da situação da família. Conheci muitas mulheres que já haviam trabalhado no corte de seringa e que caçavam, mas, de forma geral, esses são trabalhos masculinos.

Nessa semana em que passei por lá a rotina era a seguinte: logo cedo, por volta das cinco horas seu Antônio e os filhos já estavam todos de pé. Cuidavam de tirar o leite da vaca, de amolar os terçados na pedra do terreiro, para limpar o campo ou trabalhar no roçado. Quebravam o jejum com carne de queixada, caldo e farinha de mandioca. Tomavam também leite com mandioca cozida. Escutavam o programa de mensagens, que transmite informações dos moradores da área que estão viajando por meio de um transmissor, em Cruzeiro do Sul. Um dos filhos preparava-se para caçar ou *mariscar* e os outros preparavam-se para derrubar árvores no campo que seu Antônio estava abrindo; iam também para o roçado brocar e um outro dia passaram fazendo farinha no roçado. Os dois mais novos iam para a escola às sete horas. Seu Antônio ficava comigo na sala da casa produzindo mapas e conversando. O almoço, novamente era carne de queixada – antes de eu chegar, a família havia matado nove queixadas, cerca de 300 quilos de carne, farinha, ovos fritos e caldo da carne. Após o almoço voltavam para suas atividades, agora, contando com o reforço daqueles que haviam voltado da escola. Por volta das cinco horas todos voltavam para casa, comiam alguma fruta ou faziam

um lanche, e íamos todos jogar bola. Depois da bola, íamos para o rio tomar banho e chegando em casa seu Antônio ligava o rádio para ouvirmos novamente o programa de mensagens.



Foto 8. Seu Antônio Grajaú e família

Seu Raimundo Caboré, que como seu Antônio Grajaú também vive no Rio Bagé, só que mais acima, na colocação Floresta, dá mais colorido e detalhes desse cotidiano nas colocações em seu diário, cujo o período citado é de rio cheio, no inverno. Esse diário é um documento escrito por seu Raimundo Caboré, registrando suas atividades entre os dias 5 de fevereiro 1998 até 24 de maio de 1998, do qual copio alguns trechos:

“05/02/21998 – Quinta feira

Caboré ficou em casa das 6 horas e 30 minutos da manhã até às 8 horas e cinquenta minutos remendando tarrafa. Às 9 horas Caboré saiu para a roça, voltou às 11:30h, foi limpar o roçado novo plantado em novembro de 1997. Parte da tarde, por motivo de chuva Caboré não foi trabalhar no roçado. Às quatro horas Caboré saiu para o Roçado para buscar mandioca para dar alimentação aos porcos que ficam em um criatório há dez minutos de distância de sua casa.

06/02/1998 – Sexta feira

Caboré trabalhou em um chiqueiro para os porcos.

07/02/1998 – Sábado

Caboré saiu para o roçado às 7 horas da manhã, voltou às onze horas, foi limpar o roçado novo. Instrumentos de trabalho: terçado e enxada. Parte da tarde Caboré ficou em casa trabalhando em paneiro ou cesto para carregar legumes ou frutas. Legumes: feijão, arroz, milho. Frutas: banana, mamão, abacate, limão, goiaba, ananás, abacaxi, tangerina, laranja e côco da praia e da mata.

08/02/1998 – Domingo

Não trabalhamos

09/02/1998- Segunda Feira

Caboré trabalhou fazendo a mesa de uma máquina de costura.

10/02/1998 – Terça feira

Caboré saiu para o roçado às sete horas, foi arrancar mandioca para dar alimentação aos porcos e voltou às dez horas.

11/02/1998 – dia de São Lázaro, não trabalhamos.

(...)

18/03/1998 – Quarta Feira

Caboré saiu para o roçado às 6 horas da manhã, foi dobrar o milho, voltou às 8 horas para quebrar o jejum. A comida foi carne de porco da mata com farinha de mandioca, banana, mamão e vinho de açaí. Às 8 horas e 40 minutos Caboré foi novamente para o roçado e voltou às 11 horas e 25 minutos para almoçar. O almoço foi carne de porco da mata com feijão e farinha de mandioca, a sobremesa foi mingau de banana e mungunzá temperado com côco de praia. Parte da tarde Caboré saiu para roçado às 2 horas e voltou às 5 horas, foi limpar na roça nova.¹⁴⁵

O primeiro comentário a ser feito sobre esse trecho de seu Raimundo Caboré é que o diário do dia à dia é uma invenção dele mesmo. Como disse na introdução, os temas dos diários de monitoramento são, na maioria das vezes, sugestões dos pesquisadores que visitam os monitores. Assim, a maioria das sugestões que fazíamos iam na direção de diários de caça, diários de alimentação e outros temas específicos que pudessem oferecer um monitoramento

da qualidade de vida e do ambiente na Reserva. Contudo, Caboré sempre teve uma relação muito diferenciada com o trabalho, sendo extremamente perfeccionista em suas anotações, preocupando-se em compreender o significado do trabalho e aperfeiçoá-lo. As visitas que fiz ao Caboré sempre foram as mais demoradas, exatamente por essa sua característica. Muitas vezes ele explicitou sua forma de pensar sobre o significado do trabalho, entendendo-o como uma missão, inclusive na visita em que ele me mostrou esse diário do “dia à dia” que ele havia inventado. Para ele, o trabalho de monitoramento serviria para mostrar ao mundo, o mundo do baixo, como vivia o seringueiro e para provar que o modo de vida deles não destruía a floresta. Novamente a escrita assume um significado de relação com o mundo de baixo. Assim, justificando sua invenção, Caboré dizia que os diários de caça, de roçado e de pesca separadamente não mostravam o cotidiano do seringueiro, e as pessoas da cidade poderiam imaginar que o seringueiro nos dias em que não caçava, não pescava e não fazia roçado não tinha atividades, ficava “vadiando”- nesse sentido a escrita dele estaria construindo uma imagem que não era verdadeira da vida do seringueiros - logo a solução seria ele fazer um diário que registrasse, dia à dia, suas ações e atividades. Outro aspecto que ele esperava esclarecer por meio dos diários do “dia à dia”, era descrever as atividades dos seringueiros eram, muito variadas, que elas não só se resumiam à pesca, ao roçado, à caça e ao corte de seringa.

Outra observação que pode ser feita baseada nesse trecho é sobre a forma de escrever de Caboré: de forma geral ela se assemelha aos textos das mensagens de rádio, ao utilizar sempre

⁴⁵ Raimundo Adelino Farias, diário do cotidiano, 1998, manuscrito.

a terceira pessoa para relatar suas atividades, além de termos comuns nas mensagens como “por motivo de...”. Ele se utiliza de uma forma oral, como referência, para escrever.

Os domingos são dedicados ao descanso, bem como os dias Santos. Nesse trecho, Caboré consegue seu intento: ele demonstra que as atividades variam muito dia à dia, desde consertar a mesa para a máquina de costura até trabalhar no roçado. O cardápio de Raimundo Caboré e sua família também apresenta-se bem variado. Na quarta feira, dia 18 de março de 1998 pela manhã, no quebra-jejum, eles comeram carne de caça, porco da mata, farinha de mandioca, banana, mamão e vinho de açaí. Almoçaram a mesma carne do porco da mata, feijão, a farinha, mingau de banana, côco e mungunzá⁴⁶. Na casa de seu Caboré, como em algumas outras na Reserva, come-se uma variedade maior de alimentos do que na maioria das outras casas, principalmente frutas, grãos e verduras, no entanto a base da alimentação também é a carne de caça e a farinha de mandioca em todas as refeições.

“O caboclo acreano fica satisfeito, mesmo quando tem logo de manhã carne de caça com farinha”, diz seu Antônio Grajaú. Realmente, o morador da Reserva Extrativista do Alto Juruá considera que o “rancho está muito bom” quando não lhe falta *em nenhuma das três refeições diárias* a carne de caça e a farinha. O alimento disponível, ou potencialmente disponível, é muito mais diversificado que isso mas esse cardápio é com certeza a alimentação considerada básica. Come-se carne de muita coisa por lá, mas não de todo bicho da mata, e apesar do gosto pela carne, não é todo bicho que se caça, não é toda época que se consegue caçar com a mesma eficiência e não é todo morador que gosta ou que caça com felicidade. Mesmo aqueles que caçam com maestria e gosto, não o fazem todos os dias.

Tanto quanto a carne de caça a farinha é algo básico nessa dieta. Seu consumo é muito grande. Ela acompanha quase que tudo. Dela faz-se o pirão em todas as refeições com o caldo da carne ou do peixe. Faz-se a jacuba⁴⁷ na beira do rio quando se está viajando, ou na beira da estrada de seringa quando o seringueiro está trabalhando, ou no meio de uma caçada. Come-se farinha com açaí e com outros *vinhos de palheira*, farinha com abacate e outras frutas, farinha com ovos de jabota, tracajá, galinha ou qualquer outro bicho de casco ou de pena para se fazer o *arabu*⁴⁸.

Da cidade, ele depende para sua alimentação basicamente de produtos industrializados: óleo, sal, açúcar, café. Costuma também comprar algumas vezes bolachas, conservas e mais algum enlatado, vez ou outra, alguma outra coisa quando está melhor de dinheiro. Depende também para sua alimentação, de forma indireta, da compra de munição para a espingarda: pólvora, chumbo, espoleta e cartucho. Em geral a compra é feita algumas vezes no ano, dependendo da fonte de renda das pessoas. Fontes de renda mensal como a dos aposentados ou funcionários favorecem uma compra mais constante de mercadorias, enquanto, aqueles que dependem da produção de borracha ou de algum produto agrícola, costumam fazer compras grandes, quando coincide com a venda da produção.

Raimundo Caboré, em um texto muito bonito, procura mostrar ao povo da cidade, em especial aos conservacionistas que defendem áreas de conservação sem a presença humana que o modo de vida do seringueiro não prejudica a floresta. Nesse esforço, ele faz um resumo do

⁴⁶ Iguaria feita de grãos de milho.

⁴⁷ Jacuba é uma mistura simples de água com farinha de mandioca.

⁴⁸ É a mistura de ovos com farinha de mandioca, às vezes com açúcar.

calendário do seringueiro e novamente destaca a variedade de atividades desenvolvidas na floresta:

O trabalho dos monitores será o melhor documento de que é possível a vida das pessoas na floresta preservada, mas isto me deixou algumas dúvidas quando os professores falaram de floresta preservada. Porque preservação não é igual a conservação, porque nós que moramos na floresta precisamos caçar, pescar, tirar madeira para fazer nossas casas, nossas camas, mesas, cadeiras; precisamos tirar palha para cobrir nossas casas, tirar patuá, açai, bacaba, buriti; precisamos de um uso de madeira permanente que não é madeira de lei, mas faz parte da floresta que é a lenha para nossos fogões, lenha para nós torrarmos farinha de mandioca, lenha para apurar caldo de cana na fabricação de açúcar, enfim um mundo de utilidades das coisas oferecidas pela natureza.

Em nossa floresta, em meu ponto de vista, preservação não é igual a conservação. Você já deve ter ouvido falar de alguma coisa preservada, uma área, um lago de preservação. Pode ser um lugar escolhido pela própria comunidade, como um local onde é proibido pescar, caçar, e tirar madeira; pode ser um lugar que os animais e peixes e outros bichos se reproduzam livremente, e assim tenham sua sobrevivência assegurada, mas nós que precisamos tirar tudo da nossa floresta, não adianta nos dizerem, para o Brasil e o mundo, “a nossa floresta está sendo preservada nos lugares habitados”, agora sim, conservar e resguardar de dono, isto podemos fazer porque nós não vamos deixar que ninguém lá de fora ou daqui venha, por exemplo, à nossa reserva fazer uma desmatção. Não vamos deixar que ninguém venha tirar madeira, não vamos deixar que ninguém venha pescar, caçar para comercialização. Tudo podemos fazer para que nossa floresta não seja prejudicada, porque nós seringueiros toda vida moramos na floresta, mas respeitamos a natureza, nunca deixamos nossa floresta danificada mesmo com a necessidade que temos de todos os anos de derrubar floresta para abrir nossos roçados. Porque nós plantamos mandioca, milho, arroz, feijão, cana de açúcar, bananeira, laranja, limão, tangerina, cocô, graviola, pupu, café e outros.

Então, em meu ponto de vista, a palavra preservação, para quem mora na floresta, tem que fazer um estudo para diferenciar porque todos os dias nós precisamos tocar na floresta, porque ela é nossa vida, sem ela nós não vivemos porque tudo que nos cerca vem da floresta e da natureza. Temos 12 meses no ano, mas o contato é com a floresta. Mês de janeiro ficamos limpando as estradas de seringa, mês chuvoso quase o seringueiro (...), sempre faz uma caçada, mês muito chuvoso passa os 31 dias e o seringueiro não ganha quase nada. Mês de fevereiro ainda continuam as chuvas e o seringueiro parado sem cortar a seringa. Ai dificulta sua vida porque não dá para produzir borracha na época nem temos crédito. Janeiro, fevereiro, março e abril não dá para cortar seringa, motivo de meses muito chuvosos e muitas estradas de seringa ficam nas margens dos rios tomadas pelas águas. 4 meses que o seringueiro passa mais necessidade porque não pode produzir a borracha nem tem uma linha de crédito para lhe beneficiar com mercadorias para suprir suas necessidades. Basicamente por isto está caindo a produção da borracha, porque o seringueiro imagina que tem que produzir outros produtos, seja farinha, arroz, milho, feijão, açúcar-gramicho, tabaco, criar galinha, pata, porco, peru... apesar de não ter um preço garantido, mas ajuda nas nossas necessidades.

Precisamos nos organizar para que o Brasil e o mundo saiba das nossas dificuldades para sobreviver. Apesar das distâncias que o seringueiro, o homem da floresta, vive espalhado na

nossa Amazônia, terra boa, terra produtiva, mas cheia de dificuldades para o homem, motivo da distância dos lugares modernos. O homem da floresta só trabalha e sua força é pouca para o suficiente para si e sua família. Graças à nossa floresta cheia de recurso natural que dá uma grande força à nossa sobrevivência.

Chegou o mês de maio, o trabalho de seringa, começamos a produzir borracha, já podemos vender alguns quilos para comprar mercadoria, sal, sabão, querosene, pólvora, chumbo, espoleta, cartucho carregado ou vazio, bota 7 léguas para andar na mata, muito útil para proteger dos espinhos e das cobras que sempre atacam o homem da floresta.

Falei muito mais ainda faltou roupa, rede, cobertor, mosquiteiro, toalha de banho e outros utensílios, machado, terçado, enxada, prato, panela, colher e muitos outros, por exemplo, rádio para nós ouvirmos as mensagens e os jornais dando as notícias do Brasil e do mundo todo; é de imensa necessidade na casa do seringueiro, mas como podemos comprar quando nossos produtos são muito baratos e muitas vezes não podemos transportar para procurar um comprador?

Seringueiro sempre sofrido pela distância, pela exploração, sempre marginalizado, pois nunca se uniram para discutir seus problemas. Vivem espalhados nas suas colocações contentes com o que a natureza lhe oferece; nossa borracha que com tudo mais sempre foi a sobrevivência dos seringueiros. Hoje as estradas de seringas soltas no serrado, colocações abandonadas, há pouca borracha que está sendo produzida. Vejo mês e mês amontoada, parece um produto que está sendo rejeitado. Tanto valor que já teve para o seringueiro, para o Brasil e o mundo, a maior defesa para nossa floresta Amazônica. Hoje com a queda do preço da borracha sinto uma grande ameaça ao nosso meio ambiente, porque milhares de seringueiros que viviam da borracha estão dando seu jeito para sobreviver e este jeito é sempre deixando a terra nua, porque milhares de homens que antes eram seringueiros partiram para agricultura; mesmo aquele pequeno agricultor que só trabalha com o machado e terçado, mas fica entrando em forma de lagartinha, comendo a floresta natural. Com a falta do preço da borracha corre o risco prepotente de tocar na caça e na madeira, porque o homem analfabeto, ele passa muita fome porque ele não sabe se dirigir, não sabe cobrar, não sabe exigir, não sabe pedir, e a fome tem cara de [herege] e o homem com fome fala muito. Por isso precisa conhecer o homem analfabeto que não pode mudar sua tradição, por exemplo, o seringueiro acha difícil mudar para carpinteiro, pedreiro, pescador e outros porque ele só aprendeu a cortar seringa, só sabe lutar com a seringa, só sabe abrir estrada de seringa, raspar, dar o risco com a faca torta e embutir a tigelinha para aparar o látex, fazer a colheita para transformar a borracha. Por isto que com mais de um século que tradicionalmente o seringueiro vive e sobrevive, ele tem dificuldade para mudar porque a seringa é difícil, mas o seringueiro vai hoje e amanhã já tem produto para vender e a agricultura, precisa condição para esperar um ano para começar a vender algum produto.

A vida na mata é muito dura, mas viver é lutar. Devagar se vai ao longe. Cada um que se vire como pode. Esta luta dura que apavora os medrosos mas provoca e anima os corajosos, porque precisa muita coragem para viver na mata, seringueiro que muitos dias 2 horas da madrugada deixa seu barraco, enfrenta a mata que de madrugada é fria. Vida dura subindo ladeira e descendo mata sombria, suas folhas em forma de tapete cobrindo toda terra; quem lhe anima é o amanhecer do dia, quando os pássaros e outros animais anunciam o romper da aurora, cantando com o amanhecer de um novo dia. Como é bonito o cantar do Uirapurú, pássaro mandingueiro, que aonde ele está cantando fica muitos outros pássaros encantados com seu assovio. Todos os pássaros cantam muito bonito, mas o cantar do Uirapurú lhe deixa uma superstição de um pássaro misterioso; seu cantar alegre todos que ouvem. A

floresta tem seus encantos com suas paisagens naturais, mas tem suas destruições naturais porque os grandes temporais derrubam muitas árvores; mês de agosto e setembro são muito perigosos os temporais, os seringueiros por milagre de Deus têm escapado em suas estradas de seringa. Já deu temporal que acabou com estrada de seringa derrubando seringueira e entupindo com outras caídas. Meu pai contava de um temporal que pegou na mata. Escapou dentro de uma gruta; quando voltou para casa fazendo arroteio porque o caminho estava tapado com árvores caídas. A vida do seringueiro é vida dura, vida sofrida; a seringa trás muitos perigos para nossas vidas, mas o seringueiro confia em Deus e sua coragem entre as muriçocas, e a malária é o que mais ataca o homem que sobrevive na mata no meio das floresta. Depois vem as horas, os dias, os anos descontraídos que ele se alegra e resolve ficar mais um tempo; às vezes muda de colocação, sempre fazendo planos na esperança de um dia melhorar. A vida via passando e o pobre do seringueiro nem se sente, suas férias de trabalho será os domingos e os dias santos, e os dias de chuva serão os dias que trabalha menos.

Eu já pensei que, houvesse um plano de trabalho que mudasse, poderia melhorar a vida do seringueiro, desde que houvesse uma escolha para o homem que dissesse: eu quero cortar seringa – e o seu trabalho fosse só aquele, mas o seringueiro é tão atarefado que roda que nem um pião doido e não dá conta de tudo porque se o seringueiro, o seu trabalho fosse só cortar seringa, ele podia produzir muito mais borracha; colocar em nossa Reserva o agricultor e o seringueiro porque o seringueiro nem tem tempo para cortar seringa porque broca roçado, planta, limpa, faz farinha, leva seus produtos para comprar mercadorias muitas vezes nas costas, caminhando 3 ou 4 horas de viagem. Há muitos anos que o seringueiro vive com esta luta sem mudar, por isto que eu digo que a borracha foi um produto útil para nosso país, que o homem seringueiro tenha mais condição para trabalhar com mais assistência, deixando o seringueiro na sua colocação com tudo na porta para que ele passe a ser um produtor de borracha e que em nossa Reserva apareça o produtor de farinha, o produtor de feijão, arroz, tabaco, açúcar, mas não um homem só ser tudo ao mesmo tempo. Para que isto aconteça precisamos de planos de trabalho para mudar a conscientização do povo e que cada um escolha seu trabalho. Será que cada um escolhesse e dissesse: eu quero cortar seringa – outro dissesse: eu quero plantar feijão – outro dissesse: eu quero plantar arroz – outro dissesse: eu quero plantar cana de açúcar – outro dissesse: eu quero plantar tabaco – outro dissesse: eu quero plantar milho e mandioca – outro dissesse: eu quero criar galinha – outro dissesse: eu quero criar porco – assim por diante para que cada um ficasse menos atarefado, isto com condição financeira para mudar a vida e o trabalho do seringueiro. Isto porque cada um com uma profissão poderia aumentar a produção e podendo cada um vender para o outro para que houvesse uma circulação entre os trabalhadores. Isto sendo válido, podia acontecer em nossa Reserva, um lugar pequeno, capaz de progredir com nossa organização, porque há tantos anos que o seringueiro procura fazer tudo e ao mesmo tempo não faz nada, isto até porque tem um ditado que quem canta não assobia.

Está na hora de procurar saber a importância da borracha; com a queda do preço deste produto a floresta e o seringueiro se sentem mal porque o seringueiro só vive aonde tem floresta e a floresta só vive onde tem seringueiro. A floresta amazônica é um mundo de sombras no chão sobre um tapete fofo de folhas, uma infinidade de pequenos animais, os rios que estão debaixo de nossa floresta e seus afluentes, inconfluentes, igarapés, grotas, olhos-d'água, nunca vão secar, nunca vai faltar peixes para as comunidades ribeirinhas. Os rios são o elo de ligação com todos os brasileiros. Os povos das nações indígenas também têm direito a um lugar para viver, baseado em um lugar que nascemos, porque temos conhecimento de tudo que nos cerca sem desequilíbrio; por isto sabemos caçar, pescar, fazer nossos roçados, tirar madeira para fazer nossas casas sem desequilibrar o meio ambiente.

Pode haver uma mudança, motivo o preço da borracha que está muito baixo hoje que é 22 de maio de 1998. O seringueiro vende o quilograma de borracha apenas por 50 centavos o quilo. Vejo uma mudança porque poucos seringueiros estão cortando seringa. Estão partindo para agricultura, motivo a queda do preço da borracha, produto que há mais de um século que o seringueiro produzia desenvolvimento sustentável, sendo este último um tema particularmente caro aos brasileiros que procuram vir e progredir na Amazônia, as grandes causas da humanidade nesta virada de século.

Os homens que vivem no interior da Amazônia na extração da borracha são as pessoas que hoje vivem totalmente desamparadas porque ficam quase seis meses sem auferir nenhuma renda. Não adianta lutar pela conservação da selva se não se luta pela conservação dos seres que vivem e sofrem na selva, que são os seringueiros.

(Floresta, Seringa, Seringueiro e suas ligações, 2 de março de 1998, Raimundo Caboré, Colocação Barraquinha – Rio Bagé-Textos sobre a realidade do seringueiro, manuscrito nos arquivos do CERES)

No início do texto Raimundo Caboreré procura fazer uma distinção entre preservação e conservação. Em um curso para os monitores do qual Caboré participou antes de escrever esse texto essa diferença era abordada e parece que Caboré não concordou muito com as definições apresentadas. Isso parece ter sido um dos motivos para ele escrever esse texto. Para ele, a preservação seria incompatível com a vida dos seringueiros na floresta, pois ela deveria permanecer intocada. A ocupação da floresta por seringueiros garantiria a sua conservação na medida em que o modo de vida dos seringueiros caracteriza-se pelo baixo impacto no ambiente. No entanto, para ele, a floresta habitada por seringueiros é conservada devido ao seu modo de vida. Para mostrar isso ele lista as atividades divididas ao longo do ano e seus possíveis impactos.

Os meses chuvosos, impróprios para o trabalho da extração da borracha são muito utilizados para a caçada, facilitada pelas marcas deixadas pelos animais no solo molhado, ao contrário do terreno firme da estiagem. A impossibilidade de cortar seringa vai até o mês de abril. Nesses meses, destaca Caboré, o seringueiro não pode comprar mercadorias pois não tem produção e não tem mais uma linha de crédito como no tempo dos patrões. Sendo assim, o seringueiro

preocupa-se mais em produzir para a subsistência. Ele destaca que a sobrevivência só se torna possível graças à floresta e seus recursos.

Logo em seguida, ele lista os produtos que procura adquirir com a renda da borracha na cidade. A borracha continua sendo o meio pelo qual pode comprar os produtos do baixo. Em maio ele produz alguma borracha e consegue vendê-la para comprar alguns produtos. Além de produtos e ferramentas para a lida diária, ele destaca rádio como produto importante para a manutenção de um contato com o Brasil e o mundo, além de ouvir o programa de mensagens.

Ele repete as mesmas colocações de Euclides da Cunha sobre o sofrimento causado em sua vida pelo isolamento e a exploração. Defende o bom preço e o mercado para a borracha como condições para a manutenção de um modo de vida que não agride a floresta.

O trecho seguinte é especialmente interessante para esse trabalho. Caboré mostra que a escrita tem uma grande importância e significado claro, como meio de interação, como meio de se dirigir, de cobrar de ter a sua voz ouvida, podemos deduzir, fora da vida local. Ele mostra, no parágrafo seguinte, o esforço de adaptação em outras atividades que o seringueiro fez para passar os anos em que o preço e o mercado da borracha estavam ruins.

Ao tratar dos temporais fala da tragédia, ligada à obstrução dos caminhos, novamente nos remetendo à importância da manutenção dos canais de comunicação e dos fluxos para os seringueiros. Logo abaixo, ele destaca novamente a importância da circulação de mercadorias, ao defender uma divisão e especialização local da produção, diminuindo a dependência para com os fluxos externos. Mais abaixo ainda ele repete, literalmente, a idéia, também presente em Euclides da Cunha, de que “os rios são o elo de ligação com todos os brasileiros”.

Os rios, os igarapés e os caminhos na mata

Como já dissemos, em sua obra escrita, Seu Raimundo Caboré propõe-se a “mostrar para o resto do mundo como é a vida dos seringueiros”. E é com essa argumentação que ele explica os motivos que o levaram a fazer mais do que os diários solicitados pelos pesquisadores, registrando informações sobre as atividades de caça, pesca e roçado. Caboré explica que os diários solicitados pelos pesquisadores não conseguem descrever a totalidade e complexidade das atividades dos seringueiros e, por esse motivo, resolveu fazer o diário do “dia a dia”. Partindo deste mesmo princípio ele fez também um diário em que relata algumas viagens, realizadas em 1998, dentre as quais copiamos uma. Ela mostra as dificuldades de se transitar e o tempo e energia gastos em uma viagem além dos gastos e a mercadoria que ele foi comprar na cidade:

“Relatório de uma viagem

7 de agosto de 1998, Caboré viajou para a cidade de Cruzeiro do Sul saindo de seu barraco às 2 horas da tarde. Pernoitamos na casa do seringueiro Ribamar. Distância de quinze minutos quando o rio estava oferecendo boa água. Nesta época o rio está muito raso e o seringueiro para viajar encontra grande dificuldade, motivo: os bancos de areia que se oferecem no meio do rio, cachoeiras e árvores caídas na travessia do rio onde encalhamos nossas canoas, e, com dificuldades podemos desencalhar.

Dando continuidade ao relatório de viagem: Dia 8 de agosto de 1998 saindo da casa do seringueiro Ribamar às cinco horas da manhã. Pernoitamos na colocação Vira Volta. Distância de uma hora e trinta minutos quando o rio oferece boa água, ou seja, quando o rio está cheio mesmo por cima de pau, pedras e cachoeiras, nesse dia viajamos até uma hora da madrugada. Dia 9 de agosto de 1998 saímos da colocação Talhado às 7 horas da manhã, pernoitamos na colocação Furo Grande. Dia dez de agosto de 1998 continuando viagem viajamos o dia, chegou a noite paramos até que a lua aparecesse. Às nove horas da noite a lua já clareava, continuamos viagem até às três horas da madrugada, armamos as redes no galho de uma ata, uma árvore que existe em abundância nas margens do rio. Dia 11 de agosto de 1998 às 6 horas da manhã colocamos as redes nas mochilas e continuamos viagem com muitas travessias de paus, cachoeiras e bancos de areia no meio do rio. Às 3 horas da tarde conseguimos sair no rio Tejo deixando o paranã Bagé chegamos na localidade Iracema às sete horas da noite. Paramos, dormimos um pouco e às onze e trinta da noite continuamos viagem e viajamos até às quatro horas da madrugada. Dia 12 de agosto de 1998 viajamos, deixamos o rio Tejo, chegamos no rio Juruá, pernoitamos na localidade Grajaú. Depois das duas horas atravessamos a pedreira e logo depois a cachoeira do Gastão. Dia 13 de agosto

de 1998 continuamos a viagem, pernoitamos na localidade Valparaíso. Dia 14 de agosto de 1998 continuamos a viagem e às onze horas e trinta minutos chegamos no porto da Cidade de Cruzeiro do Sul no Acre para faturar um pouco de dinheiro. Levei 250 quilos de farinha e 100 Kilos de feijão. Vendi o feijão a 90 centavos o Quilo e vendi 250 Quilos de farinha por 120 reais. O dinheiro faturado foi pouco mas deu para minha despesa.”⁴⁹

Caboré saiu de sua casa no dia sete de agosto e foi aportar em Cruzeiro do Sul no dia 14 de agosto, sete dias de viagem. O dia oito de agosto serve para Raimundo Caboré mostrar a relatividade das distâncias no Alto Juruá, as diferenças entre o período de seca e de chuvas, para viajar. Caboré diz que um trecho do rio que ele faria em apenas uma hora e meia, no período das chuvas durante a seca, levou inacreditáveis vinte horas, cerca de treze vezes mais tempo. No dia 11 de agosto conseguiram sair no Rio Tejo. Esse “conseguiram” refere-se ao fato de, especialmente durante as secas, os rios maiores serem razoavelmente navegáveis enquanto seus afluentes ficam intransitáveis. Em alguns rios como o Bagé e o Machadinho que são denominados paranãs, o maior problema, durante o período de seca são os paus e as quedas d’água. Os paranãs se caracterizam pelo formato afunilado de sua calha, enquanto que os outros rios têm uma calha com menor declividade e abaulada. Assim os paranãs, com as chuvas, rapidamente se enchem, e a floresta, em suas margens, alaga rapidamente. No inverno, os paranãs não ficam tão rasos como os outros rios, mas os troncos e os galhos trazidos da mata para a calha do rio durante a enchente tapam o curso estreito do rio. Nos demais rios os problemas são principalmente de outra ordem e agravam-se na medida em que os rios são menores e mais para o *alto*, no sentido das nascentes: os rios mais largos, mas ficam extremamente rasos na estiagem e as canoas têm de ser arrastadas. Isso acontece com o Tejo, acima da boca do rio Bagé. No período das estiagens, as canoas são arrastados durante quase todo o percurso; os passageiros e o piloto descem e empurram as canoas sobre o leito do rio,

⁴⁹Raimundo Adelino Farias, Relatório de uma viagem, 1998, manuscrito, arquivo CERES.

praticamente seco, que em poucos trechos tem mais de um palmo de água. Nesses períodos os seringueiros, quando não tem que carregar muita mercadoria, como não é o caso de Caboré em sua viagem, preferem percorrer as distâncias entre uma localidade e outra a pé por redes de caminhos na mata que também, além dos igarapés, interligam colocações. Isso é possível e usual dentro da Reserva e em seus arredores, ir até cruzeiro do sul a pé seria muito demorado, de avião monomotor são cerca de quarenta e cinco minutos, pouco mais de cem quilômetros em linha reta.

Os caminhos na mata interligando localidades costumam ser estreitos, muitas vezes quase que imperceptíveis para pessoas que não estejam acostumadas a andar na mata e perceber vestígios da passagem de outras pessoas, mas também há aqueles caminhos bem largos e limpos, em geral onde há muito trânsito. Os caminhos entre colocações, muitas vezes se cruzam, atravessam estradas de seringa, passam por piques de caça, formando uma rede que alcança e interliga todas as localidades. Andar por esses caminhos no período de chuvas em geral é bem difícil. Alguns ficam intransitáveis, pois atravessam grandes áreas que ficam alagadas durante as chuvas, os igapós.

No cotidiano do rio Bagé, na casa de seu Antônio Grajaú onde estive, o movimento parece ser maior, logo pela manhã quando as pessoas costumam entrar pelos caminhos para chegar ao roçado e as crianças estão indo para a escola. Muitas pessoas passavam pela casa de Seu Antônio de manhanzinha, dirigindo-se para seus roçados, aproveitavam para parar na casa de seu Antônio, tomar um café, dar recados e colocar os assuntos em dia. Depois do café dirigiam-se para os roçados.

As casas costumam ficar nas beiras dos rios e igarapés. Uma vista muito comum, quando se percorre de canoa a área, são as casinhas de paxiúba ou de madeira serrada⁵⁰ com suas duas janelinhas na frente, dando para o rio. Os moradores, ao escutarem o motor, costumam, principalmente nas colocações mais distantes, ficar de prontidão nessas janelas para ver quem está subindo ou descendo. Não ser percebido, entrar na Reserva, sem que todos saibam, é muito difícil porque a estrutura do Rio e o posicionamento das casas facilitam o controle.

Para chegar a qualquer afluente do Tejo, por água, deve-se passar obrigatoriamente pela boca desse rio. Todos os locais têm somente uma via de acesso por água. Se você estiver procurando por alguém conhecido na região, as pessoas podem não saber o local exato em que ela se encontra, mas poderão dizer com certeza se “está para cima” ou “está para baixo” daquele ponto. Pois de sua colocação ela sabe quem e quando passou subindo o rio ou descendo o rio. Todos ficarão sabendo rapidamente quem e quando passou em cada local. A informação boca a boca circula rapidamente. Se por um lado o que sobe e desce está altamente controlado, por outro, a informação desse fluxo é rapidamente democratizada por uma espécie de telégrafo ou telefone sem fio. Telefone sem fio é uma ótima comparação porque, além da velocidade de veiculação da informação há uma profusão de versões dos fatos. Chegam várias versões ou pedaços de versões, pois essa rede funciona de contador de história em contador de história, cada um com seus interesses, memória e ênfases.

O programa de mensagens é um dos meios de comunicação mais importantes para os moradores do Alto Juruá. É um programa produzido há muitos anos em Cruzeiro do Sul pela

⁵⁰ As primeiras têm paredes e piso feitos com a casca da palheira paxiúba; as segundas são assoalhadas e cercadas com tábuas ou “madeira serrada”.

Rádio Verdes Florestas. O programa inteiro é dedicado à leitura de mensagens de moradores das comunidades do interior que estão de viagem, ou morando em Cruzeiro do Sul e têm parentes no interior, e querem enviar uma mensagem para seus parentes, ouvintes do programa. As instituições governamentais e religiosas, bem como as associações e organizações locais, também se utilizam do programa para passar informações, convocações, convites, etc para os moradores, pois sabem ser o meio mais eficiente e rápido para comunicar algo aos moradores da Reserva. Muitos moradores sem rádio vão logo cedo para a casa de vizinhos que têm rádio para escutar o programa.

Alguns trechos de um programa:

“Amigos da cidade e do interior, estamos iniciando agora mais um programa de mensagens; divulgaremos primeiramente os recados religiosos:

Atenção moradores do Alto Juruá e do Rio Juruá e do Rio Tejo: haverá atendimento pastoral de desobriga nos dia e lugares a seguir: dia primeiro de setembro pela manhã na Prainha; dia dois, domingo, pela manhã, no Alegria, e à noite na casa da Diomar, na Iracema. No dia três de setembro em Marechal Thaumaturgo. (...)

Atenção José Pereira da Silva em Rio Juruá Mirim, colocação Acaí, mais conhecido por Zé do Chicó, aviso que não viajei com a neném; motivo: a sua mãe está doente. Eu saí à tarde e ela tinha viajado pela manhã; não se preocupe que ela já melhorou. Logo que encontre passagem, viajarei; estou na casa da mamãe. Assina a esposa preocupada Rosali Sabino de Souza.

Atenção João Vieira e Maria da Conceição, no Seringal Natal, aviso-lhe que o Neco ainda continua hospitalizado e apresenta melhora. O tio Raimundo viajou nesta sexta feira; escute novos avisos. Abençoe os meus filhos por mim; beijos e abraços da filha Maria Ozélia Almeida da Silva.

Atenção Rubenir e filhos no Rio Tejo, comunidade Alegria. Aviso que viajamos de Rio Branco para Goiânia nesta quinta feira, sete horas da noite. Eu e a Luciene estamos bem. Espero que vocês estejam todos na santa paz de Deus. Escutem novos avisos logo que eu retornar do médico. Abençoe nossos filhos e netos por mim; lembrança para todos de casa, abraços da esposa Luzia.

Atenção todos os associados da Associação dos Seringueiros e Agricultores Libertadora do Seringal Valparaíso, financiados pelo PRODEX, que a parcela do financiamento ficou para próxima terça feira dia 4 de setembro. Pedimos a presença de todos, desde já agradeço Ruberval da Silva Pino, presidente em exercício do sindicato. “

Recados para o Rio Moa:

Atenção Leonildo em seringal Novo Recreio, aviso que fui operado nesta quinta feira e vou fazer outra cirurgia no mesmo braço, nesta terça-feira. Vera Lúcia, não deixe o

Renildo sair de casa enquanto eu não chegar, assina o pai Osmildo ou Cosmildo Costa da Silva, conhecido por Mido. “

(Programa de Recados – Exibido pela Rádio Verdes Florestas no dia 31/08/2001, locutores: Carla Félix e Cirlene; gravação: Paulo Amorim)

O programa de mensagens é acompanhado principalmente por aqueles que têm parentes em viagem. Muitos *baixam* para Cruzeiro do Sul e vão enviando mensagens para seus parentes sobre a viagem e o estado de saúde. As mensagens são entregues na sede da Rádio Verdes Florestas, no centro de Cruzeiro do Sul e é paga uma pequena taxa para sua transmissão. O que se pode observar também é o contraste com o depoimento de seu Meruóca em capítulos anteriores sobre a restrição das viagens para os moradores no tempo dos patrões.

O Caráter social e simbólico da atividade de caça: Caipora, vizinhança, panema e ciência

Fluxos de carne e confiança

Tratamos em capítulos anteriores de metáforas possíveis para abordar uma cosmologia seringueira. Surgiram duas estruturas básicas: uma arbórea, que correspondia às relações hierárquicas, e outra rizomática, que correspondia às relações igualitárias, recíprocas e locais. Procurei também mostrar anteriormente como uma parte destas estruturas arbóreas possuem sua história e seus sentidos construídos, para os seringueiros, sobre a própria geografia, no sistema de aviamento colocado sobre a hidrografia.

Agora pretendo tomar como foco a atividade de caça, como sistema que envolve várias instituições, relações e seres e apresentar: a repetição da mesma estrutura arbórea, na relação do caçador com o Caipora, e uma estrutura rizomática, encontrada, por exemplo, nas relações de vizinhança, ambas associadas à atividade de caça. Segundo esse tipo de raciocínio, conforme formulação de alguns seringueiros que já apresentei, o animal caçado e sua carne interligam essas duas estruturas.

Resumidamente podemos descrever o funcionamento desse sistema acompanhando os caminhos percorridos pela carne consumida pelos moradores que tem origem nas matas, a carne de animal caçado. Antes de ser caçado o animal está sob responsabilidade do Caipora, o dono da caça. Assim, retirar um animal da mata e levá-lo para ser consumido em casa significa uma negociação ou a existência de um certo vínculo com o Caipora. É ele quem possibilita ao caçador conseguir ou não caça, ser ou não feliz em suas caçadas. O Caipora controla então o

fluxo de caças da mata para o caçador. Várias prescrições e negociações estão presentes nesse primeiro vínculo entre caçador e Caipora. Depois de abatido o animal a relação entre caçador e Caipora continua dependente do respeito de certas regras no trato dessa carne. É fundamental para a manutenção da continuidade do fluxo de caça para o caçador em futuras caçadas portanto, que ele respeite certas regras no trato com a carne da caça mesmo depois do animal abatido e levado para casa, já que esta não perdeu seu vínculo com o Caipora. Seguindo as normas estabelecidas o caçador carrega a carne para sua casa e a coloca sob os cuidados de sua esposa e separa uma parte da carne, dependendo do animal caçado, para que seja repartida, vizinhada, com outros moradores, os chamados vizinhos. O caçador passou a carne para sua esposa e seus vizinhos acrescentando risco na manutenção de sua relação com o Caipora. O trato correto com a carne que caçou, e que agora deixa sob os cuidados de sua esposa e de seu vizinho, ainda é fator de manutenção de sua relação com o Caipora e portanto fator de manutenção de sua felicidade para as próximas caçadas. Assim, colocar a carne de caça por ele, caçador sob os cuidados de outra pessoa significa ao mesmo tempo risco e confiança em outras relações. Risco de romper seus vínculos com o Caipora caso as regras de cuidado com a carne da caça cedida pelo dono da mata não sejam respeitadas, e confiança, na medida em que, mesmo conhecendo esses riscos, ele vizinha e põe sob a guarda de outros a carne caçada por ele. É como se o caçador, reafirmando sua conexão com essas pessoas, dissesse: “Eu deixo a carne cedida pelo Caipora e minha felicidade em futuras caçadas em suas mãos esposa e em suas mãos vizinho”, ou, em outros termos, “Eu coloco a minha relação com o Caipora em suas mãos como prova de minha estreita relação com você” Da mesma forma e, estabelecendo redes de vizinhanças, fluxos contínuos de carne e confiança seus vizinhos enviam carne para o caçador que as recebe e toma os mesmos cuidados. Assim, existe um trânsito constante de carne de caça dentro de uma rede de vizinhança, pelos

caminhos na mata que interligam colocações. Moradores são constantemente encontrados nos caminhos e varadouros fazendo esse transporte entre as casas. Os ossos do animal e seu couro, como toda a carne do animal abatido, também recebem do caçador os cuidados esperados pelo dono da caça, também no sentido do não rompimento dos vínculos com o dono da mata e os fluxos de caça para o caçador.

Contudo, esses fluxos e essas relações não são estáticas e modificam-se com o tempo, surgem inimizades onde antes existia vizinhança. Por exemplo, um vizinho pode, deliberadamente ou não, prejudicar o outro em sua felicidade na caçada caso não respeite as regras de trato com a carne que recebeu de vizinhança. A percepção dessas ações por parte do prejudicado levam ao fim de certas vizinhanças e ao estabelecimento de outras modificando a configuração da estrutura. De qualquer modo as duas imagens permanecem existindo e indissociáveis, como vimos a confiança no vizinho sustenta o vínculo com o Caipora que por sua vez garante o fluxo de carne para o vizinho. A atividade de caça, por sua vez, encontra-se, ao levarmos em consideração o sistema descrito acima, indissociável da vida social e não pode ser de forma nenhuma reduzida a uma atividade de sustento dos moradores.

Acompanhar os caminhos percorridos pela caça e pela carne de caça, e as regras e ciências associadas a cada uma dessas etapas, nos ajudará a compreender várias relações locais entre os moradores e de moradores com a mata e seus seres. Para descrever concretamente esses fluxos utilizaremos os diários de caça de seu Raimundo Caboré, de 1995, que apresentam histórias de caçadas; o provisionamento de carne em sua casa e as vizinhanças de carne em sua casa na forma de entradas e saídas. Desse modo, a casa de Raimundo Caboré é apresentada nesse diário como um porto da rede de recebimento e distribuição de carne de caça, nos caminhos entre as matas de caça e a colocação do caçador, e entre essa última e outras colocações. Nas

palavras de outro seringueiro, Antônio Barbosa de Melo, o Roxo, os diários de caça mostram o “giro da floresta”, ou seja, a economia local associada à carne, que cria e mantém importantes relações sociais. O diário de caça é o livro caixa do movimento de carne da floresta, mas muito mais do que uma atividade puramente econômica os diários de caça registram as relações sociais que estão no cerne e indissociáveis da atividade de caça do Alto Juruá. Relações que são a um só tempo produto e justificativa da organização singular da atividade de caça e dos sistemas e regras associados.

Os dados de Raimundo Caboré

A base de dados de Caboré compreende o período de 14/01/1995 a 31/12/1995, um intervalo de 347 dias⁵¹. Como Caboré anotava em seu diário de caça os dias em que matava algum animal do terreiro; também anotava em dias que não conseguia matar, ao sair para caçar nada, e não tinha reservas de carne ou carne vizinhada⁵², ou quando simplesmente não saía para caçar e resolvia matar um animal do terreiro para comer. Caboré também registrava em 1995 a carne, de caça ou não, que era trazida para o consumo de sua casa, quando um de seus filhos vinha de um centro ou quando vinha uma carne vizinhada.

Sendo assim, os eventos que Caboré anotava em seu diário de caça não se restringiam àqueles em que alguém de sua casa saía com o objetivo específico de caçar. Ele procurava registrar todos aqueles eventos que garantiam ou poderiam ter garantido, no caso do simples

⁵¹ Os dados de Caboré de 1995 não apresentam caçadas no mês de junho, não sei ao certo se por falta de anotação ou se por falta de eventos de caça.

⁵² Carne doada por um vizinho que costumeiramente doa e recebe carne de um grupo específico de vizinhos. Veremos mais detalhes abaixo.

avistamento do animal durante a caçada, uma provisão doméstica de carne. Esse caráter das anotações está associado tanto ao seu entendimento da função de sua tarefa como monitor, quanto ao seu entendimento do significado da caça para sua família. Algumas das idéias podem ser as seguintes: ele pensava mais em produzir um diário de entrada e saída de carne em sua casa, sem contar a carne de peixes, do que propriamente um diário em que anotasse estritamente informações sobre a caça. Nesse sentido, para Caboré, a análise da caça e de provimento de carne, bem como de vizinhança seriam indissociáveis.

Em um primeiro momento, procurei retirar as situações de provisionamento doméstico de carne, proveniente de algum tipo de vizinhança, de compra ou de consumo de animais do terreiro, para poder analisar melhor a atividade de caça em si, para depois incorporá-las novamente na análise. Assim, estamos considerando, inicialmente como evento de caça somente os seguintes tipos de informações registradas:

1 - alguém saiu para caçar, de sua casa ou de sua rede mais próxima de vizinhança, resultando em carne de caça para sua casa, e conseguiu, ou não, matar algum animal

2- alguém estava na mata por outro motivo, cuidando do roçado, caminhando, trabalhando nas estradas de seringa, etc, e topou com algum animal, trazendo-o para casa. Pelas informações anotadas, muitas vezes fica difícil saber se o objetivo inicial da ida para a mata era caçar, ou se era uma saída com outra motivação.

Com esse critério reduzimos os eventos anotados no período citado de 180 para 110. Isso quer dizer que em um intervalo de 347 dias Caboré registrou 180 dias de provisionamento de carne em casa oriundo de qualquer das fontes possíveis (o que representa 52% dos dias do intervalo considerado, se cada evento correspondesse a um dia), registrou também 110 saídas para caçar

de algum membro da própria casa (o que representa 61% dos eventos anotados e 31% do intervalo considerado), e 70 vezes, entre esses 180 provisionamentos de carne, em que a carne foi obtida de outra forma que não a caça por algum membro da casa de seu Raimundo Caboré (esse número corresponde a 39% dos provisionamentos de carne e 20% de dias do intervalo considerado). Os outros 70 eventos anotados por Caboré em seu diário de caça diziam respeito a provisões de carne para a casa conseguidas através de algum tipo de vizinhança, de compra, ou de animais de seu próprio terreiro (porco, galinha, pato, peru, etc). Assim, em cento e oitenta dias de um intervalo de 347 houve algum tipo de provisionamento de carne na casa de seu Raimundo Caboré no ano de 1995, o que equivaleria, aproximadamente, a um provisionamento a cada dois dias.

Eventos de caça não significam também dias de caça. Nas anotações de Caboré podemos ter a ocorrência de mais de um evento de caça em um dia. Assim, por exemplo, ele pode ter saído para caçar pela manhã e seu filho saiu para caçar no mesmo dia no período da tarde.

Tabela 3: Número de eventos de caça e período contemplado pelos dados de Raimundo Caboré

	Totais	% (em relação ao intervalo considerado)	% (em relação ao número de eventos registrado)
Intervalo considerado, dias corridos entre a data inicial e a última registrada	347	100	-
Número de dias do intervalo considerado em que não houveram anotações	167	48	-
Registros no diário de caça	180	52	100
Eventos de caça	110	32	61
Provisionamento de caça através de vizinhança, compra, criação do terreiro.	70	20	39

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça, manuscrito (arquivo CERES)

*Taxonomia Seringueira e a atividade de caça*⁵³

Os seringueiros não caçam todos os animais e possuem uma classificação das espécies, uma taxonomia, que leva em consideração para essa classificação uma série de critérios que estão relacionados com suas atividades de caça, logo, é importante apresentar sumariamente essa classificação e salientar esses aspectos.

A intenção desse item é mostrar o caráter restrito e regulado da atividade de caça dos moradores do Alto Juruá também no que diz respeito a variedade de espécies que eles encontram à disposição nas matas e rios e que, em última análise, serviriam para a obtenção de carne. O sistema de restrições e de regras de caça está associado à cosmologia local, no que diz respeito às relações com os vizinhos, aos seres da floresta e a ciência associada a estas relações; às técnicas de caça empregadas; ao calendário de atividades dos seringueiros; à conjugação da caça com outras formas de exploração dos recursos e de obtenção de meios de vida; e, por fim, às restrições e tabus alimentares, associados à taxonomia local. Somente com o entendimento da atividade de caça dentro de um sistema mais geral de fluxo de carne de caça e de outras regulações associadas poderemos compreender mais à frente a integração cosmológica desse sistema com as concepções locais acerca da escrita.

A taxonomia dos seringueiros possui várias categorias, duas delas nos parecem associadas mais diretamente às atividades de caça e de vizinhança, são elas: embiara e caça. A última categoria corresponde aos animais maiores com exceção das onças e gatos (várias espécies).

⁵³ As informações sobre taxonomia que estou apresentando são sumárias. Pretendem apenas demonstrar o caráter extremamente seletivo da atividade de caça em relação à riqueza de espécies. Fiz essa descrição com base em meu material de campo e no trabalho de Almeida (1993). Informações mais detalhadas sobre a taxonomia e riqueza de espécies locais

Os seringueiros denominam caça os seguintes animais: a anta (*Tapirus terrestris*), o queixada (*Tayassu pecari*), o porquinho ou caititu (*Tayassu tajacu*) e o veado. Alguns seringueiros ainda colocam a capivara (*H. Hydrochaeris*) e/ou a paca (*Agouti paca*) nessa classificação. Nem todos os animais classificados como caça são utilizados para a alimentação. A paca de rabo (*Dinomys branickil*) e a capivara são consideradas caça, mas a carne desses animais não é normalmente utilizada para a alimentação..

As embiaras são os animais menores, alguns são utilizados para a alimentação: os quatipurus (*Sciuridae*), as cotias (*Dasyproctidae*), os macacos (*Cebidae*), os soins (*Callitrichidae*), os tatus (*Dasyptidae*), o quando (*Coendu prehensilis*), o quati (*Nasua nasua*). Os quatipurus são caçados para alimentação, assim como as cotias e os macacos; os soins, que são os saguis e micos, animais pequenos que raramente são utilizados para a alimentação. Alguns tatus são comestíveis e outros são associados à *panema*, como o tatu açu e o tatu canastra, isso faz com que não sejam caçados. O quando e o quati são raramente utilizados para a alimentação.

Muitas das aves são denominadas embiaras: as nambus, o juriti, o jacu, o aracuã, o jacamim, o mutum, o kujubim são as aves mais apreciadas para a alimentação; as araras, papagaios, tucanos e principalmente os pequenos pássaros são utilizados com menor frequência. As araras, tucanos e papagaios poisn possuem carne muito dura. Tartarugas, tracajás e jabotis também são também embiaras apreciadas. O jaboti é um dos animais mais comumente associado às ciências da mata, às maçãs, ao caborje, à panema.

encontram-se no mesmo trabalho de Almeida (1993) e na “Enciclopédia da Floresta” (CARNEIRO DA CUNHA e ALMEIDA, 2002)

A caça e a alimentação estão restritas a alguns animais. Além das preferências e restrições alimentares entre as *caças* (capivara) e as *embiaras* (soins, quando, quati, araras, tucanos, tatu canastra e outros) que já apresentamos, existem outras categorias taxonômicas praticamente excluídas da alimentação dos seringueiros. As *feras* (onças de vários tipos e espécies, gatos, jacaré, arraia, boto), os *insetos* (cobras, escorpiões, cabas e outros animais que causam ferimentos devido às suas picadas e/ou seu veneno, etc.). Dentro dessas categorias os animais que são usados na alimentação são ainda subdivididos em reimosos e não reimosos. Os animais reimosos não são recomendados para mulheres menstruadas, pessoas doentes, pessoas com ferimentos em cicatrização, gestantes, mulheres de resguardo. Existem ainda os animais considerados repulsivos (*imundo*) para a alimentação: tamanduás, em especial o bandeira, a preguiça e a mucura.

A tabela abaixo apresenta os animais caçados por seu Raimundo Caboré em 1995, a quantidade total de cada animal caçada em 1995 e o peso total da carne conseguida. A listagem dos animais caçados e suas quantidades demonstram o caráter seletivo da atividade de caça, em relação ao número de espécies disponíveis nas matas e mesmo entre aquelas classificadas pelos seringueiros. Em 1995, Caboré e seus filhos caçaram 113 animais divididos em 21 *qualidades*, sendo que três espécies desse total encontram-se na categoria local de classificação *caça* enquanto que as outras 18 espécies pertencem à categoria *embiara*. Embora individualmente o número de *embiaras* seja muito maior do que o número de *caças* podemos observar que, a quantidade de carne obtida com as *caças* em peso (quilogramas) é muito maior.

Tabela 4: Animais caçados em 1995:

	Animal	Tipo	Indivíduos	Kgs de carne	Peso médio
1	caititu	caça	5	74	14,80

2	cotia	embiara	20	69	3,45
3	cotiara	embiara	5	4,8	0,96
4	guariba	embiara	3	18	6,00
5	jabuti	embiara	5	16	3,20
6	jacamim	embiara	5	5	1,00
7	jacu	embiara	11	11,8	1,07
8	macaco prego	embiara	2	6	3,00
9	nambu	embiara	2	2	1,00
10	nambu azul	embiara	1	1,8	1,80
11	nambu galinha	embiara	12	13,2	1,10
12	nambu macucal	embiara	2	1,2	0,60
13	nambu preta	embiara	1	1	1,00
14	nambu sulurinda	embiara	1	1	1,00
15	paca	caça	11	57	5,18
16	papagaio urubu	embiara	1	1	1,00
17	quatipuru	embiara	15	13,8	0,92
18	socó-boi	embiara	1	0,9	0,90
19	tatu	embiara	2	4	2,00
20	tucano	embiara	3	2,1	0,70
21	veado	caça	5	125	25,00
Total			113	428,6	

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça , manuscrito (arquivo CERES)

Tabela 5: Totalizações de caças e embiaras para o ano de 1995

Tipo de animal	Indivíduos	Kgs de carne
Caça	21	256
Embiara	92	172,6
Total	113	428,6

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça , manuscrito (arquivo CERES)

Uma diferença qualitativa entre as categorias taxônomicas de *embiara* e de *caça* está relacionada à *vizinhança* de carne. Essa relação pode ser deduzida, ao menos não negada, pelos dados de Raimundo Caboré para o ano de 1995. Com exceção do porco de casa, versão *mansa* do caititu e do queixada e por isso de certa forma também *caça*, todos os animais caçados por seu Raimundo Caboré cuja carne foi repartida por ele com seus *vizinhos*, ou seja

vizinhada, são classificados como *caças*. Segundo os mesmos dados, nenhum animal considerado *embiara* foi vizinhado. No caso de Caboré, para o ano de 1995, a obrigação de *vizinhar* aplicou-se à carne de *caça*, e as embiaras foram de consumo exclusivamente doméstico. Esse tipo de constatação permite supor alguma relação entre os critérios para a classificação taxonômica e a atividade de caça e vizinhança e, nesse sentido, reforça a idéia da compreensão local da atividade de caça como indissociável da vizinhança e das relações com a mata e seus seres.

O período de caça concentra-se entre os meses de outubro e maio (Almeida, 1993), cerca de oito meses. Durante os meses de seca os moradores dedicam-se mais intensamente à pesca, pois os rios estão secos e os peixes mais concentrados. Os meses de seca são também utilizados pelos moradores para o trabalho nas estradas de seringa, pois o corte da seringueira e a recolha do látex só são possíveis na estação seca. Com as chuvas entraria água nas tijelas de recolhimento do látex das seringueiras estragando esse material. Na tabela seguinte podemos comprovar com os dados de Caboré essa disposição.

Tabela 6: Distribuição dos eventos de caça ao longo dos meses e das épocas do ano (1995)

Mês	Eventos de caça	Época do ano
Janeiro	9	inverno
Fevereiro	14	inverno
Março	8	inverno
Abril	13	inverno
Outubro	11	inverno
Novembro	10	inverno
Dezembro	10	inverno
Maio	10	inverno
Julho	10	verão
Agosto	8	verão
Setembro	7	verão
Total Global	110	

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça, manuscrito (arquivo CERES)

Tabela 7: Totalizações para as épocas do ano:

Época	Eventos de caça	Percentuais
inverno (chuvas)	85	77,27%
verão (seca)	25	22,73%
Total Global	110	100%

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça , manuscrito (arquivo CERES)

Nas tabelas acima temos, para o ano de 1995, a confirmação da concentração dos eventos de caça durante os meses de inverno (chuvas), 77,27 % dos eventos, enquanto que os meses considerados de verão (seca) perfazem 22,73% dos eventos. Mesmo considerando que os dados se referem a um maior número de meses de inverno (8 meses) do que de verão (4 meses sendo que um deles, junho, não tem eventos registrados), ao analisarmos a média de eventos de caça por mês em cada estação veremos uma considerável concentração de eventos de caça nos meses de inverno (10,62 eventos) em relação aos meses de verão (6,25 eventos).

Nos oito meses de chuvas as *caças* são mais facilmente rastejadas. Os animais dessa categoria são caçados mais facilmente, pois são relativamente grandes e pesados e, com o solo úmido das chuvas, deixam as marcas de sua passagem facilmente impressas no chão. Suas pegadas, marcadas no solo úmido da mata, facilitam o trabalho do caçador, de rastear, encontrar e capturar o animal. Outras técnicas são utilizadas caçada e variam conforme o animal e a época. Muitas caçadas são feitas *esperando* o animal em uma *comida*, ou seja, o caçador fica escondido, próximo de alguma árvore frutífera, por exemplo, que seja reconhecida por fornecer alimento para certos animais, e aguarda a chegada do animal para alvejá-lo.

Outros animais são facilmente localizados por seus costumes ou ruídos característicos. Os guaribas, por exemplo, macacos de grande porte que vivem em bandos, são facilmente localizados devido ao urro dos capelões, os chefes do bando, que podem ser ouvidos a grandes distâncias. Além disso, esses macacos possuem áreas de movimentação e pontos de

permanência razoavelmente estáveis e conhecidos pelos seringueiros. Seu Antônio Grajaú, por exemplo, sabia de quatro ou cinco bandos de guaribas que ficavam próximos de sua casa. Quando perguntei a ele sobre a localização dos bandos, ele explicou-me, com certa precisão, os locais em que os bandos se encontravam naquele dia, explicou ainda sobre as diferenças entre os grupos, os tamanhos de cada bando, etc. Demonstrou conhecer detalhes dos grupos e de suas movimentações na mata. O mesmo acontece para outros macacos e para algumas aves como os papagaios, por exemplo. Esse conhecimento prévio, da localização dos animais, deixa claro que animais como a guariba e o papagaio e seus bandos não são “procurados” na mata, eles estão relativamente sob o controle dos seringueiros que escolhem o momento de alvejar algum. Um exemplo disso ocorreu no dia em que seu Antônio Grajaú, ao chegar do roçado, dizia-me: “Espere aí, que antes de irmos tomar um banho eu vou acertar um papagaio que mora por ali para a janta.” Foi, e trouxe o papagaio depois de uns trinta minutos.

Podemos ainda tentar verificar se há uma concentração ainda maior dos eventos de caça relacionados aos animais considerados caça no inverno (veados, caititus, queixadas, antas e pacas). Se verificarmos esse fato poderemos reforçar o argumento acima enunciado, de que há uma variedade de eventos denominados caça que podem ser classificados em subcategorias. Por exemplo, caçadas que buscam caça e caçadas de embiaras. Não são classificações fechadas, mas que sugerem dois tipos de disponibilidades de tempo, dois tipos de motivações, de mobilizações e de ações diferentes. A tabela 8 nos mostra, ao contrário do que imaginávamos que, percentualmente, no inverno, as *embiaras* são mais caçadas do que as *caças*. Devemos considerar, entretanto, que estamos relacionando as pacas como *caças*. Além dessa classificação não ser unânime a caçada de paca é normalmente feita utilizando a técnica

de espera, próximo a um ponto onde os animais comem. Levando em consideração o número de pacas caçadas em 1995 por Caboré, 12 pacas, alteraríamos essa porcentagem.

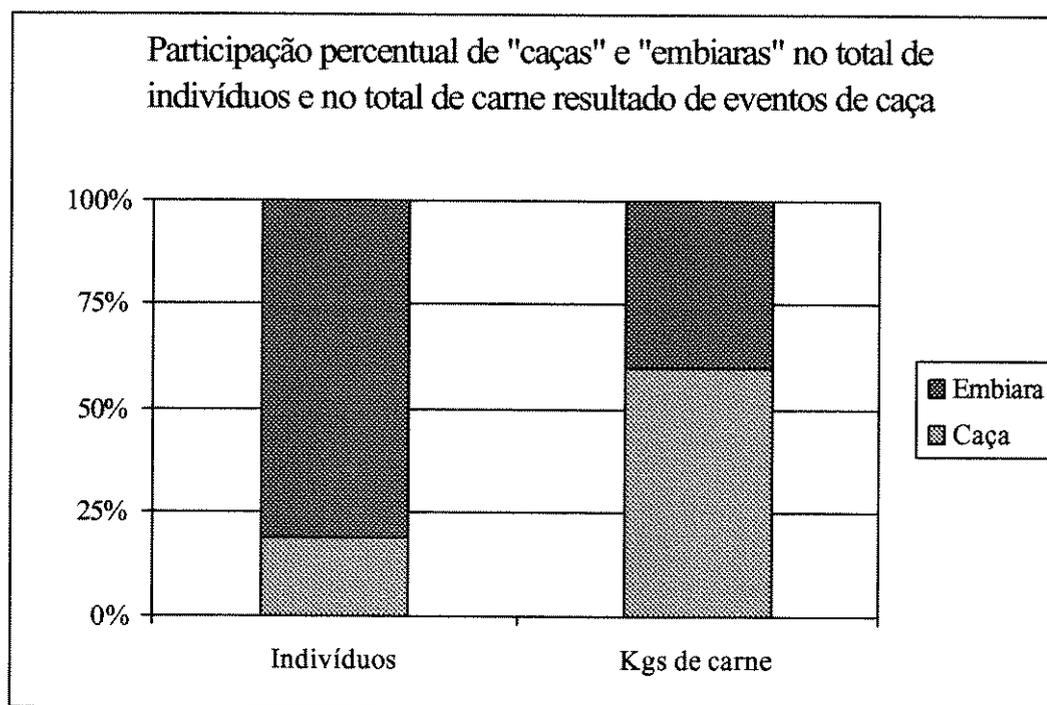
Tabela 8 Distribuição de caças e embiaras pelas épocas do ano

	inverno	verão	total	%inverno	%verão
Embiara	78	14	92	84,78%	15,22%
Caça	13	8	21	61,90%	38,10%
Totais	91	22	113	80,53%	19,47%

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça , manuscrito (arquivo CERES)

No Gráfico 1, apresentamos novamente os dados registrados por seu Raimundo Caboré. Tratando ainda somente dos eventos de caça de sua casa. O gráfico mostra a relação entre o número de indivíduos e a carne conseguida entre *caças* e *embiaras*. O que se observa é que apesar do número menor de indivíduos, a quantidade de carne conseguida a partir das *caças* em relação às *embiaras* é muito maior, como também já assinalamos anteriormente. Assim, a caça representa a maior parte da carne conseguida e ao mesmo tempo representa muito mais carne em único evento de caça.

Gráfico 1:



FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça , manuscrito (arquivo CERES)

No caso de seu Raimundo Caboré o que consideramos embiara nunca foi vizinhado, ou seja, nenhuma das embiaras caçadas no ano de 1995 foi dividida com os vizinhos .

A Vizinhança: relações rizomáticas entre os seringueiros

Vizinho é um termo local que designa a pessoa com quem se estabelece e se procura manter uma importante relação de doação e recebimento e retribuição de carne. Os vizinhos, como veremos mais à frente, não correspondem necessariamente às pessoas que vivem mais próximas, mas sim àquelas com quem é estabelecida e mantida uma certa relação envolvendo carne, usa-se dizer, portanto, “eu vizinho com fulano”.

Guedes, em 1920, já registrava a prática da vizinhança:

“Com as barracas próximas à sua, o seringueiro mantém grande espírito de sociabilidade. Quando mata uma caça oferece um “pedaço” ao vizinho. Chamam a isso “vizinhar”. Eu gosto de vizinhar, dizem.” (p. 138)

O vizinho é escolhido por diversos critérios, entre eles o de parentesco, o de proximidade e de afinidade. No Alto Juruá o ato de vizinhar não tem um caráter extraordinário ou esporádico – como pode indicar o texto de Guedes -, mas é cotidiano, obrigatório e constante. Da constância e obrigatoriedade do trânsito de carne de caça entre as colocações depende a manutenção do grupo de vizinhança. A vizinhança de carne, apesar de regrada e obrigatória não é igualitária, ou seja: algumas casas, geralmente aquelas que não possuem caçadores, muitas vezes só recebem carne de vizinhança, enquanto que outras casas são grandes fornecedoras enviando carne para três casas e recebem de uma, mesmo nesses casos não são em todas as vezes que fornecem carne por vizinhança que o fazem para todos os seus vizinhos. O diário de Raimundo Caboré detalha essas relações tomando sua casa como ponto de vista para um grupo de vizinhança.

A caçada do veado por Raimundo Caboré em 03 de março de 1995, registrada em seu diário, mostra bem como ocorre o funcionamento da vizinhança e o trânsito da carne entre vizinhos a partir de sua caçada.

Em 03 de março de 1995 Raimundo Caboré saiu para caçar às 6:00h e retornou de sua caçada às 15:00h, um total de nove horas dentro da mata para matar um veado. Caboré foi caçar no rumo da mata do Recife, nas proximidades de sua casa. Durante a caçada ele avistou diversos animais, uma cotia, uma nambu e um quatipuru, no entanto Caboré andava rastejando um veado. Voltou às três da tarde com um veado de 30 quilos (peso bruto). O veado foi retalhado. O quarto traseiro pesou 7Kg, o quarto dianteiro 5Kg o espinhaço pesou 4Kg e os miúdos 2Kg, um total de 20Kg (peso líquido do veado, sem ossos e fato). Do peso líquido total, Caboré

vizinhou 15 kg, ficando com 5Kg para o consumo de sua casa. Vizinhos com quatro casas: Eliodoro(Doro), seu irmão ficou com 5Kg, Dona Nazaré sua mãe ficou com 4kg, Zé ficou com mais 4Kg e Venança ficou com 2Kg.

Ainda no mesmo mês Caboré caçou mais um veado, novamente caçando sozinho, só que dessa vez caçou de espera, ficou escondido esperando o animal, próximo a um local onde ele costuma se alimentar, como um pé de alguma fruta. O veado pesou 24 Kg, desse peso total ele vizinhou 16kg. Novamente vizinhou com Eliodoro (4Kg), com Nazaré (4Kg) e também com Zé (4Kg). Dessa vez deixou de vizinhar com Venança.

Os dados de Caboré mostram também que as relações de vizinhança têm especificidades e preferências, como vimos na diferença entre os vizinhos contemplados no primeiro e no segundo caso de carne vizinhada. No segundo caso Venança ficou de fora da partilha da carne, a vizinhança é muitas vezes preferencial e depende do grau de afinidade ou parentesco e de uma escolha conjuntural (no momento daquela caçada se sabia, por exemplo, que a casa de Venança estava provida de alguma carne). Também é levada em consideração a quantidade de carne disponível para vizinhar e a situação da casa que recebe a carne (existem casas que não possuem nenhum caçador, logo necessitam sempre receber alguma carne).

A maior parte da carne consumida provém da atividade de caça, porém, algumas vezes, a carne é comprada ou produzida no próprio terreiro, mesmo nesse último caso, a produção do terreiro, a instituição da vizinhança é presente, segundo ainda os dados do Caboré. No dia 2 de abril Raimundo Caboré comprou sua primeira carne no ano, foram 10Kg de carne de porco no armazém da Seringueirinha. Pagou R\$1,40 o Kilo da carne e não relata que tenha vizinhado. No entanto, no dia de 15 de abril, treze dias depois, Caboré matou um porco do terreiro, de

sua criação e vizinhos. O porco rendeu 40 kilos entre carne e banha, 24 de banha e 16 de carne. Caboré vizinhos da seguinte forma: 9kg de banha(2kg para Nazaré, 1kg para Doro, 2Kg para Venança, 4kg para Zé); 9kg de carne (2kg para Doro, 2kg para Venança, 2kg para Nazaré, 2kg para Zé, 1kg para Pitu). No caso do porco de casa, aparece o quinto vizinho de seu Caboré, Dona Pitu. Logo em seguida, no dia 01 de maio de 1995 dona Pitu vizinhos com seu Raimundo Caboré 6kg de carne de veado. A vizinhança da carne do porco do terreiro, de certa forma, não desmente a idéia de que somente caças, e não embiaras, são obrigatoriamente vizinhadas pois o porco do terreiro é considerado a versão doméstica, mansa, do porco da mata, do caititu e do queixada, duas espécies classificadas como caça.

No dia 11 de dezembro Caboré matou mais um porco do terreiro. Vendeu 14kg para Tonho, que não é seu vizinho, foi a primeira carne que ele vendeu no ano, e vizinhos, do mesmo porco, 2kg com sua mãe, Dona Nazaré.

Tabela 9: Total de carne vizinhada com cada vizinho no ano de 1995

Vizinho	Kg	%
Nazaré	57	40,14%
Zé	34	23,94%
Eliodoro	29	20,42%
Venança	21	14,79%
Pitu	1	0,70%
Total	142	100,00%

A tabela acima mostra as prioridades de vizinhança, de concessão de carne, da casa de Seu Raimundo Caboré. Segundo esses dados, Dona Nazaré, sua mãe, é a pessoa que mais recebe carne. Dona Nazaré é viúva e mora próxima de seu Raimundo Caboré.

As duas tabelas abaixo destacam que nem todos os animais são vizinhos por seu Caboré, somente os sempre considerados caça (caititu e veado, no caso), os considerados caça por alguns moradores (cotia e paca) e o porco de casa.

Tabela 10: Total de carne vizinhada por animal em peso (quilogramas)

Animal	Kg	%
Veado	50	35,21%
Porco de casa	36	25,35%
Paca	27,5	19,37%
Caititu	22,5	15,85%
Cotia	6	4,23%
Total	142	100,00%

Tabela 11: Total em peso de carne vizinhada de cada animal por vizinho (Kilogramas)

	catitu	Cotia	paca	porco de casa	Veado	Total Global
Nazaré	8	3	14,5	12	19,5	57
Zé	5,5	1	7	8	12,5	34
Eliodoro	7,5			7	14,5	29
Venança	1,5	2	6	8	3,5	21
Pitu				1		1
Total						142

Os dados mostram que tanto quanto animais preferenciais para a vizinhança existem vizinhos preferenciais. Dona Pitu recebeu carne de Caboré uma única vez e foi de porco de casa, já Eliodoro nunca recebeu carne de paca nem de cotia. Dona Nazaré, por sua vez, foi quem mais recebeu carne de seu Caboré entre seus vizinhos.

Para esboçar um fluxo de carne geral na casa de Seu Raimundo Caboré em peso (quilogramas), utilizamos todos os dados anotados, incluindo os animais do terreiro, comprados e vendidos. Fizemos também, tomando como base os diários, uma média do peso dos animais registrados

por seu Raimundo Caboré e alguns cálculos. A intenção era traçar uma espécie de entrada e saída de carne na casa de Caboré, um balanço anual. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 12: Fluxo de carne da casa de seu Raimundo Caboré em 1995 segundo seu diário de caça

Totais de carne:	Kg de carne
Caçada	428,60
Recebida por vizinhança	26,00
Criada no terreiro	191,30
Comprada	10,00
Criada no terreiro vizinhada	-36,00
De caça vizinhada	-106,00
Criada vendida	-14,00
Saldo da casa em kgs de carne no ano de 1995	499,90

Das informações acima concluímos que a casa de Caboré contribui muito mais com a sua vizinhança (106 quilogramas) do que sua vizinhança com ele (26 quilogramas). Fica evidente também que a contribuição de carne para a casa proveniente do terreiro e de carne comprada é muito pequena em relação ao total de carne caçada e consumida em casa (carne caçada menos carne vizinhada). Outro número evidente é o alto consumo de carne na casa, cerca de 1,39 quilogramas de carne por dia, conforme podemos observar na tabela seguinte.

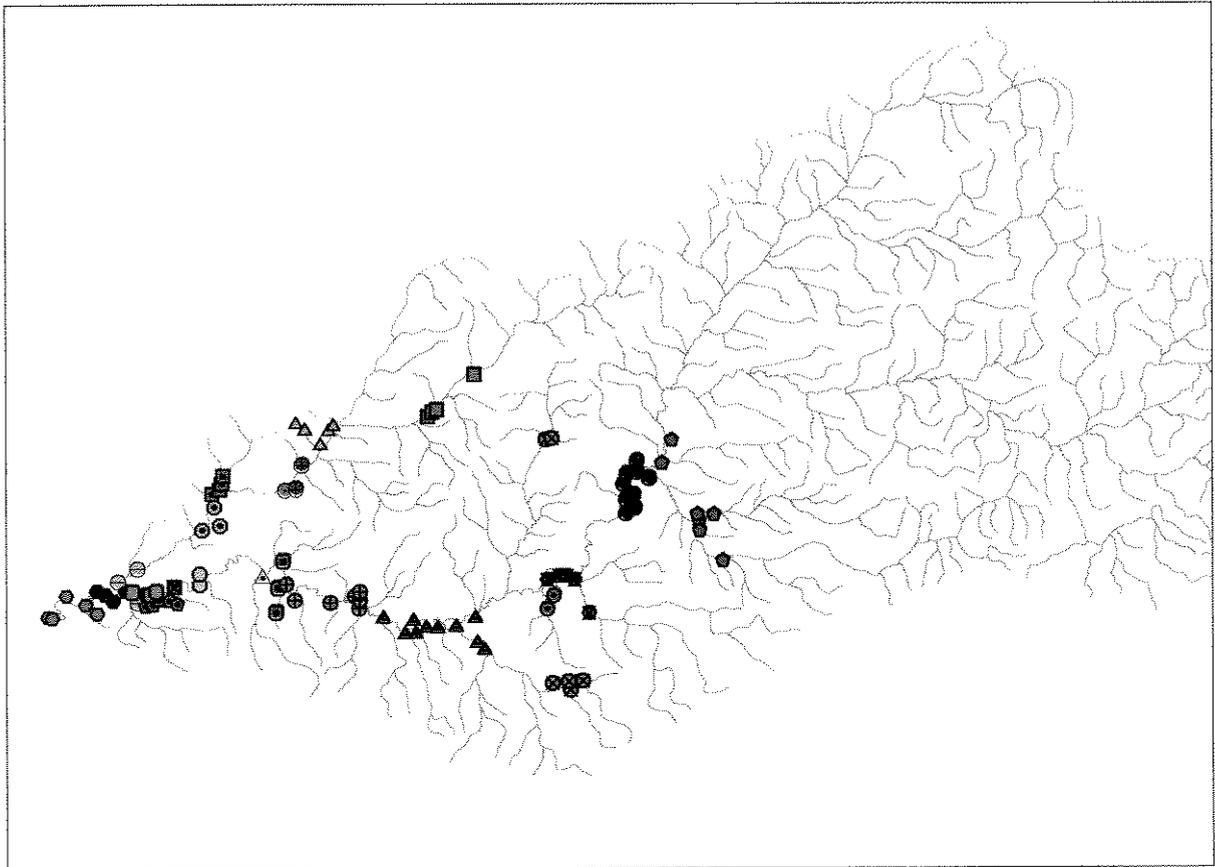
Tabela 13: Média de carne consumida por dia e por mês

	Kg de carne
Kgs de carne /mês	41,66
Kgs de carne/dia	1,39

No rio Bagé, Afluente do Rio Tejo, que por sua vez é afluente do Rio Juruá, fizemos um levantamento de todas as relações de *vizinhança* entre seus moradores. Na verdade, meu trabalho resumiu-se a anotar. Seu Antônio Grajaú, morador da colocação Pimentel no Rio Bagé, ditou rapidamente, sobre um mapa que ele havia desenhado, mostrando os igarapés e as moradias do Rio Bagé, as relações de vizinhança entre todas as 91 casas que ele colocou em

seu mapa. Segundo ele, com exceção de poucas casas no alto do Braço Esquerdo, um afluente com pouquíssimas habitações, o mapa estaria completo.

Mapa 8: Grupos de vizinhança do rio Bagé segundo mapa de Antônio Grajaú.

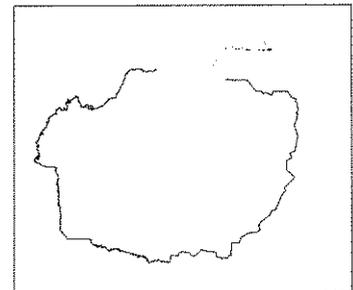


Antônio Grajaú desenhou em seu mapa 91 casas habitadas na bacia do Rio Bagé. Essas casas estão organizadas em 23 redes de vizinhanças.

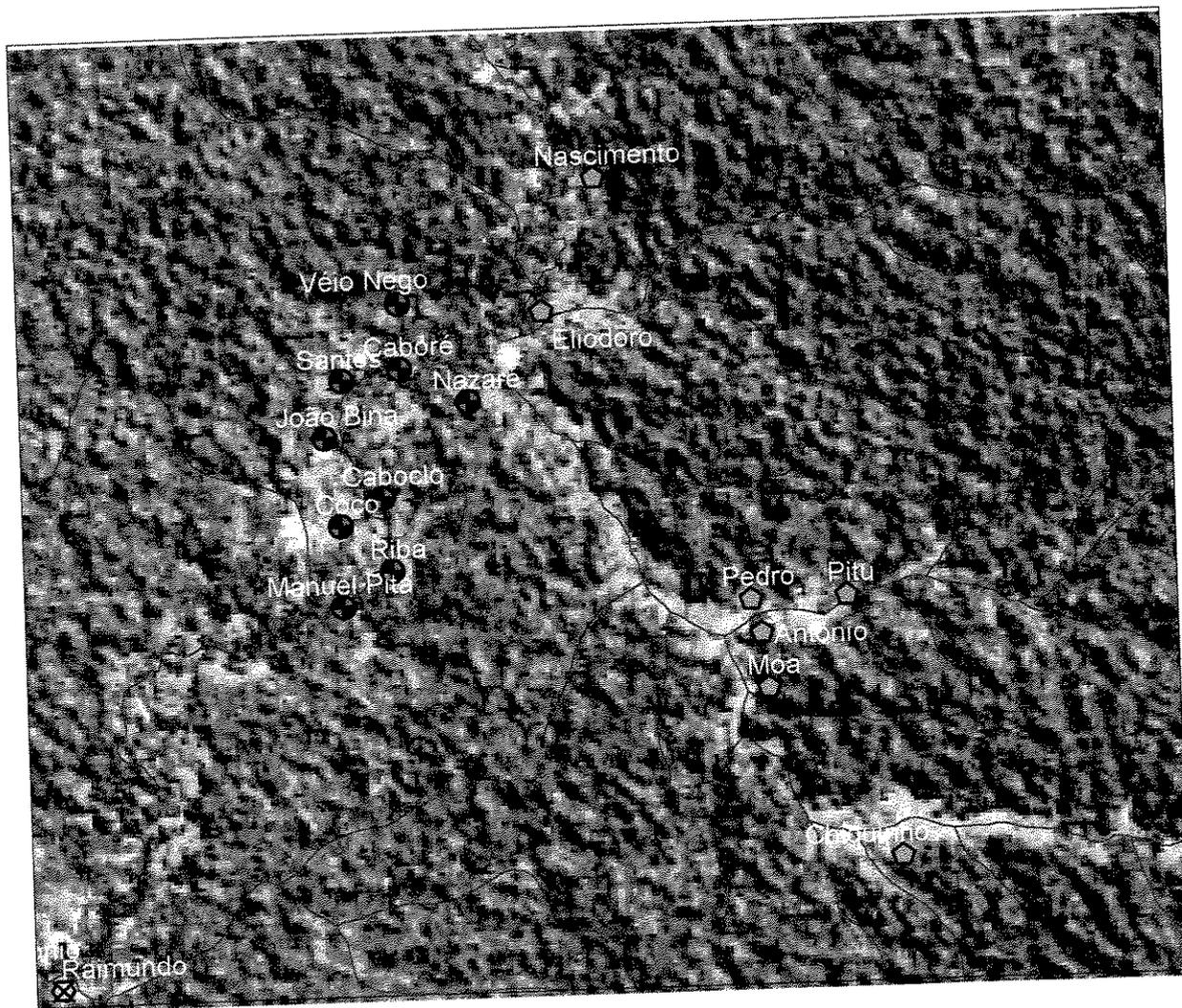
Cada rede de vizinhança está definida por um símbolo. Pode-se notar a variedade numérica das redes de vizinhança. Nesse mapa em escala percebemos que as casas de uma mesma rede não correspondem necessariamente às casas mais próximas umas das outras.



Fonte: CEDI(ISA) 1991, Projeto de Pesquisa e Monitoramento Participativo em Áreas de Conservação Gerenciadas por Populações Tradicionais



Mapa 9: Detalhe de grupos de vizinhança baseado em informações e mapa de Antônio Grajaú. Notar a distância entre as casas do mesmo grupo de vizinhança: não necessariamente elas são as menores possíveis.



0.5 0 0.5 1 1.5 2 2.5 Kilômetros



Fonte: CEDI(ISA) 1991, Projeto de Pesquisa e Monitoramento Participativo em Áreas de Conservação Gerenciadas por Populações Tradicionais
Imagem de Satélite Landsat

Segundo Antônio Grajaú o Rio Bagé e seus afluentes têm 23 grupos de vizinhança definidos. Os grupos de vizinhança não são homogêneos nem igualitários, ou seja, quando comparados, não possuem necessariamente o mesmo número de casas envolvidas e também não guarda, dentro de um mesmo grupo de vizinhança isolado, relações de cada casa com todas as outras. Em um grupo de vizinhança de 4 casas podemos ter uma única casa que vizinha com todas as outras três, e uma outra casa, ainda dentre essas quatro que vizinha apenas com duas, ainda outra que só recebe carne de uma ou de várias casas sem oferecer carne em troca, e assim por diante. Existem casos de pessoas que não vizinham com ninguém, um caso, até vizinhanças com dez pessoas, também um caso. Se olharmos para um mapa com essas redes de vizinhança colocadas veremos que realmente elas não estão necessariamente associadas à distância entre as casas, existem casos de vizinhanças com casas muito mais distantes do que as casas mais próximas.

Tabela 14: Vizinhanças do Bagé segundo Antônio Grajaú.

Nome do Chefe da Família	Grupo de vizinhança
Sebastião Estevão	1
Tum	1
Antôniozinho	1
Chico Neto	1
Raimundinho	1
Trajino	2
Antônio	2
Rita Viúva	2
Raimundo	2
Itamar	2
Tonho Grajau	3
Tibelum	3
Raimundo Prof.	3
Zezé	4
Quima	4
Bila	4
Zé Raimundo	4
Manuelzão	4
Zefa	4
Raimundinha	4

Moisés	5
Maroca	5
Jonas	5
Carlo	5
Diá	5
Zé do Diá	5
Pedrinho	5
Eliseu	5
Carlos do Zequin	5
Zequinha	5
Nonato e Loza	6
Maria Santa	6
Zé Augusto	6
Maria Viúva	6
Osma r	6
Zé Elias	7
Raimundo Elias -	7
Cecília Gomes	7
Armed Joaquim	7
Edmílson	8
Raimundo Santos	8
Osí	8
Duda	9
Chagas	10
Dédi	11
Marineide	11
Manuel Pita	12
Caboré	12
Nazaré	12
Riba	12
Caboclo	12
Côco	12
Véio Nego	12
João Bina	12
Santos	12
Antônio	13
Moa	13
Pedro	13
Pitu	13
Chiquinho	13
Eliodoro	13
Nascimento	13
Manuel do Antônio	14
Pedro Lima	14
Manuelzinho	14
Euliþo Lima	14
Zé Adélia	14
Moisés	14
Laire	15
Antônio de Barro	15

Araújo	15
Sebastião Glicério	15
Diquinho	16
Josimar	16
Pinoca	18
Zé	18
Raimundo	18
Manuel Joaquim	19
Ózeti	19
Lito	19
Areia	19
Imar	20
Osias	21
Pedrinho Vieira	21
José Osterno	22
Zequinha Costa	22
Zé Maria	22
Pedro Santos	22
Manuelzinho	22
Maria Tavares	23
Aldemar Tavares	23
Cláudio Tavares	23
Moreira	23

O Caipora: relações arbóreas

A tabela a seguir, relacionada aos diários de Caboré, indica os dias da semana com menor concentração de eventos de caça. Os domingos (4 eventos representando 3,64% do total de eventos) seguidos pelas quintas-feiras (13 eventos representando 11,82% do total de eventos) são os dias da semana com menor frequência de eventos de caça. O domingo é o dia do santo descanso, os moradores procuram ficar em casa, conversando ou fazendo alguma atividade de lazer. Os dados relativos a quinta-feira, por sua vez, corroboram a vigência, ao menos preferencial, da regra de não caçar no dia do Caipora. O Caipora, ou dono da mata ou mãe da mata, é para os moradores da região o responsável pela mata, e em especial por seus animais. A quinta-feira é o dia em que ele anda pela mata e, por causa disso, não é recomendável a caça nesse dia da semana. Seu Caboré é um dos moradores que falam do Caipora como superstição

ou coisa dos velhos, e é um dos moradores que diz nunca ter visto nem sinal do Caipora, mas que, como mostram os dados, também prefere não caçar na quinta feira.

Tabela 15: Distribuição dos eventos de caça por dias da semana

dia da semana	Eventos de Caça	Percentuais
Domingo	4	3,64%
Segunda	16	14,55%
Terça	24	21,82%
Quarta	18	16,36%
Quinta	13	11,82%
Sexta	16	14,55%
Sábado	19	17,27%
Total Global	110	

FONTE: ADELINO FARIAS, Raimundo (1995), Diários de caça , manuscrito (arquivo CERES)

Eu ouvi certa vez de dona Aida, moradora do Alto Juruá, que não é correto vender a carne de caça, pois ela não é criada pelos homens, ela é criação divina e é cuidada e tratada pelo Caipora; da mesma forma que os animais do terreiro são criação divina e cuidados pelos seringueiros, e as seringueiras são criação divina e eram cuidadas pelos patrões. Assim, os animais da mata, em especial as caças, que tem um equivalente manso no terreiro, só podem ser negociados com o Caipora. Dizia ela que não se pode vender o que não se criou.

Diante das informações sobre o Caipora, que recolhi junto aos seringueiros, não consegui nem de longe um consenso sobre sua forma e sexo. Para muitos ele não tem uma forma definida, para outros é um caboclinho, uma caboclinha, às vezes tem essa forma mais comum mas também pode assumir o formato de vários animais e até mesmo de homens. Têm poderes, entre os quais o de controlar o movimento dos animais na mata. Também trata de animais feridos e não gosta que o caçador não atire bem, pois, desse modo, o animal não será morto e é ele quem terá o trabalho de curá-lo. É consenso também que o Caipora mora no Campestre que é um tipo de mata baixa que aparece no meio de uma mata fechada. Ali é proibido matar caçar, os seringueiros, quando estão caçando, costumam circundar esse tipo de mata. O

Caipora costuma também bater nos cachorros dos seringueiros quando os encontra na mata. As quintas-feiras são ruins para a atividade de caça e são evitadas pelos seringueiros, como vimos nos dados de Caboré, pois corre-se o risco de encontrá-lo e é muito mais difícil de se matar caça.

As provas, para a existência do Caipora para os seringueiros, são variadas: desde sua aparição física e visível até a observação por parte dos seringueiros de fatos indiretos que indicam sua presença.

Depoimentos recolhidos apontam para a sua relação direta com a panema, com o chamado remédio para caçar e o negócio com o Caipora. Em todos esses casos, situações e ações o Caipora é o intermediário que monopoliza o acesso à caça.

Como responsável pela caça o Caipora controla o movimento dos animais, “como o boiadeiro controla seus bois”, dizem os seringueiros, e, dessa forma, facilitam ou não a caçada para os moradores. Quando o caçador ,antém uma boa relação com o Caipora ele garante a facilidade para caçar. Caso contrário, quando essa relação está abalada por algum motivo, o caçador fica panema, enrascado, ou seja, impossibilitado, ou com dificuldade, de encontrar na mata os animais sob responsabilidade do Caipora, as caças, e caçá-los.

Veremos agora como são interditadas ou intensificadas as relações entre Caipora e caçador e, em função disso, os fluxos de caça, e como estes fluxos e relações estão vinculados à vizinhança.

Panema, caborje⁵⁴, maçã: ciências que associam Caipora e Vizinhaça

Pelas conversas que tive com os moradores, a caçada é também uma atividade muito apreciada por eles. Alguns até dizem que gostam de ir para a mata rastejar o animal, é uma atividade relativamente menos pesada que as outras e que guarda um certo prazer de jogo, envolve técnica, esperteza, sorte e ciência. Muitos também gostam porque é feita dentro da mata, na sombra. Alguns moradores entretanto não gostam de caçar e não caçam há anos, deixando essa atividade para seus filhos e vizinhos.

Dia 05 de maio de 1995 Caboré relata em seu diário de caça que está enrascado, com panema,- falta de sorte e impossibilidade de ver um animal quando sai para caçar, e por isso não está conseguindo matar caça: "estamos fazendo caçada perdida, motivo: Enrascação."

Entre os seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá caçar com sucesso, "sair para caçar e matar caça", depende de uma técnica passada de pai para filho e refinada pela experiência, conhecimentos das matas e dos animais que só se adquirem com muita prática, observação e aprimoramento. Contudo, esse conhecimento que denominamos técnico é condição necessária mas não suficiente para se realizar uma boa caçada.

Tnto quanto da técnica o sucesso na atividade de caça para o seringueiro depende da manutenção de certas relações com seres do universo do caçador, humanos ou não, conforme apontamos anteriormente. Depende de suas relações com seus vizinhos, do comportamento de sua esposa, de seus cuidados com os animais abatidos e com suas relações com seres da mata. É só com a preservação e observação de certos comportamentos e relações, que não

⁵⁴ O significado da termo caborje nos dicionários é bruxaria, feitiçaria, assim como caborjeiro é feiticeiro.

dependem só do caçador, mas também de seus vizinhos e família, que se pode esperar sucesso na caça. São dessas regras e comportamentos esperados para a manutenção dessas relações que trataremos agora utilizando informações de entrevistas realizadas com vários moradores.

“Todo o dia que o senhor vai caçar, um dia você vai para a mata e tudo atrapalha para matar , aí ele tá enrascado.” Trecho de entrevista com Josimar Alves da Silva (26 anos), morador da Colocação Porto Seguro – Rio Juruá.

Quando alguns animais não morrem, quando são atingidos pelo caçador da mesma maneira que ele já presenciou outros morrerem e não morrem; quando o cerco à caça não funciona como sempre funcionou; quando, apesar de sua leveza e cuidados, ao caminhar por uma mata onde se espera encontrar um veado o caçador não topa, o caçador desconfia que está enrascado. Esses fatos somados a alguma atitude estranha por parte de algum vizinho, a alguma briga ou discussão recente com alguém, a algum descuido seu ou de sua mulher no trato da carne podem confirmar a situação de panema do caçador.

Ao resumir os efeitos da panema em um caçador um morador repetia o que parecia ser um dito local pois ouvi muitas outras vezes: “Quando o caçador está panema ele não vê animal na mata. Se ele chegar a ver ele não atira, se ele atirar não mata e se ele matar não encontra.”

As conversas com os moradores parecem apontar ainda que o acesso a caça tanto pode ser obstruído- panema ou enrasco - por uma falta do caçador ou de sua família, de forma inconsciente, quanto deliberadamente por algum inimigo – quanto melhorado, através da conquista de amuletos ou a realização de negociações – maçãs, caboije e negócios com o

Algumas vezes, e explicitamente para alguns moradores, essas regras com o animal abatido, sua carne, seu fato, seu couro e seus ossos, são restritas e dizem respeito às caças maiores

e/ou mais apreciadas ou a uma lista de animais. Assim um homem pode estar enrascado com relação apenas a um certo animal.

Da mesma forma que a bruxaria para os Azande (Evans-Pritchard, 1978) a panema para os moradores da Reserva não parece se tratar de algo fantástico, mas tanto quanto a vizinhança e a atividade de caça é algo da ordem das coisas ordinárias, cotidianas. Pude perceber de forma definitiva essa presença cotidiana quando estive pela segunda vez na Reserva. Só havia ouvido falar de panema através de outros pesquisadores, mas só se têm noção de quão cotidiana é a presença dessa idéia quando me defrontei com elementos dessa restrição pela primeira na casa de um seringueiro.

Estava na casa do Bé, um morador do Igarapé Manteiga no alto rio Tejo quando vi pendurado em um canto da sala um saco com umas penas saindo para fora, perguntei ao Bé qual era a serventia daquilo e ele me disse que era passar o enrasco, para sair da panema. Explicou-me que guardava um pedacinho de cada bicho que caçava naquele saco, e que quando percebia que estava enrascado utilizava-se de uma espécie de oráculo para descobrir a partir de qual animal havia sido enrascado para que pudesse desenrascar e voltar a caçar. Ele queimava com pimenta um por um dos pedacinhos dos animais de que suspeitava e aspirava a fumaça. O animal cujo pedaço queimado causasse o espirro era identificado como aquele que havia enrascado. Aquele saco, e sua explicação para ele, era claramente tão importante para o seu sucesso na caçada quanto manter a pólvora seca e a espingarda limpa.

Outro fato ocorrido na casa do Bé também enfatiza a presença cotidiana da panema: o Bé tinha várias peles de veado e porco finamente esticadas em madeiras preparadas e postos com cuidado ao sol. Perguntei-lhe se venderia estas peles ou para quê as utilizaria. Bé disse que

jogaria todas no mato depois de secas e esticadas. Perguntei então a razão de tantos cuidados já que o destino seria o mato, pois essa atividade consumia algumas horas somente para esticar a pele e mais alguns dias para secá-la devidamente. Ele me respondeu que se jogasse no mato sem tratar das peles ficaria enrascado.

A primeira hipótese levantada explicar a origem da situação de panema no caçador foi associar a aquisição dessa condição por parte do caçador aos maus tratos deste para com o animal abatido. Nesse caso o corpo do animal abatido e seus componentes como a pele, os ossos, e a carne do animal causariam enrasco ou panema porque ofenderiam o próprio animal caçado que através de uma recurso mágico presente no próprio corpo do animal morto, ativado pelo trato incorreto de seu corpo, causaria a panema no caçador.

Os moradores questionados sobre as razões da situação de panema muitas vezes não sabiam reponder com segurança e pareciam nunca ter parado muito para pensar sobre isso, sabiam que tinham de proceder daquela forma e quais as consequências se não o fizessem. Alguns no entanto responderam que este tipo de descuido ofenderia o “dono da caça” – referência utilizada muitas vezes para o Caipora. Seu Caboré, morador da colocação Floresta no Rio Bagé, por exemplo, arrisca uma explicação para a situação da panema relacionada aos cuidados com o corpo do animal abatido: “Com certeza o Dono da Caça não gostou que jogou o osso em qualquer canto.”, causando a panema no caçador. Quando conversei com os moradores em grupos e perguntei sobre o caipora, eles em princípio acham graça como quem diz, isso é crendice, mas logo passam a falar de ocorrências com outras pessoas e depois de ocorrências com eles mesmos. Caboré, como outros, ao conectar a explicação da panema ao Caipora muda nossa hipótese inicial de maneira fundamental para todo o restante de nossa argumentação sobre a cosmologia seringueira e sobre os significados locais atribuídos à

escrita. A partir desse momento a situação de panema do caçador não é decorrente de um atributo do corpo do animal abatido, de nenhuma propriedade mágica desse corpo que de alguma forma foi ofendido. O que foi ofendido não foi o animal abatido e sim o Caipora, o responsável pelo animal, e a relação abalada foi justamente a relação com o Caipora, que ainda controla o fluxo de caça para o caçador, e não a relação com o animal que está morto. A panema é a obstrução de uma relação de fundamental importância para o caçador, dele com o Caipora, o patrão das caças.

As possibilidades de colocar-se em situação de panema são variadas e dependem de outras relações de confiança estabelecidas pelo caçador depositadas no trato da carne de caça, no entanto, todas essas relações e possibilidades são perigosas para o caçador pois podem estremecer sua relação com o Caipora. Podemos observar algumas dessas possibilidades em trecho de conversa com seu Caboré e seu filho João:

“Se você mata uma caça pode se enrascar com uma vizinhança. A caça que mais se enrasca é o veado. O veado é cheio de ciência. Não é todo o caçador que mata ele não. Qualquer coisinha enrasca. Até se ele cair para o lado do tiro pode enrascar. Veado também coloca a língua de fora. Se a língua tirar para o lado esquerdo o cabra se enrasca.

Não pode pegar pelos pés. Arrupiado também enrasca. Na hora que tira o fato não pode jogar, tem que arriar devagarinho num toco de pau senão se enrasca. Na casa, os ossos têm que ser colocados com muito cuidado e jogar em um lugar certo senão enrasca. A caça é toda cheia de ciência.

Se a mulher ficar vadiando, dormindo, e deixar o fogo apagar enquanto o caçador tá na mata é ruim para o caçador.”

Essa enumeração é de João filho de Caboré. Ele relaciona alguns fatos ao enrasco: O primeiro destacado é que você pode se enrascar ao vizinhar a caça, a partir de atitudes de seu vizinho com a carne que você vizinhou. Ele diz que a caça que mais enrasca, pois é cheia de ciência, é o veado. Acrescenta que esse enrasco com o veado pode acontecer ainda na mata, mesmo antes do caçador pegar o animal abatido, se ao ser alvejado o veado cair com a cabeça voltada

para o lado de onde veio o tiro o caçador pode ficar enrascado. Depois, ele enumera ainda uma série de cuidados que o caçador deve ter ao dar o primeiro tratamento na caça ainda na mata. Apesar de todos esses cuidados na mata ele ainda deve se preocupar com o trato da caça em sua casa, onde a carne vai estar sob os cuidados de sua mulher, que por falta de ciência ou descuido pode também enrascar o caçador. Antes porém de confiar o animal a sua esposa seu Caboré diz que ele mesmo deve tirar todo o couro e lavar o local onde o sangue do animal foi derramado. Uma parte dessa carne ainda será enviada ao vizinho que deve, ele e quem mais em sua casa for tratar da carne, ter os mesmos cuidados. Mesmo ao ser servida, durante as refeições, aqueles que comem da carne devem ter cuidados básicos com os ossos. Depois da refeição cabe à mulher tomar as últimas providências para que os restos do animal sejam devidamente tratados para que o caçador não corra risco nenhum de ficar panema. O caçador por sua vez, ou outra pessoa de sua confiança, deve, como observamos na casa do Bé e citamos anteriormente, dedicar os devidos cuidados ao couro do animal.

Outros caçadores também enfatizam o papel da mulher no enrasco. Para Anaílton da Foz do Tejo a Panema “têm algum problema com a mulher”. A mulher não pode passar por cima da caça senão a pessoa que matou não caça mais. Toda mulher sabe que não pode passar por cima principalmente quando está menstruada. Também não se pode jogar o osso ou carne na privada. Anaílton ressalta porém que a carne pode ser vizinhada, mas é o caçador e não o marido da mulher que causou o problema quem fica sem felicidade na próxima caçada. Essa informação é fundamental para sustentar a hipótese de que a relação é entre o caçador e o Caipora e não uma propriedade da caça e de que ao dar carne ao seu vizinho o caçador deposita e reafirma uma relação de confiança com este.

Assim, durante todo esse trajeto da caça e de sua carne, desde o primeiro contato na mata até o recolhimento dos restos da refeição, a sorte do caçador está nas mãos daqueles que têm contato com essa carne. Ele depende do conhecimento dessas pessoas dessas ciências, da confiança que deposite nelas e da boa vontade para com ele para que tomem os devidos cuidados para que ele não fique impossibilitado de caçar com sucesso no futuro. Os cuidados com a caça devem ser tomados para com o dono da caça por todos que têm contato com ela arriscando nesse contato a felicidade do caçador que a retirou da mata, este por sua vez preocupa-se em fiscalizar esses cuidados dos outros e teme a contração de inimizades ou questões pois através da carne que vizinha ele é facilmente atingido.

Assim, o caçador, seu sucesso na caça, está nas mãos daqueles que lhe são próximos, familiares, e seus vizinhos que podem enrascá-lo sem querer ou propositadamente como veremos com alguns exemplos das conversas com Caboré e seu filho:

“Se colocar o osso da caça que outro lhe deu dentro de uma garrafa e enterrar o que caçou não caça mais.

Se o gavião vem e pega galinha no terreiro eu encontro a ossada de um pinto que ele matou e jogou na privada. Aquele gavião morre de fome.

O Zé Crato diz que ele já ficou enrascado de jabuti, o jabuti conseguia fugir dele no mato. (risadas) Com certeza foi enrascado pelo vizinho pois ele tem muitos vizinhos. Às vezes se enrasca o outro sem querer. Tem um homem chamado Zé Gonzaga que é perseguido de onça. Parece que é porque ele foi matador de onça e o dono da caça quer se vingar.”

O exemplo do gavião é interessante pois a panema não atinge só humanos, mas parece que a condição de caçador. Mais do que um morador falou desse método de matar gavião e de sua grande eficácia. O exemplo do Zé Crato também chama a atenção para o papel do Dono da Caça. Aqui, novamente, pode-se supor que quem é atingido com o mau trato com os animais e se vinga é o Dono da caça, o Caipora. A forma mais fácil e conhecida que ouvi para se

enrascar alguém é fazer uma cruz com os ossos de alguma caça daquele caçador e enterrar no pé do fogão. Outra forma comum é jogar os ossos na privada.

Nesse trecho também fica evidente que esses cuidados todos com a carne procuram não desagradar o dono da caça. A caça pertence ao Caipora que exige cuidados com ela para manter o fluxo de caça para o caçador. Da manutenção de boas relações com o Caipora é que advém a felicidade na caçada, e a manutenção dessas relações está associada ao conhecimento dessas ciências de caça. Em última análise a ciência é o instrumento que garante o fluxo de caça monopolizada pela vontade do Caipora. A lógica dessa relação guarda alguma semelhança com o fluxo de mercadorias e seu monopólio por parte dos patrões.

Ao mesmo tempo, o risco do enrasco envolvido no trajeto da carne reforça e reafirma a os laços de confiança e afinidade com seu vizinho. Ninguém vizinharia carne com alguém em quem não se depositasse absoluta confiança. Panemas e suspeitas de panema geram brigas entre vizinhos, que deixam de vizinhar entre si e entram muitas vezes em conflito. O contrário também acontece: um vizinho que fica aborrecido com outro, que sinta-se prejudicado ou ofendido por outro, pode utilizar-se da ciência da caça e de uma vizinhança de carne ainda estabelecida para enrascar quem o ofendeu.

A infelicidade na caçada tanto quanto aquele que a gerou, de forma deliberada ou não, podem ser descobertos e anulados com a utilização de remédios e de outras ações. Assim como a ciência para contrair a panema a ciência para anulá-la é conhecida e utilizada. Uma vez atingido pela panema o caçador desconfia de alguém ou de alguma situação que possa ter causado o enrasco e procura desfazê-lo. Se a desconfiança é de um acidente doméstico procura-se, como no caso do Bé, saber qual foi o animal envolvido com o enrasco e faz-se uso,

por exemplo, de uma defumação. Seu Josimar, outro morador, diz que atirando-se no sabão virgem e tapando-se o buraco com cera pode também ser remediada a panema. São remédios conhecidos para voltar a ter felicidade na caçada.

Nos casos de panema causadas deliberadamente por terceiros procura-se também descobrir quem foi o responsável quando se deseja alguma retaliação. Para isso também existem várias formas. Uma delas é descrita pelo seu Josimar:

“Se ele têm alguma suspeita de que algum vizinho, por alguma inveja, enrascou ele. Pega dois ossos, amarra em cruz e enterro no fogão os ossos e já tá enrascado, ou joga esses ossos no mijador da minha mulher. Os ossos são do veado ou do porco que alguém vizinou comigo e tava bagunçado (com um tiro naquela banda por exemplo) e aí para me vingar eu pego o osso e faço o enrasco.”

Para fazer o enrasco a receita também é de seu Josimar:

“Sexta feira pega um caneco e vai para o roçado que têm uma mandioca milagrosa. Rala-se a mandioca, espreme, tira a água até meio caneco, pode ser de uma ou três macaxeiras. Deixa o caneco no roçado coberto com um pano, na outra sexta-feira puxa o pano, vê o rosto da pessoa no fundo da caneca. Se quiser maltratar um pouco, febre, dor de cabeça, chuta-se o caneco. Se atirar no fundo do caneco a pessoa morre com dor de cabeça. De lá você vai para a mata e a pessoa vai sofrer uma febrezinha.

Aí você corta a raiz da paxiubinha e passa uma cruz em cada braço e perna com o líquido dela. Aí vai caçar, mas você não caça.

Aí vai caçar novamente. Quando mata a caça passa o sangue dela em cima dessa cruz. Vai para casa e encontra o outro com febre. Aí a mulher do outro limpa a cozinha, tira o caldo e manda para o caçador, aí a pessoa sara e o caçador volta a matar.”

A impressão geral é que existe uma consulta a alguma espécie de oráculo e uma vingança conforme e a gravidade do acontecido. Os casos do tratamento da caça que não são deliberados, mas considerados como fruto de alguma falta de cuidado, parecem também estar associados a uma falta com o dono da caça que pode ser reparada.

O caipora é uma figura central desse sistema de caça. A ele se recorre também quando se quer melhorar o sucesso na caça, aumentar o fluxo de caça para sua casa. Fazer negócio com o

Caipora significa sucesso na caçada. Quem faz negócio com ele “sempre que sair para caçar vai matar caça” ou “sempre vai topar com bicho” como dizem os seringueiros.

Para Seu Josimar o Caipora é um ser com quem as pessoas fazem “negócio” para matar a caça. Tem que ter coragem quando se encontra com ele pois na mata ele grita, assobia, se transforma em porco e em veado. Só aparece para quem têm coragem. É um menino com cabelo até a cintura (caboclo).

“Se você pedir e ele der o veado deixa tabaco e papelim para ele. Às vezes você acha que é veado mas é o caipora transformado.

Só alguns bichos têm negócio com o caipora. Nambu, veado, catitu, todos, mas alguns ele usa para enganar os homens.

Ele é o pai das caças, que toma de conta dos animais. Às vezes se atira e não mata.”

Quando ele diz na última frase que “atira e não mata” ele faz uma referência à panema. Essa frase é uma das mais utilizadas pelos moradores para definir essa situação de infelicidade na caçada.

“Se faz o remédio para matar a caça por causa da Caipora e não dá certo a pessoa toma peia na mata. Então toda quinta-feira deve deixar um pedaço de tabaco no campestre. O campestre é a mata, a casa do Caipora. Não pode de jeito nenhum caçar no campestre senão ele fica todo cerrado. (Anaíltom – Foz do Tejo)

Anaíltom conta também uma história que aconteceu com seu amigo Pedro: Ele fez um negócio com a Caipora em uma encruzilhada. Segundo esse acordo ele deveria caçar três sextas feiras, nas três ele mataria um veado, só que não poderia vizinhar esses veados com ninguém, deveria levar para casa e comer com sua esposa e os filhos. Fazendo isso apareceriam muitos veados para ele na mata, um trás do outro. Ele cumpriu as determinações do Caipora durante duas sextas feiras mas na terceira ele comeu e vizinhou. Ele voltou para a mata para achando que havia ludibriado o Caipora e que os veados viriam em grande quantidade. Apareceu um veado

pequeno e ele atirou, apareceu outro e ele atirou, outro, vinte e cinco veados e correram atrás dele.

Essa história ilustra o poder do Caipora em controlar um verdadeiro fluxo de caça para o seringueiro, mais ou menos contínuo e intenso na medida em que o seringueiro cumpre as regras de relacionamento e cria uma certa afinidade com o Caipora através de negócios.

Seu Osmar do rio Bagé também relaciona diretamente a panema ao Caipora ao contar um enrasco que ele sofreu::

“Fazia uns três meses que eu não matava caça até que um dia topei com um veado e matei, tirei o fato e fui tirar uma envira. Quando voltei, depois de dez minutos, parecia que tinha passado um bando de caititu em cima do veado. O veado estava virado para o outro lado com uma folha dobrada enfiada no rin. Depois daquilo voltei a caçar bem. Antes daquilo, naqueles três meses eu não acreditava em Caipora mas eu pedi para encontrar com o Caipora, encontrei e comecei a acreditar. “

Seu Osmar também fala dos poderes que o Caipora detém sobre o andar da caça, o que lhe possibilita controlar o acesso dos seringueiros a ela:

“O Caipora controla a caça como um vaqueiro controla o rumo do gado. Você percebe que os bichos vão vindo tudo para um lado. A Quinta feira é o dia em que ele anda. Ela dá um grito igual japó (pássaro da mata) e controla a caça como o vaqueiro grita para o gado. Ela dificulta a vida do caçador que fere o bicho e não mata pois ele vai ter o trabalho de curar.”

Pedrinho que mora no rio Tejo também conta uma história sobre a Caipora e um homem que fez negócio com ela para caçar porcos do mato. Esse homem recebeu poderes da Caipora mas exagerou em seu uso.

“Um homem que morou na Restauração chamado Filhote tinha um cunhado Raimundo Ferreira que fez negócio com o Caipora. Ele contava que por causa disso ele fazia era matar caça mesmo. Matava só para tirar o couro. Até um dia que ele foi caçar. Aí quando chegou na mata ele viu a trilha dos porcos e foi atrás. Quando ele chegou no lugar de esperar eles já tinham passado, pensou: “Eles vão para o outro barreiro.” Ele foi, chegou lá eles também já tinham passado. Ele ouviu uma voz dizendo: “Eles vão passar em canto fulano de tal”. Quando chegou lá os porcos já tinham passado.

Aí ele ouviu a voz dizendo de outro canto, ele foi lá e os porcos ainda não tinham passado.

Ficou trepado esperando. Os porcos vieram e ele olhou. Eles estavam todos sem o couro, só tinham couro nas ventas e no mocotó.”

Além do negócio com o Caipora, também existem outras formas de se melhorar o desempenho na caça. Basicamente os chamados remédios de caça ou caborje e as maçãs. Existem animais especiais que possuem alguma substância que pode contribuir para que o caçador tenha sucesso na caçada.

As maçãs são descritas como bolas presas no intestino de alguns animais, de forma mais constante nos relatos nos veados e jabutis. Essas bolas podem conter pelos do próprio animal ou de vários animais. Segundo seu Caboré houve uma vez que ele tirou duas maçãs de dentro de um veado. Diz ele: “Não pode mostrar para ninguém. Fica no fato da caça. Era quase do tamanho do caroço de um abacate. Cheio de cabelo do veado. No estômago. Diz que para ser boa mesmo o animal precisa vomitar a maçã na hora que morre. Toda caça têm. A caça que tem maçã é difícil de pegar. A maçã têm cheiro de caça e atrai.”

Outros moradores dizem que um o veado é suspeito de possuir maçã quando ele demora demais para morrer, do jabuti quando ele têm quatorze malhas. Então, quando se encontra um veado desse, antes que ele morra, deve-se chegar perto dele pedir três vezes pelo amor de Deus que ele lhe dê a maçã. O veado vomita a maçã em você deve escondê-la de todos, porque se alguém ver ela perde o efeito. Se o caçador sair com a maçã presa na espingarda sem que ninguém a veja ela fará com que ele sempre mate caça. Desse veado diz-se que é caborjeiro, ou feiticeiro se pensarmos em um dos significados tradicionais da palavra. Tem poderes mágicos e específicos que também facilitam o acesso à caça.

Ciências da caça e a ciência da escrita

“*Tudo tem do brabo e tem do manso*”, como dizem os seringueiros. Para os migrantes nordestinos que vinham para o Juruá na virada do século amansar significou em muitos aspectos tomar conhecimento sobre um certo modo de vida que lhe era estranho. Significou também nesse sentido aprender certas ciências de relacionamento com a floresta.

A taxonomia animal dos seringueiros apresenta como um de seus princípios classificatórios os termos brabo e manso. Todos animais domésticos, *mansos*, tem um correspondente *brabo*⁵⁵. O porco de casa *manso* tem seu correspondente *brabo* no porquinho do mato, as cabras e bodes têm um correspondente *brabo* no veado, e assim por diante. Os índios dividem-se também em brabos e mansos, havia até os *amansadores* de índio. Mesmo nós, pesquisadores, passamos de *brabos* a *mansos*, à medida em que ganhamos experiência de campo e nos adaptamos à alimentação, às caminhadas na mata, etc.

A familiaridade com certas técnicas, com certas condições de vida, definem o manso. O que é estranho, aquele que não está adaptado ao modo de vida local associa-se ao termo brabo. Nesse modo de pensar e classificar, a adaptação e o pertencimento são valores considerados e associados. O domínio de capacidades e técnicas é também admirado na medida em que ele permite adaptar-se às novas situações, transpor fronteiras e relacionar-se com sociabilidades diferentes da local. Nesse sentido, o local é definido pelo modo de vida do seringal, das colocações.

⁵⁵ Ver mais sobre classificações e taxionomia local em (Carneiro da Cunha, M. e Almeida, M., 2002)

Ao passarem de *brabos* a *mansos*, os seringueiros aprendem a *ciência* associada a muitas atividades. Para seringueiros, como Meruoca e Grajaú, são *ciências*, por exemplo, o negócio com o Caipora, a *maçã* do veado e outros *caborjes* que dão sorte na caça. Esses caborjes são objetos cujo preparo requer conhecimentos especiais e secretos, cercados de mistério. É *ciência* a associação entre locais percorridos pelo veado na encosta das *terras* e as fases da lua. Há outras *ciências*. A *ciência*, o conhecimento dessas coisas secretas, envolve o relacionamento com os donos das mercadorias, e também com os *donos da caça*.

Segundo Antônio Grajaú, é preciso muita dedicação para aprender a caçar – e compara o processo à aprendizagem da atividade de caça ao aprendizado da escrita. A escrita também leva a mais felicidade, mais facilidade, na relação com o exterior – e o saber que leva a preparar a *maçã* traz mais *felicidade* na relação com os animais da mata, com as caças. O que há de comum também é que nesses dois mundos existem *donos, monopolizadores, ou existiram num passado recente no caso do patrão*. A *ciência*, o conhecimento dessas coisas secretas, envolve o relacionamento com os donos das mercadorias, e também com os *donos da caça*. Há a necessidade de um poder de diplomata, de tradutor, para usar o termo de Manuela Carneiro da Cunha, ao tratar dos xamãs.

Assim, numa forma de agir e ver o mundo seringueira, forjada em sua história de migrantes nordestinos colocados para viver na floresta dentro de seringais e sob um sistema de aviamaneto, uma lógica geral se configurou e é dentro desse modo de compreender e pensar sobre o mundo que se localiza a escrita, inclusive como importante referência contínua dentro do sistema de aviamaneto.

O sistema de aviação e o regime dos patrões contribuiu para que os moradores do alto juruá historicamente experimentassem um importante isolamento. Com o passar dos anos as relações entre os seringueiros e suas colocações se estabeleciam e se adensavam em novas formas, parentesco, vizinhança, etc, ao mesmo tempo em que as relações com outros universos, com o restante da vida nacional, com as cidades, com o mundo fora dos seringais, era controlada pelas conexões limitadas intermediadas pelos patrões. Em direção as matas o trabalhador nordestino sentia-se tão isolado quanto da “civilização”. O meio era tão inóspito e desconhecido que em um primeiro momento favoreceu a dependência do trabalhador em relação aos produtos trazidos pelos patrões. O preço bom da borracha contribuía mais ainda nesse sentido ao exigir do seringueiro dedicação maior ao trabalho, restando pouco tempo e disposição para a dedicação a outras atividades de subsistência. Nos períodos de decadência do preço e do mercado da borracha deu-se o movimento contrário, os trabalhadores e suas famílias procuravam, em um processo longo e muito rico, romper o isolamento tanto em relação à floresta quanto em relação ao mundo de “baixo”, descendo o rio, e nesse sentido novos conhecimentos e estratégias foram necessários. Essa adaptação e o rompimento com o monopólio dos patrões tornou-se tão cotidiano e importante para essas pessoas que constituíram-se em um valor local nominável, que diferenciava as pessoas. As chamadas ciências são os conhecimentos e práticas que permitem em diversas dimensões e espaços romper os diversos isolamentos e estranhamentos de um povo que se adaptava a um novo meio e enfrentava imposições sociais. Tais ciências têm um caráter geral de ciências de relacionamento que funcionam, como no caso dos remédios para caçar e dos negócios com o Caipora, em estreitamento de laços com conseqüente aumento de fluxos de caça por exemplo. No caso do regime dos seringais e do monopólio dos patrões sobre as mercadorias o mesmo ocorria, um bom seringueiro, cumpridor de seus deveres e aliado a um bom patrão garantia

para sua família um fluxo constante e farto de mercadoria e de crédito. Tratar bem as seringueiras, que também possuem uma mãe das seringueiras como existe o dono das caças, é condição para que a seringa continue fluindo com fartura para as tigelas dos seringueiros.

A lógica de vários intermediários que controlam vários fluxos em um certo escalonamento hierárquico é absolutamente recorrente e inclui em muitos momentos o código grafado. Em uma de minhas primeiras vigens para o Juruá apliquei um certo número de questionários sócio econômicos nas casas de alguns moradores como parte de um projeto de pesquisa do qual participava. Em uma das casas em que estive perguntei ao final da entrevista se haveria alguma dúvida com relação à pesquisa, à minha presença na Reserva, enfim, se haveria alguma pergunta que eles gostariam de fazer. Nesse momento os moradores da casa se reuniram em um canto da casa e como que tomando coragem elegeram um dos moradores da casa para esclarecer algo que os incomodava a algum tempo. Avisaram que se eu quisesse não precisava responder. Eu me prontifiquei a tentar responder e então o morador sob o olhar dos outros trouxe para mim uma lata de leite em pó e apontou para o código de barra perguntando o que era. Eu devolvi a pergunta querendo saber a opinião deles sobre aquilo. Disseram que todos os moradores haviam reparado que muitos produtos que vinham do baixo passaram a trazer aquela marca e que ninguém conseguia ler. Também repararam que os produtos de Cruzeiro do Sul não possuíam aquela marca, que devia ser de um lugar muito abaixo no rio. Muitos moradores diziam que era um sinal do final dos tempos e outros, incluindo meus interlocutores utilizando um outro fato chegaram a conclusão de que era a marca do Fernando Henrique Cardoso. Disseram que desde de que ele tinha assumido a presidência os produtos passaram a chegar com aquela marca., e que com certeza deveria ser a marca do Presidente. O patrão dos patrões, o chefe máximo da hierarquia nacional também deveria controlar o envio

dos produtos que vinham mais do baixo e com certeza passou a marcá-los com o código de barra.

O estranhamento do meio e o isolamento inicial imposto pelo monopólio desses intermediários e pelo bom preço da borracha exigiu de seringueiros e suas famílias um esforço de adaptação, que se dava a partir do conhecimento dessas ciências do relacionamento. Entre outras, havia a ciência da escrita para conectar-se diretamente ao mundo do baixo, ao mundo urbano, e o conhecimento das ciências da caça para facilitar os fluxos de caça do mundo das floresta, para, de um lado, melhorar o relacionamento com os intermediários, patrão e Caipora, e por outro construir canias alternativos para driblar o isolamento e o monopólio.

Em suas falas e pensamentos vários moradores fazem essas relações e analogias entre a *ciência* da escrita e a *ciência* da mata. Antônio Grajaú, por exemplo, constrói a relação entre aprendizado da escrita e aprendizado da caça e seu Meruoca formula uma relação entre os pares seringueiro-patrão e seringueiro-Caipora. Quando perguntei ao Seu Antônio Meruóca como funcionava a panema ele me respondeu mais ou menos o seguinte: A panema é uma ciência da caça, é um empedimento que o dono da caça faz para que o seringueiro não possa caçar, ele manda nos caminhos que ligam a caça ao seringueiro, da mesma forma que o patrão monopolizava a mercadoria dos seringueiros, tudo que passava pelo rio era controlado por ele, ele era o dono de mercadorias e informações, tudo que vinha do baixo. Assim, se o seringueiro consegue ser uma espécie de chaleira do Caipora ele sempre terá acesso facilitado ao fluxo de caça que vêm da floresta, da mesma forma que o seringueiro chaleira do patrão conseguia viajar para a cidade. Na intermediação com esses mundos eles usam da ciência da escrita para o mundo do baixo e ciência da mata, caborjes e maçãs, para a floresta.

É ele também quem declaradamente afirma a intenção de ganhar controle sobre os fluxos dos rios ao explicar porque gostaria de aprender a escrever. Roxo, outro seringueiro, relaciona sua atividade de escrita com controle da atividade da floresta, usando uma analogia com a escrita dos monitores e o controle das atividades comerciais no seringal: os cadernos dos monitores tratam, diz ele, do “giro da mata” (da coleta e do consumo dos animais e de outros seres da floresta). Nessas metáforas em que a mata aparece como seringal cujo produto é registrado, voltamos à analogia entre patrão, dono do seringal, e a mãe da mata.

Num esquema geral teríamos esses sistemas abaixo organizados em árvores, onde o Universo corresponderia à copa, o Responsável ao caule e ao controle da trânsito da seiva, o Fluxo à própria seiva, as Ciências como o conhecimento necessário para usufruir dos fluxos. Já mostramos anteriormente o papel fundamental da escrita e do guarda livros no sistema de aviamento.

	Caça	Aviamento	Poder Xamânico	Pesquisas	Política	Produção de Borracha
Universo (fonte)	Mata	Mercado	Baixo	Universidade	Poder	Estradas de Seringa
Responsável	Caipora	Patrão, Associação	Curandeiros Reconhecidos	Pesquisador	Político	Mãe das Seringueiras e o patrão
Fluxo	Caça	Mercadoria	Poder de cura, de visões, de previsões	Recursos, aprendizado.	Recursos, poder político	Látex
Ciências	Ciências da caça	Bom Relacionamento com o Patrão/Associação	Adquiridas com o deslocamento na rede hidrográfica	Escrita	Liderança local	Conhecimentos relativos ao processo de extração da seringa

Conclusões

É a partir da compreensão de várias das relações e das lógicas envolvidas no modo de vida construído pelos seringueiros, e em seu funcionamento, que podemos procurar compreender

como os seringueiros pensam a escrita. Existem analogias possíveis e que fazem sentido em uma elaboração dos próprios seringueiros entre a escrita e as ciências da caça já que a natureza de suas funções e de seu aprendizado por exemplo são análogas. Para chegar a esse tipo de perspectiva foi necessário compreender primeiro que há algumas lógicas mais gerais que ordenam concepções sobre várias ordens de relações.

Em capítulos anteriores procuramos amparar alguns usos e significados locais da escrita em uma distinção fundamental entre o mundo do *baixo* e o mundo do *alto*. A escrita até então mostrava-se como algo utilizado para exercer um monopólio e um certo poder entre esses mundos e seus canais de comunicação. Mostrava-se como a linguagem corrente no baixo, todos de lá escreviam, e todos de cá que escreviam podiam comunicar-se com eles, repetindo uma dos entendimentos de Lèvi-Strauss à respeito da escrita no episódio dos nambiquara. A escrita dá acesso ao mundo dos brancos, no caso dos seringueiros ao mundo do baixo, e, de certa forma, como vimos nos sistemas de contabilidade dos seringais, a borracha e a mercadoria corriam não só pelos rios mas pelas anotações dos contabilistas e estas, por sua vez, trafegavam pelos rios.

Nesse capítulo procuramos demonstrar que há ainda outras distinções de espaço e outros fluxos importantes para os seringueiros e que estão associados aos significados e usos locais da escrita: um deles é entre a mata e colocação e outra, retratada pela vizinhança é entre colocação e colocação. O fluxo novamente surge entre esses pontos mas agora é de carne e de confiança. Procuramos evidenciar que a relação entre mata e seringueiro é análoga à relação entre barracão e seringueiro. Ambas tinham seus fluxos monopolizados, a primeira pelo Caipora, que ainda ocorre, e a segunda pelo patrão. A permissão para esses canais e fluxos está nos dois casos associadas à saberes muito específicos, com relação ao primeiro está na

ciência da caça enquanto que o segundo está associado à escrita. Os vizinhos, as relações locais e igualitárias podem interferir nas relações entre patrões e seringueiro e entre caipora e seringueiro.

CAPÍTULO V. APARIÇÕES DA ESCRITA NO RIO TEJO

Introdução

Neste Capítulo, tratamos da presença atual da escrita na região. Na seção intitulada “História da escrita, segundo os moradores do rio Tejo”, apresentamos o ponto de vista de alguns escritores sobre as escolas e o ensino, bem como sobre processos de aquisição da escrita. Em “Aparições da escrita e de escritores da floresta”, continuando a apresentação de conversas com Antônio Barbosa de Melo e com outros moradores, tratando da trajetória de escritores que nunca frequentaram a escola. Em “Escritores da Floresta” apresentamos a trajetória de aprendizado da escrita passou por diferentes fases e seguiu diferentes caminhos, destacando os casos de Roxo, Caboré e Grajaú. Nas conclusões referentes a este capítulo apresentamos um comentário sobre a particularidade da escrita desses escritores autodidatas.

Ao longo do capítulo, procuramos identificar a diversidade de motivações e histórias de escritores da floresta e caracterizar seus temas, estilos e relação com a escrita. Em grande parte são escritores autodidatas, que escrevem sobre uma variedade grande de temas e questões e que se envolveram com a escrita de forma diferenciadas assim como forma diferenciados os processos e fontes de aprendizado. São exemplos de pessoas que ajudam a mapear as formas

pelas quais a escrita tem entrado na região da Reserva. Além disso, essas histórias de escrita e escritores mostram a relação da escrita com o cotidiano dos moradores.⁵⁶

A idéia desse capítulo é ser também uma continuação da história da escrita na Região. Mas em contraposição ao capítulo III, que mostrava a escrita associada ao poder, o foco central deste capítulo são os processos alternativos e ligados à estratégias individuais que tornaram a escrita mais presente na Reserva. As iniciativas individuais em direção ao aprendizado da escrita estão em todos os casos marcadas e baseadas nas redes de relações que os moradores foram constituindo ao longo dos anos, num movimento ao mesmo tempo de rompimento do isolamento em relação a outros mundos e em direção a uma maior autonomia. Assim, também em contraposição ao capítulo III, que apresentava a escrita como forma de dominação e de controle dos moradores, colocada sobre a rede hidrográfica, no caso das trajetórias individuais que tratamos agora ela é meio de subversão do sistema de dominação na medida em que flui pelas redes de relações locais igualitárias. O capítulo trata da constituição dessa autonomia e da história da escrita na transição entre a realidade dos seringais e sua decadência e a Reserva Extrativista. As mudanças nos significados e usos da escrita poderão ser observados especialmente nas histórias de escrita e leitura de alguns moradores da Reserva Extrativista, pois a trajetória de escrita desses moradores está localizada justamente nessa transição.

⁵⁶ A análise do material, extremamente rico e variado de cerca de cinquenta escritores da floresta poderia compor um capítulo próprio. Essa análise contudo, foi deixada para um trabalho posterior, envolvendo um enorme trabalho de estudo de biografias e de centenas de cadernos.

História da escrita dos moradores da REAJ

As informações que colhi nos depoimentos sobre a história da presença das escolas são um pouco desencontradas, principalmente no que se refere ao número exato de escolas ao longo dos anos; no entanto, os depoimentos são muito próximos quando se referem ao período de rápida multiplicação das escolas na região. Esse período coincide com o fim do tempo dos padrões e a instituição da Reserva Extrativista.

O que os moradores chamam de escola em seus depoimentos também é algo bem variável. Na maioria das vezes, estão se referindo a um espaço físico destinado, única e exclusivamente, ao ensino. Em alguns lugares já havia pessoas que sabiam ler ensinando outras. Em geral eram pessoas que passavam a ensinar a ler pelo interesse dos conhecidos e parentes, e porque haviam aprendido na cidade e queriam ensinar.

Segundo Antônio Barbosa de Melo, o Roxo⁵⁷, morando hoje na Foz do Rio Tejo, um dos pontos principais da Reserva, entrada para toda a Bacia do rio Tejo e para as cabeceiras do Rio Juruá, a primeira escola de sua atual localidade começou a funcionar em 1997. Ele também conta como algumas professoras ensinavam a ler e escrever em outros locais, antes da construção das escolas. Essas professoras correspondem às pessoas que ensinavam, não necessariamente a pessoas contratadas profissionalmente, pelo estado ou por particulares, para ensinar. A maioria tinha “um pouco mais de saber” que os próprios alunos, como eles mesmos

⁵⁷ Antônio Barbosa de Melo tem 26 anos é marido de Marinilda, filho de Dona Esmeralda Barbosa de Melo, de setenta e seis anos e de Francisco Lopes de Melo, 71 anos. Os quais moram em uma colação próxima à sua, conhecida como Mato Grosso. Tem três filhos com Marinilda e um de criação, filho dela. Os nomes dos filhos são Ronaldo, 4 anos, Luana, 3 anos e David, 2 anos. Gleisson de 7 anos é filho de Marinilda. Roxo nasceu na colação Barraquinha, no Riozinho, mudou-se com cerca de quatro anos para o Igarapé Pão, no Rio Manteiga, três horas de caminhada de sua primeira colação. Com vinte e dois anos mudou-se para a Colação Mato Grosso, na Foz do Tejo. Está casado há cerca de cinco anos.

dizem. Roxo conta ainda que, do conhecimento dele, em toda a Região onde hoje está localizada a REAJ, antes dessa escola na Foz do Tejo, só havia uma escola na Restauração.

A: Roxo, nessa época você morava no Pão?

R: Morava , só onde tinha escola era na Restauração, dava um dia de viagem, não é?

A: De caminhada?

R: Isso; de caminhada, do Pão para a Restauração, só onde tinha a escola. E eu aprendi...

A: Só ali que tinha? Quando que foi ter mais?

R: Compadre, quando foi ter mais escola , estava com pouco tempo que foi ter escola.

A: Mas quantos anos?

R: Eu acho que tá mais ou menos, eu cheguei aqui...tava com, comecei a trabalhar na pesquisa em noventa e três, parece. Em noventa e três aí, passei...

A: Você morava no Pão ainda?

R: Era. Aí foi logo quando eu cheguei aqui, que eu subi mais o Mauro com o projeto pro Juruá, quando foi com dois anos aí que foi ter escola na Foz do Tejo; sei que foi em noventa e quatro ou foi noventa e cinco que eu fui pro Juruá mais ele. Aí nessa época não existia escola, só essa escola da Restauração, mas na foz do Tejo não tinha escola ainda. Tinha uma professora, ela dava aula, ali naquela hospedaria da Associação, naquela casa de reunião da foz do Tejo. Ai, acho que em noventa e cinco, noventa e seis acho que foi ter escola de... noventa e sete . Noventa e sete pra noventa e oito foi ter escola. Depois no Manteiga, no Riozinho, no Tejo.

A: Antes, na Reserva inteira, na área da Reserva tinha quantas escolas?

R: Não existia nenhuma.

A: Só Restauração?

R: Só Restauração.

A: No Maranguape não tinha uma escola?

R: Não tinha não.

A: Eu ouvi falar que tinha primeiro no Maranguape, Restauração, na boca do Bagé, parece que no Caipora, não é isso?

R: Se tinha , mas eu não tenho lembrança , compadre , sei que na Restauração nessa época tinha, certeza na Restauração tinha. Na restauração e aqui no Tejo tinha escola.

Seu Antônio Grajaú conta da evolução no número de escolas no rio Bagé, fala também de seu aprendizado da escrita. O que se percebe nas perguntas sobre a presença das escolas, principalmente para aqueles moradores mais velhos, acima de 30 ou trinta e cinco anos é que eles destacam o fato de ter ocorrido uma explosão do número de escolas a partir da instituição

da Reserva Extrativista. Contudo, como vimos no capítulo III, Thaumaturgo de Azevedo havia fundado em 1905 uma escola na foz do rio Amônia, na Vila Thaumaturgo. Outro fato que fica evidente é que no período em que não existiam escolas, o aprendizado da escrita ocorria com poucas pessoas que detinham a escrita pelo esforço individual. Grajaú fala também das cartilhas do ABC, um instrumento didático muito lembrado por moradores que aprenderam a escrever no tempo dos seringais. A pergunta inicial é sobre a quantidade de pessoas que dominavam a escrita no chamado tempo dos patrões.

T: Tinha pouca, pouca gente. Só tinha algumas pessoas que sabiam ler, aquelas pessoas mais velhas que tinham aprendido aí para fora, Belém do Pará; para esse mundo. Aí essas pessoas eram aquelas pessoas que ele (o patrão) tratava com mais respeito porque elas sabiam um pouco, entendia, ele (o patrão) tratava com mais respeito. Aí não existia escola, só quem estudava era o filho do rico, o filho do patrão. Porque o patrão tinha como botar ele para Rio Branco ou para Belém, para esse mundo...

A: Não tinha nenhuma escola?

T: Aqui não, não tinha escola não.

A: No Bagé?

T: Não, nenhuma.

A: Hoje tem quantas?

T: Hoje aqui no Bagé têm 1, 2, 3, 4.....9 escolas no Bagé.

A: Até que ano não tinha escola?

T: Até a época de 95, 94, por aí não tinha nenhuma, foi tudo construído daí para cá. Pois é, aí tinha uma mulher que se chamava Leontina que era prima da minha mulher. Ela era muito penalizada pelas pessoas e tinha pena de ver aquele povão.... Ela tinha estudado um pouco com a tia dela, dona Leonor. Aí a dona Leonor resolveu fundar uma escola no Iracema, no Tejo.

A: Foi a primeira escola?

T: Foi. Aí ela já tinha estudado em Cruzeiro, passou um tempo lá, tinha estudado um pouco por lá., a Leontina.

A: Mas como ela tinha chance de estudar? Ela era mulher de seringueiro, filha de patrão?

T: Ela era mulher de filho de patrão. Era filha de um seringueiro, mas era casada com filho de patrão. Pois bem, aí ela foi, inventou de arrumar umas cartilhas de ABC, e ensinar as primas dela e a vizinhança ali por perto. E até não tinha troco nem nada, o trabalho dela, era só força de vontade mesmo. Aí matriculou as meninas e a minha cunhada foi. Eu tinha me casado estava com 2 anos, aí elas iam estudar, dia de sábado elas iam para casa, passar o final de semana em casa, que era pertinho, dava mais ou menos 30 minutos de viagem. Aí a gente ia também naquele final de semana. Às vezes eu ia também

passar os finais de semana lá na casa do pai da mulher. Ela queria ir para casa do pai dela mais a mãe dela, e eu ia com ela e passava o final de semana lá. E às vezes, noite de sábado assim, ela trazia aquele livrinho de lá da escola, e ia ler aquelas historinhas para a gente escutar. E aquilo eu ficava assim pensando: - Ah meu Deus, eu queria que Deus me desse o poder de eu um dia também saber ler, para eu um dia também conhecer; para eu ler essas coisas, conhecer o sistema de balança, somar uma conta; porque a gente vive tão isolado com o patrão. O patrão não dá uma chance, a gente não sabe nem o que a produção da gente dá, o que sobra, não sabe de nada! Aí um dia eu falei para ela assim, (ela lendo até uma historinha do 1º livro), aquela historinha do jabuti mais a onça:

A: Você lembra até da historinha?

T: Lembro daquela historinha que a onça dava na perna do jabuti, na abertura do buraco. Eu digo: Ah minha comadre, eu queria uma pessoa. Que tivesse uma pessoa que me desse mesmo uma cartilha velha, uma cartilha de ABC velha; eu ia aprender a ler. Ela disse: - Não compadre, se você quiser, eu arrumo a carta de ABC; se você tem essa vontade mesmo eu lhe dou a carta de ABC. Falo com a madrinha Leontina e eu trago uma cartilha de ABC para você. Eu digo: -Quero mesmo, mas faça isso mesmo. Aí ela foi e no outro sábado eu tinha ido para lá, e ela veio e trouxe a carta de ABC. Fiquei muito animado, aí ela foi e me deu uma liçãozinha .

A: Como era essa lição?

T: Ah, ali o beabá, o 1º da carta de ABC, aí eu fui por ali e comecei a conhecer melhor as letras. Aí eu achei que ia mesmo, aí ela achou também que eu tinha capacidade de aprender, disse: - Rapaz, você vai aprender mesmo! Aí no outro dia, domingo, eu fui e dei a lição que ela tinha me dado, tudinho certinho! Ela disse: - Rapaz, tu vais aprender mesmo, já está conhecendo as letras com 2 lições que eu te dei. Aí eu peguei a cartilha de ABC e vim para casa. Aí aquilo ficou gravado mesmo na minha memória, aquela lição que ela tinha me dado, aquilo não saía do meu sentido. Eu ia trabalhar, ia cortar, mas era ali no sentido; levantava de madrugada ,às vezes 1h da madrugada, 2horas, aí eu ia lá, fazia o fogo, botava a panela para esquentar para quebrar o jejum, e eu corria na carta de ABC e ia estudar. Ali, enquanto a panela fervia, eu estava com a carta de ABC lá espanada; encostadinho e estudando. Com o sentido lá na seringa e o sentido cá também. Aí eu parava lá, quebrava o jejum e quebrava para a estrada. Quando eu chegava de tarde , aí eu ia defumar. Aí, quando terminava de defumar, às vezes a mulher estava com a janta pronta , e eu tomava um banho; jantava e passava para a carta de ABC, de novo. Pegava a carta de ABC de novo e ficava lá sozinho; a mulher ia fazer o menino dormir e dormia também, e eu ficava pegado. Às vezes quando eu ia dormir 21h, 22h, estudando. Aí foi com umas 2 semanas, eu fui de novo. Voltei de novo lá e já tinha pulado a 1ª letra que ela me deu, já tinha tirado todas as outras letras, tudinho, já conhecia as outras letras tudinho. Aí eu fui e levei a carta de ABC e levei para ela ver se estava certo ou não, que eu não tinha quem desse uma lição. Aí ela achou que estava tudo certo e disse: - Rapaz, você vai aprender mesmo, vou lhe dar o primeiro livro. Primeiro vou lhe dar uma cartilha. Porque tinha as cartas de abc e tinha aquelas cartilhas não é? Tinha aquelas coisinhas, historinhas. Ela trouxe uma cartilha , aí eu já estava treinado na outra mesmo. Eu não levei duas semanas e dei a cartilha, ela disse: - Vou trazer o primeiro livro pra tu. Aí conseguiu um primeiro livro pra mim. Aí deu uma liçãozinha no primeiro livro e eu continuei da mesma forma. Aí dei o primeiro livro, ela foi e arranjou o segundo Aí eu pedi mais umas lição para o guarda –livro chamado José Bengala.

A: Guarda-livro?

T: Sim, ele era quem fazia todas as contas aqui para o patrão.

A: Só ele que sabia?

T: Sim.

A: Todo patrão sabia ler?

T: Sabiam , mas não eram que nem ele, ele era sabido mesmo. Ele era acostumado já ; não sei nem com quem tinha aprendido, não sei se era cearense; mas que fazia conta aqui para o finado João Praxedis daqui da Foz do Bagé. Fazia no Bagé lá em cima, na boca do ***, fazia na Restauração, para o patrão, e às vezes 2 ou 3 vezes eu pedia lição à ele, que ele ia dormir lá em casa e eu pedia lição a ele , aí ele me dava lição. Mas aí, até que eu pedi que ele me desse uma lição de matemática, conta não é? Aí ele não quis me ensinar. Aí eu por aí, percebi que existia algum trambique na soma das contas.

Grajaú, como já havíamos dito antes, tinha grande motivação para aprender a escrever pois queria decifrar as contas do barracão. Teve aulas esparsas com sua cunhada e com José Bengala, o guarda-livros do patrão. As poucas pessoas com quem ele teve um relacionamento pessoal permitiram-lhe solicitar algumas aulas, conseguindo assim o material para realizar seus estudos sozinho. Grajaú distingue o Guarda-livros e sua sabedoria do patrão, que sabia ler mas não era assim como o guarda-livros.

Aparições da escrita e de escritores da floresta

Lembremos que professores esporádicos, no seio da floresta, foram uma constante na região, e que já eram mencionados por Thaumaturgo como pessoas que ensinavam os vizinhos e mesmo comunidades a ler e escrever em escolas improvisadas. Mas os escritores da floresta os quais conheci não passaram por esses bancos de escola. A escrita fazia parte de seu cotidiano de forma restrita; muitas vezes restringido às contas do barracão do seringal. Sentimos essa escrita rarefeita também nas palavras de Roxo, que descreve seu processo de aprendizagem da escrita como sendo o resultado de sua determinação e de aparições esporádicas de professores e de livros :

“A: Como foi que você aprendeu a escrever?”

R: Eu aprendi anotando mesmo né, no caderno eu cortava e anotava, só que eu anotava,

mas eu não sabia somar, sabe?

A: E você sabia escrever como?

R: Não, eu não sabia nem escrever, eu conhecia os números, não sabe?

A: E as letras?

R: Letra eu não conhecia não.

A: E como você fazia pra escrever?

R: Eu conhecia assim, algum nomezinho...

A: Mas como você conhecia?

R: Aí o meu nome direito eu não fazia, fazia só Antônio e o resto não fazia; Barbosa não fazia, de Melo não fazia.

A: Mas como você conhecia alguns nomes, você aprendeu como?

R: Eu conheci porque eu consegui um livro, que nem eu tava lhe dizendo, eu quando eu via as pessoas escrevendo e fazendo conta, essas coisas; aí eu ficava com aquela idéia sabe; pra mim ali tinha um saber muito medonho, que a pessoa ia achar bonito, eu me dediquei e as minhas irmãs vieram pra Restauração e arranjaram esse livro que era da segunda, era, da segunda.

A: E elas iam pregar na parede?

R: É, daí eu não deixei elas pregarem, eu fiquei pelejando as letras que eu conhecia eu me dedicava pra ver se eu aprendia mesmo, ver se eu sabia de conhecer.

A: Mas você olhava no livro, não te dizia nada?

R: Não, não dizia nada.

A: E como você fazia pra descobrir o que uma letra significava?

R: Eu tinha um cunhado que ele sabia fazer o nome dele e conhecia as letras sabe? Aí eu ia pedi explicação a ele. Ele dizia as letras, aí com pouco tempo já tinha me esquecido, não sei se sabia mais. Aí ele disse que eu nunca aprendia mesmo, que eu era burro. Aí eu me dediquei, me dediquei, e apareceu um primo meu lá na minha casa. Ele morava até em Cruzeiro; aí ele me deu aula um mês e uma semana, dentro de casa mesmo, toda noite, toda noite, nós começávamos sete horas da noite e ia dormir onze horas, meia noite. Eu me acordava duas horas da madrugada, quebrava o jejum aí eu me arrumava pra ir cortar, deixava as coisas arrumadas e ia estudar de novo até as cinco horas da manhã. De manhãzinha cedo eu saía pra cortar, quando eu fechava aí o meu pai ia defumar o leite que tinha trazido e eu ia estudar de novo. Ia estudar até meia-noite de novo, onze horas. Aí foi no tempo que o Mauro passou lá mais o Chico e o Chico foi procurando uma mochila velha que eu tinha lá, que tinha esse caderno, e aí ele mostrou pro Mauro que perguntou quem é que estava com aquilo ali, aí eu fui e disse que era eu. O Mauro achou muito importante, muito engraçado, aí pediu para copiar o caderno que eu tinha feito e eu dei à ele.

A: Era tudo anotação da produção de borracha?

R: Isso. Aí ele me perguntou se eu tinha vontade mesmo de aprender; eu fui e disse que tinha. Meu sonho era de aprender, aí ele foi e pegou uma lapiseira e um bocado de papel branco sem linha, sem nada e eu fiquei escrevendo.

A: Ele deu umas lições pra você?

R: Isso, me deu umas lições, fez um exemplo lá pra mim, aí eu fiquei fazendo diário de caça, essas coisas; diário da produção de borracha, quanto era que fazia, quantos dias cortava, essas coisas assim; aí eu ...

A: Isso foi em que ano?

R: Isso aí foi em julho de 93. Acho que foi 93 pra 92, uma coisa assim. Aí quando foi em julho de 93 foi no mesmo ano que Chico passou lá e corrigiu o caderno. Aí Chico foi tirar o caderno e eu não sabia o que é que eu tinha feito . Eu dizia pra ele o que eu tinha feito e ele anotava no outro caderno, e ele deixava o nome certo, como era como não era. Aí eu pejejei, pejejei , e no tempo que eu vim embora pra cá , eu subi o Juruá com a Andréia e tudo, o Mauro e uma equipe de pesquisa toda. E até hoje o Mauro me dá explicação, a Andréia me dá explicação, me ensinava como era que fazia , como não era; como era o nome certo , falava o que tava errado. Mas logo quando eu comecei, nem o Chico entendia o que eu tinha feito, sabe? Ninguém entendia mesmo o que eu tinha feito. Aí me perguntavam e eu dizia o que eu tinha feito, e eles escreviam certo ; e levavam um bocado, uma parte, e deixava outra com nome certo pra mim. Aí eu fui indo, fui indo, até que eu fui me desarmando , aprendendo, aprendendo, aprendendo... Aí hoje eu escrevo muito nome errado, mas é mais pouco, eles corrigem meu caderno e acham pouco erro e eu fiquei estudando assim mesmo.”

Nesse trecho Roxo nos conta que o seu aprendizado da escrita passou por livros trazidos da Escola da Restauração, a única da época, os quais foram colados nas paredes por suas irmãs; também por aulas com seu cunhado que sabia um pouco de leitura e escrita, além de uma determinação sua em escrever, ainda que só ele mesmo pudesse ler, tendo que, de certa forma, traduzir seu primeiros escritos para seu irmão Chico Ginu, e, por último, por aulas esporádicas com os primeiros pesquisadores que passaram a trabalhar na região a partir dos anos oitenta. Pessoas que vinham de fora e que ensinavam aos moradores com quem se relacionavam alguma escrita e leitura.

Chico Mendes, seringueiro e líder sindical, assassinado em 1988, têm uma história parecida com a escrita relatada por ele:

“Não sei se eu acertei numa loteria, o fato é que, de repente, no seringal em que nós morávamos apareceu uma ‘pessoa diferente; um trabalhador, um seringueiro, mas com um aspecto e um linguajar totalmente diferentes dos outros companheiros. Ele passou em nossa casa num dia em que havíamos chegado da estrada de seringa e estávamos defumando o leite, e começou a conversar com a gente. Eu me interessei pelo modo de falar dele, pela forma com que se expressava. Ele trazia jornais, eu não sabia o que era

jornal. Me interessei por aquilo e ele percebeu meu interesse. De modo que, a partir dessa conversa dele com o meu pai e comigo, ficou acertado que a gente visitaria o seu barraco”. (Nowikow, 2001: 429-437)

Chico Mendes morava em Xapuri, geograficamente uma região muito menos isolada do que o Alto Juruá. Mesmo assim, quando esses fatos se passaram, em 1962, ele ainda não sabia o que era jornal. Chico Mendes não só passou a freqüentar o barraco desse seringueiro como aprendeu com ele a ler, escrever e fazer contas. Na verdade não era um seringueiro propriamente dito. Chico Mendes saberia tempos depois que tratava-se do ativista político Euclides Távora. Ele esteve refugiado até 1965 nas matas do Acre ensinando Chico Mendes.

Escritores da Floresta

Roxo

Antônio Barbosa de Melo, o Roxo – contração de Roxinho, diminutivo de *Rouxinol* – é morador da colocalção Mato Grosso, localizada no igarapé do mesmo nome, um pequeno afluente do Rio Juruá, que desemboca próximo à sede da Reserva. É casado com Marinilda e tem três filhos pequenos, Ronaldo, Luana e David. Antes de morar no Mato grosso, morou durante muitos anos no distante Igarapé Pão.

Roxo nunca frequentou escola. Aprendeu a escrever fazendo diários de caça, pesca, produção de farinha, relatórios de pesquisa, mapas e outros. Começou a escrever vendo o exemplo do irmão, Chico Ginú – delegado sindical desde o início da década de 1980, e que, por sua vez, começou a aprender a escrever tendo aulas com a esposa, à noite, depois do trabalho. Chico Ginu foi o primeiro *pesquisador* seringueiro, tendo recebido em 1989 uma bolsa da FAEP durante o período em que fazia uma espécie de recenseamento de seringueiros sindicalizados.

Certa vez, Chico Ginu mostrou a Mauro Almeida os esforços de Roxo para escrever – uma imitação quase ininteligível da letra, já difícil, do próprio Ginu. Mauro passou para Roxo a tarefa de registrar os animais que ele caçava na mata. Assim, Roxo tornou-se *pesquisador*. Dessa forma, a capacidade de escrever, no caso de Roxo, está diretamente vinculada ao ‘projeto de pesquisa’ (ou *projeto*, como se diz na região). Nas apresentações dos treinamentos de monitores do projeto de pesquisa Roxo gosta de ressaltar que foi “o primeiro monitor”. E conta que começou a fazer diários porque seu irmão, Chico Ginú, mostrou a Mauro umas anotações suas sobre a produção da borracha. Segundo ele diz: “Não havia quem entendesse, só ele mesmo”. Temos no acervo (Ceres) diários seus, a partir de 1993. São mesmo praticamente impossíveis de entender. De lá para cá sua caligrafia e sua escrita melhoraram muito na medida em que foi fazendo mais e mais diários. Como em 1995 Roxo era solteiro, e já ‘conhecia o trabalho de pesquisa’, acompanhou, em várias ocasiões, os pesquisadores em suas andanças e trabalhos pela Reserva reforçando sua compreensão de que fazia parte dos pesquisadores.

Muitos monitores julgam Roxo esnobe, isto é, mque ele se acha ‘melhor do que os outros’ monitores com todos esses seus discursos sobre seu pioneirismo no rabalho de monitoramento e nas viagens junto com o projeto de pesquisa. Nos treinamentos ele costuma adotar uma posição diferente dos demais. Por exemplo, quando estamos fazendo alguma atividade na qual todos estão envolvidos, ele não participa, fica olhando de longe, e quando perguntado sobre as razões de não estar participando, diz que é porque já está formado naquilo ali, que sabe fazer todo o trabalho de monitoramento e de pesquisa.

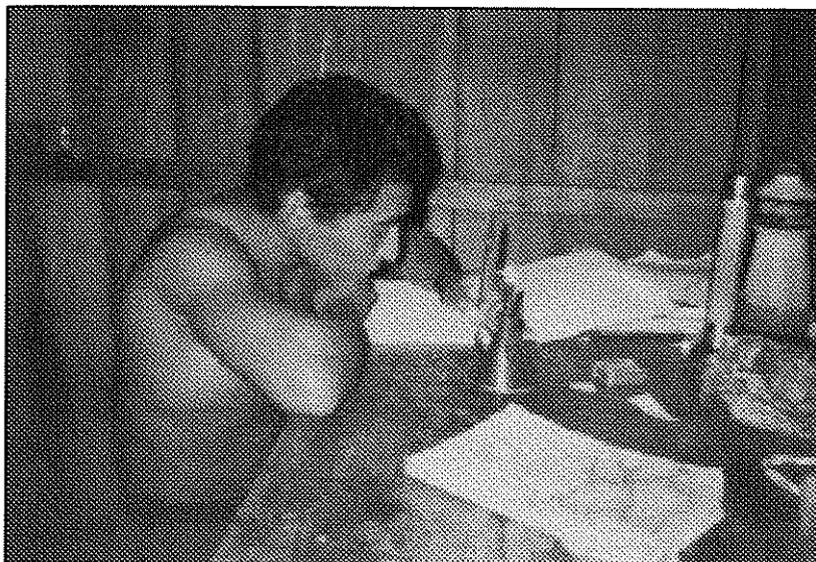


Foto 9: Roxo, dessa vez sem seu paletó, escrevendo seus diários

Roxo se auto-denomina pesquisador. Nilda, esposa de Roxo, diz ironicamente que ele acha que é doutor quando está escrevendo os diários. Antes de escrever, Roxo costuma colocar um paletó, que ganhou de um dos pesquisadores. Mandou fazer também uma escrivaninha e um banquinho. Na gaveta dessa escrivaninha guarda seu material de trabalho de monitoramento. Assim, ao escrever ele parece realmente um ‘doutor’, escrevendo sentado em cadeira, e não no chão como é comum com os outros. Embora os monitores tenham começado a receber uma ‘ajuda de custo’ desde 2000, Roxo faz diários desde 1993 sem pleitear remuneração alguma. O resultado da escrita parece ser aqui o status adquirido por Roxo, entre os *pesquisadores*, o de um ‘pesquisador’ privilegiado e respeitado por gente de fora.

Segue abaixo uma descrição sua sobre suas relações com o projeto de pesquisa que está em um de seus cadernos em uma folha de diário:

História de Antônio Barbosa de Melo (Roxo)

“Em 1993, na colocação Pão, Reserva Extrativista, com Chico Ginú e Mauro, que comecei andar junto com os companheiros do projeto de pesquisa e aprendi muito neste tempo que

trabalhei. Neste tempo aprendi muita coisa, que não só tem o rio Juruá, o rio Jordão, tem muita coisa. Quando eu chegava na casa das pessoas, o pessoal ficava espiando e ficava pensando e tinha muita gente que perguntava: “Roxo, para quê você está fazendo este trabalho?” Eu respondia que não sabia. Muitas pessoas que ficavam com medo porque não sabia o quê era que aquela pessoa estranha estava fazendo na casa de cada pessoa.”

Caboré

Além do Roxo, outros monitores da Reserva, como seu Caboré e Seu Antônio Grajaú, ambos do Rio Bagé e já bem idosos, são muito interessados pelo trabalho com os diários. Escrevem muito mais e sobre mais coisas do que se pede; também aqui sem resultado ou uso pragmático visível da escrita.

Seu Caboré, por exemplo, além de diários de caça e pesca, de fabrico de farinha e de alimentação, que haviam sido sugeridos a ele, começou espontaneamente a fazer cadernos inteiros falando sobre as condições de vida dos seringueiros, a escrever poesias, e mais recentemente a escrever sobre a vida cotidiana e sobre as histórias do local. Seu Antônio Grajaú faz os diários com muito capricho e diz que gosta muito da atividade. O cotidiano de ambos é a roça, a estrada de seringa, a caça. Após as atividades do dia, à noite, escrevem os diários, quase que desenhando as letras, sob a luz de uma poronga de querosene. Os dois aprenderam a escrever e se aperfeiçoam por meio dos diários. Como já foi dito, poucos ali podem ler o que eles escrevem. Acabam esperando até seis meses para que apareça algum pesquisador para ler e comentar seus escritos, sua caligrafia.

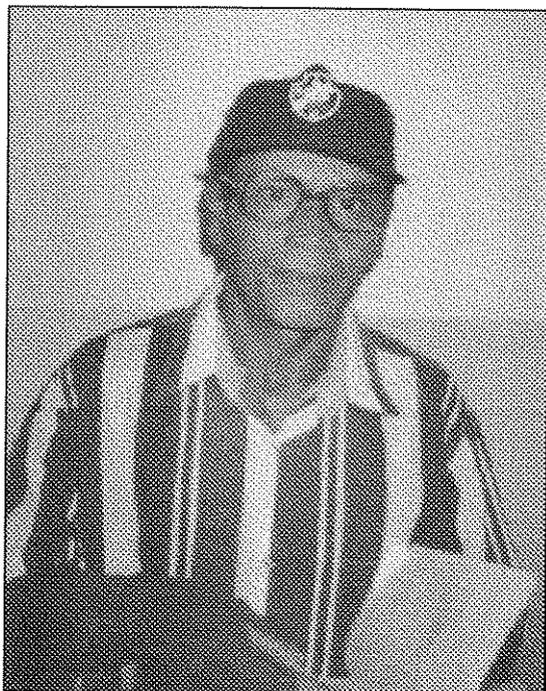


Foto 10: Seu Raimundo Caboré, quando nos encontramos em Cruzeiro do Sul em minha última viagem

Na Seringueirinha, colocação Floresta, fica a casa de seu Raimundo Caboré. Seu Caboré é uma figura singular entre os monitores no que diz respeito ao interesse pela leitura e aprendizado. Parece ter um grande respeito e admiração por esse saber científico que nós, do projeto, aparentemente encarnamos por lá. Nada de admiração passiva, mas uma admiração que se traduz em dedicação e gosto por aprender e praticar o que aprende, e de reformar, de seu modo, aquilo que não concorda muito, propõe coisas novas no monitoramento com base no que ele compreende. Sempre que chego na casa de seu Raimundo Caboré ele me traz dúvidas de coisas que leu, ou de coisas que ele viu no curso, com as quais não concordou muito, e sobre as quais formulou questões e teorias.

Certa vez realizamos um curso em que um dos assuntos discutidos era Conservação e Preservação ambiental. Ele entendeu que havíamos confundido um pouco esses dois

conceitos, e acredito que ele tenha razão. Escreveu um longo texto iniciando com essa questão. Esse texto foi transcrito nessa dissertação quando tratamos do calendário dos seringueiros, pois nele Caboré apresenta a variedade de atividades dos seringueiros e sua distribuição durante o ano para mostrar também, que todas essas atividades estão de alguma forma associadas à exploração dos recursos das matas. Desse modo não se pode exigir dos seringueiros que não utilizem dos recursos naturais, deixando a mata intocada, pois estes fazem parte de seu modo de vida e são essenciais para sua subsistência. Por outro lado o modo de vida dos seringueiros, como mostra Caboré nesse texto, é muito racional no que diz respeito à utilização sustentável dos recursos. O meio é tão essencial quanto sabiamente utilizados pelos seringueiros. A argumentação para distinguir entre preservação e conservação para Caboré passa por essa demonstração.

Caboré estuda muito todos os domingos. Segundo sua esposa, dona Agamedina, ele passa os domingos trancado no quarto, lendo. Seu Caboré constituiu uma pequena biblioteca de cartilhas escolares de seus filhos, manuais do Ibama, todos os tipos de manuais e livros trazidos por pesquisadores. Todos eles ficam bem guardados em seu quarto, seguramente a maior e mais lida biblioteca da Reserva. É importante lembrar que Seu Caboré mora num dos locais de mais difícil acesso da Reserva, nas cabeceiras do Rio Bagé, de trânsito raro, já que não é caminho para nenhum local costumeiramente visitado. Sua produção escrita também é a maior entre os monitores: escreve sobre os problemas da Reserva, desenha mapas para explicar algumas situações, inventa novos diários que, segundo ele, podem mostrar melhor, para o povo de São Paulo, como é a vida do Seringueiro. Abaixo por exemplo ele trata das invasões da Reserva Extrativista que estavam acontecendo em 1995, moradores e vizinhos que

estavam, segundo seu ponto de vista, explorando de forma equivocada os recursos da Reserva.:

“Executou-se uma missão do IBAMA dentro de nossa reserva notificando caçada com cachorro, marisco de bateção, roçado nas margens dos rios, queimadas de seringueiras, marisco com veneno leite de açacu, tinguí peruana, timbó chata, se fosse o caso, mas não houve nem um marisco por envenenamento dentro de nossa reserva. Na área indígena Jaminaua arara do Bagé, bem próximo à nossa reserva, ouvimos falar que os índios mariscaram com veneno leite de açacu, mas com esta visita do IBAMA à nossa reserva o povo vai acreditar que o plano de uso da nossa reserva é de acordo com as leis, por isto foi notificado muita gente que não acompanhou o plano de uso de nossa reserva. Como seja, marisco de Bateção, caçada com cachorro que no decorrer de 1995 muita gente teimou e outros que nunca obedeceram este plano de uso, como por exemplo o senhor Lourival Pereira Dutra, vulgo Negro do Rosso, que a mais de 4 anos que caça com cachorro raziado perdigueiro em sua colocação de seringa. Considero invasão porque sua colocação de seringa está muito pobre, muito desfalcada de caça e que este problema está prejudicando as áreas vizinhas. Por este motivo o IBAMA levou o cachorro e mandou que o senhor Lourival Pereira, que é o dono do referido cachorro, fosse para uma reunião junto ao IBAMA para que o senhor Lourival tomasse conhecimento de mais um trabalho educativo sobre plano de uso de nossa reserva, porque seu Lourival nunca participou de reunião de seringueiro junto com associação, mas seu Lourival obedeceu o IBAMA e foi até Marechal Thaumaturgo. De lá, o senhor prefeito Itamar de Sá e senhor deputado Vagner Sales mandou que seu Lourival voltasse para sua colocação. Está certo, mas só não está certo as referidas autoridades mandarem que o senhor Lourival trouxesse novamente o cachorro para causar os mesmos problemas. Porque um cachorro de estimação, tudo bem, não tem nada a ver, mas um cachorro para viver na mata acuando e espantando as caças, eu discordo plenamente. Porque a caça, o peixe, é de grande utilidade para nós seringueiros, porque vem garantindo a nossa sobrevivência e que futuramente vai garantir a sobrevivência de nossos filhos e nossos netos. Por isto vamos conservar nossa floresta, vamos conservar nossa reserva e procurar aprender a usar sem abusar todos nossos recursos naturais. (Raimundo Caboré-15/11/95, manuscrito)”

Ele já escreveu muitas poesias e gosta de declamá-las nos treinamentos, embora seja muito tímido. Vive em sua colocação, um pouco retirado dos eventos políticos, embora tenha posições muito claras a respeito dos problemas políticos locais e sobre a vida, parece apostar em seu trabalho de anotações e redações como quem aposta em um documento que será utilizado, em algum momento, para o bem da Reserva.

Parece que teve alguma desavença política que o deixou em uma situação ruim, por isso não gosta muito de falar desses assuntos, preferindo escrever e escrever. Dele podemos dizer que

tem o prazer do conhecimento e que nunca está satisfeito. Seus escritos são realmente diferenciados dos outros, na profundidade e no perfeccionismo.

Na penúltima viagem até a Reserva, deixei com ele um dicionário. Seus amigos dizem que ele não anda sem esse dicionário, o que acabei constatando, depois, quando o encontrei e ele estava cheio de dúvidas sobre coisas que havia encontrado lá. Havia vasculhado o dicionário e perguntava sobre suas convenções. Seu Raimundo Caboré diz que aprendeu a escrever, fazendo o trabalho de gerente de barracão.

Antônio Grajaú

Seu Antônio Ferreira Lima, Antônio Grajaú, como é conhecido, também mora no Rio Bagé, abaixo de seu Raimundo Adelino. É monitor sócio-ambiental, no projeto de pesquisa. Pai de muitos filhos e morador antigo do Rio Bagé, ele contou sua história na escrita durante esse trabalho. Desenvolveu a leitura e as contas, trabalhando com venda de mercadorias, marretando. Escreveu longas histórias sobre a Reserva e sobre sua vida.

Um dos pontos interessantes de seu Antônio Grajaú é sua própria escrita. Como estive um bom tempo em sua casa, trabalhamos muito em seus escritos e diários. Tem uma forma muito própria de escrever. Quando está escrevendo, vai consultando cadernos e escritos anteriores, ao ter dúvidas em alguma palavra, e *só consegue escrever falando*. Apesar de escrever diários há muito tempo, sua escrita, as correções apresentam progressos lentos. Percebi que isso está relacionado a esse método. Ele utiliza-se diretamente dos sons, de seu modo de falar, para escrever e, por isso, insiste na grafia de algumas palavras. Cada letra deve corresponder a um

som, e ele criou suas próprias correspondências entre sons e letras. Seu estilo é a exata transcrição de sua fala.

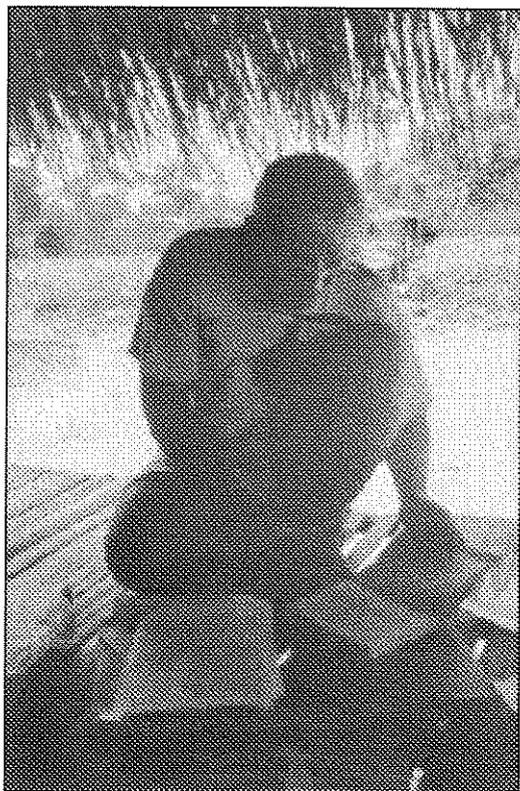


Foto 11: Toninho Grajaú estudando em sua casa

Os referenciais letrados também faltam, não há pontuação; ele parece criar suas próprias referências; baseada na observação. Ele sabe que existem outros signos além das letras, dentro do texto, mas, como não sabe direito quais são seus modos de uso, ele os coloca aleatoriamente em alguns textos. O mais impressionante é que seu Antônio, diferentemente de outros monitores, não tem o menor receio de escrever na minha presença. Isso me possibilitou ver como ele realiza essa invenção de sua escrita, com uma pontuação toda própria. Na realidade como ele próprio e alguns pesquisadores que aparecem de seis em seis meses são seus leitores, e pelo fato de desconhecer as regras de pontuação, ele a realiza na própria

leitura. Nesse sentido a escrita não é um documento mas uma relação pessoal. Ela não precisa estar normatizada para que seja lida por qualquer leitor, mas, ao contrário, ele sabe exatamente quem vai ler, que são pessoas que o conhecem e que compreendem sua forma de escrever. Desse modo ele vai testando os sinais gráficos e só os corrige na medida em que sugerimos. Quando escreve, ele separa os números da data, dia, mês e ano, com dois pontos. Sinal gráfico muito presente nos relógios digitais para separar as horas dos minutos. Eu lhe perguntei que história era aquela e ele me disse que passou a fazer assim e achou que ficou bom, que ficou bonito, e apesar de minha explicação resolveu que não mudaria argumentando que o modo como fazia lhe parecia mais bonito.

Conclusões

Em suma, os seringueiros-escritores refletem sobre sua história e o seu dia-a-dia, ao formular o papel e o sentido da escrita. Mas essa não é a única maneira de ver a escrita. Procurei não perder de vista a multiplicidade de representações isoladas sobre a escrita – contudo, fiz um esforço para que essas representações estivessem encaixadas em um raciocínio mais geral sobre a organização dos seres e das coisas, para os seringueiros, parecendo assim, não representações estáticas, mas representações em funcionamento.

As “aparições da escrita” e as histórias de cada um dos escritores que entrevistamos, bem como as várias formas de introdução da escrita, as quais não estão associadas à escola, apontam também para a importância dessa escrita, concebida nessa relação. As próprias motivações para que as crianças estudem, estão associadas à possibilidade de transposição da fronteira local, em direção ao mundo das cidades onde a escrita é uma ciência importante. Localmente, no dia-a-dia da Reserva a escrita é meio de ser recebido pelos pesquisadores, de

lidar com as pessoas de fora, de arrumar algum trabalho em um projeto que vem do baixo. Aprende-se a ler e escrever para tratar com o mundo letrado. Isso não quer dizer que a escrita não tenha relevância local. Quero sustentar, ao contrário, que a escrita historicamente tem uma importância e um significado singulares para os seringueiros. Para uma sociedade cuja manutenção de fluxos e relações com outros mundos é tão fundamental e a escrita é o instrumento essencial, o saber associado à essas relações, ou seja, a escrita assume uma relevância ímpar. Tanto é assim que as letras estão penduradas na parede da sala. A própria escrita pendurada nas paredes das salas, mesmo que não codificada, funcionaria como uma janela para um mundo que é, para os seringueiros, indissociável dela. Mais ainda, todas as trajetórias dos escritores transfiguraram-se para eles em formas, alternativas ao padrão, de se relacionar com o mundo de baixo. Assim como os cipós descendo paralelos aos galhos mais grossos da árvore hidrográfica, a escrita, apropriada pelos seringueiros, significou a subversão do monopólio do padrão de vários dos fluxos originários das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentei, no segundo capítulo, as bases dessa investigação sobre a escrita no Alto Juruá, a qual consistiu em uma abordagem da perspectiva dos moradores sobre o espaço global e o local e sobre a natureza de diversas relações dadas nesses mundos e entre eles. Fundamentado nessas distinções, que estiveram expressas pelos próprios moradores na oposição entre *alto* e *baixo*, e que associei às idéias de árvore e rizoma para explicar a natureza das relações descritas, procurei compreender também as dimensões e usos locais da escrita ao longo dos capítulos seguintes. Essas oposições ou termos e conceitos comparados refletem, sobretudo, a idéia de que os seringueiros elaboram “mapas” de explicação do geral com base em sua experiência local. Toda minha argumentação procurou seguir essa lógica, ao expor o material de campo de uma forma não totalmente cronológica, no que diz respeito à história da escrita na região, mas sim procurando explicitar essa visão local na própria forma do texto.

Os seringueiros, partindo de suas colocações nos últimos galhos da hidrografia, no meio da floresta, elaboraram compreensões sobre o global baseados na sua experiência local. Daí temos o mundo, ramificando-se em uma estrutura arbórea. Sua visão de ciência e de conhecimento acompanha e é construída considerando-se tais experiências, assim como sua visão e compreensão da escrita.

Assim, como Lévi-Strauss e Weber que entendiam como inescapável a associação da escrita com poder de várias formas diferentes, apontei no Capítulo III que historicamente a experiência dos moradores do Alto Juruá com a escrita esteve relacionada ao sistema de aviamento e em poder dos padrões e do Estado. Apresentei essa idéia, também, com base no

testemunho oral dos moradores. Nessas versões da história, em entrevistas, eles tratam justamente da presença da escrita no seringal. Os únicos que sabiam ler e escrever no Alto Juruá eram alguns patrões, seus guarda-livros e os padres, que subiam os rios apenas para as desobrigas anuais. O que a escrita fazia no cotidiano dos seringueiros era participar como meio pelo qual o patrão controlava as dívidas, os papéis escritos que apareciam eram poucos e estavam nas mãos dos patrões: o saldo, a produtividade, as dívidas, as contas do barracão. A escrita era o próprio controle materializado e na maior parte das vezes indecifrável para o seringueiro. Isso foi sustentado pelos testemunhos, assim como o fato de que a escrita fazia parte de relações com o mundo do *baixo*.

Por meio da escrita, o gerente de cada barracão de cada seringal podia controlar “o que entrava e saía de cada igarapé”. Seu Sebastião Estevão e alguns outros monitores, como o Roxo, definem exatamente da mesma forma seu trabalho no monitoramento de caça que realizam com suas anotações diárias e, onde ele, Roxo, “controla o giro da floresta”, ou, como disse Seu Meruoca, quando lhe perguntei para que gostaria de saber escrever:

“ Ah, se eu soubesse escrever ia eu ia anotar toda canoa que subiu o rio para dentro da Reserva, o dia, a hora, tudo.”

Do ponto de vista dos seringueiros a escrita estava relacionada ao poder de atravessar as fronteiras do local em direção ao *baixo*. A visão local concorda nesse sentido com aspectos da experiência de Lévi-Strauss com os Nambiquara. A escrita só possui um significado prático para os moradores em sua relação para além das fronteiras de sua sociedade local, rio abaixo, onde fica a sociedade letrada. Também, como na situação descrita por Weber, a qual apontei no capítulo I, para os egípcios e para os chineses ficou claro a instituição de uma classe de especialistas e de uma burocracia letrada.

Essa visão da escrita associada aos fluxos nas fronteiras entre o local e o global ajuda a compreender as palavras penduradas nas paredes das salas. Os retalhos de escrita servem para serem colados nas paredes das salas, numa espécie de mosaico, ao mesmo tempo estético e interessado -- interessado em desvendar e construir novos fluxos e compreensões locais, menos monopolizados, com e sobre a sociedade do *baixo*, letrada. Parecem simbolizar também como os seringueiros, num mundo de poucas letras e em que elas significavam ou significaram em grande medida controle e poder, aprendem a ler e escrever recolhendo fragmentos, lendo cordéis, decifrando contas, esboçando reivindicações, muitas vezes construindo obras literárias lá no alto do Rio Bagé à luz da lamparina de querosene.

O mundo ao redor não impôs a escrita, muito embora tenha tido suas motivações independentes para inserir a escrita no âmbito local, das florestas. Os planos e as visões de Thaumaturgo sobre a instituição do ensino, seus projetos e considerações, quando defrontados com o fato de as professoras, sendo escolhidas por relações de amizade, confiança e parentesco, em invés de um critério puramente meritocrático, deixa claro que quaisquer investidas externas esbarram em rearranjos locais, envolvendo outra sorte de compreensões e de relações, sempre amparadas na perspectiva dos moradores, até os dias de hoje.

O segundo movimento do trabalho procurou enfatizar, justamente, os aspectos dessa resistência e a reelaboração do local dos pontos de vista global e externo, do baixo. No capítulo IV procurei fazer isso de duas formas: uma prática e de forma mesmo do texto e outra com base nas idéias elaboradas. O texto é, em boa parte, um exemplo de apropriação da escrita pelos moradores; que antes era monopolizada. Utilizei em larga escala os textos escritos dos próprios moradores para falar da vida local, do modo de vida particular que eles desenvolveram na floresta. Se, no capítulo anterior, suas falas sobre o tempo dos seringais

apontaram o monopólio das letras pelos patrões, nesse capítulo, os seringueiros, apropriados da escrita, tratam de diversos assuntos que ajudam a construir um quadro de seu dia-a-dia. O segundo aspecto do capítulo aponta para uma visão local sobre o termo ciência e várias idéias e concepções associadas. Amparado ainda nas perspectivas locais sobre o espaço e nas relações locais apresentadas no capítulo II dessas com o modo de vida e a cosmologia seringueira, procurei mostrar que o conhecimento dos seringueiros fundamenta-se na experimentação do local, bricoleira - no sentido mais amplo do termo proposto por Lévi-Strauss - pois partindo das práticas e reflexões sobre a vida cotidiana os moradores elaboram teorias também sobre o global e sobre o próprio conhecimento, a escrita faz parte dessa elaboração.

No capítulo seguinte procurei corroborar essa idéia, mostrando a riqueza das trajetórias dos escritores da floresta e de suas motivações, estratégias, estilos e temas fazem parte dessa riqueza das relações e conhecimentos construídos localmente.

Alguns autores contrastam duas situações. Há o caso de crianças que não sabem ler, mas que podem ser consideradas *letradas*, na medida em que estão ambientadas numa sociedade em que a escrita está sempre presente. Assim, crianças, filhas de pais escritores e leitores e que utilizam a leitura e escrita no cotidiano doméstico, adquirem uma oralidade letrada, *falam próximo da linguagem escrita*. De outro lado, há o caso de crianças que, vivendo em uma sociedade letrada, não convivem ativamente com a linguagem escrita no seu ambiente – essas últimas enfrentam dificuldades especiais para aprender a escrever e ler (ver por exemplo Oliveira 1995). A dificuldade vem de que, no segundo caso, as crianças são obrigadas, ao aprender a escrever, a mudar a forma da fala oral para adaptá-la à escrita.

Uma hipótese aqui presente é que os seringueiros constituem um terceiro caso. Nesse caso, trata-se de adaptar a escrita à forma da fala oral, e não o contrário. Eles fazem parte de uma sociedade na qual uma elite era letrada, mas onde eles próprios são iletrados, e onde a conquista da escrita se deu muitas vezes, por assim dizer, de forma clandestina. Os seringueiros têm muita facilidade e muito jeito para contar histórias e se orgulham de tê-las decoradas e saberem declamá-las. A difusão do cordel, do hinário e da bíblia, para a aprendizagem da escrita, podem estar relacionadas a esse fato. Em sua escrita, nos diários, podemos notar essa “oralização” da escrita, inclusive comparando cadernos de monitores que estiveram na escola com aqueles que não foram.

Essa tomada da escrita se deu dentro de um universo particular. As relações com o exterior caracterizam-se por fluxos de mercadorias, informação, empregos e recursos --relativamente controlados por pessoas ou instituições com poder. As relações locais caracterizam-se por relações regradas e recíprocas entre iguais. A escrita associa-se e media os primeiros tipos de relações e a oralidade, o segundo. A entrada e aquisição da escrita sempre foi controlada. Em segundo lugar, a luta dos seringueiros contra os patrões, nos anos oitenta, rompeu um monopólio comercial (acesso a bens de consumo e de produção). Os moradores parecem estar rompendo também um monopólio de meios de comunicação e de acesso a outra parte desses fluxos externos, com a democratização local da leitura e escrita. Finalmente, há um caráter de subversão, ou de flexibilidade do sistema, em alguns leitores e escritores autodidatas, inclusive flexibilidade de estilos, ao escrever. Mesmo a proposta libertadora de Paulo Freire seguia uma proposta anterior à experiência por intermédio das palavras geradoras. No caso dos seringueiros escritores da floresta, eles elaboram sua escrita com fragmentos e aparições,

sejam elas bíblias, pesquisadores, cordéis, hinários e recortes de livros, revistas e cartilhas do MEC.

Alguns dos narradores citados ressaltam a grande dependência do seringueiro com relação ao patrão nos momentos iniciais da instalação da empresa da borracha, na Amazônia, tanto por seu isolamento, quanto pelo choque com um meio ambiente e um modo de vida, radicalmente diferentes dos que ele estava acostumado em sua terra natal. No período em que os seringais eram a forma de organização local, o poder do patrão estava assentado na manutenção de um monopólio comercial sobre a mercadoria vendida e a borracha comprada de seus fregueses.

Esse modelo hipotético aproximou-se mais da realidade, apenas nos momentos de implementação dos seringais, da migração dos nordestinos para trabalhar nos seringais que estavam sendo abertos; na verdade nos dois grandes momentos de migração, quando o homem solteiro, sem familiares e conhecidos, oriundo de um ambiente completamente diferente é colocado numa mata virgem e estranha, para fazer um trabalho igualmente estranho. Essas condições ideais que favoreciam a manutenção do monopólio, pois supunha o seringueiro dependente exclusivamente da compra das mercadorias dos barracões dos patrões, estavam associadas ao isolamento e estranhamento inicial do migrante nordestino na floresta.

Mas, com o passar do tempo, os seringueiros passaram a conquistar certa margem de manobra, e a construir uma autonomia dentro desse sistema. Foram constituindo famílias, parentescos, compadrios, vizinhanças, habilidades, “ciências”. Estreitando as relações entre si, com a mata, com o mundo distante das cidades, foram dependendo cada vez menos do barracão dos patrões. Fundamentalmente, criaram raízes que se espalharam pela floresta e driblaram os

caminhos oficiais que os patrões procuravam controlar, outros fluxos que tornam o barracão menos importante para sua vida na floresta.

Era uma luta diária e “não declarada” (Almeida, 1993: 92), que fundamentava-se não só na construção de alternativas para furar o monopólio comercial dos patrões e seu poder sobre as terras, mas também na constituição de relações que aumentassem sua autonomia para a subsistência nas matas. Era a construção de bases materiais e sociais para enfrentar a hegemonia, sem correr tantos riscos. Obviamente que não tratamos aqui de uma ação planejada, mas de um processo histórico, fruto de um conjunto de atores sociais e de suas ações.

A derrubada da hegemonia dos patrões está associada ao constante questionamento de sua legitimidade e de seu enfrentamento. Um dos marcos definitivos da queda desse poder é, sem dúvida a constituição no início dos anos 90 de uma cooperativa de trabalhadores, que significava o fim institucionalizado do monopólio comercial dos patrões. No entanto, a quebra definitiva do poder dos patrões só pode ser assegurada, justamente porque o escravizamento dos seringueiros pela dívida sempre esteve longe de se realizar na prática:

Nos períodos em que os preços e a demanda caíram, os seringueiros não podiam manter-se tão bem somente com a produção da borracha e passaram a se dedicar com maior ênfase a outras atividades que pudessem garantir sua subsistência. Cristina Wolff acentua a importância, nesses períodos da constituição das famílias da floresta, do papel das mulheres e do estreitamento das relações com a floresta. Mariana Franco (2001) chama a atenção para o estabelecimento de redes de parentesco, também como tendo sido fundamentais para o

estabelecimento dessas pessoas na floresta, e na formação de um modo de vida não tão dependente dos preços da borracha e das mercadorias dos patrões.

A história dos seringueiros é uma história de autonomia. Com a criação de um modo de vida na floresta e o estabelecimento de uma rede de relações que criaram bases sólidas, materiais e simbólicas, eles possibilitaram enfrentar o poder hegemônico dos patrões.

A história da escrita, seus usos e significados acompanha essa história. Na medida em que os seringueiros conquistam autonomia, a linguagem escrita deixa de ser privilégio e instrumento de controle, sem contudo, deixar de carregar consigo seus primeiros significados. Passa a ser apropriada pelo seringueiro, constituindo também um importante instrumento para a efetivação de diversos desses laços, ciência nos dizeres locais. Está lá, pendurada nas paredes das casas uma prova irrefutável de que eles, de alguma forma, superam cotidianamente a dominação e de que estão construindo seus próprios caminhos

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Mauro W. B (1993). *Rubber tappers of the upper Juruá river, Brasil: The making of a forest peasantry* PhD Thesis, University of Cambridge
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa (1979) *Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste Brasileiro*, tese de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa(1990). "As Colocações como Forma Social, Sistema Tecnológico e Unidade de Recursos Naturais". in: *Terra Indígena*. No 54 (jan-mar/1990) São Paulo: Centro de Estudos Indígenas/UNESP (pp.29-39)
- ARAÚJO, M. Gabriela. J. (1998) *Entre almas, encantos e cipó* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas: UNICAMP.
- BAKHTIN, M e VOLÓSHINOV V. (1978) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo: Hucitec.
- BARABÁSI, Albert-László e L. e H. Eugene Stanley. 1995. *Fractal Concepts in Surface Growth*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BENCHIMOL(1965), Samuel *O Cearense na Amazônia: inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante*. Rio de Janeiro: SPVEA
- BOURDIEU, P. (1977) "L'économie des échanges linguistiques", em *Langue Française*, 34, Paris: Larousse.
- BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico [1977-1987]* (trad. Fernando Tomaz). Lisboa/Rio de Janeiro : DIFEL/Editora Bertrand Brasil, 1989
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org) (1980) *A Questão Política da Educação Popular* São Paulo: Brasiliense
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2001. Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2002. Aplicações do Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica no Monitoramento e Controle do Desmatamento na Amazonia Brasileira. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia/PPG7.

- BROWN, Keith (1997) “Insetos como rápidos e sensíveis indicadores de uso sustentável de recursos naturais” in MARTOS, H.L. e MAIA, N.B. (Coord.) *Indicadores Ambientais*, p.143-155
- BROWN, Keith e Adão CARDOSO. 1989. Aspectos Ecológicos da Proposta Reserva Extrativista do Tejo, Acre/Relatório à Procuradoria Geral da República, com pagina suplementar de Conclusões e Recomendações. Campinas, Manuscrito, 16 páginas. Reproduzido no Inquérito Civil Número 1 - Acre. Brasília: Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, volume 1. Depositado nos arquivos do CERES.
- CARNEIRO DA CUNHA M.M. e ALMEIDA, M. W. B.(orgs),(2002) A Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 135-143.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (1998) “Pontos de vista sobre a floresta Amazônica: xamanismo e tradução” in: *Mana* , 4(1): 7-21
- CASEY, Edward S. (1997). *The Fate of Place:a philosophical history* . University of California Press.
- Chaves, Avelino de Medeiros (1913) *Exploração da Havea no Território Federal do Acre: monographia apresentada à Exposição Nacional de Borracha* Rio de Janeiro: 1913
- CLASTRES, Pierre (1990) *A Sociedade Contra o Estado* Brasil: Francisco Alves
- COSTA, Eliza M. L (1998) *Da Patronagem à Associação: poderes em disputa na REAJ* Dissertação de Mestrado em Sociologia , Campinas, UNICAMP
- COSTA, Eliza M. L. (2002). “As colocações”. Em Manuela C. da Cunha e M. W. B. Almeida (orgs), *A Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 135-143.
- CUNHA, Euclides da (1967). *À Margem da História*. São Paulo Editora Lello Brasileira:
- DE CERTEAU, Michel. 1990 [1996]. *Artes de Fazer, I. A Invenção do Cotidiano*. Seg. Ed. Petrópolis, Editora Vozes.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, F. (1997) *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, São Paulo, Editora 34.
- DESCOLA, Philippe. 1986. *La Nature Domestique. Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo : Abril Cultural, 1978.
- ELIAS, Norbert. 1995. *Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- EVANS-PRITCHARD, E. (1999). *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva.
- FERREIRO, Emília & Teberosky, Ana (1986) *Psicogênese da Língua Escrita* Porto Alegre :Artes Médicas
- FERREIRO, Emília (2001) *Reflexões sobre a Alfabetização* São Paulo: Cortez
- FOUCAULT, M.(1996) *A Ordem do discurso* São Paulo: Loyola
- FOUCAULT, Michel (1996) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes
- FRANCO, M. P. (1997) Histórias da Ivanilde no Alto Juruá *Cadernos Pagu*(8/9)- Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas: pp.115-158.
- FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja (2001) *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*, tese de doutorado, UNICAMP.
- FREIRE, Paulo (1969) *Educação como Prática da Liberdade* Rio de Janeiro: Paz e Terra
- GALVÃO, Eduardo (1955) *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*; Amazonas São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GNERRE, Maurizio (1994) *Linguagem Escrita e Poder* São Paulo: Martins Fontes
- GOODY, Jack (1986) *La domesticación del pensamiento salvaje* Madri: Akal Universitaria
- GOODY, Jack (1986a) *A lógica da escrita e a organização da sociedade* Lisboa : Edições 70
- GOODY, Jack (1987) *The Interface Between the Written and the oral* Cambridge: Cambridge University Press
- GOODY, Jack (1996) *Cultura Escrita em Sociedades Tradicionales* Barcelona: Gedisa Editorial
- GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2000. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. 3 volumes. Rio Branco, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.
- GUEDES, Mário(1920). *Os Seringaes: pequenas notas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos – Editor,
- HARVEY, David (1992) *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola
- HOGGART, R.(1973) *As Utilizações da Cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença
- KLEIMAN, Angela B. (org) (1995) *Os Significados do Letramento* Campinas: Mercado das Letras.

- KLEIMAN, Angela B. (org) (1995) *Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita* Campinas, SP: Mercado de Letras
- LÉVI-STRAUSS, C. (1957) *Tristes Trópicos* São Paulo: Editora Anhembi Limitada
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1970) *O Pensamento Selvagem* São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2001) “Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos” in SIGNORINI, Inês (org) *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas, Mercado de Letras, 2001
- MARTINI, Andrea (1998) *Tecendo Limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas: UNICAMP.
- MAUSS, Marcel (1974) *Sociologia e Antropologia. Vol. II.* São Paulo, SP: Editora Pedagógica Universitária.
- MEGGERS, Betty. (1977). *Amazonia: A Ilusão de um Paraíso* . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MONTE, Nietta Lindenberg (1996). *Escolas da Floresta: Entre o Passado Oral e o Presente Letrado*. Rio de Janeiro: Multiletra.
- NOWIKOW, Lona Chico Mendes:acreano, 1944-1998 Coleções Caros Amigos, Série Rebeldes *Brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder*, n.2, Editora Casa Amarela, São Paulo, 2001
- OLIVEIRA, Marta Kohl (1995) “Letramento, cultura e modalidades de pensamento” in KLEIMAN, Angela B. (org) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- OLSON, D. & TORRANCE, N. (1995) *Cultura Escrita e Oralidade* São Paulo: Editora Ática
- PAREDES, Atencio Paredes (1994) *Sistema de Informação Geográfica: princípios e aplicações(geoprocessamento)* São Paulo: Érica
- PRITCHARD, Evans (1999) *Os Nuer:uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota* São Paulo: Perspectiva.
- RADAMBRASIL. 1977. Folhas SB/SC.18 Javari/Contamana; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral
- ROJO, Roxane (org.) (1998). *Alfabetização e Letramento* Campinas, SP: Mercado das Letras.
- SANTOS, M. , SOUZA, M.A e SILVEIRA, M.L. (orgs) (1996) *Território: globalização e fragmentação* São Paulo, Hucitec

- SILVA, M. e M. AZEVEDO (1995) em SILVA, A.L. da e GRUPIONI, L.D.B. *A temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* Brasília: MEC/MARI/UNESCO, p. 149-170.
- STEWART, Julian and Robert MURPHY. 1977(1956). "Tappers and Trappers: Parallel Processes in Acculturation". In Julian STEWART, *Evolution and Ecology: Essays on Social Transformation*, Chicago, University of Illinois Press, pp. 151-187.
- STREET, Brian (1993). "Introduction: the new literacy studies" in Street, B. (ed) *Cross-cultural approaches to literacy* Cambridge University Press, pp. 1-21
- THAUMATURGO DE AZEVEDO, G. (1905) *Prefeitura do Alto Juruá. Primeiro relatório semestral*. Rio de Janeiro:, Imprensa Nacional.. Também citado como Relatório de 1905.
- THAUMATURGO DE AZEVEDO, G. *Prefeitura do Alto Juruá. Relatório do Primeiro semestre de 1906*. Rio de Janeiro:, Imprensa Nacional, 1906. Também citado como Relatório de 1906.
- VINCENT, Joan (1987). "A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes", in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. (1996). "Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio". *Mana*, vol. 2 (2)
- WEBER, Max (1971) *Ensaio de Sociologia* Rio de Janeiro: Zahar Editores
- WEBER, Max (1984) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 3ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- WOLFF, Cristina S. *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo, Hucitec, 1999.